

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Kaio César Goulart Alves

Trabalhadores, sindicatos e greves na cidade do Rio de Janeiro em 1919:
influências políticas e culturais compartilhadas no ciclo de agitação social global

Juiz de Fora
2021

Kaio César Goulart Alves

Trabalhadores, sindicatos e greves na cidade do Rio de Janeiro em 1919:
influências políticas e culturais compartilhadas no ciclo de agitação social global

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História.

Área de concentração: História, Cultura e Poder.
Linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus.

Juiz de Fora
2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Alves, Kaio César Goulart.

Trabalhadores, sindicatos e greves na cidade do Rio de Janeiro em 1919 : influências políticas e culturais compartilhadas no ciclo de agitação social global / Kaio César Goulart Alves. -- 2021.
212 f.

Orientador: Ronaldo Pereira de Jesus

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

1. Agitação social global. 2. Trabalhadores. 3. Associativismo. 4. Greves. 5. Repressão policial. I. Jesus, Ronaldo Pereira de, orient. II. Título.

KAIO CÉSAR GOULART ALVES

Trabalhadores, sindicatos e greves na cidade do Rio de Janeiro em 1919: influências políticas e culturais compartilhadas no ciclo de agitação social global

Tese apresentada ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder

Aprovada em 09 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a)Dr(a). Ronaldo Pereira de Jesus - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a)Dr(a). Fernando Perlatto Bom Jardim
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a)Dr(a). Jefferson José Queler
Universidade Federal de Ouro Preto

Prof(a)Dr(a). Tiago Bernardon de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba

Prof(a)Dr(a). Marcelo Badaró Mattos
Universidade Federal Fluminense

Para a minha família.

Agradecimentos

A elaboração de uma tese de doutorado é um trabalho cruzado por significativos desafios. Em razão disso, é importante para o bem-estar do pesquisador contar com a presença e o apoio de familiares e amigos.

Durante os quatro anos em que esse trabalho foi desenvolvido, algumas pessoas de grande valor me entregaram afeto e foram fundamentais para que eu não desistisse. Agradeço à minha mãe, Lígia, à minha Madrinha, Andrea, ao meu Padrinho, Roberto, à minha Tia, Moninha, e ao meu Tio, Cidinho, que no âmbito familiar me abraçaram, com amor, escuta e diálogo, enquanto trilhei a minha trajetória.

O interesse pela escrita de uma tese de doutorado não surge de forma espontânea. A descoberta do problema de pesquisa, quase sempre, ocorre durante a realização da graduação ou do mestrado. No meu caso, o encontro do tema dos trabalhadores aconteceu no curso de História. Desde aquele tempo cultivo amizades essenciais. Agradeço ao Felipe, ao Gabriel, ao Uziel e ao Rone pela parceria de anos. A gente segue conversando muito bem...

Agradeço à minha amiga Flavia pela leitura dos capítulos e pelas conversas sempre muito longas e saborosas que temos ao telefone, que começaram no momento em que a conheci num curso de Pós-Graduação em História na UFF.

Agradeço ao meu amigo David, com quem compartilho a formação em História no ICHS/UFOP, pela leitura atenciosa dos capítulos.

Na UFJF, tive a alegria de cursar disciplinas importantes para o meu desenvolvimento como pesquisador. Agradeço aos professores Fernando Perlatto, Carla Almeida, Valéria Lobo e Beatriz Domingues pelos aprendizados que alcancei.

Também na UFJF, no momento em que realizei os cursos, fiz boas amizades. Agradeço, pelo convívio saudável, ao Walter, a Gabriela, ao Paulo, a Júlia, ao Marcão, a Emilla, a Ana e a Aline.

Agradeço, especialmente, aos professores Marcelo Badaró Mattos, Tiago Bernardon de Oliveira, Fernando Perlatto e Jefferson Queler pelas arguições feitas em minha defesa. Com eles, aprendi coisas novas, e pude assimilar, de forma refletida, importantes sugestões que aprimoraram o meu trabalho.

Finalmente, agradeço ao meu orientador, Ronaldo Pereira de Jesus, pelos aprendizados, o convívio e a confiança nesses anos que se passaram.

Esse trabalho contou com o financiamento de uma bolsa de doutorado, no período de quatro anos, oferecida pela CAPES.

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 39.

Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?
Nos livros estão nomes de reis; os reis carregaram pedras?
E Babilônia, tantas vezes destruída, quem a reconstruía sempre?
Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a
edificaram?
No dia em que a Muralha da China ficou pronta,
para onde foram os pedreiros?
A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo:
quem os erigiu? Quem eram
aqueles que foram vencidos pelos césores? Bizâncio, tão
famosa, tinha somente palácios para seus moradores? Na
legendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados
continuaram a dar ordens a seus escravos.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?
César ocupou a Gália.
Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro? Felipe da
Espanha chorou quando sua frota
nafragou. Foi o único a chorar?
Frederico Segundo venceu a guerra dos sete anos. Quem
partilhou da vitória?
A cada página uma vitória.
Quem preparava os banquetes comemorativos? A cada dez anos
um grande homem.
Quem pagava as despesas?
Tantas informações.
Tantas questões.

Bertolt Brecht. Perguntas de um trabalhador que lê.
In: KONDER, Leandro. **A poesia de Brecht e a História**. IEA/USP, s/d, p. 29-30

Resumo

A eclosão da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa criou condições econômicas, políticas e culturais que propiciaram o desenvolvimento de um ciclo de agitação social global entre os anos de 1917 e 1920. Em diversos países do Ocidente, a carestia impulsionou os trabalhadores e as trabalhadoras a irem para as ruas, em lutas por melhores condições de consumo e pelo alargamento dos direitos trabalhistas. Outras modalidades de ação coletiva igualmente tornaram-se recorrentes, como as greves, parciais e gerais, e as tentativas insurrecionais que inspiraram os movimentos operários internacionalmente. A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, foi o palco de ações coletivas, como greves e celebrações, ocorridas no ano de 1919, que obtiveram, como resposta às lutas por direitos, um empenho repressivo por parte do Estado e suas instituições. A presente tese de doutorado procura interpretar e compreender os modos em que a mobilização operária e a repressão policial, entendidas como os elementos políticos e culturais centrais daquele contexto, assimilaram e reelaboraram, conforme suas próprias expectativas, as linguagens e as práticas presentes no ciclo de agitação social global, tendo em vista a existência de influências recíprocas no cenário internacional.

Palavras-chave: Agitação social global; Trabalhadores; Associativismo; Greves; Repressão policial; Rio de Janeiro; Primeira República.

Abstract

The outbreak of the First World War and the Russian Revolution created economic, political and cultural conditions that led to the development of a cycle of global social unrest between the years 1917 and 1920. In several Western countries, famine boosted workers and workers to take to the streets, in struggles for better consumption conditions and for the expansion of labor rights. Other forms of collective action also became recurrent, such as strikes, partial and general, and the insurrectionary attempts that inspired workers' movements internationally. The city of Rio de Janeiro, capital of the Republic, was the stage for collective actions, such as strikes and celebrations, which took place in 1919, which obtained, in response to the struggles for rights, a repressive effort on the part of the State and its institutions. This doctoral thesis seeks to interpret and understand the ways in which worker mobilization and police repression, understood as the central political and cultural elements of that context, assimilated and re-elaborated, according to their own expectations, the languages and practices present in the cycle of global social unrest, given the existence of reciprocal influences on the international stage.

Keywords: Global social unrest; Workers; Associativism; Strikes; Police repression; Rio de Janeiro; First Republic.

Lista de Ilustrações

Imagem 1: “O 1º de Maio na Prefeitura”	p. 84
Imagem 2: “O dia glorioso do trabalho”	p. 85
Imagem 3: “A consagração do trabalho”	p. 89
Imagem 4: Restaurante para atender os marinheiros e remadores em greve	p. 98
Imagem 5: Sede da Associação dos Marinheiros e Remadores	p. 99
Imagem 6: Ofício da União dos Alfaiates	p. 103
Imagem 7: Trabalhadores e trabalhadoras da Fábrica Souza Cruz	p. 105
Imagem 8: Comissão de tecelãs angaria donativos	p. 109
Imagem 9: Tecelões em greve	p. 112
Imagem 10: Sindicato dos Sapateiros no Congresso Internacional da Paz	p. 115
Imagem 11: Reunião dos barbeiros em greve	p. 122
Imagem 12: A União dos Oficiais Barbeiros no Congresso da Paz	p. 123
Imagem 13: Salão “Liberdade” fundado pelos barbeiros	p. 124
Imagem 14: Salão improvisado no Centro Cosmopolita	p. 125
Imagem 15: A greve das costureiras	p. 129
Imagem 16: Costeiras buscam a adesão de novas trabalhadoras	p. 130
Imagem 17: A greve das lavadeiras	p. 131
Imagem 18: Título de eleitor de Adriano Pinto da Costa	p. 154
Imagem 19: Processo de <i>habeas corpus</i> nº 4373	p. 169
Imagem 20: Recortes de jornal anexados ao processo de <i>habeas corpus</i> nº 4373	p. 170
Imagem 21: Matrículas dos presos Ricardo Correa Perpétuo e Alvaro Palmeira	p. 187

Lista de Tabelas

Tabela 1: As greves no Rio de Janeiro (1915-1935)	p. 29
Tabela 2: Cronologia dos acontecimentos políticos relevantes durante o ciclo de agitação social global (1917-1920)	p. 69
Tabela 3: As greves de 1919 na cidade do Rio de Janeiro	p. 133
Tabela 4: Posicionamento das correntes políticas nas greves	p. 136
Tabela 5: Processos <i>habeas corpus</i> julgados pelo STF entre 1917-1919 com origem no Rio de Janeiro	p. 178
Tabela 6: Trabalhadores brancos e negros presos por vadiagem na Casa de Detenção do Distrito Federal, fevereiro de 1919	p. 186
Tabela 7: Trabalhadores presos na Casa de Detenção do Distrito Federal em 1919 por motivo de revolta	p. 188

Lista de Abreviaturas

FORJ – Federação Operária do Rio de Janeiro

COB – Confederação Operária Brasileira

UOFT – União dos Operários em Fábricas de Tecidos

UGT – União Geral dos Trabalhadores

PCB – Partido Comunista do Brasil

FTRJ – Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro

AGRJ – Associação Gráfica do Rio de Janeiro

CGT – Confederação Geral do Trabalho

CIB – Centro Industrial do Brasil

CFT – Centro de Fiação e Tecelagem

CDDF – Casa de Detenção do Distrito Federal

CCDR – Colônia Correccional de Dois Rios

STF – Supremo Tribunal Federal

Sumário

Considerações iniciais	13
<hr/>	
Capítulo 1 – A classe trabalhadora na cena política da Primeira República	25
Liberalismo oligárquico	25
Movimentos sociais populares	27
Práticas sindicais	33
Cidadania e direitos do trabalho	38
<hr/>	
Capítulo 2 – Um ciclo de agitação social global, 1917-1920	45
Primeira Guerra Mundial	46
Revolução Russa	49
Movimentos sufragistas	54
1919, um ano de agitação social	57
<hr/>	
Capítulo 3 – Associativismo, Primeiro de Maio e greves em 1919 na capital da República	71
Associativismo e ações coletivas	75
O Primeiro de Maio de 1919 e a cultura associativa dos trabalhadores	79
Greve como luta por direitos	93
Greve como “ginástica revolucionária”	137
<hr/>	
Capítulo 4 – Uma resposta organizada: os atores sociais e as estratégias repressivas na capital da República em 1919	142
O medo vermelho e o movimento operário internacional	143
Repressão policial aos trabalhadores estrangeiros	150
Trabalhadores presos na Casa de Detenção do Distrito Federal	180
Procedimentos policiais nas páginas imprensa	192
<hr/>	
Considerações finais	196
<hr/>	
Fontes	201
<hr/>	
Referências Bibliográficas	203
<hr/>	

Considerações iniciais

A eclosão da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa criou condições econômicas, políticas e culturais que propiciaram o desenvolvimento de um ciclo de agitação social global entre os anos de 1917 e 1920. Em diversos países do Ocidente, a carestia impulsionou os trabalhadores e as trabalhadoras a irem para as ruas, em lutas por melhores condições de consumo e pelo alargamento dos direitos trabalhistas. Outras modalidades de ação coletiva igualmente tornaram-se recorrentes, como as greves, parciais e gerais, e as tentativas insurrecionais que inspiraram os movimentos operários internacionalmente.¹

Em nível global, a mobilização da classe trabalhadora e a repressão aos movimentos alcançaram um patamar de organização significativo. Especialmente, considerando que as tradições associativas e de luta encontravam-se em desenvolvimento desde, ao menos, a segunda metade do século XIX, e os procedimentos coercitivos voltados aos mundos do trabalho também se aprimoravam desde o começo do século XX, com a formação inicial das polícias políticas. Desse modo, na medida em que os discursos, as imagens e as práticas que partiam da Rússia revolucionária animavam os trabalhadores e os militantes de esquerda, o medo vermelho, entendido como pensamento conservador anticomunista, também sensibilizou, em termos valorativos, uma parcela considerável da sociedade civil que não aceitava o convívio com as populações consideradas “indesejáveis” – estando inseridas nesse conceito as esquerdas, em especial, naquele período, os anarquistas e os comunistas.²

¹ PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920. **Ler História** [Online], 66, p. 44-55, 2014; TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 30, n. 61, maio-agosto, p. 497-518, 2017; WATZOLD-EICHSTATT, Tim. A comunicação do proletariado internacional no atlântico libertário. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **Comunicação intercultural: interdisciplinaridade, comparação e compreensão II**. Curitiba: Editora CRV, 2015; CASTELUCCI, Aldrin. Guerra, revolução e movimento operário: as greves gerais de 1917-1919 no Brasil em perspectiva comparada. In: SPERANZA, Clarice Gontarski (org.). **História do trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019; VARELA, Raquel. A guerra das guerras, a revolução das revoluções, 1917. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, vol. 08, n. 3, p. 2227-2255, 2017; CORREIA, Sílvia Adriana Barbosa. Cem anos de historiografia da Primeira Guerra Mundial: entre história transnacional e política nacional. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 650-673, jul/dez. 2014; LOBO, Eulália M. L e STOTZ, Eduardo Navarro. Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário: 1880-1930. **Revista do Rio de Janeiro**. Niterói, v. 1. n. 1, p. 61-86, 1985; RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Primeira Guerra Mundial: impactos sobre a economia e a sociedade brasileiras – 1914-1918. **Revista Portuguesa de História**. Lisboa, t. XLV, p. 11-37, 2014.

² BATALHA, Claudio H. M. Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro's Labour Movement (1906-1920). **IRSH**. Amsterdam, 62, 2017, p. 75-103, Special Issue; BARTZ, Frederico Duarte. **O horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920**. Porto Alegre: Sulina, 2017; GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005; FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016; VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4 ed., rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999; MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2004;

No Brasil, a hegemonia da cultura liberal excludente exerceu influência decisiva no modo como os trabalhadores e as trabalhadoras vivenciaram as formas de resistência à opressão cotidiana em distintos níveis. O associativismo de tipo sindical, entendido tanto como mecanismo de sociabilidade quanto como instrumento de luta por direitos, exercido por homens e por mulheres – embora as últimas em menor número –, e as greves representavam opções novas e decisivas de participação da classe operária na cena política do período.³

No Rio de Janeiro, capital da República, as lutas por conquistas, entre 1917 e 1920, foram marcadas pelo esforço de se contrapor à opressão vigente. A solidariedade entre os trabalhadores era constantemente vivenciada durante as greves voltadas para a conquista de direitos e a consequente diminuição da exploração de classe, na defesa dos sindicatos interessados na educação das mulheres trabalhadoras e na representação dos seus interesses profissionais, e nas greves conduzidas por trabalhadores negros. Em contrapartida, aumentava o número de encarceramentos de operários, ao mesmo tempo em que as cifras das prisões por contravenção de vadiagem mantiveram-se elevadas, dimensionando a importância atribuída pela elite branca ao controle sobre a circulação da população negra e desempregada. De tal maneira, classe, gênero e raça, enquanto modalidades de experiência identitária e elementos distinguíveis como objeto da repressão, foram percebidas e tratadas pela classe operária, em sua experiência cultural e política.⁴

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996; ALVES, Paulo. **A verdade da repressão**: práticas penais e outras estratégias na ordem republicana: 1890-1921. São Paulo: Editora Arte & Ciência/UNIP, 1997; GERALDO, Endrica. Os prisioneiros do Benevente. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, nº 64, p. 61-76, 2012.

³ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da política do “café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001; GUERRA, Maria Pia dos Santos Lima. **Anarquistas, trabalhadores, estrangeiros**: o constitucionalismo brasileiro na Primeira República. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

⁴ BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000; BATALHA, Claudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário**: movimento operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988; GOMES, Angela Maria de Castro. **Velhos militantes**: depoimentos. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1988; OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. “Anarquismo e Revolução”: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In: SANTOS, Kauan William dos; SILVA, Rafael Viana da (organizadores). **História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil**. Curitiba: Editora Prismas, 2018; OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. O sindicato como meio revolucionário: o anarquismo das primeiras décadas do século XX no Brasil. In: PESTANA, Marco Marques; COSTA, Rafael Maul de Carvalho; OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Subalternos em movimento**: mobilização e enfrentamento à dominação no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017; OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Pela reforma, contra a revolução: notas sobre

Entre os anos de 1917 e 1920 a conjuntura internacional avançava dentro de um espectro similar, sendo a mobilização operária e a repressão policial elementos políticos e culturais mais visíveis no âmbito dos mundos do trabalho. Como pano de fundo, estavam a carestia resultante da Primeira Guerra Mundial e a circulação de projetos societários socialistas inspirados na Revolução Russa.

No Brasil da Primeira República, em ambiente pouco propício ao aprimoramento da democracia e da cidadania, era de se esperar que as classes populares adotassem, em virtude das restrições de ordem política e econômica que lhes eram impostas, uma postura passiva. Contudo, o que observamos ao longo desta pesquisa foram histórias de pessoas ativas, homens e mulheres, brancos e negros, nacionais e estrangeiros, que se organizaram em associações, como mutuais, sindicatos e partidos, e participaram de greves, num contexto caracterizado pelo aumento do custo de vida e pela falta de oportunidades igualitárias para a educação formal.

No ano de 1919, trabalhadoras e trabalhadores, em busca de melhores salários, mas também de reconhecimento político e direitos trabalhistas, conduziram lutas grevistas, publicaram manifestos, celebraram o valor e a identidade do trabalhador no Primeiro de Maio e realizaram reuniões com políticos e com a polícia, no Rio de Janeiro e em outros centros industriais do país, como São Paulo, Salvador, Recife e Porto Alegre.

A partir de 1917, em virtude da circulação das ideias de esquerda, seja por meio da imigração dos trabalhadores e militantes, ou pela troca de correspondência, livros e revistas, passando pelos telegramas e pela publicação de crônicas e textos na imprensa, tornaram-se mais conhecidos os projetos societários socialistas e as tentativas, até então disponíveis, de colocá-los em prática.

A percepção que trabalhadores e trabalhadoras tiveram dos efeitos negativos da economia de mercado, no contexto da Primeira Guerra Mundial, contribuiu para a ampliação

reformismo e colaboracionismo na história do movimento operário brasileiro da Primeira República. **Revista Crítica Histórica**. Maceió, Ano III, nº 5, p. 26-59, julho/2012; GONDIM, Thiago Patrício. Direito e conflito: as narrativas em disputa sobre as greves dos anos 1917 a 1920 nos processos de *habeas corpus* julgados pelo STF. **Anais da Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais**: crises do capitalismo, novas e velhas formas de protesto. USP, São Paulo, p. 1-22, 2018; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Direitos políticos e representação no Brasil Republicano (1891-1934). **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, vol. 9, n. 18, p. 49-62, julho-dezembro de 2017; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era republicana. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan.- jun. 2004; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os porões da República: a Colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 445-476, jul.-dez. 2006; BONFÁ, Rogério Luís Giampietro. As expulsões de estrangeiros e a defesa da soberania nacional na Primeira República brasileira (1891-1926). **História Social**. Campinas, n. 16, p. 63-85, 2009; ROORDA, João Guilherme Leal. A criminalização da vadiagem na Primeira República: o sistema penal como meio de controle da população negra (1900-1910). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, nº 135, p. 269-306, Setembro de 2017.

da propaganda das ideias de esquerda, na medida em que auxiliou na ampliação das possibilidades de se ouvir os apelos das lideranças no plano mundial. Em países como Alemanha, Argentina, Brasil, Cuba, França, Espanha, Estados Unidos, Hungria, Inglaterra, Itália, Portugal e Rússia, impactados pela carestia, foram organizados protestos públicos contra o aumento do custo de vida, criaram-se conselhos de operários, ocorreram tentativas insurrecionais, desenvolveram-se as lutas sufragistas e a classe operária conduziu diversas greves.⁵

Para que possamos interpretar e compreender as experiências políticas e culturais dos trabalhadores e das trabalhadoras do Rio de Janeiro, conduzidas entre os anos de 1917 e 1920, com destaque para o ano de 1919 – ainda não investigado suficientemente pela historiografia brasileira do trabalho em comparação aos demais anos do ciclo –, desenvolvemos aqui uma reflexão escrita que se baseia na pesquisa de fontes históricas como jornais (comerciais e operários), relatórios policiais, processos de *habeas corpus* e documentos sindicais.

A tese se divide em quatro capítulos. No primeiro, procuramos identificar quais eram os canais de participação política disponíveis para os operários durante a Primeira República. No segundo capítulo, pretendemos identificar e compreender, a partir da discussão historiográfica e da pesquisa da imprensa, o lugar do ano de 1919 no ciclo de agitação social global, aberto em 1917, de modo a não o entender como uma ilha isolada no oceano das lutas trabalhistas internacionais. No terceiro capítulo, a intenção é interpretar e compreender as ações coletivas dos trabalhadores e das trabalhadoras, conferindo enfoque à celebração do Primeiro de Maio de 1919 e às greves. No quarto capítulo, buscamos analisar como foram elaborados os procedimentos coercitivos voltados aos mundos do trabalho, considerando as distintas dimensões assumidas pela repressão que afetou tanto os trabalhadores organizados quanto os não organizados.

Segundo Marcel van der Linden, a tradicional história do trabalho, praticada internacionalmente e cuja origem remete ao século XIX, procurou interpretar as experiências dos trabalhadores e das trabalhadoras, suas lutas, organizações e formas de trabalho, a partir de um olhar que compreendia os fenômenos estudados como realidades separadas. Isso ocorreu em virtude da formulação de uma abordagem que se fez numa perspectiva centrada nas fronteiras do Estado nacional e no entendimento da centralidade dos acontecimentos ocorridos na Europa. Todavia, nos últimos 40 anos, teve início um movimento de revisão

⁵ TRAVERSO, Enzo. **A sangre y fuego**. De la guerra civil europea (1914-1945). Valencia: PUV, 2009; HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; ABENDROTH, Wolfgang. **A história social do movimento trabalhista europeu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; REMOND, René. **O século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Editora Cultrix, 1986.

metodológica, no âmbito da História Global do Trabalho, entendida como uma área de interesse com ferramentas, no trabalho do historiador e da historiadora, que são distintas da abordagem tradicional. De tal modo, tem crescido o número de pesquisas cujo enfoque reside em interpretar e compreender, tendo em vista as múltiplas práticas e perspectivas, as “influências recíprocas” das classes trabalhadoras no plano mundial, ou as formas econômicas, políticas e culturais assumidas pelos “ciclos transnacionais de protestos e greves dos trabalhadores”.⁶

A referência metodológica compartilhada por grande parte das revisões das abordagens tradicionais sobre a história dos trabalhadores é a obra de E. P. Thompson. Segundo o historiador, seu interesse ao escrever *A formação da classe operária inglesa* era o seguinte:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores da condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas acidentais.⁷

Assim Jim Sharpe comentou a tarefa assumida pelo historiador:

[...] Thompson não se limitou apenas a identificar o problema geral da reconstrução da experiência de um grupo de pessoas ‘comuns’. Percebeu a necessidade de tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência.⁸

Ao seguir os passos metodológicos trilhados em *a Formação da classe operária inglesa*, identificamos que uma discussão importante, presente no trabalho, diz respeito aos significados assumidos pelas formas de consciência social vivenciadas pelos trabalhadores. Isso tendo em vista o entendimento de que classe social não é um conceito ou mesmo uma

⁶ LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 11-14

⁷ THOMPSON, E. P. 1987. **A formação da classe operária inglesa**. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13.

⁸ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 2011, p. 42.

estrutura simplesmente econômica, resultado da existência de trabalhadores somados a um sistema industrial. Isso quer dizer que é a partir do estudo do associativismo, das manifestações culturais, das ideias políticas, das ações coletivas, etc., que podemos conhecer, mesmo que sempre de maneiras incompletas e provisórias, a construção da classe trabalhadora no tempo. Percebemos, portanto, que as tradições culturais, políticas e econômicas de uma determinada região podem influenciar a percepção e o comportamento das pessoas, que podem vir a criar, conforme suas próprias expectativas, projetos de identidade coletiva. No caso inglês, os processos de transformação do artesanato em manufatura, bem como os pensamentos metodistas e jacobinismos, se constituíram como ideologias importantes, que ao lado do associativismo e das ações coletivas, contribuíram para a criação da classe trabalhadora inglesa, entre os anos 1780 e 1830.⁹

De modo preciso, a obra de Thompson deixou como legados o aprimoramento da discussão sobre a formação da classe operária, bem como o entendimento sobre a necessidade de recuperação das experiências das pessoas comuns a partir de suas próprias histórias, passando pela importância atribuída ao estudo da cultura para a compreensão tanto mais complexa das relações sociais. Essas três dimensões, em conjunto, são de enorme importância para o trabalho do historiador e da historiadora interessados no estudo dos trabalhadores.¹⁰

Em *A multidão na história*, George Rudé igualmente contribuiu na elaboração da abordagem que passou a ser conhecida por “história vista de baixo”. Em suas pesquisas, Rudé analisou revoltas e protestos em que a “multidão” interviu, de forma pensada, organizada, na cena política. Sua perspectiva diferia das generalizações então vigentes nos anos 1950 e 1960, que atribuíam à “multidão” características estereotipadas como “irracionalidade”, “animalidade” e “instabilidade”. As “pessoas comuns” que desempenharam ações coletivas como a Revolução Francesa ou os motins “Swing” eram, portanto, “de carne e osso”, e possuíam valores distintos daqueles imaginados pelo “preconceito aristocrático” e pelas noções raciais disponíveis.¹¹

Do livro *A multidão na história* resultou uma proposição metodológica para o estudo dos movimentos sociais populares que escapava das análises estereotipadas, e que ao mesmo tempo recuperava as dimensões econômicas, políticas e culturais do protesto popular:

⁹ THOMPSON, E. P. 1987. Op. Cit.

¹⁰ Com maior precisão, Thompson desenvolveu importantes estudos sobre a cultura popular na Inglaterra, durante o século XVIII, na obra *Costumes em comum*, a exemplo das pesquisas sobre a economia moral dos trabalhadores, a *rough music* e o ritual de venda de esposas. Cf. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹¹ RUDÉ, George. **A multidão na história**: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 5.

Como, então, escapar desses estereótipos? E como, em particular, pretendermos estudar a multidão na era ‘pré-industrial’? Em primeiro lugar, fazendo algumas perguntas, começando com: o que realmente aconteceu, tanto em relação ao fato propriamente dito como em relação a suas origens e consequências? [...] Outra pergunta: que proporções tinha a multidão em questão, como agiu, quem (se houve) foram seus promotores, quem a compunha e quem a liderou? [...] Outra: quais eram os alvos ou vítimas das atividades da multidão? [...] Precisamos também perguntar: quais as finalidades, motivos e ideais subjacentes a essas atividades? [...] Uma outra indagação relevante é: qual a eficiência das forças de repressão, ou da lei e da ordem? [...] Finalmente: quais as consequências do fato e qual sua significação histórica? Assim, tendo dissecado a multidão e seus componentes, seus líderes e suas vítimas, voltamos à questão da qual partimos – a natureza e a importância de um fato na história.¹²

Eric Hobsbawm, por sua vez, na obra *Mundos do trabalho* apresentou três considerações de natureza metodológica importantes para a escrita de uma história sobre os trabalhadores: 1) a história dos trabalhadores é parte da sociedade, logo, não deve ser isolada das demais classes; 2) a história dos trabalhadores é multifacetada, ou seja, envolve trabalhadores organizados e não organizados, partidos, sindicatos, associações mutualistas, etc.; 3) alguns aspectos da história operária não são quantificáveis.¹³

Nas obras desses três historiadores foi compartilhada a assimilação do conceito marxista de classe social durante a realização das pesquisas. Para Thompson, Rudé e Hobsbawm importava compreender como, em suas experiências econômicas, políticas e culturais, os trabalhadores se perceberam, sempre em relação às outras classes sociais. Assim, costumes, instituições políticas, formas de lazer, protestos populares, *meetings* e greves foram estudados, entre os séculos XVIII e XX, na Grã-Bretanha, com o interesse de compreender as histórias sob o ponto de vista de quem as viveu e com atenção ao problema mais amplo das lutas de classes.

Com um ajuste de foco mais preciso, o estudo histórico das greves e dos sindicalismos encontra nas pesquisas de Michele Perrot e Marcel van der Linden considerações metodológicas importantes. Desse modo, de acordo com a autora, nas sociedades europeias do século XIX e da primeira metade do XX, “a greve era, simultaneamente, um meio de pressão para obter algo ou para se defender, e um modo de expressão”, ou seja, “para além da reivindicação ou da defesa propriamente ditas, ela era a expressão de um grupo mais ou

¹² RUDÉ, George. 1991. Op. Cit., p. 9-10.

¹³ HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 30.

menos comunitário que, seguidamente, pela greve se tornava mais comunitário”.¹⁴ De tal maneira, pressão e expressão se combinavam nos movimentos grevistas.

Marcel van der Linden, por sua vez, apresenta considerações conceituais importantes para o estudo das greves. A começar por sua definição de “greve”: *“formas de luta, coerção e poder, nas quais um grupo de trabalhadores, agindo coletivamente, para de trabalhar para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas de interesse dos trabalhadores diretamente envolvidos e/ou de outros”*.¹⁵ Além disso, pressupõe-se para a promoção da greve a existência de “uma situação de divergência de interesses”. A greve surge então como uma maneira de causar prejuízo econômico ao empregador com a expectativa de que assim as reivindicações sejam consideradas e reconhecidas.

O historiador também nos apresenta os tipos mais comuns assumidos pelas greves. Vejamos: a) a greve intermitente: paralisações breves que ocorrem simultaneamente em muitas empresas; b) a greve de boicote: apenas alguns produtos ou serviços param de ser produzidos; c) a greve tartaruga: os trabalhadores diminuem o ritmo, ou simplesmente fingem trabalhar; d) a greve geral: destinava a paralisar a atividade econômica de uma cidade, de um setor industrial, de uma região ou até mesmo de todo um país.¹⁶

Em geral, os movimentos grevistas possuem uma motivação subjetiva e outra de natureza estrutural. Problemas internos e externos ao local de trabalho, um estopim que funciona como a faísca que ascende o pavio, e o modo como as reivindicações são apresentadas fazem parte do campo subjetivo. A conjuntura econômica, por sua vez, que impõe maiores ou menores poderes de barganha para os trabalhadores grevistas, configura parte das interferências externas.

Segundo Linden, embora não exista uma relação definitiva entre a ocorrência de greves e a posterior criação dos sindicatos, “as greves podem trazer o benefício correspondente de aumentar a coesão em meio ao grupo de trabalhadores perante o seu adversário comum: o empregador (ou empregadores) ou as autoridades públicas”.¹⁷

Sobre esse aspecto, a definição de “sindicato” apresentada é a seguinte:

[...] Os sindicatos são organizações que capacitam os trabalhadores a proteger os seus interesses. [...] Os sindicatos existem, primordialmente, para criar condições para negociações salariais, direitos e condições de trabalho,

¹⁴ PERROT, Michele. A história feita de greves, excluídos & mulheres. **Tempo social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8 (2), outubro de 1996, p. 195.

¹⁵ LINDEN, Marcel van der. 2013. Op. Cit., p. 203 (grifos no original).

¹⁶ Ibidem, p. 204-205.

¹⁷ Ibidem, p. 225.

sendo a arma da greve seu trunfo de última instância. As organizações sindicais, entretanto, também empregam ações de muitos outros tipos, tais como diminuição da produção, violência etc., e não há uma transição *necessária* entre uma ação de greve e a organização de um sindicato, embora o número de trabalhadores sindicalizados, muitas vezes, tenda a aumentar espetacularmente durante e após ondas de greves.¹⁸

Há, nesse sentido, sindicatos autônomos, organizados e dirigidos pelos trabalhadores, como também sindicatos heterônomos, controlados pelos empregadores e outros atores que não compõem a classe trabalhadora.¹⁹

Além disso, a compreensão dos modos em que as tradições de lutas dos trabalhadores, no ciclo de agitação social global, foram assimiladas e reelaboradas pelas experiências ocorridas no Rio de Janeiro, igualmente pode ser favorecida pelas reflexões propostas por Charles Tilly. Em alguns trabalhos, o autor procura interpretar “diversos episódios de ação coletiva, fortalecendo o modelo analítico com novos conceitos”, como os de “*percepção de oportunidades*”, “*apropriação social dos recursos organizacionais*” e “*mediação*”, segundo a abordagem da sociologia histórica, interessada na análise dos mediadores das apropriações e seus repertórios, no contexto internacional das lutas por direitos.²⁰

Faz-se importante mencionar, nesse momento, como exemplos da produção historiografia sobre a classe operária e suas lutas na Primeira República, a obra de Boris Fausto, que foi a primeira a ser desenvolvida no âmbito universitário brasileiro sobre o movimento operário,²¹ e os estudos de Sheldon Leslie Maram e John Foster Dulles, publicados em português no final da década de 1970.²² Todavia, nestes três trabalhos de pesquisa empírica, apenas as greves dos trabalhadores têxteis e dos trabalhadores marítimos, ocorridas entre maio e julho de 1919, foram mencionadas com maiores detalhes, isso considerando que um conjunto bem mais amplo de ações coletivas foram realizadas naquele ano, como as greves dos barbeiros, dos alfaiates, das costureiras, das lavadeiras etc.²³

¹⁸ LINDEN, Marcel van der. 2013. Op. Cit., p. 250.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ PEREIRA, Joana Dias. 2014. Op. Cit., p. 45; MCADAM, Adam; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge: University Press, 2001; TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. London: Longman Higher Education, 1978.

²¹ FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit. A primeira edição deste livro foi publicada em 1976 pela Editora Difel. Sobre as contribuições e as críticas a ele elaboradas, ver: GOMES, Angela de Castro (org.). **Leituras críticas sobre Boris Fausto**. Belo Horizonte, MG. Editora da UFMG, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2008.

²² MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. A primeira 1º edição em inglês dessa obra foi publicada em 1978; DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. A 1º edição dessa obra foi publicada em inglês em 1973.

²³ DULLES, John W. F. 1977. Op. Cit., p. 76-77; MARAM, Sheldon Leslie. 1979. Op. Cit., p. 55-57; FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 216-217.

Também nos anos 1970 foi publicada uma coletânea de fontes sobre as condições de vida e de trabalho e as lutas trabalhistas da classe operária. Esse empreendimento, organizado por Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, disponibilizou para o grande público um conjunto promissor de documentos sobre a história dos trabalhadores a ser utilizado nas pesquisas.²⁴

A partir, especialmente, dos anos 1980, novos trabalhos foram produzidos. As pesquisas procuraram, naquele momento, revisar a partir da ampliação da pesquisa documental (contando com novos espaços como o Arquivo Edgar Leuenroth na UNICAMP), e do aprimoramento teórico e metodológico fornecido pela antropologia social, pela sociologia histórica e pela história vista de baixo, interpretações consideradas controversas e insuficientes.²⁵ Além disso, uma relevância de natureza social também se apresentava, como resultante da repressão presente na ditadura civil-militar e da ausência de democracia no Brasil. Isso porque estudar o período da Primeira República, e em especial o anarquismo, seria uma maneira encontrada de resgatar a memória de experiências autônomas que apostavam num futuro que pudesse ser mais igualitário e menos opressor.

Segundo Fernando Teixeira da Silva e Sidney Chalhoub, uma mudança de abordagem deu-se, a partir daquele momento, nos estudos sobre a classe operária:

Grosso modo, os autores identificavam uma ‘ruptura’, uma mudança de paradigma no entendimento da classe operária enquanto sujeito político: antes, a classe aparecia como sujeito subordinado, sem dinâmica própria que emergisse de suas práticas, ‘determinado por condições exteriores à sua existência concreta’; agora (meados dos anos 1980), surgia uma produção acadêmica empenhada em ‘captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas.’²⁶

Durante os anos 1980, pesquisas como as de Angela de Castro Gomes, Claudio Batalha e Cristina Campos avançaram na compreensão das experiências do movimento operário (segmentos organizados dos trabalhadores), e abriram, conseqüentemente, novos

²⁴ HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1979. Op. Cit.

²⁵ A título de exemplo das teses mais criticadas, Fausto e Maram caracterizaram as experiências políticas desenvolvidas pelos anarquistas no movimento operário de modo negativo. A suposta “debilidade da teoria”, ou a “fragilidade do movimento” com seus “erros táticos” seriam marcas de uma “ideologia pequeno-burguesa” que se equivocou estrategicamente por não assumir a luta partidária como uma forma de organização e enfrentamento importante. Ver: FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit; p. 231; MARAM, Sheldon Leslie. 1979. Op. Cit., p. 149. Também já havia sido publicado o trabalho de José Murilo de Carvalho, em que o mesmo desenvolve sua tese sobre a “estadania”, igualmente questionado pelas novas pesquisas. Ver: CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁶ CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos do AEL**. vol. 14, n. 26, 2009, p. 26.

caminhos para os estudos.²⁷ Esses autores foram precisos ao evidenciar que o movimento operário era formado por um grupo diversificado de correntes políticas, em que se encontravam, além dos anarquistas, os sindicalistas revolucionários e os comunistas (até então vistos, de um modo geral, como a única face do movimento operário), e correntes como os socialistas, os positivistas, os clientelistas e os católicos. Além disso, as contribuições provenientes dos trabalhos foram além, uma vez que referenciadas por uma nova perspectiva teórica, as análises procuraram ecoar a voz dos próprios trabalhadores.²⁸ Naquele momento, a inspiração comum compartilhada por boa parte dos trabalhos era a obra Thompson. Cristina Campos assim observava:

Foi fundamental perceber que, contradizendo a maioria das leituras feitas sobre o movimento operário organizado sobre base anarquista e sindicalista revolucionária, os trabalhadores dos grandes centros industriais do país, nestes anos que permeiam o final da Primeira Guerra e principalmente o pós-guerra, experimentando a exploração, identificando pontos de interesse comuns entre si e antagônicos a outros homens, lutam por essas questões. Neste processo de luta chegam a reconhecer o descobrimento da consciência de classe, entendida como ‘a maneira como se traduzem essas experiências em termos culturais, encarnando-se em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.’²⁹

Desde os anos 1980, os resultados obtidos com as novas pesquisas permitiram a compreensão de que os trabalhadores organizados e não organizados percebem, aos seus modos, as experiências de exploração, trabalho, família, associação, resistência, etc. Sendo assim, foi se tornando conhecido o fato de que o movimento operário na Primeira República, construído sob uma estrutura que mais dividia do que unia os trabalhadores – em função, por exemplo, das rivalidades étnicas e nacionais, das disputas por espaços num mercado de trabalho com abundância de mão de obra, e do preconceito racial – assumiu a tarefa de produzir unidade onde predominava a divisão.

Atualmente, as pesquisas sobre os mundos do trabalho no Brasil estão inseridas no campo da História Social do Trabalho, que abarca as experiências econômicas, políticas, culturais e sociais tanto dos trabalhadores escravizados quanto dos trabalhadores livres, de

²⁷ GOMES, Angela de Castro. 2005. Op. Cit.; BATALHA, Claudio. **Le syndicalisme ‘amarelo’ à Rio de Janeiro (1906–1930)** (Ph.D., Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne, 1986); CAMPOS, Cristina Hebling. 1988. Op. Cit.

²⁸ Sobre o debate teórico realizado no período, as considerações teóricas e metodológicas de autores como Marcel Mauss, Adam Przeworski, Barrington Moore Jr. e E. P. Thompson influenciaram a crítica pioneira, desenvolvida por Angela de Castro Gomes, ao conceito de populismo, bem como na construção de sua tese acerca da invenção do trabalhismo no período do Estado Novo (1937-1945). GOMES, Angela Maria de Castro. 2005. Op. Cit.

²⁹ CAMPOS, Cristina Hebling. 1988. Op. Cit., p. 13.

modo a abdicar das tradicionais dicotomias, para que se possa evidenciar as mais diversas faces do trabalho e dos trabalhadores, como o associativismo, o lazer, as formas de resistência, a produção cultural, o trabalho conforme cada categoria profissional etc.³⁰

Considerando a existência de um ciclo de agitação social global, visível sobretudo na adoção da greve como luta por direitos em caráter internacional, conforme poderemos identificar nas ações coletivas ocorridas em Berlim, Buenos Aires, Londres, Paris, etc., essa tese pretende analisar e compreender as influências compartilhadas pela classe trabalhadora do Rio de Janeiro na conjuntura política entre 1917 e 1920, com enfoque nas experiências políticas e culturais ocorridas no ano de 1919, tendo em vista as conexões, as trocas estabelecidas no cenário internacional.

Argumentamos que, na cidade do Rio de Janeiro, o ano de 1919 não caracterizou-se apenas pela eclosão das lutas trabalhistas (greves, *meetings*, tentativas insurrecionais, etc.), entendidas como ações espontâneas, ou apenas reativas ao aumento do custo de vida, como tem comumente se apresentado em grande parte da historiografia. Isso porque, a mobilização e a repressão, de forma mais complexa, se fizeram pela assimilação e pela reelaboração de linguagens e práticas presentes na conjuntura política internacional. De tal forma, torna-se oportuno revisitar o tema das lutas por direitos a partir de um enfoque e de uma perspectiva específicos, visando identificar e compreender as ações coletivas da classe trabalhadora com um olhar atento às relações existentes entre elas e o contexto global de agitação social. Inclusive para que possamos verticalizar a interpretação de elementos importantes da mobilização operária, como as greves, a repressão policial, e as prisões dos trabalhadores, sob um prisma eventualmente negligenciado pela historiografia.

³⁰ Como exemplos da produção mais recente da história social do trabalho brasileira, ver: FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio; FONTES, Paulo. **Na luta por direitos:** estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de classe:** identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. Estudos sobre os trabalhadores das cidades de Juiz de Fora (MG), Corumbá (MS), Salvador (BA), Manaus (AM) e Porto Alegre (RS) são exemplos da diversidade regional que atualmente enriquece as pesquisas em história social do trabalho, citamos: OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade:** a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920). Juiz de Fora (MG): Funalfa; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010; SOUZA, Robério S. **Trabalhadores dos trilhos:** imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015; MORATELLI, Thiago. **Operários de empreitada:** os trabalhadores da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013; PINHEIRO, Luís Balkar Peixoto. **Mundos do trabalho na cidade da borracha:** trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930). Jundiaí: Paco Editorial, 2017; BARTZ, Frederico Duarte. 2017. Op. Cit. E pesquisas coletivas sobre as relações laborais no mundo lusófono e na América latina exemplificam a aplicação da metodologia da História Global do Trabalho, conferir: MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo; VARELA, Raquel. **História das relações de trabalho:** Brasil e Portugal em perspectiva global. Rio de Janeiro: Consequência, 2017; SCHETTINI, Cristiana; SURYANO, Juan (compiladores). **Historias Cruzadas:** diálogos historiográficos sobre el mundo del trabajo em Argentina y Brasil. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2019.

Capítulo 1

A classe trabalhadora na cena política da Primeira República

Liberalismo oligárquico

A partir de 1891, quando foi promulgada a primeira Constituição republicana brasileira, uma união entre práticas políticas oligárquicas, como o paternalismo e a violência, e princípios ideológicos liberais, como o federalismo e o reconhecimento das liberdades individuais (como a liberdade de pensamento, o direito de *habeas corpus* e o direito de reunião) foi estabelecida. Entre 1889 e 1930, a experiência da República foi marcada por essa lógica, que se fez, no âmbito das relações sociais, como um impeditivo para a construção da democracia e da expansão dos direitos de cidadania no Brasil.³¹

Nesse sistema político de lógica excludente, especialmente a partir da criação da assim chamada “política dos estados”, (um acordo de compromissos mútuos, entre o presidente da República, passando pelos governadores de Estado e chegando ao Poder Municipal) a essência e os limites da política eleitoral foram elaborados. As eleições, naquele contexto, tinham como objetivo viabilizar a continuidade das forças da situação no poder, e por isso, eram acompanhadas de perto pelos coronéis, considerando a baixa participação popular nos pleitos, em decorrência, sobretudo, da exclusão dos analfabetos.³² Além disso, entre os qualificados para o voto (alfabetizados, homens e maiores de 21 anos), em geral poucos compareciam no dia da votação. Para algumas lideranças do movimento operário, essa abstenção era uma reação à falta de seriedade dos políticos, que, no entanto, não resultou na apresentação de projetos ou alternativas que pudessem alterar as regras do jogo.³³

Durante esta primeira experiência republicana, a participação política por meio do voto era restrita a uma pequena parcela da população. Entre os trabalhadores que votavam, havia o apoio a candidatos não trabalhadores que defendiam questões sociais, como os deputados de oposição Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento, bem como as atuações dos advogados socialistas Caio Monteiro de Barros e Evaristo de Moraes, que na capital da

³¹ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. 2003. Op. Cit., p. 91.

³² De acordo com José Murilo de Carvalho, entre 1904 e 1922, a participação eleitoral girou em torno de 1,4% e 3,4% da população total do país. CARVALHO, José Murilo de. Os três povos das República. **Revista USP**. São Paulo, n. 59, setembro/novembro 2003, p. 104.

³³ BATALHA, Claudio H. M. Clases trabajadoras, derecho al voto y política electoral em Río de Janeiro entre el Imperio y la República. In: SCHETTINI, Cristiana; SURYANO, Juan (compiladores). **Historias Cruzadas: diálogos historiográficos sobre el mundo del trabajo em Argentina y Brasil**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2019, p. 135-142.

República “prestavam serviços às associações operárias” e flertavam com a política eleitoral.³⁴

Críticas ao modelo excludente de República experimentado no país vieram de seus contemporâneos, como é o caso do escritor Lima Barreto. Em sua obra identificamos questionamentos ao racismo, ao “funcionarismo” e à desigualdade social – elementos identificados pelo autor no decorrer da experiência republicana brasileira.³⁵ Isso considerando as ambivalências de um homem daquele tempo, como seu desgosto com o feminismo e a manifestação de posições ambíguas na condução de sua carreira como escritor.³⁶

De tal forma, quem exercia o poder econômico e o poder político durante a Primeira República, de modo pouco democrático, eram as oligarquias:

Coronéis e oligarcas marcam o sistema político predominante na República até 1930. Embora denominado pelos autores ora como sistema político oligárquico, ora como sistema coronelístico, configurações que revelam uma certa discrepância interpretativa, o mais importante é constatar que o sistema político prevalecente na República oligárquica inviabiliza avanços significativos no processo de construção da cidadania no período compreendido entre 1889 e 1930.³⁷

Todavia, importa observar que esse sistema político oligárquico não dependeu, exclusivamente, da aliança entre as duas mais fortes oligarquias do período, a de Minas Gerais e a de São Paulo, para manter a sua estabilidade entre 1889 e 1930, ainda que a ocupação da cadeira presidencial tenha sido hegemônica por esses Estados.

A partir do momento em que se estabelece um novo olhar sobre o regime político republicano, pode-se perceber que sua estabilidade derivava muito mais da ausência de alianças permanentes e monolíticas do que do seu contrário. [...] A inexistência da aliança Minas-São Paulo não impediu que o regime republicano adquirisse consistência e relativa estabilidade.³⁸

Conforme os estudos históricos vêm demonstrando, o liberalismo republicano brasileiro tornou-se identificado pela ideologia do constitucionalismo do Poder Judiciário (a ideia de que o judiciário atuaria como um contrapeso para as decisões consideradas autoritárias tomadas pelo Poder Executivo). Acreditava-se que as instituições jurídicas, como

³⁴ BATALHA, Claudio. H. M. 2019. Op. Cit., p. 137.

³⁵ Como exemplo, em 1915, no livro *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, a partir de um funcionário do Arsenal da Guerra que adere à República, Barreto apresentou o que seria um projeto nacionalista e republicano, que logo se veria frustrado. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. 2003. Op. Cit., p. 102.

³⁶ BARRETO, Lima. **Contos Completos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 22.

³⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. 2003. Op. Cit., p. 119.

³⁸ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. 2001. Op. Cit., p. 43.

o Supremo Tribunal Federal (STF), teriam maior apego à Constituição. Sobre isso, é notável que à luz de experiências como a expulsão dos estrangeiros sob o argumento da defesa da “soberania nacional”, ou dos repetidos períodos de governo sob o estado de sítio – práticas políticas até certo ponto recorrentes no período republicano –, a tese do constitucionalismo do Poder Judiciário encontra-se, historiograficamente, em questionamento. De tal maneira, a existência de um “constitucionalismo de sítio” aparece, na historiografia, como uma alternativa interpretativa que argumenta partir, do Poder Executivo, a determinação prévia sobre a aplicabilidade da lei, sempre de acordo com a posição social das pessoas envolvidas nas experiências.³⁹

Sendo assim, ao menos três elementos foram fundamentais na delimitação do liberalismo durante a Primeira República: o coronelismo, o constitucionalismo de sítio e, além disso, a existência de um mercado de trabalho sem uma política de regulamentação efetiva. Em tal contexto político-econômico, que resultou numa experiência republicana de dimensões excludentes, os trabalhadores e as trabalhadoras se viram diante do desafio de descobrir mecanismos diversos, como os movimentos sociais, as ações coletivas e o associativismo, para se fazerem presentes na cena política e defenderem seus interesses mais diversos.

Movimentos sociais populares

Conceitualmente, entende-se que um movimento social agrega toda ação coletiva apoiada ou dirigida por uma instituição política, como associações mutualistas, sindicatos, partidos, etc., cujo objetivo é definido previamente e que expressa, pela solidariedade vivenciada, uma dimensão organizada da experiência. A ação coletiva, por sua vez, se refere à “[...] toda ação mais ou menos coordenada por parte de um grupo de trabalhadores (e, talvez, aliados), visando atingir um objetivo específico, que eles seriam incapazes de alcançar individualmente, dentro do mesmo período de tempo e pelos meios a eles disponíveis”. Essa definição, proposta por Marcel van der Linden, abrange as atividades coletivas, como as greves, o protesto popular e as insurreições, bem como o associativismo, de tipo sindical e de tipo mutual.⁴⁰

Na cidade do Rio de Janeiro havia uma tradição de protesto de popular, em busca de direitos e pela conquista de tratamento humano decente, cujo início pode ser identificado na

³⁹ GUERRA, Maria Pia dos Santos Lima. 2015. Op. Cit., p. 235; BONFÁ, Rogério Luís Giampietro. 2009. Op. Cit., p. 74.

⁴⁰ LINDEN, Marcel van der. 2013. Op. Cit., p. 19.

segunda metade do século XIX. Episódios como a revolta do vintém (1879-1880), a revolta da vacina (1904) e as campanhas contra a carestia (1913-1917), por exemplo, foram demonstrações das disposições das classes populares e médias em ir para as ruas fazer política, com a intenção de reivindicar o que consideravam como justo, como direito legítimo, ou mesmo para protestar contra medidas percebidas como inaceitáveis. Mediado culturalmente, algumas vezes o protesto popular agiu de forma pacífica, via comícios, passeatas, reuniões, formação de comitês, etc., outras vezes, utilizou-se de atos que apostavam no uso da violência, como a destruição de bondes, lamparinas, a formação de barricadas e a explosão de dinamites. Lutou-se contra o aumento dos preços das passagens dos bondes, contra a vacinação obrigatória e contra a carestia dos gêneros de primeira necessidade. Os movimentos sociais populares se fizeram, na história do Rio de Janeiro, como uma alternativa de participação na cena política.⁴¹

Em contextos onde percebeu-se a necessidade de lutar por melhores condições de vida e de trabalho, a greve, causadora de prejuízo econômico aos empregadores, foi assimilada como um instrumento importante de protesto e de participação política. Como observa Aldrin Castelucci, entre 1917 e 1920, por exemplo, a adoção da paralisação do trabalho, entendida como luta por conquistas, fossem elas reconhecidas pela empresas, ou em forma de lei, tornou-se um fenômeno compartilhado pelos quatro cantos do país.⁴²

Naquele contexto, os objetivos econômicos, políticos e culturais buscados pela classe operária brasileira foram compartilhados pelos movimentos operários em diferentes centros industriais. Ao observarmos a pauta das greves, conhecemos quais eram os interesses mais comuns almejados com a realização das mesmas, não necessariamente em ordem de importância. Vejamos: a) conquista da jornada diária de oito horas de trabalho; b) descanso semanal; c) igualdade salarial entre homens e mulheres; d) direito de greve; e) reconhecimento político e liberdade sindical; f) fim da exploração do trabalho de menores de 14 anos; g) melhores condições de consumo; e h) aumento de salário.⁴³

É oportuno mencionar que ao deslocarmos nosso olhar para a experiência da cidade do Rio de Janeiro, identificamos a ocorrência de greves sendo conduzidas desde, ao menos, a segunda metade do século XIX. Nas ações coletivas, por exemplo, já se apresentavam algumas das demandas reivindicadas na década de 1910, como a redução da jornada de

⁴¹ Para ilustrar essa tradição de movimentos sociais populares, na campanha contra a carestia, em 1913, foi mencionado, por um participante do protesto, pontos em comum entre, por exemplo, a revolta da vacina e as lutas contra o aumento do custo de vida. ALVES, Kaio César Goulart. 2014. Op. Cit., p. 105.

⁴² CASTELUCCI, Aldrin. 2019. Op. Cit, p. 276.

⁴³ Ibidem.

trabalho, o aumento de salário e o combate à carestia. Assim ocorreu na greve dos compositores tipógrafos, em 1858, quando 80 trabalhadores paralisaram as atividades por aumento de salário no âmbito da produção de três importantes jornais da Corte.⁴⁴ Mais à frente, igualmente foram organizadas greves, por trabalhadores dos transportes, como os cocheiros e carroceiros, que se posicionaram contra a regulamentação de seu ofício,⁴⁵ e uma “greve geral” foi conduzida, durante 26 dias, pelos trabalhadores têxteis, em luta por aumento salarial e melhores condições de trabalho, em novembro de 1903.⁴⁶ Os sapateiros, por sua vez, em 1906 realizaram uma greve, entre 28 de agosto e 16 de novembro, por aumento salarial e direito de associação. Nesta ação coletiva destacou-se a realização de uma passeata, em que compareceram 4 mil trabalhadores, fator que demonstra a capacidade mobilizadora do protesto.⁴⁷ Além disso, os trabalhadores caixeiros conduziram as suas lutas entre a segunda metade do século XIX e o começo do século XX, vindo a conquistar, em 1911, a regulamentação da jornada de 12 horas de trabalho nos estabelecimentos comerciais do Rio de Janeiro.⁴⁸ Conforme podemos observar na tabela abaixo, as greves marcaram presença na cena política do Rio de Janeiro no começo do século XX, embora em certos momentos a incidência de paralisações tenha sido pequena, e, em outros, tenha sido a expressão mais importante do ascenso mobilizatório da classe operária.

Tabela 1
Greves no Rio de Janeiro (1915-1935)

Anos	Greves
1915	07
1916	03
1917	13

⁴⁴ Os jornais eram os seguintes: *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio*. Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, p. 144.

⁴⁵ Segundo Paulo Terra, medidas legais buscaram controlar o trabalho dos cocheiros e carroceiros do Rio de Janeiro desde a segunda metade do século XIX. Regulamentos policiais, exigindo fotografias, e a inspeção dos veículos, obtiveram como resposta a realização de greves. TERRA, Paulo Cruz. Greve como luta por direitos: as paralisações dos cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 237-251, 2014.

⁴⁶ GOLDMACHER, Marcela. **A greve geral de 1903**: o Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. Tese de doutorado em História. Niterói, RJ. UFF, 2009.

⁴⁷ MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). 2004. Op. Cit., p. 127.

⁴⁸ De acordo com Fabiane Popinigis, os caixeiros demandaram, em suas lutas por direitos, o regulamento do descanso semanal a partir do século XIX. Em dezembro de 1911, foi aprovado o Decreto Municipal nº 846, de 21 de dezembro, que reconhecia o direito à semana inglesa e à jornada diária de 12 horas de trabalho, para os trabalhadores do setor comercial. POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 108.

1918	29
1919	22
1920	26
1921	04
1922	02
1923	01
1924	02
1925	03
1926	03
1927	09
1928	24
1929	20
1930	11
1931	22
1932	07
1933	12
1934	35
1935	20

Fonte: MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). 2004. Op. Cit., p. 139-140.

No começo do século XX, as greves reivindicaram direitos trabalhistas, condições de trabalho e salários, e reconhecimento político e liberdade sindical, sendo conduzidas de forma espontânea, ou organizada como o apoio e a direção de instituições políticas, como associações de bairros, mutuais e sindicatos. Além disso, em muitas paralisações ocorridas no período as demandas eram apresentadas por meio de um memorial. Vejamos, como exemplo, as principais pautas que foram levantadas nas paralisações realizadas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Salvador, durante os anos de 1917 e 1919:

Nas cinco cidades em questão, os líderes dos trabalhadores exigiram a clássica palavra de ordem do dia de trabalho de oito horas e aumentos salariais. Além disso, com maior ou menor ênfase, os movimentos exigiam a semana de trabalho ‘inglesa’, a abolição do trabalho infantil (entendida como trabalhadores com menos de 14 anos), a paridade salarial entre homens e mulheres fazendo o mesmo trabalho e o respeito ao direito de greve e de formar sindicatos, incluindo a garantia de que os grevistas não seriam demitidos. Medidas protecionistas também eram exigidas dos trabalhadores como consumidores, como a regularização do suprimento de necessidades básicas e o combate à especulação e à inflação. Outra semelhança foi o instrumento escolhido pela liderança dos trabalhadores para reivindicar direitos – um memorial endereçado às autoridades governamentais e aos empregadores.⁴⁹

⁴⁹ CASTELUCCI, Aldrin. 2019. Op. Cit, p. 276.

Para o caso do Rio de Janeiro, conforme pudemos observar na tabela acima, entre 1917 e 1920 foram promovidas, ao menos, 90 greves, cujas pautas envolviam o alargamento dos direitos acima mencionados, ao mesmo tempo em que se relacionavam com os processos de organização política dos trabalhadores em associações mutualistas, sindicatos e partidos políticos. Tamanho número de ações desempenhadas num curto espaço de tempo permite afirmar a existência de um ciclo de greves, aberto em 1917 e encerrado em 1920. No entanto, indo além das fronteiras que circunscreviam a capital da República, e mesmo a região Sudeste do país, outras greves foram significativas naquele momento.

Como exemplo, em julho de 1917, na cidade de São Paulo, foi conduzida uma greve importante para aquela conjuntura. Inicialmente parcial, a luta dos trabalhadores era por jornada de trabalho, direito de associação, aumento de salário e condições de consumo. Segundo Boris Fausto, a Liga Operária da Mooca e a Liga Operária de Belenzinho “começaram um trabalho de coordenação da greve antes mesmo que essa se transformasse em greve geral”, fator que demonstra que a ação coletiva não foi um simples ato espontâneo. De acordo com Cristina Lopreato, o nível organizativo da greve geral de 1917 foi influenciado pela militância que atuava em torno do jornal *A Plebe*, cuja figura de maior destaque era o tipógrafo Edgar Leuenroth. Assim, a greve “surgiu como efeito de um imenso trabalho conjunto de propaganda e de ação”. Indo além da participação anarquista, segundo Luigi Biondi, a militância italiana e socialista, desenvolvida em associações, também contribuiu para a preparação e para condução desta ação coletiva.⁵⁰

Trabalhadores, militantes e associações atuaram na paralisação. Anarquistas, como Edgar Leuenroth, Florentino de Carvalho, Candeias Duarte, e jornais como *A Plebe* e *Guerra Sociale*, estiveram ao lado de socialistas italianos como Teodoro Monicelli, Giuseppe Sgai e do jornal *Fanfulla* na defesa da ação. O Centro Socialista Internazionale, as lojas maçônicas italianas, as sociedades de socorro mútuo italianas e as ligas de bairros, que ofereceram suporte para a greve, foram essenciais, junto ao Comitê de Defesa Proletária – a instituição responsável por apresentar a pauta de reivindicações e negociar com os empregadores e o Estado – para a organização e a defesa da luta grevista.⁵¹

De modo preciso, a greve, iniciada em junho, no Cotonificio Crespi, a partir de 7 de julho se generalizou. Entre os dias 7 e 13 a cidade “ficou quase ingovernável”. Ocorreram assaltos a carros de farinha e conflitos abertos com a polícia nas ruas. Entre 12 e 16 de julho

⁵⁰ LOPREATO, Cristina Roquete. **O espírito da revolta**: a greve geral anarquista de 1917. Tese de doutorado em História. Campinas, SP. UNICAMP, 1996; BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. **Cadernos do AEL**. Campinas, vol. 15, n. 27, 2009, p. 266-267.

⁵¹ BIONDI, Luigi. 2009. Op. Cit., p. 266-267.

chegou-se à assinatura de uma base de acordos. Ao todo, 200 pessoas morreram durante a realização do movimento. Ao menos 90 fábricas paralisaram as suas atividades. No auge da greve, por volta de 16 de julho, momento em que foi apresentada a proposta de acordo, milhares de trabalhadores estavam paralisados.⁵²

De acordo com Edilene Toledo, dois aspectos se destacaram na greve geral de 1917 em São Paulo: em primeiro lugar, a feição de revolta urbana assumida pela ação coletiva, e, em segundo lugar, o enraizamento da estrutura sindical que se fez como uma consequência da paralisação. Isso mesmo considerando que os acordos firmados ao final do protesto não foram fielmente cumpridos pelos empregadores e pelo Estado. Vejamos:

[...] O processo de reorganização sindical foi influenciado também pela ação de coordenação desenvolvida pelo Comitê de Defesa Proletária, pelas ligas da Mooca e do Belenzinho, pela participação no Comitê de socialistas italianos do Centro Socialista Internazionale e por toda uma rede de associações políticas ou mutualistas como os grupos republicanos, as lojas maçônicas e algumas sociedades italianas de socorro mútuo, que se solidarizaram com o movimento dos trabalhadores, apoiando-o também financeiramente.⁵³

As greves ocorridas entre 1917 e 1920 foram fenômenos espalhados por diversas regiões do país. Dessa forma, em julho de 1917, no Rio de Janeiro, os trabalhadores realizaram ações coletivas por salário mínimo, igualdade salarial entre homem e mulher e jornada de trabalho. No Recife, em junho de 1919, ocorreu uma greve geral por jornada de trabalho e aumento de salário. Em Salvador, também em junho, a luta foi por jornada de trabalho, aumento de salário, semana inglesa e condições de consumo. Em Porto Alegre, em agosto de 1919, uma greve geral reivindicou jornada de trabalho e aumento de salário. Sobre esse contexto político de intensa agitação operária, Toledo observa o seguinte:

A análise das reivindicações nos permite afirmar que as greves foram movimentos com claros objetivos trabalhistas, que, por uma série de circunstâncias, levaram os trabalhadores à exasperação e ao desespero, configurando-se os movimentos em verdadeiras revoltas urbanas. Militantes de várias correntes políticas, também operários ou não, juntaram-se aos trabalhadores em luta. Entre eles havia anarquistas, socialistas, sindicalistas revolucionários, reformistas e outros, mas havia também muitos que não estavam ligados a nenhuma dessas correntes, mas estavam mobilizados para tentar melhorar suas condições de trabalho e de vida.⁵⁴

⁵² BIONDI, Luigi. 2009. Op. Cit., p. 295.

⁵³ TOLEDO, Edilene. 2017. Op. Cit., p. 504.

⁵⁴ Ibidem, p. 510.

Neste mesmo contexto, em 20 de março de 1920 foi iniciada uma greve, que viria a se generalizar dias depois, promovida pelos operários da Estrada de Ferro Leopoldina Railway, com sede no Rio de Janeiro. A luta era por aumentos salariais e melhores condições para a contratação dos condutores em oficinas ferroviárias. A alta adesão de trabalhadores grevistas e as estratégias repressivas adotadas pelos empregadores fizeram dessa ação coletiva um episódio importante da luta por direitos do período.⁵⁵

É oportuno destacar que além do protesto popular e da greve, outra modalidade de ação coletiva foi conduzida durante o ciclo de agitação social. Em novembro de 1918, no Rio de Janeiro, e em outubro de 1919, em São Paulo, foram realizadas duas tentativas de insurreição, lideradas por trabalhadores e militantes, sob a inspiração, em algum nível, da Revolução Russa, cujo interesse era dar início a um processo revolucionário no país. Mais à frente, abordaremos essas iniciativas em suas relações com a conjuntura política internacional.⁵⁶ Por ora, mencionamos, conforme Tiago Bernardon de Oliveira observa, que ambas as tentativas insurrecionais, em 1918 e 1919, ainda que rapidamente frustradas, “devem ser compreendidas como elementos de inflexão do movimento anarquista no Brasil, no sentido de que avaliaram ser possível fazer avançar as proporções da mobilização operária iniciada em 1917”.⁵⁷

Precisamente, os movimentos sociais populares e as greves mencionadas acima foram importantes para o aprendizado de participação política dos trabalhadores, e estiveram relacionadas, em alguma medida, com o desenvolvimento e o enraizamento do associativismo, fosse ele de tipo mutual ou sindical. Isso considerando que o mutualismo, cujo objetivo principal era prestar socorros aos associados (indenizações, pensões, medicamentos, atendimento hospitalar, financiamento de funeral etc.), também poderia oferecer apoio aos sindicatos em algumas lutas por conquistas. Dessa forma, faz-se necessário apresentar os elementos definidores do sindicalismo na Primeira República, que esteve mais próximo, por seus objetivos fundamentais, às greves.

Práticas sindicais

De acordo com Cláudia Viscardi:

⁵⁵ CAMPOS, Cristina Hebling. 1988. Op. Cit., p. 130-131.

⁵⁶ BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. 1967. Op. Cit.; ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

⁵⁷ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. 2018. Op. Cit., p. 229-230.

[..] A limitação do exercício de um direito político fundamental não impediu a participação política dos que não tinham direito ao voto. Ela se processaria através de mecanismos alternativos, a exemplo do associativismo, em suas diversas modalidades, como o mutualista, sindical, filantrópico, literário, científico, entre outros. Estudos recentes têm apontado para a significativa mobilização da sociedade civil brasileira no final do oitocentos e primeiras décadas do século XX em contraposição a uma sociedade de indivíduos passivos.⁵⁸

Para que se possa compreender o sindicalismo brasileiro durante a Primeira República, faz-se oportuna a identificação dos elementos centrais do associativismo internacional no começo do século XX. Em 1906, na França, conciliando lutas de curto e longo prazo, floresceu o sindicalismo revolucionário, entendido como uma “solução de compromisso”, firmada na Carta de Amiens, em que diversas correntes políticas encontraram um denominador comum. Acerca do período entre 1905 e 1914, Eric Hobsbawm observa que “o típico revolucionário ocidental era provavelmente uma espécie de sindicalista revolucionário”.⁵⁹ Ademais, segundo Marcel van der Linden e Wayne Thorpe “[...] O sindicalismo revolucionário com suas especificidades e nomenclaturas nacionais, tornou-se a orientação predominante da organização sindical em diversos países durante as duas primeiras décadas do século XX”.⁶⁰

Assim, para o caso francês, o sindicalismo revolucionário (também chamado de sindicalismo com intenção revolucionária), tem origem nos movimentos em que predominavam a militância anarquista. Nos casos italiano e argentino, por sua vez, suas fileiras provieram de dissidências dos partidos socialistas. Precisamente, conforme as orientações do I Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, no Rio de Janeiro, na experiência brasileira o sindicalismo revolucionário foi definido pela militância como uma concepção de organização dos trabalhadores a partir de sindicatos, que poderiam contar em suas fileiras com adeptos de correntes políticas diversas, e mesmo trabalhadores sem vinculação político-ideológica. Durante a realização do congresso, os anarquistas conseguiram imprimir às resoluções características importantes do modelo de organização sindical a ser adotado:

Tema 1 – O sindicato de resistência deve ter como única base a resistência ou aceitar conjuntamente o subsídio de desocupação, de doença ou de cooperativismo?

⁵⁸ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. 2017. Op. Cit., p. 57-58.

⁵⁹ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios**, 1875-1914. 22 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 194.

⁶⁰ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. 2018. Op. Cit., p. 215.

Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo, ou cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição de suas condições;

O Congresso aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de sindicato.

Tema 2 – Quais os meios de ação que o operariado, economicamente organizado, pode usar vantajosamente?

O Congresso aconselha como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos todos aqueles que dependem do exercício direito e imediato da sua atividade, tais como a greve geral ou parcial, a boicotagem, a sabotagem, o labéu, as manifestações públicas etc., variáveis segundo as circunstâncias de lugar e de momento.⁶¹

De tal forma, o sindicalismo revolucionário brasileiro, concebido a partir do I Congresso Operário, foi definido pelos militantes como uma prática voltada para a organização dos trabalhadores, que se apoiava na condução de greves, e cujo interesse principal poderia bifurcava-se entre conquistar direitos (salários, jornada de trabalho, descanso semanal, direito de greve, liberdade sindical etc.) e criar condições para a eclosão de um processo revolucionário futuro. Essa prática sindical excluía, em teorias e discursos, a realização, no âmbito das associações, de atividades de cunho mutual e assistencial, e a manifestação de ideologias religiosas e partidárias. Os sindicalistas revolucionários reconheciam, por fim, a existência da luta de classes. Sobre isso, no Congresso Operário de 1906, foi observado o seguinte: “O operariado, agrupando-se em sociedades de resistência, afirma por esse simples fato a existência da luta de classes, que ele não criou, mas se vê forçado a aceitar”.⁶²

A ação direta (greves, boicotes, sabotagens etc., realizadas sem a intermediação de não-trabalhadores nas lutas), utilizada por associações como a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e a Confederação Operária Brasileira (COB) – expressões importantes do sindicalismo revolucionário no Rio de Janeiro – foi o método de luta adotado pela militância.

Essa prática sindical foi muito influente entre o final do século XIX e os anos 1920. Sua expansão no movimento operário internacional se deu num contexto em que a luta político-parlamentar era vista por uma parte dos militantes como insuficiente para alcançar as melhorias econômicas e a transformação radical da sociedade a longo prazo. De um modo

⁶¹ “As resoluções do Primeiro Congresso”. *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 01/02/1914, p. 6.

⁶² HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)**. vol. 1. São Paulo: Brasiliense/Alfa Ômega, 1979, p. 47.

geral, no interior da social-democracia debatia-se qual seria o melhor caminho a seguir, a reforma ou a revolução.⁶³

Para o caso do Rio de Janeiro, a relevância política do sindicalismo revolucionário deveu-se à militância anarquista que, interessada em difundir as suas ideias junto à classe operária, apoiou as lutas sindicais promovendo greves, boicotes, sabotagens e *meetings*. Houve em muitas experiências o encontro entre a prática sindical e a propaganda do ideário libertário, cujos princípios mais comuns eram a defesa da liberdade e a crítica ao poder estatal. Sobre isso, a “escalada anarquista” na liderança da classe trabalhadora do Rio de Janeiro passou por dois momentos.

De acordo com Angela de Castro Gomes, em primeiro lugar, entre 1906 e 1916, é observável uma fase marcada, sobretudo, por ações de propaganda, em que se destacaram as seguintes atividades: a) publicação de jornais e revistas, como *A Guerra Social*, *Na Barricada* e *A Voz do Trabalhador*; b) criação de associações como a Liga Anticlerical, a Liga Antimilitarista e o Centro de Estudos Sociais; c) organização das associações de tipo sindical criadas com o apoio dos anarquistas, como a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e a Confederação Operária Brasileira (COB); d) realização de campanhas públicas de protesto, como as contra a expulsão dos estrangeiros, contra a carestia, contra a guerra e contra o assassinato do educador anarquista Francisco Ferrer; e) organização de dois congressos operários, que contaram com a participação de delegados provenientes de diversas regiões do país, o primeiro em abril 1906, e o segundo em setembro de 1913.

Em segundo lugar, entre 1917 e 1920, a “escalada anarquista” passou por uma nova etapa. A influência dos libertários se fez mais presente nos sindicatos, sendo notório o apoio conferido às greves. Além da FORJ, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ) contaram, em suas direções, com militantes anarquistas. Em certos momentos, as diretorias do Centro Cosmopolita, da União dos Operários em Construção Civil, da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), da União dos Alfaiates e da União dos Oficiais Barbeiros foram ocupadas por libertários. A greve geral de julho 1917, e a tentativa de insurreição, em novembro de 1918, foram duas mobilizações de grande impacto na cidade, e que contaram com a participação de lideranças anarquistas conhecidas no meio militante, como Astrojildo Pereira e José Oiticica. Jornais operários, como *O Jerminal*, *Spartacus*, *Liberdade* e *Voz do Povo*, foram, entre 1917 e 1920, os principais veículos de informação coordenados por essa militância. Finalmente, em abril de

⁶³ Sobre esse debate, conferir a intervenção da militante socialista Rosa Luxemburgo: LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

1920, foi organizado o Terceiro Congresso Operário Brasileiro, que contou, também, com a presença anarquista.⁶⁴

Sendo assim, a maior visibilidade dos anarquistas entre os trabalhadores se deu no contexto em que grandes transformações políticas e econômicas se operavam, como desdobramentos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Segundo Castelucci:

O final da década de 1910 foi marcado por grandes transformações econômicas, sociais e políticas e por uma intensa mobilização da classe trabalhadora no plano mundial. Parte dessas mudanças e desse processo de reorganização dos trabalhadores está associada, direta ou indiretamente, à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A eclosão do conflito militar provocou uma cisão no movimento operário que se organizava tendo por referência a II Internacional (1889-1914). O apoio que setores significativos da social-democracia deu aos governos em seus planos bélicos e imperialistas, até mesmo votando favoravelmente à liberação de créditos de guerra nos parlamentos nacionais, fez os descontentamentos se constituírem num pólo aglutinador de forças de esquerda expresso na fundação da III Internacional (1919-1943). As duas revoluções que eclodiram na Rússia entre fevereiro e outubro de 1917, juntamente com as insurreições na Alemanha e no resto da Europa foram o pano de fundo do movimento operário e sindical da época. Não é à toa que a conjuntura de 1917-1919 tenha sido marcada por intensas agitações operárias em todo o mundo.⁶⁵

O sindicalismo reformista, por sua vez, também se constituiu como uma prática sindical influente, de Norte a Sul do país. Na cidade do Rio de Janeiro, sua capilaridade foi mais visível entre os portuários, os caixeiros e os trabalhadores dos transportes.⁶⁶ A Associação dos Marinheiros e Remadores, a Federação dos Condutores de Veículos, o Centro Cosmopolita e a Associação de Resistência dos Cocheiros e Classes Anexas, apenas para mencionar algumas associações que combinavam funções sindicais e assistenciais, foram dirigidas, em certos momentos, por militantes reformistas.

Segundo Claudio Batalha, autor pioneiro na pesquisa do tema, o sindicalismo reformista se fez a partir das medidas adotadas por um grupo extenso de correntes políticas interessadas na conquista de direitos para os trabalhadores, a serem obtidos a partir de ações que não tinham por interesse a realização de processos revolucionários. Assim, positivistas, clientelistas e também socialistas se aproximaram de valores e práticas reformistas. Os princípios mais comuns eram: 1) as greves como um último recurso, usado apenas quando todos os outros meios de pressão haviam falhado; 2) qualquer ajuda para conquistar seus

⁶⁴ GOMES, Angela de Castro. 2005. Op. Cit., p. 118-121.

⁶⁵ CASTELUCCI, Aldrin. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 25, nº 50, 2005, p. 132.

⁶⁶ BATALHA, Claudio H. M. 2000. Op. Cit., p. 33-34.

interesses era bem-vinda, de modo que durante os conflitos trabalhistas eles frequentemente apelavam para advogados, políticos, oficiais do governo, chefes de polícia, ministros e até o presidente; 3) defesa de oferta de ajuda mútua e cooperativa para manutenção dos sindicatos fortes; 4) a hierarquia era importante em termos da boa organização administrativa dos sindicatos; 5) a estabilidade institucional e financeira era considerada essencial para que os sindicatos atingissem os seus objetivos.⁶⁷

De modo preciso, pode-se concluir que se a participação política, por meio do voto e das eleições, não alcançava a maior parte da população trabalhadora, outras modalidades de atuação foram assimiladas e reelaboradas na experiência cotidiana, em contextos em que percebeu-se a necessidade de lutar pela conquista de melhores condições de vida e de trabalho. Os trabalhadores e as trabalhadoras descobriram, conforme suas próprias experiências e expectativas, a importância do protesto popular, do associativismo em suas diversas modalidades (mutual, sindical, filantrópico, carnavalesco, científico, literário etc.), e das greves, entendidas como luta por conquistas ou como um meio estratégico para a realização de uma revolução social.

Tendo em vista a existência de um complexo processo de construção da cidadania no Brasil, que contou com a incorporação das práticas sindicais e das greves no dia a dia de um conjunto relevante de trabalhadores de Norte a Sul do país, foi importante naquele momento a conquista de alguns direitos trabalhistas, reconhecidos pelos empregadores durante as ondas de mobilização, ou que assumiram a forma de leis, a partir dos anos de 1910 e 1920. O chamado “direito de trabalho” foi, portanto, uma criação que esteve relacionada aos desdobramentos das iniciativas econômicas, políticas e culturais tomadas no contexto do ciclo de agitação social global (1917-1920).

Cidadania e direitos do trabalho

Na experiência da Primeira República, quando o olhar parte da comparação com o período da Era Vargas (1930-1945), não existiu uma regulamentação efetiva do mercado trabalho.⁶⁸ Sendo assim, entre 1889 e 1930, um pequeno número de leis sociais (voltadas para a melhoramento das condições de vida e de trabalho) foi reconhecido, nos municípios do país, sob a impulsão do associativismo, das greves, das atuações de políticos identificados com as causas operárias e dos pensamentos jurídicos da época.

⁶⁷ BATALHA, Claudio. 2017. Op. Cit., p. 88-89.

⁶⁸ VIANNA, Luís Werneck. 1999. Op. Cit.

Em conjunto, as experiências parlamentares, associativas e de luta contribuíram para a conquista de um restrito conjunto de direitos, especialmente a partir do final da década de 1910. O debate historiográfico sobre a legislação trabalhista aprovada durante a Primeira República tem destacado, de um lado, as atuações dos deputados Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento e, por outro lado, as práticas das bancadas paulista, carioca e gaúcha, vinculadas ao empresariado de seus respectivos estados.⁶⁹

A conquista de não mais que uma dezena de direitos, reconhecidos em lei (como a indenização em casos de acidentes de trabalho, e a criação de caixas de aposentadoria) esteve relacionada com as lutas por conquistas e os movimentos associativos no plano nacional. Isso considerando, para o caso do Rio de Janeiro, o aprendizado cívico e de organização que as associações mutualistas legaram para a formação da classe trabalhadora,⁷⁰ a constituição dos primeiros partidos políticos operários,⁷¹ e, por fim, a luta sindical.

No que se trata dos direitos reconhecidos pelo Estado, a criação da Justiça do Trabalho foi um acontecimento relevante. Estabelecida, no campo internacional, há pouco mais de cem anos, sua função principal era, objetivamente, impor limites à mercantilização do trabalho, tornando o trabalhador sujeito de direito, com prerrogativas de representação política e ação coletiva.⁷² Contratos e relações de trabalho, antes parte do campo privado das relações sociais, passaram a ter regulação pública. Tal modificação não foi imperceptível. Isso porque durante o século XIX, normas em torno das relações de trabalho, quando haviam, conseqüentemente reprimiam a assim chamada “vadiagem”,⁷³ os protestos populares e as greves, a partir de acusações como a de “perturbação da ordem pública”.⁷⁴

⁶⁹ Em *Trabalho Urbano e Conflito Social*, Boris Fausto recupera alguns posicionamentos feitos em defesa dos trabalhadores por esses deputados federais, nomeados pelo autor de “trabalhistas”. Ao mesmo tempo, são tecidos comentários acerca das práticas adotadas pelas bancadas de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul no tocante à “questão social”. FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 251-262. Essa discussão também aparece em: CAMPOS, Cristina Hebling. 1988. Op. Cit., p. 64-67. Outro trabalho fundamental sobre esse tema é o de Angela de Castro Gomes. GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 55-84.

⁷⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro e JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e FILHO, Daniel Aarão Reis (orgs.). **As esquerdas no Brasil**. Vol. 1. A formação das tradições. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 22.

⁷¹ A título de exemplo, o “Programa Mínimo” do Partido Socialista Brasileiro, presente no “Manifesto” de 1902, propunha, entre outras questões, “igualdade política e jurídica para os dois sexos”, “voto político para todos os cidadãos, como também para as mulheres, desde a idade de 18 anos”, “reconhecimento do direito de cidadão a todos os estrangeiros que tenham um ano de residência no país”, “referendum político e econômico, por voto direito, de iniciativa popular”, etc. BATALHA, Cláudio H. M. 2006. Op. Cit., p. 182.

⁷² SILVA, Fernando Teixeira da. *Leis, Justiça do Trabalho e a força da “modernização”*. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Estado-Democratico-de-Direito/Leis-Justica-do-Trabalho-e-a-forca-da-modernizacao-/40/43017>>. Acesso em: 29/01/2019 às 09h:02.

⁷³ No Brasil, o debate para a criação de regulamentos que reprimissem a vadiagem iniciou, no Parlamento, já no período imperial, concomitantemente à abolição da escravidão. Reprimir a vadiagem, nesse sentido, era parte do

De acordo com Fernando Teixeira da Silva, foi a partir da Carta de 1934 que a Justiça do Trabalho foi instituída no Brasil, embora, de fato, a sua atuação – com destaque para o exercício dos poderes normativos (como o de definir valores a serem percebidos em salários, jornadas de trabalho etc.) –, só tenha iniciado a partir de maio de 1941.⁷⁵ Segundo interpretações tradicionais, como as de Juarez Brandão Lopes e Leôncio Martins Rodrigues, a criação da Justiça do Trabalho teria deslocado o conflito do “chão da fábrica” para o campo legal, de forma que haveria um prejuízo para a “autodeterminação do movimento sindical”. Essa visão, no entanto, tem perdido força na medida em que as pesquisas avançam sobre as relações estabelecidas entre as leis, a justiça, e a dinâmica da luta de classes, ou seja, essas instâncias são vistas como parte de um “campo de força em que diferentes atores se movimentam e, de maneiras diversas, apropriavam-se dos recursos institucionais disponíveis, mas que eram continuamente recriados pelos sujeitos sociais envolvidos”.⁷⁶ Tendo em vista as criações da Justiça do Trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a última em 1943, nota-se que o Estado, em algum nível, apresentou uma resposta às experiências associativas e às ações coletivas da classe trabalhadora no plano nacional, embora sua retórica fosse a da doação dos direitos.⁷⁷

Importa observar que a demanda por leis trabalhistas e por uma intermediação nos conflitos entre patrões e empregados se apresentou, mesmo que pontualmente, já no começo do século XX.⁷⁸ Todavia, criaram-se possibilidades mais efetivas para a aprovação de algumas medidas a partir de dois momentos. Em primeiro lugar, com o ciclo de greves que tomou os principais centros industriais do país a partir de 1917. Em segundo lugar, com o desfecho da Primeira Guerra Mundial e a assinatura do Tratado de Versalhes, que o Brasil foi signatário.

projeto de enquadramento dos libertos e dos pobres em geral ao trabalho assalariado. CHALHOUB, Sidney. 2012. Op. Cit., p. 73-77.

⁷⁴ No Brasil, já em 1890, com a aprovação do Código Penal, limitações foram impostas para a realização das greves. FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 263.

⁷⁵ Segundo Fernando Teixeira da Silva, as alterações mais significativas na estrutura da Justiça do Trabalho até o presente momento se deram com a Constituição de 1946, que subtraiu a Justiça do Trabalho do Poder Executivo, tornando-a um órgão especial e autônomo do Poder Judiciário; a Nomenclatura, entre outros pontos, também foi alterada, transformando os Conselhos em Tribunais; por fim, ocorreu a extinção dos juízes classistas (vogais), em 1999, e a limitação do poder normativo. SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no Tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964**. São Paulo: Alameda, 2016, p. 38-39.

⁷⁶ SILVA, Fernando Teixeira da Silva. 2016. Op. Cit., p. 46.

⁷⁷ GOMES, Angela Maria de Castro. 2005. Op. Cit.

⁷⁸ Em 1904, por exemplo, o deputado Medeiros de Albuquerque tentou levar a cabo a aprovação de uma lei contra acidentes de trabalho, mas não obteve sucesso. FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 252.

De tal forma, a aprovação de algumas leis, a partir de 1919, sofreu pressão interna e externa:

[...] Internacionalmente, havia uma crescente preocupação com a ‘questão operária’, devido ao fim da Primeira Guerra e a assinatura do Tratado de Versalhes (de 1919), do qual o Brasil é signatário. É esse tratado que recomenda a instituição de um novo tipo de direito – o do trabalho -, capaz de representar a nova sociedade do pós-guerra. Um direito, portanto, que nasce com a sanção internacional, e que se formaliza pela formação da OIT.⁷⁹

Para o caso do Rio de Janeiro, o Centro Industrial do Brasil (CIB), uma importante associação patronal, articulou junto às bancadas no Congresso para que os seus interesses fossem resguardados.⁸⁰ Em grandes centros industriais do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre, as paralisações ocorriam num momento de recuperação econômica, a partir de 1917, o que garantiu maiores poderes de negociação aos trabalhadores.⁸¹ Ancorados no princípio liberal do “direito ao trabalho livre”, os representantes dos empregadores travaram debates acalorados na Câmara Federal durante os anos 1910 e 1920, posicionando-se, com veemência, contra a intervenção do Estado no mercado de trabalho. Os deputados da bancada gaúcha, a título de exemplo, eram contrários a qualquer forma de regulamentação.⁸²

Angela de Castro Gomes analisou o processo de elaboração e implementação da legislação trabalhista no Brasil, com um olhar direcionado para as atuações patronais no Rio de Janeiro, entre 1917 e 1937. Nesse estudo, a historiadora identificou, a partir da pesquisa dos anais da Câmara Federal e outras fontes, que uma posição ambígua foi manifesta por grandes setores do empresariado em relação a intervenção do Estado na economia. Isso porque parte do empresariado defendia o intervencionismo do Estado, por meio do estabelecimento de altas tarifas de importação, com vistas a “proteger o mercado interno”. No entanto, quando o assunto era a regulamentação do trabalho, estes mesmos empregadores se posicionavam contra a intervenção do Estado na economia, sob o argumento do “direito ao trabalho livre”.⁸³ De tal maneira, o posicionamento nessa questão alterava-se de acordo com os interesses político-econômicos dos atores sociais envolvidos.

⁷⁹ GOMES, Angela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 19-20.

⁸⁰ GOMES, Angela Maria de Castro. 1979. Op. Cit., p. 162.

⁸¹ LOBO, Eulália M. L e STOTZ, Eduardo Navarro. 1985. Op. Cit., p. 69.

⁸² FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 259.

⁸³ GOMES, Angela Maria de Castro. 1979. Op. Cit., p. 62.

Todavia, a negação patronal à elaboração das leis trabalhistas não ecoou sem a presença do dissenso. Havia quem defendesse publicamente a criação de um “tribunal de patrões e operários”, bem como a tomada de “providências legislativas”. Um exemplo desse posicionamento advém do advogado socialista Evaristo de Moraes, cuja obra *Apontamentos sobre o direito operário* é pioneira no assunto (a sua 1ª edição é de 1905). Segundo Moraes, “só a intervenção enérgica do Estado, mediante providências legislativas”, poderia estabelecer condições mais equilibradas nas relações entre patrões e empregados.⁸⁴

De modo preciso, pioneiramente, a promulgação da lei nº 3.724, em janeiro de 1919, reconheceu o direito a indenização em casos de acidentes no trabalho. Essa foi a primeira lei trabalhista aprovada durante o ciclo de agitação social, e que se constituiu como uma resposta do Parlamento às pressões internas (greves) e externas (Tratado de Versalhes, o qual o Brasil era signatário) que se faziam sentir no país.⁸⁵

A presença no Congresso de deputados que se posicionavam em defesa dos direitos dos trabalhadores contribuiu para a aprovação dessa e de outras leis. As ações dos deputados federais Maurício de Lacerda⁸⁶ e Nicanor Nascimento⁸⁷ foram significativas desses acontecimentos. Identificados como “raros democratas radicais de seu tempo”, ou como deputados “dissidentes”, Lacerda e Nascimento estiveram ligados intimamente aos projetos de criação de uma legislação trabalhista. Lacerda, por exemplo, apresentou um projeto de criação

⁸⁴ MORAES, Evaristo de. **Apontamentos de direito operário**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 19.

⁸⁵ Além disso, o desabamento no Rio de Janeiro da obra destinada à construção do New York Hotel, em julho de 1917, em que 38 operários morreram e outros 25 ficaram feridos, se fez como um elemento de pressão para a criação de uma lei contra acidentes de trabalho. Cf. CAMPOS, Cristina Hebling. 1988. Op. Cit., p. 53-54. Para uma olhar comparativo, Alemanha e Inglaterra já dispunham de seguros contra acidentes de trabalho desde o final do século XIX. Cf. LINDEN, Marcel van der. The national integration of european working classes (1871-1914). Amsterdam. **International Review of Social History**, XXXIII (1988), p. 305.

⁸⁶ Nascido em Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, Maurício de Lacerda ingressou na Câmara em 1912. Segundo Fausto, Lacerda “defendeu, no curso dos anos 1917-1920, um sindicalismo autônomo e combativo, atacando ‘pelegos’ da área marítima e associações têxteis de inspiração patronal. Sem nunca ter chegado a identificar-se com os anarquistas, colaborou com eles em seu momento de apogeu, em conferências sindicais na *Voz do Povo*, provocando repulsa do grupo de ortodoxos representado por homens como Florentino de Carvalho”. Após várias tentativas, ele retornou à Câmara em 1930, pelo Distrito Federal. FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 253.

⁸⁷ Bacharel em Direito como Lacerda, Nicanor Nascimento entrou na Câmara em 1911, eleito pelo Distrito Federal. Segundo Fausto, ele definia-se como “representante do voto urbano não conformista, associado às camadas intermediárias e populares. Seu radicalismo e sua coerência foram entretanto relativos. Entre 1917-1920, ao lado de Lacerda, destacou-se na defesa dos direitos operários; [e] passou gradativamente a uma posição de aberto ataque aos anarquistas, levando-o muitas vezes a atitudes contraditórias”. Nascimento “aderiu formalmente ao socialismo democrático, após um breve período de referências elogiosas à Revolução de Outubro”. Em 1924, voltou ao Congresso, no entanto, “bastante modificado”. FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 254.

do Departamento Nacional do Trabalho, cuja atribuição seria a de “fiscalizar o cumprimento da legislação e aplicar multas aos infratores”.⁸⁸

Em maio de 1917, quem sabe se na premonição dos conflitos que logo iriam surgir, Lacerda solicitou à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara o preparo de um projeto de Código do Trabalho. As greves de São Paulo e da capital da República contribuíram para que ele próprio tomasse a iniciativa, apresentando várias proposições de uma legislação social, semelhante em muitos pontos à promulgada por Vargas após 1930.⁸⁹

De um modo geral, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara restringiu ao máximo o alcance dos projetos de Lacerda e de Nascimento. Isso tendo em vista “a recusa em bloco do problema social”, que provinha de uma série de deputados que assumiram uma postura que combinava “paternalismo” e “liberalismo primitivo”, sendo os deputados gaúchos, em especial, inspirados em uma “versão particular do positivismo”.⁹⁰

Embora tenha sofrido resistências das elites políticas e econômicas, o agrupamento das leis trabalhistas aprovadas durante a Primeira República é o seguinte: a) lei contra acidentes de trabalho (Decreto nº 3724, de janeiro de 1919); b) regulamentação do trabalho doméstico no Distrito Federal (Decreto nº 116107, de 30 de julho de 1923);⁹¹ c) criação da estabilidade decenal e das caixas de aposentadoria com a participação tripartite, Lei “Elói Chaves” (Decreto nº 4682, de 24 de janeiro de 1923); d) lei de férias, com a garantia de 15 dias de descanso remunerado ao ano (Decreto nº 4982, de 24 de dezembro de 1925); e) código de menores, em que se regulamentavam as condições para o trabalho das crianças a partir dos 14 anos (Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927); f) criação do Conselho Nacional do Trabalho, a primeira instituição a exercer a função de conciliar e arbitrar conflitos, no moldes do que futuramente caberá à Justiça do Trabalho (Decreto nº 16027, de 30 de abril de 1923).⁹²

Demandas importantes do movimento operário, como o salário mínimo e a jornada de trabalho de oito horas, foram regulamentadas posteriormente (jornada de trabalho de oito horas diárias e 48 horas semanais na indústria, Decreto nº 21364, de 4 de maio de 1932;

⁸⁸ FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 254.

⁸⁹ Ibidem, p. 255.

⁹⁰ FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 259.

⁹¹ A manutenção dessa lei na listagem é questionável. Isso porque a regulamentação do serviço doméstico, imposta de cima para baixo, implicou, na prática, em uma maior fiscalização e repressão do trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro. Sobre essa questão, ver: SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1850-1920)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019, capítulo 4.

⁹² Eulália Lobo observa que em 1927 foram abertos, junto ao Conselho Nacional do Trabalho, 37 processos, movidos por sindicatos com a intenção de que os empresários cumprissem a lei de férias, aprovada em 1925. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer e STOTZ, Eduardo Navarro. 1985. Op. Cit., p. 68.

salário mínimo, Decreto-Lei nº 2162, de 1º de Maio de 1940). Por fim, a equiparação salarial entre homem e mulher foi prevista constitucionalmente desde 1943 (Artigos 373-A e 461 da CLT).⁹³

Passando pelos discursos de Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento, pelas associações mutualistas e pelos sindicatos dirigidos pelos reformistas, é possível identificar a presença de demandas pela criação de leis trabalhistas, ou a defesa de uma mediação dos conflitos entre patrões e empregados. Todavia, os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras foram reivindicados de maneiras diversas. Para a militância anarquista, em boa parte dos casos, a reivindicação se dava no âmbito do reconhecimento pelos empregadores, ou seja, a luta era por conquistas, e não por leis trabalhistas, isso considerando a indisposição com o Estado e suas instituições.

Sendo assim, se ao menos nos discursos, a busca por medidas legais concentrou-se nas práticas adotadas pelos sindicalistas reformistas, é provável que as ações coletivas, como as greves, por conquistas ou pela construção de um processo revolucionário futuro, defendidas pelos sindicalistas revolucionários, contribuíram, devido a capacidade mobilizadora demonstrada, para o reconhecimento dos direitos de cidadania, pelos empregadores ou em forma de lei. Assim, a militância sindicalista revolucionária teria realizado, por complementariedade, as medidas defendidas pelos sindicalistas reformistas. Conforme observa Tiago Bernardon de Oliveira,

[...] Ainda que o movimento anarquista recusasse qualquer possibilidade de reforma que pudesse integrar e, portanto, conservar as relações sociais capitalistas, suas ações voltadas para o rompimento radical de uma revolução imediata, de uma forma ou de outra, na complexa dinâmica do conflito de classes, contribuíram para resultar em novos procedimentos jurídicos e políticos, dentre eles, o alargamento de direitos, que, por sua vez, constituíram novas arenas da luta de classes, dentro da ordem (ordem sempre de uma classe dominante) vigente.⁹⁴

Identificados os elementos essenciais da participação política na Primeira República, no capítulo seguinte procuraremos interpretar e compreender o contexto internacional em que desenvolveram-se as lutas mais significativas durante ciclo de agitação social global. Isso feito de modo que não se compreenda as experiências ocorridas no ano de 1919 como uma ilha isolada no oceano dos movimentos trabalhistas.

⁹³ A consulta desse conjunto de leis e decretos foi feita no site do Senado Federal, e contou com o complemento das referências presentes nos estudos sobre a temática. Cf. <<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>>.

⁹⁴ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. 2012. Op. Cit., p. 34.

Capítulo 2

Um ciclo de agitação social global, 1917-1920

Segundo Enzo Traverso, quando pensamos sobre as décadas que compreendem o período entre 1914 e 1945 um imaginário de horror se desenha em nossas mentes. Nos lembramos das trincheiras, do portão de entrada de Auschwitz-Birkenau ou do ataque atômico em Hiroshima. Poderíamos acrescentar, pela experiência brasileira, as torturas praticadas contra os pacientes do Hospital Colônia de Barbacena, as violências em que os presos eram submetidos na Colônia Correcional de Dois Rios, em Ilha Grande, há 150 km do Rio de Janeiro, ou a perseguição política sofrida pelas esquerdas, em especial os comunistas, durante o Estado Novo, cujo exemplo mais conhecido é a deportação de Olga Benário, que se encontrava grávida, para um campo de concentração nazista. Foi a violência, “parteira da história”, o elemento marcante de uma época de guerras e revoluções, cuja “simbiose entre cultura, política e violência profundamente moldaram as mentalidades, ideias, representações e práticas”.⁹⁵

Buscando, igualmente, conferir inteligibilidade para o começo do século XX, Joana Dias Pereira observa o seguinte:

Os últimos anos da Primeira Guerra Mundial e os primeiros do pós-guerra foram marcados por um ciclo de agitação social global. Os países beligerantes, como todos os contextos nacionais afectados pela destabilização da economia, foram palco de levantamentos populares contra os açambarcamentos e a carestia de vida e de uma onda de greves com uma adesão inédita.⁹⁶

No período entre 1917 e 1920, sob o impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, movimentos sociais trabalhistas ocorreram em diversas regiões do mundo. Se tomarmos como elemento de análise as greves, conduzidas em países capitalistas como Alemanha, Estados Unidos, França, Inglaterra e Itália, é perceptível a ocorrência de um amplo espectro de protestos populares voltados para a ampliação dos direitos de cidadania reconhecidos em forma de lei ou pelos empregadores.⁹⁷

As ações coletivas, como comícios de protesto (*meetings*), tentativas insurrecionais e greves, foram importantes para a conquista, em nível internacional, mesmo que

⁹⁵ “[...] La simbiosis entre cultura, política y violencia modelo profundamente las mentalidades, las ideas, las representaciones y las prácticas de sus actores”. Cf. TRAVERSO, Enzo. 2009. Op. Cit., p. 11.

⁹⁶ PEREIRA, Joana Dias. 2014. Op. Cit., p. 44.

⁹⁷ ABENDROTH, Wolfgang. 1977. Op. Cit.

provisoriamente, da jornada diária de oito horas de trabalho, do sufrágio universal, da abolição do trabalho de menores de 14 anos, do voto feminino e da equiparação salarial entre homem e mulher. No começo do século XX já havia, em países da Europa e da América latina, uma tradição de lutas do movimento operário e do movimento socialista, fator este que contribuiu para o acúmulo de experiências políticas e que favoreceu os enfrentamentos por conquistas naquele momento.

A provisoriedade das liberdades individuais e dos direitos trabalhistas naquela época, em escala internacional, se explica, entre outros fatores, pelo estabelecimento da crise econômica que resultou na Grande Depressão, em 1929, gerando desemprego estrutural, e que foi um acontecimento importante, ao lado da perseguição anticomunista, para a emergência dos governos de extrema direita, como o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, o salazarismo em Portugal e o franquismo na Espanha – movimentos antiliberais, anticomunistas e antidemocráticos.⁹⁸

Em algum nível, o descontentamento das classes populares, impactadas pela crise econômica resultante da Primeira Guerra Mundial – um conflito que influenciou, com a carestia, os países beligerantes e as nações que mantinham relações econômicas com os mesmos – foi profundo ao ponto de após quase quatro anos e meio de guerra, com decepções, amargura, desemprego e fome, permitir que os apelos revolucionários de socialistas, anarquistas e comunistas fossem ouvidos com maior atenção. Sendo assim, as lutas sociais no Ocidente (greves, passeatas, comícios, celebrações, insurreições etc.) que assumiram, pela sua amplitude internacional, a forma de um ciclo de agitação social global, estiveram relacionadas proximamente com a Primeira Guerra Mundial e com a Revolução Russa.⁹⁹

Primeira Guerra Mundial

A chamada Grande Guerra (1914-1918) foi um acontecimento de enorme impacto. Ao seu término, em novembro de 1918, impérios haviam sido dissolvidos (Império Alemão, Império Áustro-Hungaro, Império Turco-Otomano e Império Russo), a economia capitalista havia sido transformada e repercussões nos sistemas de ideias, como o nacionalismo e socialismo, foram sentidas em diversas regiões.

⁹⁸ No Brasil, a ideologia fascista foi assimilada e reelaborada pelo movimento político integralista, sob a liderança, a partir dos anos 1930, de Plínio Salgado. ABENDROTH, Wolfgang. 1977. Op. Cit., p. 75.

⁹⁹ REMOND, René. 1986. Op. Cit., p. 50.

Iniciada em 28 de junho de 1914, tendo como causa imediata uma crise militar e diplomática (o assassinato, em Sarajevo, de Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, por militantes sérvios), a guerra logo teve desnudada a sua origem primordial: um conflito decorrente de ambições nacionais e imperialistas. Isso considerando o papel importante desempenhado pela economia industrial alemã, que almejava a obtenção de novos mercados para seus produtos industrializados (inclusive reivindicado a posse tardia de territórios na África e na Ásia), e as rivalidades imperialistas entre os países, organizados em blocos hostis, que estiveram envolvidos no conflito (Império Russo, Sérvia, Império Áustro-Hungaro, Império Turco-Otomano, França, Inglaterra, Japão, Itália etc.), interessados na anexação de novos territórios e na consequente ampliação de seus domínios. De acordo com essa interpretação sobre as origens da Primeira Guerra Mundial, “o desenvolvimento do capitalismo empurrou o mundo inevitavelmente em direção a uma rivalidade entre Estados, à expansão imperialista, ao conflito e à guerra”.¹⁰⁰

A historiografia sobre a Primeira Guerra Mundial é contemporânea ao próprio conflito, que completou seu centenário há poucos anos. Sendo assim, ao menos quatro gerações de pesquisadores, a partir dos anos 1920 e 1930, desenvolveram estudos sobre o tema, no sentido da formulação de explicações historiográficas para questões como as origens do conflito, o empenho dos soldados nas trincheiras, o envolvimento da sociedade civil no esforço de guerra, a naturalização do extermínio, as razões para a vitória dos Aliados, etc.¹⁰¹

Entre 1920 e 1960, uma primeira geração de estudiosos interessou-se pela atuação do Estado, entendido como o protagonista no conflito. Adiante, uma segunda geração investigou as experiências diplomáticas e militares, com enfoque nas atuações dos generais e políticos com maior influência. A partir dos anos 1960, houve uma combinação de denúncia das consequências da guerra com o interesse pela compreensão das mentalidades vivenciadas naquele contexto, passando pela interpretação da “cultura da guerra”, ou seja, sobre os sentimentos e as representações mais evidentes. Finalmente, a partir dos anos 1990, uma quarta geração de pesquisadores tem procurado interpretar a Primeira Guerra Mundial a partir de uma metodologia comparativa e transnacional, como por exemplo, por meio da escrita de uma história das deserções dos exércitos, a partir de 1916, tendo em vista que esse fenômeno não se circunscreveu às fronteiras nacionais.¹⁰²

¹⁰⁰ HOBBSAWM, Eric. 2016. Op. Cit., p. 481.

¹⁰¹ CORREIA, Silvia Adriana Barbosa. 2014. Op. Cit., p. 652.

¹⁰² Ibidem, p. 652-654.

Sendo assim, a explicação para as origens da Primeira Guerra Mundial – indo além dos condicionantes de longo termo, como o confronto entre as nações – agrega outras motivações, como a existência de uma crise diplomática em julho e o estabelecimento de uma crise sistêmica no âmbito das relações internacionais.¹⁰³

A Primeira Guerra Mundial foi um acontecimento que “transformou a linguagem, quebrou barreiras entre a esfera pública e privada, violou a distinção entre alvos civis e militares, desafiou divisões de gênero e abriu uma nova fase na história de guerra”.¹⁰⁴ Além disso, como consequências políticas relevantes, os últimos representantes do Antigo Regime se desmantelaram, a exemplos da Rússia e da Áustria-Hungria.

Na Alemanha, a Monarquia foi substituída, em 1919, por uma República – que contou com o estabelecimento do voto feminino. Na França, onde o liberalismo encontrava-se em desenvolvimento, foi instaurada a jornada de trabalho de oito horas sob o governo Clemenceau. O liberalismo e a democracia, de certa forma, saíram fortalecidos após o término do conflito.

Todavia, para alcançar esses resultados, 9 milhões de mortos e 20 milhões de feridos foram gerados pela guerra. Precisamente, ao produzir descontentamento entre as classes populares e médias, o conflito deu um impulso a agitação social. Isso tendo em vista, sobretudo, que as Revoluções Russas, em fevereiro e em outubro (março e novembro no calendário gregoriano), que acabaram por fornecer o exemplo para a “revolução mundial” destinada a construir o socialismo, foram, entre outros fatores, uma consequência da Grande Guerra.

A partir de 1918, greves foram promovidas em escala crescente pela Europa, passando por uma parte das economias capitalistas desenvolvidas ou em rápida expansão, como a Alemanha, a França, a Inglaterra e a Itália. Nesses países havia o temor de que as ações coletivas pudessem ser o gatilho para a realização de protestos liderados pelos movimentos operários. A referência que despertava a insegurança vinha da Rússia que, em outubro de 1917 (novembro no calendário ocidental), havia sido abalada por uma revolução social.

A ideologia comunista, que conferia inteligibilidade para aos acontecimentos naquele país, foi interpretada, por uma parcela das elites políticas e econômicas, como uma ameaça às instituições liberais, em especial à propriedade privada.¹⁰⁵

¹⁰³ CORREIA, Silvia Adriana Barbosa. 2014. Op. Cit., p. 659.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 656.

¹⁰⁵ REMOND, René. 1986. Op. Cit., p. 39-40.

Revolução Russa

Conforme observa Kevin Murphy, a historiografia sobre a Revolução Russa pode ser dividida, para fins explicativos, em três fases. A primeira é composta pelos estudos marxistas, inicialmente produzidos nos anos 1930, cujo enfoque voltou-se para as lutas de classes que resultaram na eclosão de um período revolucionário, iniciado em 1905, e que viveu o seu ápice em 1917. As obras de Leon Trotsky, Victor Serge e Isaac Deutscher, relativamente contemporâneas aos acontecimentos analisados, são exemplares dessa fase inicial. Uma perspectiva revisionista foi inaugurada, a partir dos anos 1950, com a “teoria do totalitarismo”, formulada por Hanna Arendt, que entendia haver semelhanças no conteúdo das práticas repressivas tomadas tanto na União Soviética quanto na Alemanha nazista. Essa tese contribuiu para a formulação, algum tempo depois, de outras revisões historiográficas. Isso porque a assim chamada “soviologia” procurou afirmar haver uma natureza autoritária intrínseca ao projeto societário socialista, pela identificação de uma suposta continuidade entre o modelo organizacional proposto pelos bolcheviques e os gulags. Alguns funcionários da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), como Richard Pipes e Leonard Schapiro, produziram os trabalhos mais divulgados dessa abordagem. Nos anos 1960, sob a influência dos estudos culturais, foram elaboradas revisões da revoluções europeias por François Furet. No mesmo contexto, estudos realizados na perspectiva da história social, sob a inspiração do marxismo, procuraram interpretar e compreender o processo histórico, iniciado no começo do século XX, que resultou na realização da revolução, em 1917, conferindo enfoque às experiências de trabalho, organização e luta dos trabalhadores e das trabalhadoras que habitavam o Império russo. Os estudos de Marc Ferro, Eric Hobsbawm, Alexander Rabinowicht, Steve Smith, Lars Lih, Moshe Lewin e Kevin Murphy são exemplares dessa abordagem, inaugurada há 50 anos, e que permanece produzindo novos trabalhos.¹⁰⁶

A seguir, procuraremos identificar e compreender as motivações econômicas, políticas e culturais mais visíveis da Revolução Russa, segundo o olhar da história social, como uma forma de entender a realização desse evento que foi, ao lado da Primeira Guerra Mundial, fundamental para o desenvolvimento processual da conjuntura política da primeira metade do século XX.

¹⁰⁶ MURPHY, Kevin. Podemos escrever a história da Revolução Russa? **Outubro**. Campinas, Edição 17, 01/2008, p. 47-51.

A Rússia, madura para a revolução social, cansada da guerra e à beira da derrota, foi o primeiro dos regimes da Europa Central e Oriental a ruir sob as pressões e tensões da Primeira Guerra Mundial. A explosão era esperada, embora ninguém pudesse prever o momento e a ocasião da detonação. Poucas semanas antes de fevereiro, Lenin ainda se perguntava em seu exílio suíço se viveria para vê-la.¹⁰⁷

A partir de fevereiro de 1917, em decorrência da decisão tomada pelo Governo Provisório estabelecido sob a liderança de Kerenski de manter a Rússia na guerra, ampliou-se o desemprego nas cidades industriais como Moscou e Petrogrado, e o colapso dos transportes, afetados pelo conflito, resultou em problemas de abastecimento, fator que gerou, por sua vez, insatisfações em muitas famílias que não tinham o que comer.¹⁰⁸ Os dias críticos para a população pobre foram mais agudamente sentidos pelas mulheres, que necessitavam de trabalhar, cuidar das crianças e da falta de alimentação, enquanto os homens encontravam-se no front:

Nas longas filas de mulheres, crianças e velhos discutia-se em surdina por que faltava pão, quem era o culpado pelo sofrimento do povo, quem conseguia tirar alguma coisa da guerra. [...] A polícia de Petrogrado registrou que as filas do pão produziam todos os efeitos de comícios revolucionários com dezenas de milhares de panfletos inflamados. [...] A rua se transformara numa associação revolucionária.¹⁰⁹

A Revolução de Fevereiro teve início no dia 23 (8 de março), a partir de um protesto conduzido por mulheres trabalhadoras. Entretanto, os antagonismos que contribuíram para a vitória da revolução, tanto em fevereiro quanto em outubro de 1917, remetem a fatores relativamente antigos, como as severas condições de vida da classe trabalhadora, no campo e na cidade, o moral baixo vivenciado pelos soldados durante a guerra, e o descontentamento com a corrupção e o autoritarismo do regime czarista.¹¹⁰

A profunda crise social da Rússia decorreu do fracasso do regime czarista em aprovar certas reformas significativas e do abismo econômico entre os ricos e o resto da sociedade russa. O país era governado por um autocrata, o czar Nicolau II, que repetidas vezes dissolvera a Duma – um corpo eleitoral impotente que, por lei, era administrado por homens de posses. [...] A guerra deu ao czarismo um alívio temporário, mas as crescentes derrotas militares e as cerca de sete milhões de baixas do exército trouxeram à tona acusações

¹⁰⁷ HOBBSAWM, Eric. 1995. Op. Cit., p. 67.

¹⁰⁸ MOORE JR, Barrington. **Injustiça**: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 507.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 500.

¹¹⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Russa, 1917-1921**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 23.

sem precedentes de corrupção do regime em praticamente todos os setores da sociedade.¹¹¹

Desde ao menos 22 de janeiro de 1905, o momento em que tropas do Czar atiraram sobre uma procissão de milhares de trabalhadores desarmados, teve início uma ruptura da “fé popular ingênua mas talvez gradualmente minguante do Czar como seu pai e protetor”. Desse episódio seguiram-se greves de operários e marinheiros, criou-se os conselhos de operários e soldados (soviets) e tentou-se conquistar o direito de associação, a reforma agrária e a convocação de uma Assembleia Constituinte que imprimisse liberdades democráticas ao regime czarista. Essa foi a Revolução de 1905 que, embora tenha mobilizado parcelas significativas da classe trabalhadora, não alcançou o objetivo de estabelecer reformas democráticas no país. Sendo assim, anos mais tarde, a matança e os horrores da guerra ampliaram uma insatisfação popular, potencialmente revolucionária, que se acumulava há alguns anos.¹¹²

Em fevereiro de 1917, a partir de uma manifestação de operárias, em comemoração ao Dia da Mulher, que se juntou às greves de metalúrgicos e à invasão do centro da capital, Petrogrado, por operários que exigiam pão, o czarismo se desmantelou. Quatro dias de luta nas ruas puseram fim a um dos últimos representantes do Antigo Regime. Entre fevereiro e outubro um Governo Provisório, de caráter liberal, manteve a Rússia na guerra e sofreu, por isso, pressões tanto de monarquistas regressistas quanto de comunistas, considerando a existência de um duplo poder após Fevereiro, de um lado a Duma (espécie de Parlamento), coordenada pelos liberais, e de outro lado os soviets (conselhos formados por representantes eleitos por operários, camponeses e soldados).¹¹³

Em abril de 1917, Lenin, líder do Partido Bolchevique, retornou de seu exílio na Suíça e publicou o que seriam, na sua visão, as tarefas do proletariado russo nas “Teses de Abril”. A defesa era pela destruição do Governo Provisório, pela transferência do poder aos soviets, pelo fim do exército e da polícia, pela nacionalização dos bancos, pela entrega das terras aos camponeses e pelo controle operário da produção nas fábricas. Com esse programa insurrecional, os bolcheviques, ainda minoria, tentavam ganhar os soviets. Até onde se pode mensurar, a presença das esquerdas em Petrogrado era a seguinte:

¹¹¹ MURPHY, Kevin. A história da revolução russa de fevereiro de 1917. **Outubro**. Campinas, Edição 28, 04/2017, p. 137.

¹¹² MOORE JR, Barrington. 1987. Op. Cit., p. 496.

¹¹³ HOBSBAWM, Eric. 1995. Op. Cit., p. 65.

[...] O registro dos revolucionários presos em 1915 e 1916 revelava a força relativa da esquerda em Petrogrado: 743 bolcheviques, 553 não partidários, 98 socialistas revolucionários (SR), 79 mencheviques, 51 internacionalistas, 39 anarquistas. Com cerca de 600 membros bolcheviques em fábricas metalúrgicas, de engenharia e têxteis somente no distrito de Vyborg, cidade de longe a mais militante durante a guerra.¹¹⁴

A partir de julho de 1917, com a derrota da contrarrevolução liderada pelo general Kornilov, foram abertos mais espaços para a assimilação do discurso insurrecional expresso por algumas lideranças bolcheviques. A vitória da insurreição, em outubro de 1917, deu-se por uma junção de fatores, entre os quais os mais relevantes foram a debilidade do Governo Provisório para se defender, a propaganda incessante feita por Lenin da necessidade de uma insurreição, a liderança bolchevique no soviete de Petrogrado, e, finalmente, a disposição de lutar por tratamento humano decente (paz, pão e terra), que os operários e soldados de algumas cidades industriais, como Moscou e Petrogrado, sob o severo desgaste no contexto da guerra, demonstraram.¹¹⁵ Isso considerando a realização de protestos e greves pela classe trabalhadora russa no contexto pré-revolucionário, com a reivindicação por melhores salários, jornada de oito horas, abolição do trabalho para menores de 14 anos e pelo fim da guerra, que demonstraram a propensão dos trabalhadores e das trabalhadoras para luta por direitos.¹¹⁶

A Revolução Russa, na perspectiva de alguns de seus líderes, tinha a dimensão de ser a propulsora da revolução mundial, que, por sua vez, permitiria a construção do socialismo em nível internacional. Entretanto, muitas foram as dificuldades encontradas, internamente, após Outubro de 1917. Isso porque logo teve início a guerra civil, em que foi necessário empenhar esforços para defender o Estado socialista dos ataques externos, liderados por Estados Unidos, França e outros países de regime democrático, num conflito que exigiu sacrifícios da população, e que durou até 1921.

Nesse contexto, Rosa Luxemburgo, militante revolucionária socialista polonesa (naquele momento uma parte da Polônia fazia parte do Império Russo), escreveu, da prisão, um texto em que criticava algumas medidas adotadas pelos bolcheviques após a tomada do poder, dentre elas o fechamento, em novembro de 1917, da Assembleia Constituinte, seguido pela transferência do poder aos soviets. No pequeno livro *A Revolução Russa*, escrito em 1918, Luxemburgo defendeu a manutenção conjunta do Parlamento e dos soviets, bem como

¹¹⁴ MURPHY, Kevin. 2017. Op. Cit., p. 138.

¹¹⁵ MOORE JR, Barrington. 1987. Op. Cit., p. 513.

¹¹⁶ VARELA, Raquel. 2017. Op. Cit., p. 2240; MURPHY, Kevin. O movimento grevista pré-revolucionário na Rússia (1912-1916). **Outubro**. Campinas, Edição 21, 02/2013, p. 140.

a permanência das liberdades democráticas, como a de expressão, de reunião e de imprensa (mesmo aos adversários), e argumentou que a liberdade “é sempre a liberdade de quem pensa de modo diferente” – numa crítica às medidas “antidemocráticas” tomadas pelos bolcheviques a partir de novembro de 1917.¹¹⁷

Entretanto, para Luxemburgo, que polemizava com Lenin desde o começo do século XX, não havia receita para o socialismo, e por isso sua intervenção assumia a forma de um apoio crítico aos bolcheviques, considerando a ideia, compartilhada por ela e por parte dos militantes russos, de que a revolução se construía na prática, e que ela deveria, para ser bem sucedida, ser mundial – passando, necessariamente, pela Alemanha, a economia capitalista com crescimento mais vertiginoso na Europa.¹¹⁸

Na Alemanha a revolução teve início em novembro de 1918, como uma expressão, entre outros fatores, do desgaste da Monarquia em virtude da derrota do Império Alemão na guerra. Desde 1917, greves ocorriam pelo país com a demanda pelo fim do conflito e o estabelecimento da paz, tendo em vista os racionamentos impostos para a população, e as milhares de baixas dos soldados nas batalhas. Em 28 de outubro, marinheiros do Norte do país se recusaram a embarcar, num ato de resistência ao prolongamento da guerra. Como consequência, centenas deles foram presos e encaminhados para prisões na cidade de Kiel. Nessa cidade iniciou-se, em 31 de outubro, um protesto pela libertação dos presos, que logo assumiu contornos de uma revolta. Isso porque, a partir de então, “nos navios e nas fábricas são [foram] eleitos conselhos de trabalhadores e soldados que se espalharam por todo o país”. Em 9 de novembro o movimento chegou a Berlim. A inspiração conselhistas (os soviets) vinha da Revolução Russa, e foi assimilada pela liderança comunista, agrupada na Liga Spartacus.¹¹⁹

Com a abdicação do Kaiser, o governo foi transferido para a social-democracia, e Ebert, membro do Partido Social-Democrata Alemão, assumiu a liderança política. Para os social-democratas, o interesse mais importante era o estabelecimento da democracia parlamentar sob a forma republicana, que impusesse a ordem e a paz nas ruas. Numa outra direção, os spartaquistas, mais radicais e ao mesmo tempo minoritários entre as forças de esquerda, defendiam o estabelecimento de uma Alemanha conselhistas, no sentido revolucionário e socialista. Como obstáculos, essa militância encontrou os setores da

¹¹⁷ LUXEMBURGO, Rosa. **A revolução russa**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017, p. 104.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 104.

¹¹⁹ LOUREIRO, Isabel. **A Revolução Alemã, 1918-1923**. 2 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2020, p. 64.

aristocracia militar e a própria social-democracia, que estava à frente do governo, e não apresentava a disposição de apostar na revolução.¹²⁰

Nos meses finais de 1918, os social-democratas buscaram o apoio dos militares monarquistas, para abafar os protestos nas ruas, e realizar uma Assembleia Constituinte. A proposta dos comunistas era a de transferir o poder para os conselhos – o que pintaria a revolução com cores nitidamente socialistas. Em julho de 1919, em um momento em que as lideranças de esquerda mais radicais haviam sido silenciadas, a República alemã ganhou a sua Constituição.¹²¹ Entre 1919 e 1933, o país viveria os anos da República de Weimar, um período marcado por efervescência política e cultural.

Embora a revolução mundial não tenha se efetivado, ações coletivas, como greves, formações de conselhos de operários e soldados, comícios, passeatas e tentativas insurrecionais, sob a inspiração da Revolução Russa, ocorreram em alguns países:

[...] ‘Soviets’ foram formados por empregados da indústria do tabaco em Cuba, onde poucos sabiam onde ficava a Rússia. Os anos de 1917-19 na Espanha vieram a ser conhecidos como o ‘biênio bolchevique’, embora a esquerda local fosse anarquista apaixonada, ou seja, politicamente no polo oposto ao de Lenin. Movimentos estudantis revolucionários irromperam em Pequim (Beijing) em 1919 e Córdoba (Argentina) em 1918, logo espalhando-se por toda a América latina e gerando líderes e partidos marxistas revolucionários. [...] Em suma, a Revolução de Outubro foi universalmente reconhecida como um acontecimento que abalou o mundo.¹²²

Movimentos sufragistas

Durante o ciclo de agitação social global, que vimos descrevendo, foi relevante a participação das mulheres nas ações coletivas voltadas para a conquista de direitos, mesmo que seu acesso ao movimento associativo tenha sido restrito, e suas resistências tenham se dado como mães, esposas e trabalhadoras. Diante disso, a seguir mencionamos algumas das experiências políticas mais importantes vivenciadas pelo movimento feminista no começo do século XX. De acordo com Raquel Varela,

A guerra revolveu as entranhas da sociedade: as mulheres entraram em massa no mercado de trabalho. Foi essa passagem do trabalho doméstico, isolado, ao trabalho fabril, concentrado; do trabalho doméstico não pago ao

¹²⁰ LOUREIRO, Isabel. 2020. Op. Cit., p. 66-67.

¹²¹ ALMEIDA, Angela Mendes de. **A República de Weimar e a ascensão do nazismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 28.

¹²² HOBBSAWM, Eric. 1995. Op. Cit., p. 72.

trabalho assalariado, e a revolução russa – conquistas de direitos sociais amplos – que permitiu o primeiro sopro de igualdade de gênero da história contemporânea. Embora o sufrágio feminino estivesse na agenda desde o início do século XX, conquistado na Austrália em 1902 e na Finlândia em 1906, por exemplo, só a I Guerra vai derrubar a primeira grande barreira à igualdade de gênero na Inglaterra e Alemanha, e no caso da Itália e França, só a Segunda Guerra.¹²³

Uma dimensão importante do ciclo de agitação foi a das lutas feministas pela conquista do direito ao voto promovidas internacionalmente. Na Inglaterra, o voto feminino foi reconhecido em fevereiro de 1918, onde contou com a militância do movimento sufragista, liderado, entre outras, por Emmeline Pankhurst. A Alemanha, por sua vez, teve o reconhecimento em novembro de 1918, no esteio da Revolução Alemã, e contou com a militância feminista e anticapitalista de Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin. A Revolução Russa, ao seu modo, estabeleceu, sob a influência de Inessa Armand, medidas que estimularam a liberdade sexual, como o reconhecimento do divórcio e o direito ao aborto. Nos Estados Unidos o voto feminino foi reconhecido em agosto de 1920. No Brasil, em 1910, foi criado, sob a liderança de Leolinda Daltro, o Partido Feminino Republicano, uma vez que a legislação, se não reconhecia o direito ao voto feminino, não impedia a formação de partidos e associações.

Em dezembro de 1919, sob a pressão do movimento feminista, o projeto de lei nº 102, de autoria do senador do Pará Justo Chermont, previa a extensão do direito ao voto para as mulheres brasileiras. Em seu texto, o projeto refletia a ideologia patriarcal da época, uma vez que unia a maternidade, entendida como “missão da mulher”, ao direito político de votar. Todavia, foi somente nos anos 1920, com a militância feminista da bióloga Bertha Lutz e da jornalista Eugenia Moreira, que a questão pôde avançar. Isso porque as militantes escreveram textos em revistas, divulgaram manifestos, criaram uma associação, a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, e atuaram de modo a pressionar o Congresso para a aprovação de um projeto de lei. Como consequência dessa militância, e expressão do federalismo que vigorava na Constituição, em 1927 o Estado do Rio Grande do Norte aprovou o voto feminino. Entretanto, foi somente em 1932, por meio de um decreto assinado por Getúlio Vargas, que as mulheres conquistaram o direito ao voto no restante do país.

O caminho até o alcance dessas conquistas no plano internacional foi tortuoso, e envolveu a formação de associações representativas dos interesses das mulheres trabalhadoras bem como a realização de ações coletivas, como greves e *meetings*, incluindo o empenho em

¹²³ VARELA, Raquel. 2017. Op. Cit., p. 2233.

atos que apostaram na violência e a atuação junto aos parlamentos. A repressão, evidentemente, esteve presente. Fatores como a realização da Primeira Guerra Mundial, que retirou as mulheres de suas casas (uma vez que seus braços eram necessários para o esforço de guerra), e a Revolução Russa, que contou com o protagonismo feminino, influenciaram no desenvolvimento das lutas feministas. Apenas para citar mais alguns nomes das militantes, podemos apontar Lily Braun, Eleanor Marx, Laura Lafargue, Aleksandra Kolonai e Krupskaja.

Ao tratar do tema das lutas das mulheres trabalhadoras no começo do século XX, Maria Valéria Junho Pena observa que havia uma união entre patriarcalismo e capitalismo na conformação de uma dupla opressão que as afetava internacionalmente. Desse modo, trabalhadora e mãe/esposa conformavam a sujeição da mulher ao âmbito da produção (trabalho) e da reprodução (mercadoria força de trabalho). O trabalho e a família constituíam-se, portanto, como espaços de opressão sob a égide do sistema capitalista de produção.¹²⁴

Na reação a essas formas de opressão, segundo Pena, analisando o caso da Primeira República brasileira, predominaram as lutas cujo corte ideológico era o de classe, ou seja, “aquela participação, com poucas exceções, se fez em defesa dos interesses da classe operária, [...] e não na defesa de seus interesses específicos como trabalhadora, cuja inserção na produção apresentava aspectos peculiares”.¹²⁵ A combatividade das mulheres era visível, por exemplo, nas greves, na criação de alguns sindicatos, e nas lutas contra a carestia.

Sobre essa discussão, que busca dar ênfase à participação das mulheres na cena política, Angela Davis interpela os estudiosos da escravidão e do movimento associativo, entre a segunda metade do século XIX e os anos 1960, a debater uma terceira modalidade de opressão, o racismo. Segundo Davis, havia racismo nos espaços tradicionais, como associações e partidos, tendo em vista a reduzida presença das mulheres negras nessas instituições. Sendo assim, analisando o movimento sufragista dos Estados Unidos, Davis nos chama a atenção para o fato de que não somente as dimensões de classe e de gênero importam, mas também a opressão racial.

As mulheres negras estavam mais que dispostas a colaborar com seus ‘claros poderes de observação e julgamento’ para a criação de um movimento multirracial pelos direitos políticos das mulheres. Mas, a cada tentativa, elas eram traídas, menosprezadas e rejeitadas pelas líderes do branco como leite movimento sufragista feminino. Tanto para as sufragistas quanto para as integrantes do movimento associativo, as mulheres negras eram seres

¹²⁴ PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 15.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 182.

meramente dispensáveis quando se tratava de conquistar o apoio das brancas do Sul. Quanto à campanha pelo sufrágio feminino, aparentemente, todas as concessões feitas às mulheres sulistas fizeram muito pouca diferença no final. Quando os votos pela décima nona emenda foram totalizados, os estados do Sul ainda estavam alinhados no campo da oposição – e, de fato, quase conseguiram derrotar a emenda.¹²⁶

A participação feminina na cena política do começo do século XX pode ser mensurada nas greves, nos protestos populares, na luta pelo direito ao voto, etc. De tal maneira, entre os anos de 1917 e 1920, greves, *meetings*, movimentos estudantis, tentativas insurrecionais e lutas feministas ocorreram internacionalmente, tendo em vista os impactos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Precisamente, no ano de 1919, foram conduzidas diversas ações coletivas, como paralisações e ações revolucionárias, no plano internacional. A seguir, vejamos como a imprensa da cidade do Rio de Janeiro as apresentou.

1919, um ano de agitação social

As duas primeiras semanas de janeiro de 1919, segundo informava o *Correio da Manhã* – jornal diário da grande imprensa que desfrutava de certo prestígio popular na cidade do Rio de Janeiro –,¹²⁷ foram marcadas pelas tentativas frustradas de realização de uma insurreição na Alemanha. Notícias sobre esse evento foram publicadas na imprensa de vários cantos do mundo, via telegramas enviados por correspondentes localizados em Berlim ou em cidades mais próximas. Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, comunistas fundadores da Liga Spartacus, em novembro de 1918 apareciam no noticiário como líderes incontestes daquele movimento (embora Luxemburgo tenha observado que era precipitada, naquele momento, a insurreição defendida por Liebknecht).¹²⁸ Numa tonalidade semelhante, greves encontravam-se em andamento do Peru à Alemanha, da Índia ao Brasil. Mineiros, garçons, ferroviários e trabalhadores do mar estavam de braços cruzados. O ano começava em compasso de agitação social.¹²⁹

¹²⁶ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 152-153.

¹²⁷ De acordo com Nelson Werneck Sodré, criado em 1901, o *Correio da Manhã* apresentava-se como defensor das causas populares e contrário à neutralidade política. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 287.

¹²⁸ “Berlim está em plena anarquia”. *Correio da Manhã*. 08/01/1919, p. 1.

¹²⁹ “Os grevistas de Essen”. *Correio da Manhã*. 01/01/1919, p. 1; “A greve de ‘garçons’ em Berlim”. *Correio da Manhã*. 04/01/1919, p. 1; “A greve de Dantizg”. *Correio da Manhã*. 07/01/1919, p. 1.

Em Buenos Aires, os marítimos ameaçaram, em 9 de janeiro de 1919, declarar greve geral do setor.¹³⁰ As paralisações seguiam ampliando-se com a adesão de outras categorias profissionais. Teve início a assim chamada “Semana Trágica”:

Continua alastrando-se por todas as classes operárias o movimento grevista, diante da atitude que assumiram os empregados de várias fábricas. À tarde, os vendedores de jornais aderiram à greve, sendo suspensa, assim, a venda de ‘La Razon’, 4ª e 5ª edições. [...] À hora em que telegrafo (8 horas e 30 da noite), espalha-se a notícia de ter se dado um grande choque entre a polícia e os grevistas, em Avellaneda. Afirma-se que já se deram várias mortes e muitos ferimentos. A polícia continua sem o concurso dos vigilantes noturnos, empenhados na atual parede.¹³¹

Os telegramas e as informações provenientes das agências internacionais de notícias, como Havas e United Press, foram instrumentos importantes naquela conjuntura para a comunicação à longa distância, e compunham a estrutura básica dos jornais da grande imprensa (imprensa comercial) no Rio de Janeiro.¹³² No entanto, em virtude do viés ideológico conservador, naquele contexto, de folhas como o *Jornal do Comércio* e o *Jornal do Brasil*, ou mesmo do tamanho reduzido das informações que chegavam, ao tratar de temáticas como a Revolução Russa ou as greves internacionais, o conteúdo poderia sofrer distorções significativas.¹³³ Acompanhar o maior número de jornais possível, para poder comparar os registros obtidos, identificar para que público o jornal se propunha a falar, e compreender a posição política dos veículos são procedimentos que auxiliam na interpretação dessas fontes de pesquisa importantes.¹³⁴

Nesse sentido, publicado no *Correio de Manhã*, o telegrama acima observou que militantes anarquistas, como atitude de protesto, tentaram “assaltar alguns edifícios”.¹³⁵ Em

¹³⁰ “Os operários de Buenos Aires ameaçam com a greve geral”. *Correio da Manhã*. 09/01/1919, p. 3.

¹³¹ “Dois grandes movimentos grevistas”. *Correio da Manhã*. 10/01/1919, p. 3.

¹³² Conforme observa Nelson Werneck Sodré, folhas como o *Jornal do Comércio*, a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil*, *O País* e o *Correio da Manhã* se fizeram como empresas, interessadas, entre outras coisas, na venda de espaços para anúncios, e cujo processo produtivo superava, em termos tecnológicos, a lógica da tipografia artesanal. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. 1999. Op. Cit., p. 275.

¹³³ A Revolução Russa, por exemplo, foi apresentada por alguns jornais da grande imprensa como um movimento liderado por “espiões e agentes alemães”. Naquele contexto, o jornalista e militante anarquista Astrojildo Pereira redigiu um folheto com a intenção de criticar os modos como a revolução vinha sendo apresentada em parte da imprensa. Cf. PAVEL, Alex. **A revolução russa e a imprensa**. Rio de Janeiro, 1918. Fundo Astrojildo Pereira. CEDEM/UNESP. Sobre essa temática, conferir o trabalho de Iamara Silva Andrade: ANDRADE, Iamara Silva. **Ecos da Revolução Russa na imprensa operária brasileira (1917)**. Tese de doutorado em História. Porto Alegre, RS. UFRGS, 2021.

¹³⁴ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

¹³⁵ Como expressão de uma conjuntura política conectada, as publicações dos jornais da grande imprensa, dos dois lados do atlântico, apresentavam informações sobre o movimento operário internacional, com o objetivo

resposta, o então presidente da República argentina, Hipólito Yrigoyen, ordenou que fossem “guardados, com a máxima vigilância, os arsenais e fábricas”.¹³⁶ Além desses espaços, patrulhas de forças do exército se postaram à frente dos principais bancos da capital argentina. A cidade encontrava-se com o seu ritmo habitual alterado:

Doze vigilantes armados de ‘Mauzer’ percorrem, a pé, as ruas da cidade. Todo o tráfego está interrompido já há quatro horas. Os telefones não funcionam e a cidade está cheia de gente que caminha a pé. Todas as casas comerciais estão fechadas.¹³⁷

Em decorrência de um conflito com a polícia, quatro trabalhadores foram mortos. Outro telegrama, enviado de Buenos Aires e destinado à publicação no jornal diário *A Época* – vespertino da grande imprensa publicado na cidade do Rio de Janeiro – indicava, em seu texto, que a greve seguia em ritmo de radicalização:

BUENOS AIRES, 4 (A. A.) – Os operários do estabelecimento metalúrgico Vasenam, que se acham em greve, atacaram um comboio de carros, travando-se violento tiroteio com a polícia que escoltava o comboio, durante o qual foram disparados mais de trezentos tiros, tendo ficado feridas somente três pessoas.¹³⁸

Horas após, o cemitério “Chacarita” foi tomado por soldados de polícia. O enterro das vítimas deu-se com a vigilância preparada para impedir qualquer tipo de manifestação de protesto. No mesmo dia, um correspondente, que escrevia de Buenos Aires para o *Correio da Manhã*, mencionou que os anarquistas planejavam incendiar um asilo. Esta seria uma forma de protestar contra as medidas repressivas sofridas pelos trabalhadores que se encontravam paralisados.¹³⁹

Assumindo uma conduta de enfrentamento aberto, os anarquistas argentinos tentaram assaltar o 8º regimento de infantaria, em Campo de Mayo:

BUENOS AIRES, 11 (A. A.) – Hoje, pela madrugada, trinta indivíduos tentaram assaltar o quartel do 8º regimento de infantaria, em Campo de Mayo, sendo repelidos pela respectiva guarda, que travou cerrado tiroteio com eles, obrigando-os a fugir. Não respeitando os anarquistas os serviços de socorros públicos, foi estabelecida uma guarda especial na Assistência

tanto de alertar os imigrantes sobre as condições de vida e de trabalho existentes nos países preteridos para a mudança, quanto para munir de dados as polícias políticas que reprimiam as ações coletivas da classe trabalhadora no plano mundial. WATZOLD-EICHSTATT, Tim. 2015. Op. Cit., p. 41.

¹³⁶ “Os anarquistas tentam assaltar vários edifícios”. *Correio da Manhã*. 10/01/1919, p. 3.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ “A greve portenha”. *A Época*. 05/01/1919, p. 8.

¹³⁹ “Grevistas e anarquistas tentam incendiar um asilo”. *Correio da Manhã*. 11/01/1919, p. 3.

Pública. A polícia continua a visitar os centros operários, especialmente para retirar os cadáveres ou os feridos que neles se acham ocultos.¹⁴⁰

Buenos Aires, tal como São Paulo, era no começo do século XX uma “cidade estrangeira”, considerando a forte presença da imigração italiana em ambos os casos – o que não quer dizer que a existência dos trabalhadores nacionais fosse pouco importante na composição do mercado trabalho e na formação do movimento operário. Na capital argentina, foi intensa a influência do movimento anarquista, visível na publicação de semanários, revistas e periódicos.¹⁴¹

Situações como as ocorridas em Buenos Aires, no início de 1919, foram expressões da conjuntura política daquele momento. Outros acontecimentos, igualmente, foram exemplares daquele contexto. Assim, em março de 1919, a Revolução Húngara proclamou a República soviética sob o comando de Bela Kuhn. Na Itália, multiplicaram-se os conselhos de operários. Greves por conquistas com grande adesão de trabalhadores e de trabalhadoras foram organizadas em Portugal, França, Inglaterra e Alemanha. Na Espanha, devido a intensidade das mobilizações operárias, os anos 1918-1919 foram chamados de “biênio bolchevique”. A III Internacional, além disso, surgiu em Moscou em março 1919, e tinha por finalidade tornar-se o “estado maior da revolução mundial”.¹⁴² Entre 1917 e 1920 viveu-se, dessa forma, um processo de ampliação no número e na intensidade das lutas por direitos, em que foi visível o desenvolvimento de ações coletivas diversas, como greves, *meetings*, protestos e celebrações, inclusive as apostavam no uso da violência, como estratégia propositiva para a conquista de novos direitos, como resposta ao tratamento coercitivo recebido, ou mesmo como uma estratégia política voltada para o alcance de projetos societários alternativos ao capitalismo. Além disso, nesses anos foi notória a expansão da influência, entre parcelas dos trabalhadores organizados, das ideologias de esquerda como o socialismo, o anarquismo, o sindicalismo revolucionário e o comunismo. Desse modo, conforme observou Marcel van der Linden, entre os anos de 1917 e 1920 foi desenvolvido um ciclo transnacional de protestos e greves, cujo elemento político e cultural mais evidente foi o compartilhamento internacional, pelas classes trabalhadoras, da “aspiração de criar uma ordem social nova e mais justa”.¹⁴³

¹⁴⁰ “O movimento anarquista na Argentina”. *A Época*. 12/01/1919, p. 2.

¹⁴¹ HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!**: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da UNESP, 2002, p. 46-47.

¹⁴² QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Luta econômica e Emancipação Social: as grandes greves de Porto Alegre na Primeira República (1917/1919). **Revista Escrita da História**. São Paulo, Ano IV, vol. 4, n. 8, jul/dez. 2017, p. 44; BARTZ, Frederico Duarte. 2017. Op. Cit., p. 51-52.

¹⁴³ LINDEN, Marcel van der. 2013. Op. Cit., p. 294.

Todavia, embora existissem significativas “influências políticas e culturais compartilhadas” pelas classes trabalhadoras no período do ciclo de agitação social global, não parece plausível interpretar o movimento operário internacional, naquele momento, de forma homogênea. Isso porque, fosse no Brasil, na Argentina, na Itália, nos Estados Unidos, em Portugal, na Inglaterra, na França ou na Alemanha, as lutas por conquistas ou pela revolução foram cruzadas por particularidades e tensões. Assim, no tocante aos movimentos associativos, os posicionamentos de anarquistas, sindicalistas revolucionários, socialistas e comunistas deram-se de maneiras distintas. Como exemplo, o apoio aos créditos militares liberados pelos governos no início da Grande Guerra foi tratado de maneiras diferentes. Outro aspecto era o peso do voto socialdemocrata em cada país, ou mesmo o enraizamento das correntes políticas de esquerda no sindicatos, passando pela influência que os partidos tinham em cada região. Por essas questões, entre os anos 1917 e 1920, embora houvesse o compartilhamento da “aspiração de criar uma ordem social nova e mais justa”, sob a inspiração, em algum nível, da Revolução Russa, que amparou-se no sindicalismo, nas greves, nas lutas sufragistas e nas insurreições, tais experiências deram-se em meio a embates, e se fizeram de formas não lineares.¹⁴⁴

Ao deslocarmos o olhar para a cidade do Rio de Janeiro, observamos que entre 1917 e 1920 foram promovidas greves por melhores condições de consumo e pela conquista de direitos, bem como a criação de sindicatos e partidos e a preparação de uma greve geral revolucionária, em novembro de 1918. Nesse período, uma parcela significativa das associações de tipo sindical, cujo objetivo era dar suporte à organização dos trabalhadores e apoiar as lutas por melhores condições de vida e de trabalho, estava sob a liderança dos anarquistas.

Outros setores organizados mantinham-se vinculados ao sindicalismo reformista e tinham como uma entre outras características a aproximação com o poder público – o Rio de Janeiro, por ser a capital da República, guardava possibilidades de negociação dessa natureza, que permitiam, para algumas categorias profissionais públicas, maiores poderes de barganha em certas circunstâncias. Embora com objetivo distinto, o mutualismo, em geral organizado por etnia ou por ofício, ao mesmo tempo manteve-se como um movimento associativo importante na cidade, fosse pela prestação privada de socorros aos seus associados, ou pelo apoio oferecido aos sindicatos durante as lutas por conquistas, isso considerando que em

¹⁴⁴ LINDEN, Marcel van der. 1988. Op. Cit., p. 288; p. 300.

algumas associações havia o compartilhamento de funções assistenciais e sindicais – como foi o caso do Centro Cosmopolita, que existiu entre os anos de 1903 e 1931.¹⁴⁵

Em se tratando da conjuntura internacional, elementos informados na grande imprensa apontavam para a complexidade do momento. Isso porque havia também mobilizações conservadoras. Como exemplo, forças sociais encontravam-se interessadas em restabelecer o regime monárquico em Portugal.¹⁴⁶ Na Rússia, a complexidade do contexto envolvia a resistência interna, organizada por camponeses, que se encontravam insatisfeitos com as medidas tomadas pelo governo bolchevique no campo, com o confisco de parcelas da produção agrícola, tendo em vista o severo desabastecimento e os efeitos da guerra civil na economia do país.¹⁴⁷

Na grande imprensa do Rio de Janeiro, os telegramas seguiam atualizando o noticiário sobre os eventos ocorridos na Europa Ocidental. Assim ocorreu nas duas primeiras semanas de janeiro de 1919, com os noticiários do *Correio da Manhã* e de *A Época*. Segue em exemplo:

LONDRES, 8. (A. H.) – As notícias aqui recebidas de Berlim são muito confusas e contraditórias, mas são todas concordes em afirmar que persiste a situação de anarquia na capital alemã e que se repetem os encontros sangrentos entre os ‘spartacistas’ e a tropas fiéis ao governo em diversos quarteirões da cidade. Sabe-se que já é elevado o número de mortos e feridos.¹⁴⁸

Greves em Berlim, Bombaim, Buenos Aires, Copenhague, Dantzig, Essen, Estocolmo e Lima, promovidas por mineiros, garçons, metalúrgicos, ferroviários e marítimos encontravam-se em andamento. Nesse contexto, folhas como o *Jornal do Comércio*, o *Jornal do Brasil*, *O País* e o *Correio da Manhã*, cujos fins mesclavam o interesse pela obtenção de lucros, a formação de opinião e intervenção na cena política, apresentavam as greves em seus

¹⁴⁵ De acordo com José Murilo de Carvalho, os operários dos arsenais do Exército e da Marinha, os ferroviários da Estrada de Ferro D. Pedro II, depois Central do Brasil, os gráficos da Imprensa Nacional, os operários da Casa da Moeda e alguns setores portuários foram categorias profissionais que viram a República como uma forma de redefinir o seu papel político, estabelecendo relações baseadas na intermediação. Cf. CARVALHO, José Murilo de. 1987. Op. Cit., p. 52. Sobre o compartilhamento de funções mutuais e sindicais pelas sociedades operárias, conferir: BATALHA, Claudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, vol. 2. n. 4, p. 12-22, agosto-dezembro 2010.

¹⁴⁶ “Não há notícias de fonte oficial confirmando a restauração do regime monárquico no Norte de Portugal”. *Correio da Manhã*. 23/01/1919, p. 1.

¹⁴⁷ “A crise russa – os bolchevistas retiram-se da Estônia”. *Correio da Manhã*. 19/01/1919, p. 1; “A situação caótica da Rússia”. *A Razão*. 01/01/1919, p. 1; “O maximalismo tende a aumentar, diz o ‘Morning Post’”. *A Época*. 01/01/1919, p. 2.

¹⁴⁸ “Sangrentos combates nas ruas de Berlim”. *A Época*. 09/09/1919, p. 1.

noticiários, em geral, com um tom depreciativo. Essas ações coletivas eram descritas, em certos casos, como obras de “agitadores estrangeiros”.¹⁴⁹ Em jornais como *A Época* e *A Razão*, que também faziam parte da imprensa comercial, havia, além dos elementos acima apontados, a disponibilidade de espaço para a informação sobre o cotidiano das associações operárias, com colunas redigidas pela própria militância, e a divulgação dos acontecimentos que envolviam o movimento operário, como greves, comícios etc., isso porque nessas folhas a linha editorial dos jornais permitia, por questões ideológicas, esse tipo de publicação.¹⁵⁰

A imprensa, como fonte pesquisa, representa uma imagem da realidade filtrada por subjetividades, “pelos interesses e pelos objetivos do articulista ou da associação que o órgão representa”.¹⁵¹ De tal modo, o tom depreciativo, em algumas circunstâncias atribuído às greves, guardava relação com o posicionamento político do veículo informativo naquele contexto. Assim, as greves na Argentina foram apresentadas como ações “violentas”, organizadas por “agitadores estrangeiros” que deveriam ser confrontados.

No caso do jornalismo operário, como observa Frederico Duarte Bartz, “o filtro é explícito, já que neste caso a imprensa é um veículo com o objetivo de esclarecer a classe através do conhecimento crítico da realidade, abrindo caminho para sua emancipação”.¹⁵² Nas páginas da imprensa operária, como o jornal *Spartacus* – órgão do Partido Comunista do Brasil (PCB) – as ações coletivas eram apresentadas a partir de uma descrição da condução da mobilização, conferindo espaço na mesma para a propaganda doutrinária e para as denúncias das violações dos direitos dos trabalhadores e militantes, que costumavam não serem noticiadas nos veículos da imprensa comercial. Evidentemente, para que não se naturalize o que é informado na imprensa operária, o estudo dessa fonte igualmente deve utilizar de procedimentos metodológicos como conhecer o público alvo da folha, o posicionamento

¹⁴⁹ “O movimento grevista na Argentina – Plano de deposição do governo constituído e organização de uma ditadura”. *Correio da Manhã*. 14/01/1919, p. 4. Essa visão depreciativa também aparece em: “Os acontecimentos de Buenos Aires”. *Jornal do Brasil*. 12/01/1919, p. 5.

¹⁵⁰ Dirigida por Vicente de Ouro Preto, J. B. Câmara Canto e Vicente Piragibe, *A Época*, fundado em 1912, apresentava-se como “acima das querelas político-partidárias”, e apesar de prezar pela “ordem”, expunha com clareza seu interesse em questionar governos que atacassem as liberdades individuais, como o fez na administração de Hermes da Fonseca (1910-1914). Cf. MIYASAKA, Cristiane Regina. A “questão social” e o jornal *A Época* (1912-1919). **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004, p. 2-9. O jornal *A Razão*, por sua vez, fundado em 1916, seguia a doutrina espírita, e segundo seu proprietário, o comerciante Luís José de Matos, a crise pela qual o país passava durante a década de 1910 era de “ordem moral”, e para superá-la seria necessário seguir o caminho da “melhoria das condições de vida do operariado”, entretanto, sem a defesa de “rebeliões” ou “revoltas”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/razao-a-rio-de-janeiro>> Acesso em: 09 set. 2021 às 15h:09.

¹⁵¹ BARTZ, Frederico Duarte. 2017. Op. Cit., p. 33.

¹⁵² *Ibidem*, p. 33.

político da mesma, e procurar comparar os registros informados com outros periódicos, uma vez que tanto o jornalismo comercial quanto o jornalismo operário expressavam subjetividades diversas. Em síntese, ler criticamente o documento é o caminho mais indicado.

De caráter artesanal, a imprensa operária mesclava a propaganda das ideologias, como o anarquismo, o socialismo e o comunismo, com a cobertura das manifestações de rua e a informação sobre a vida associativa. De acordo com Fernanda Grigolin, se a grande imprensa contava com as agências internacionais de notícias para se abastecer de informações, a imprensa operária dispunha do telégrafo, do correio, e, sobretudo, do “corpo do militante – muitas vezes também editor e tipógrafo – para o transporte dos dados obtidos.”¹⁵³

Retomando às ações coletivas e ao ano de 1919, o Chefe de Polícia do Distrito Federal, Aurelino Leal, natural da Bahia e residente no Rio de Janeiro há alguns anos, expediu uma circular, destinada aos delegados distritais da cidade. Desde o começo do século XX, o Chefe de Polícia do Distrito Federal era nomeado pelo presidente da República, sendo que 33 delegados eram nomeados pelo primeiro. Além da Polícia Central, havia 30 distritos policiais na cidade.¹⁵⁴ A observação do conteúdo desse documento permite conhecer um pouco melhor o tipo de representação que existia acerca do ciclo de agitação social que vimos descrevendo.

A circular informava quais deveriam ser as atitudes tomadas pelo corpo policial, e buscava orientar a sociedade civil sobre como se portar diante de práticas consideradas “imorais” e “ilegais”. Segundo Leal, aquele era “um momento delicado”, que “reclama[va] maior solicitude”.¹⁵⁵ Vejamos um dos tópicos da circular:

ANARQUISMO – O perigo do momento, no mundo inteiro e aqui, é o anarquismo violento, que está ameaçando a Europa, e agora mesmo agita a República Argentina e outros países sul-americanos e fez a sua primeira tentativa entre nós a 18 de novembro do ano passado. Assim, deveis exercer a maior vigilância neste particular. Infelizmente, é nos centros obreiros que esses demolidores se encontram. É certo que a grande maioria dos operários se compõe de homens morigerados. No entanto, péssimos elementos estrangeiros têm feito uma propaganda perigosa a que é preciso dar combate.¹⁵⁶

Desse documento é possível extrair um pensamento cuja indisposição com o anarquismo era evidente. Ao criticar a tentativa de insurreição, realizada em novembro de

¹⁵³ GRIGOLIN, Fernanda. Expressão, registro e propaganda: o anarquismo impresso em *A Plebe*. 30º Simpósio Nacional de História da ANPUH. Recife, PE, 2019, p. 9.

¹⁵⁴ “A organização da polícia no Brasil”. *Revista policial*. 15/10/1919, p. 17.

¹⁵⁵ “O Chefe da polícia quer a repressão do anarquismo, do jogo e a moralização dos costumes”. *Correio da Manhã*. 22/01/1919, p. 3.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

1918 no Rio de Janeiro, Aurelino Leal contrapõe o “operário morigerado” (nacional) ao “péssimo elemento estrangeiro”, como uma estratégia para obter a legitimidade, junto a maior parte da população, do isolamento dos “demolidores”. Além disso, na perspectiva do Chefe de Polícia, as greves decorriam, em grande medida, das ações de “péssimos elementos estrangeiros” que atuavam “nos centros obreiros”, não sendo, portanto, expressões legítimas da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras. Esse tipo de notícia, divulgada na grande imprensa, alcançava aqueles que tinham condições de acesso, sendo, portanto, um mecanismo de formação da opinião pública.

É oportuno observar que a hostilidade ao anarquismo, apresentada pelo Chefe de Polícia, deu-se num contexto em que essa corrente política desfrutava de relativa hegemonia nos espaços de liderança da classe trabalhadora nos grandes centros industriais do Brasil. De tal maneira, oferecer resistência ao anarquismo, na perspectiva policial, correspondia tanto a presença quanto as ações de propaganda e de luta conduzidas por essa militância.¹⁵⁷

Sendo assim, publicada em 22 de janeiro de 1919, a circular evidenciou a existência de uma militância anarquista no Rio de Janeiro, no mesmo instante em que expressou o interesse de reprimi-la. Isso porque seria preciso agir com “vigilância” contra o “elemento mal, perigoso, que nos explora e avilta o nosso patriotismo”.¹⁵⁸ Além disso, Aurelino Leal alinhavou em seu discurso um conjunto de práticas que deveriam ser reprimidas, por serem, segundo a sua visão, “ímorais” e “ilegais”, tais como o “jogo do bicho”, o “baixo meretrício”, a “mendicância”, o “desrespeito aos transeuntes” e a “vagabundagem”. O Chefe de Polícia concluiu comprometendo-se a reportar-se quinzenalmente com informações sobre as providências a serem tomadas sobre as questões apontadas.¹⁵⁹

Dias após a divulgação do referido documento, a edição de 28 de janeiro de 1919 do *Correio da Manhã*, em sua primeira página, destacou: “Agitações operárias em vários países da Europa e na América – cinquenta mil operários dos estaleiros de Belfast estão em greve”. Ao acompanharmos a reportagem, que ocupou três das nove colunas disponíveis, observamos a realização de greves em Belfast (marítimos), Berlim (condutores de bondes), Buenos Aires (marítimos), Escócia (greve geral), Londres (padeiros e marítimos), Suécia (maquinistas), e Paris (trabalhadores dos transportes). Embora cada ação coletiva guardasse particularidades,

¹⁵⁷ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese de doutorado em História. Niterói, RJ. UFF, 2009, p. 33. Outros trabalhos apontam na mesma direção. Cf. FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 198; CAMPOS, Cristina Hebling. 1988. Op. Cit., p. 14-15.

¹⁵⁸ “O Chefe da polícia quer a repressão do anarquismo, do jogo e a moralização dos costumes”. *Correio da Manhã*. 22/01/1919, p. 3.

¹⁵⁹ *Ibidem*.

entre elas havia o compartilhamento da demanda por melhores salários e a conquista da jornada de trabalho de oito horas diárias.¹⁶⁰

Sem assinatura, uma nota crítica, publicada sob o título “O exterior pelo telégrafo”, na edição de 27 de janeiro, segunda-feira, no *Jornal do Brasil*, apresentou algumas greves em andamento pela Europa:

Na Inglaterra, a pretensão dos metalúrgicos de trabalharem 44 horas por semana, foi endossada por diversas outras classes trabalhadoras que exigem o mesmo benefício. [...] Na França também suspenderam o trabalho os empregados nos bondes e no trem metropolitano, o que dificulta enormemente a locomoção da cidade e o transporte de certos gêneros. Na Espanha há em parede muitos operários e 300.000 sindicalistas de Barcelona organizaram a greve geral. Na Alemanha também a agitação operária está perturbando o livre funcionamento do trabalho em diversas províncias, e em alguns outros países se anunciam manifestações hostis ao capital.¹⁶¹

Adiante, segundo o redator, existiam duas motivações que explicavam a ocorrência das paralisações. Em primeiro lugar, a escassez e o aumento dos preços dos alimentos após o término da Primeira Guerra Mundial, responsáveis por impor um cenário marcado pela carestia, e, em segundo lugar, “a intensificação da propaganda das teorias sindicalistas por toda a parte”.¹⁶²

Entre 1917 e 1920, internacionalmente, houve um aumento do custo de vida em decorrência dos impactos da Primeira Guerra Mundial no setor produtivo. A carestia, desse modo, estimulou a ida dos trabalhadores e das trabalhadoras para as ruas em protestos por melhores condições de consumo, considerando que o salários, em geral, não custeavam as despesas básicas, como a alimentação e a moradia.¹⁶³ A propaganda das ideologias de

¹⁶⁰ “Agitações operárias em vários países da Europa e na América”. *Correio da Manhã*. 28/01/1919, p. 1. Referências às agitações operárias, em nível global, também aparecem em outros jornais diários publicados no Rio de Janeiro. Ver: “25.000 mineiros em greve”. *Jornal do Brasil*. 01/01/1919, p. 8. “A greve geral em Brunswick”. *Jornal do Brasil*. 10/01/1919, p. 6; “A greve do pessoal dos bondes em Berlim”. *Jornal do Brasil*. 11/01/1919, p. 6; “Greve em Essen”. *Jornal do Brasil*. 14/01/1919, p. 6; “A greve no Peru”. *Jornal do Brasil*. 15/01/1919, p. 7; “A greve em Paris – os serviços dos transportes”. *Jornal do Brasil*. 26/01/1919, p. 6; “Uma greve em Estocolmo”. *A Época*. 03/01/1919, p. 3; “A greve portenha”. *A Época*. 05/01/1919, p. 8; “Uma greve do pessoal ferroviário em Dantizg”. *A Época*. 07/01/1919, p. 8; “Mais uma greve na Alemanha”. *A Época*. 07/01/1919, p. 8; “A agitação operária na Argentina – Já sobem a 45 mortos e 119 feridos graves as vítimas do conflito de ontem”. *A Época*. 11/01/1919, p. 8; “Operários do Peru conseguiram o dia de oito horas e outras garantias”. *A Época*. 17/01/1919, p. 8.

¹⁶¹ “O exterior pelo telégrafo - agitação operária na Europa”. *Jornal do Brasil*. 27/01/1919, p. 4.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ De acordo com Maria Alice Ribeiro Rosa, entre 1914 e 1919, no Brasil, o custo de vida aumentou 49%. Isso em virtude de que, principalmente, “as exportações de gêneros alimentícios foram realizadas em detrimento do consumidor brasileiro, porque a expansão da produção daqueles alimentos básicos era insuficiente para abastecer, ao mesmo tempo, a demanda dos países aliados e do consumidor brasileiro. ROSA, Maria Alice Ribeiro. 2014. Op. Cit., p. 26.

esquerda, por sua vez, disseminou-se a partir de 1917, aproveitando-se do contexto econômico precário para se fazer ouvir entre as classes populares. Ideologias como o sindicalismo revolucionário, o anarquismo, o socialismo e o comunismo disputaram espaços com o catolicismo e o positivismo entre as lideranças dos trabalhadores, sendo responsáveis por pressionar, cada uma ao seu modo, as classes subalternas para a luta por conquistas, num contexto em que as alternativas para a melhoria das condições de existência passavam, além da greve, pelo associativismo.

À época, organização dos trabalhadores dava-se, especialmente, em associações como as mutuais e os sindicatos, havendo não poucos casos em que as funções assistenciais e sindicais se combinavam numa mesma instituição.¹⁶⁴ Os partidos políticos, por sua vez, também se faziam como um espaço representativo importante, embora seu peso fosse maior nos países onde o voto, masculino e feminino, atingia maiores parcelas da população.

Por razões diversas, a maior parte da população brasileira, que residia na região rural, não participou do impulso associativo e dos movimentos sociais – mesmo considerando as greves ocorridas nas fazendas entre a segunda metade do século XIX e o começo do século XX.¹⁶⁵ Portanto, embora em números absolutos poucas pessoas tenham se envolvido nas organizações da classe trabalhadora e nas ações coletivas, como nos lembra E. P. Thompson, aquelas pessoas comuns que o fizeram viveram os tempos nebulosos e turbulentos. Sendo assim, suas expectativas (sua história) eram válidas nos termos de sua própria experiência.¹⁶⁶

¹⁶⁴ Sobre a experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, conferir: JESUS, Ronaldo Pereira de. *Associativismo entre imigrantes portugueses no Rio de Janeiro Imperial*. In: BATALHA, Claudio H. M. e CORD MAC, Marcelo (orgs.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro e JESUS, Ronaldo Pereira de. 2007. Op. Cit.; MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n.12, p. 229-251, jan-abril 2004a; BATALHA, Claudio H. M. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*. **Cadernos do AEL**. Campinas, vol. 06, n. 10/11, 1999, p. 42-68; BATALHA, Claudio H. M. *Sociedades operárias, identidade e percepção do trabalho: algumas reflexões em torno do associativismo dos trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX*. In: FRIDMAN, Fania (ed.). **Espaço urbano latino-americano: ensaios sobre história e política territorial**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2017; LACERDA, David Patrício. **Solidariedades entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)**. Dissertação de mestrado em História. Campinas, SP. UNICAMP, 2011.

¹⁶⁵ Segundo os dados demográficos sistematizados e analisados por Tarcísio R. Botelho, em 1920, a população brasileira tinha como relação laboral mais recorrente o “trabalho recíproco no grupo doméstico”, em atividades apenas parcialmente assalariadas no campesinato, como a parceria, a meação, etc. (35% da população). Além disso, nesse momento havia avançado o percentual de trabalhadores assalariados (17%), e crescido vertiginosamente a parcela desempregada da população, como resultado da disputa por emprego no mercado de trabalho assalariado. Cf. MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo; VARELA, Raquel. 2017. Op. Cit., p. 63-64.

¹⁶⁶ THOMPSON, E. P. 1987. Op. Cit., p. 13.

Embora esse tópico trate dos eventos ocorridos em 1919, é fundamental compreender que o ciclo de agitação social, iniciado em 1917, estendeu-se até 1920. Nesse ano, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreram o III Congresso Operário Brasileiro, em abril (esse foi, entre os demais congressos operários organizados, em 1906 e 1913, o que contou com maior representatividade), e a greve dos operários da Estrada de Ferro Leopoldina Railway – que logo assumiria a forma de uma greve geral, abarcando outras categorias profissionais.

Sobre essa paralisação, sabe-se que os ferroviários na Estrada de Ferro Leopoldina Railway iniciaram o movimento em 20 de março, com a reivindicação de aumentos salariais e melhores condições para a contratação dos condutores em oficinas ferroviárias. A empresa se negou a negociar com os trabalhadores, organizados no Sindicato dos Empregados da Leopoldina. A greve não se limitou à cidade do Rio de Janeiro, e atingiu outros estados (como a cidade de Além Paraíba, em Minas Gerais). Desde o início, a empresa se recusou a dialogar com os representantes sindicais, assim, uma mediação foi utilizada. A greve assumiu a feição de uma ação coletiva generalizada, conforme observa Batalha:

Como as negociações estagnaram, a greve assumiu uma nova dimensão quando um número impressionante de outros negócios e indústrias entraram em ação de solidariedade, apoiada pela sindicalista FTRJ e pela Federação de Motoristas de Veículos particularmente reformista. O Rio ficou paralisado quando a greve se estendeu do transporte da cidade para padarias, restaurantes, etc., incluindo até os limpadores de rua. O *Voz do Povo*, diário do FTRJ, cobriu os eventos de perto. Após quatro dias do que foi quase uma greve geral (e foi a última grande greve do período), a polícia e o exército lançaram uma onda massiva de repressão, resultando na prisão de mais de 2.000 grevistas e na invasão da sede dos sindicatos envolvidos. Para justificar a repressão, o governo alegou que uma conspiração bolchevique estava por trás do movimento grevista.¹⁶⁷

Com a mediação da Federação Marítima Brasileira, e tendo o presidente da República, Epitácio Pessoa (1919-1922) como fiador, um acordo foi feito entre as partes em conflito após sete dias desde o começo da greve. A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ) considerou a negociação (que previa a libertação dos presos e a reocupação dos cargos) uma traição. A empresa não cumpriu, em sua integridade, os termos do acordo.¹⁶⁸

Durante a realização da ação, associações foram fechadas e grevistas foram presos. Na sessão que declarou o início da paralisação, em 20 de março, estiveram presentes 31 associações. A Federação dos Condutores de Veículos e a FTRJ comandaram a greve. Ao

¹⁶⁷ BATALHA, Claudio. 2017. Op. Cit., p. 99 (tradução nossa).

¹⁶⁸ Ibidem.

todo, essas associações representavam 135 mil trabalhadores. Em virtude de o governo ter assumido o compromisso de readmitir os funcionários demitidos, e de permitir a reabertura das associações fechadas e de libertar os presos, o movimento foi encerrado em 27 de março.¹⁶⁹ Ao final, assim se expressaram as lideranças da FTRJ e da Federação dos Condutores de Veículos:

Esta nossa aceitação de cessação de greve, fazemos sob o mais veemente protesto, pois que nos sentimos esmagados pela ação governamental, a qual nos tirou todos os meios de livre reunião, fechando as nossas associações e prendendo dois mil e tantos companheiros.¹⁷⁰

Precisamente, nesse momento faz-se necessária uma recapitulação dos acontecimentos ocorridos em 1919, bem como os durante o ciclo de agitação social global. Sob os impactos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, em países da Europa e da América latina, movimentos associativos e protestos populares objetivaram a conquista do voto feminino, ocorreram tentativas insurrecionais (Argentina, Alemanha, Brasil e Hungria) e foram realizadas greves direcionadas para o alargamento dos direitos (Alemanha, Brasil, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Portugal, Suíça, etc.). No Rio de Janeiro, a grande imprensa noticiou, a partir dos telegramas de agências internacionais, como Havas e United Press, os países em que ocorreram as ações coletivas, as categorias profissionais que as promoveram e as pautas das reivindicações. Afora isso, foi possível identificar que em janeiro de 1919 o Chefe de Polícia do Distrito Federal agiu no sentido de formar, no âmbito da opinião pública, uma imagem negativa sobre a militância anarquista, que exercia, naquele momento, relativa hegemonia entre os espaços de liderança dos trabalhadores. Abaixo, apresentamos o arrolamento dos acontecimentos políticos mais relevantes da conjuntura entre 1917 e 1920:

Tabela 2
Cronologia dos acontecimentos políticos relevantes durante o ciclo de agitação social global (1917-1920)

Evento	Data
Início da Primeira Guerra Mundial	Junho de 1914
Fim do Czarismo na Rússia	Março de 1917*
Revolução de Fevereiro	Março de 1917*
Greve Geral em São Paulo	Julho de 1917
Revolução de Outubro	Novembro de 1917*

¹⁶⁹ Dossiê Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro (ou União dos Trabalhadores do Distrito Federal, antes FORJ). APERJ, Fundo Desps, notação 47, fl. 39.

¹⁷⁰ Ibidem, fl. 41.

Início da Guerra Civil na Rússia	Dezembro de 1917
Acordo de paz entre Rússia e Alemanha	Março de 1918
Estabelecimento do voto feminino na Inglaterra	Fevereiro de 1918
Fim da Primeira Guerra Mundial	Novembro de 1918
Revolução Alemã	Novembro de 1918
Estabelecimento do voto feminino na Alemanha	Novembro de 1918
Tentativa de insurreição no Rio de Janeiro	Novembro de 1918
Assassinato de Rosa Luxemburgo	Janeiro de 1919
Semana Trágica na Argentina	Janeiro de 1919
Criação da Lei Contra Acidentes de Trabalho no Brasil	Janeiro de 1919
Criação da III Internacional	Março de 1919
Insurreição na Hungria	Março de 1919
Assinatura do Tratado de Versalhes	Junho de 1919
Criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Junho de 1919
Congresso do Partido Comunista do Brasil	Junho de 1919
Greve Geral em Salvador	Junho de 1919
Greve Geral em Recife	Junho de 1919
Greve Geral em Porto Alegre	Agosto de 1919
Convenção da OIT – Proibição Do Trabalho Noturno das Mulheres	Outubro de 1919
Convenção da OIT – Proibição do Trabalho de Menores de 14 Anos	Outubro de 1919
Tentativa de insurreição em São Paulo	Outubro de 1919
Greve Geral na Estrada de Ferro Leopoldina Railway	Março de 1920
III Congresso Operário Brasileiro	Abril de 1920
Estabelecimento do voto feminino nos Estados Unidos	Agosto de 1920

* As datas dos acontecimentos na Rússia estão citadas conforme o calendário gregoriano, seguido pela maior parte dos países do Ocidente.

Consideramos como acontecimentos políticos relevantes aqueles que se relacionaram com as lutas por conquistas, conduzidas pelas classes trabalhadoras, durante os anos 1910 e 1920 internacionalmente. Isso tendo em vista a relevância da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa para a criação de condições econômicas, políticas e culturais que influenciaram as greves, os congressos operários, as tentativas insurrecionais, a assinatura do Tratado de Versalhes e, por fim, as convenções que reconheceram alguns direitos trabalhistas.

Tendo em vista a compreensão dos aspectos mais importantes da conjuntura política internacional, a partir desse instante procuraremos interpretar e compreender as lutas por direitos conduzidas pela classe trabalhadora no Rio de Janeiro e os movimentos de reação repressiva às mesmas. No próximo capítulo, conferiremos enfoque às ações coletivas, como a celebração do Primeiro de Maio e as greves, durante o ano de 1919.

Capítulo 3

Associativismo, Primeiro de Maio e greves em 1919 na capital da República

As condições de trabalho, a insuficiência dos salários e a repressão foram fatores que estimularam os conflitos e protestos daqueles anos, criando um clima de tensão permanente, às vezes explosivo, como os que ocorreram em São Paulo, Nova York, Turim, São Petersburgo, Sydney e tantas outras cidades. As experiências e as elaborações feitas a partir das greves daquele período foram tão marcantes que configuraram para a historiografia o início de um novo ciclo de lutas trabalhistas e até mesmo de formação de uma nova classe operária. A economia da guerra contribuiu para intensificar a solidariedade entre os trabalhadores ao evidenciar as contradições do capitalismo e da economia de mercado.¹⁷¹

Na cidade do Rio de Janeiro, capital da República, entre os anos de 1917 e 1920, desenvolveu-se um ciclo de greves, do qual resultou um impulso associativo visível tanto na retomada de sindicatos que se encontravam fechados, quanto na criação de novas associações, bem como na articulação entre as entidades patronais e as forças policiais, tendo em vista a repressão dos trabalhadores e militantes. Nesse contexto, para uma parcela dos trabalhadores organizados, o impacto da Revolução Russa foi visível, considerando seus reflexos na vida associativa e na ação política. Durante o ano de 1919, a classe trabalhadora, no plano nacional, conduziu greves, parciais e gerais, preparou uma insurreição e criou instituições políticas, como mutuais, sindicatos e partidos.¹⁷² Isso considerando o aumento do custo de vida, em decorrência dos efeitos da Primeira Guerra Mundial no setor produtivo, que estimulou a realização de protestos voltados para a conquista de melhores condições de consumo.¹⁷³

No presente capítulo, procuraremos interpretar e compreender de que maneiras as ações coletivas dos trabalhadores e das trabalhadoras, no ano de 1919, assimilaram e reelaboraram linguagens e práticas presentes conjuntura política internacional. Com destaque para a celebração de um símbolo de identificação internacional do operariado, o Primeiro de Maio, e para as greves, tendo em vista um complexo processo de luta por direitos, que contou com a criação de instituições políticas, a realização de *meetings* de protesto, a propaganda de ideologias de esquerda, como o anarquismo e o socialismo na imprensa operária e a vivência

¹⁷¹ CASTELUCCI, Aldrin; TOLEDO, Edilene; CORREIA, Silvia Adriana Barbosa. Apresentação. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 37, nº 76, 2017, p. 15.

¹⁷² GOMES, Angela Maria de Castro. 2005. Op. Cit., p. 125; BARTZ, Frederico Duarte. 2017. Op. Cit., p. 55; BATALHA, Claudio H. M. 2000. Op. Cit., p. 54; FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 185.

¹⁷³ MARAM, Sheldon Leslie. 1979. Op. Cit., p. 121; LOBO, Eulália M. L e STOTZ, Eduardo Navarro. 1985, p. 69; ROSA, Maria Alice Ribeiro. 2014. Op. Cit., p. 26.

de solidariedades decorrentes da experiência de luta. Isso feito tendo em vista a participação de homens e mulheres que não se encontravam organizados em associações, tanto quanto a militância do movimento operário, caracterizada pela presença de líderes, quadros intermediários e bases.¹⁷⁴

As experiências dos trabalhadores organizados, vivenciadas no dia a dia dos sindicatos, por serem as mais visíveis na ação política da classe trabalhadora estarão presentes na análise. Importa observar, sobre isso, que as ações políticas e culturais da militância, embora tenham sido expressões de pessoas e organizações específicas, foram contribuições para a construção de uma realidade mais ampla, a da classe trabalhadora – que ultrapassava os segmentos organizados e envolvia as agências desempenhadas em variados espaços, como a família, o trabalho, o lazer, e toda manifestação coletiva que reivindicasse o caráter de classe. Entretanto, anteriormente a criação de um “discurso de identidade”, quando analisamos as condições de trabalho e de consumo, durante a Primeira República em nível nacional, nota-se a existência de uma “identidade visível” da classe operária, compartilhada por setores da militância e pelos trabalhadores não organizados, expressa nas habitações operárias precárias, na falta de condições para a saúde e a higiene, na alimentação inadequada e nos modos de vestimenta.¹⁷⁵ Em virtude dessa dimensão existencial compartilhada, é possível que tenha existido não somente distinções, mas também semelhanças entre os trabalhadores organizados em associações e os não organizados, o que nos permite abdicar das divisões estanques que separam, na análise historiográfica, os trabalhadores qualificados e os não qualificados, a vida associativa e a vida cotidiana. De tal maneira, nosso interesse, nas páginas a seguir, será o de identificar, interpretar e compreender, sempre que possível, as experiências políticas e culturais tanto dos militantes – tendo em vista as subdivisões entre lideranças, quadros

¹⁷⁴ Adotamos, nesse sentido, a tipologia proposta por Batalha para a análise do movimento operário na Primeira República. Para o historiador, a militância operária pode dividir-se, para fins de compreensão mais adequada, entre: 1) as lideranças, formadas por uma minoria que escrevia em jornais operários e atuava além dos limites de sua categoria profissional; 2) os quadros intermediários, “um grupo um pouco maior”, com participação ativa na vida da categoria, integrando as direções das associações e assinando manifestos, mas sem a produção de teorias; 3) as bases, “certamente o maior grupo”, formado pelos sujeitos que exerciam uma “militância eventual”, e que “são a base de todas as organizações, que estão presentes nos momentos de ascenso dos movimentos e os abandonam nos momentos de refluxo”. BATALHA, Claudio H. M. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 8, dezembro de 1997, p. 93.

¹⁷⁵ BATALHA, Claudio H. M. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? **Revista Brasileira de História**. S. Paulo, v. 12, nº 23/24, set. 91ago/92, p. 118.

intermediários e bases – quanto dos trabalhadores não organizados, no contexto de um ano caracterizado pela crescente mobilização da classe trabalhadora no plano nacional.¹⁷⁶

O período entre 1917 e 1920 foi estudado, nas últimas décadas, pela historiografia sobre o movimento operário durante a Primeira República. Passando por objetos diversificados, como o impacto da Revolução Russa no movimento operário brasileiro, as greves gerais de 1917 e 1919 de Norte a Sul do país, as tentativas de insurreição anarquista em novembro de 1918 no Rio de Janeiro, e outubro de 1919 em São Paulo, e a greve conduzida pelos ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina Railway, em 1920, as pesquisas apresentaram abordagens distintas, embora tenham preservado o destaque conferido às formas de organização dos trabalhadores e às lutas por melhores condições de vida e de trabalho.¹⁷⁷

A historiografia sobre o movimento operário na Primeira República, analisando as lutas ocorridas no Rio de Janeiro, menciona com clareza o fato de que o ápice da mobilização dos trabalhadores e militantes deu-se entre 1917 e 1920. Esse fato é evidenciado tanto pelo aumento expressivo do número de greves, quanto pela participação dos sindicatos dos trabalhadores da indústria nas ações coletivas, cuja representatividade era ampliada, bem como pela realização de manifestações abrangentes, que demonstraram o nível de envolvimento dos trabalhadores, a exemplo do que ocorreu na celebração do comício público de Primeiro de Maio de 1919, em que participaram algo em torno de 60 mil pessoas.¹⁷⁸

De modo preciso, sobre as greves conduzidas nesse ano, a historiografia indicou, até o momento, alguns elementos. Basicamente, teriam ocorrido, no Rio de Janeiro, 22 greves, de acordo com Lobo e Mattos.¹⁷⁹ Fausto, por sua vez, menciona a existência de 17 paralisações.¹⁸⁰ Campos observa que marinheiros, tintureiros, tecelões, costureiras, fabricantes de cervejas, manipuladores de tabaco e trabalhadores da Navegação Costeira paralisaram as suas atividades no primeiro semestre daquele ano.¹⁸¹ Essas pesquisas argumentam que a

¹⁷⁶ Nesse sentido, concordamos com a argumentação de Batalha, quando este observa que “evitar o equívoco de confundir a classe operária com suas instituições e o conjunto dos trabalhadores com os militantes não pode significar deixar de lado o estudo dos dirigentes, dos militantes ou das instituições operárias”. BATALHA, Claudio H. M. 1997. Op. Cit., p. 91-92.

¹⁷⁷ BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. 1967. Op. Cit.; DULLES, John W. F. 1977. Op. Cit.; MARAM, Sheldon Leslie. 1979. Op. Cit.; FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit.; HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). 1979. Op. Cit.; GOMES, Angela Maria de Castro. 2005. Op. Cit.; CAMPOS, Cristina Hebling. 1988. Op. Cit.; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (org.). 1992. Op. Cit.; BATALHA, Claudio H. M. 2000. Op. Cit.; MATTOS, Marcelo Badaró. 2008. Op. Cit.; MATTOS, Marcelo Badaró. (coord.). 2004. Op. Cit.

¹⁷⁸ BATALHA, Claudio H. M. 2000. Op. Cit., p. 49; GOMES, Angela Maria de Castro. 2005. Op. Cit., p. 131; BARTZ, Frederico Duarte. 2017. Op. Cit., p. 55; MARAM, Sheldon Leslie. 1979. Op. Cit., p. 139; FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 185.

¹⁷⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. 1992. Op. Cit., p. 40; MATTOS, Marcelo Badaró. 2004. Op. Cit., p. 139.

¹⁸⁰ FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 187.

¹⁸¹ CAMPOS, Cristina Hebling. 1988. Op. Cit., p. 72-73.

recuperação industrial, a partir de 1916, e o aumento do custo de vida, aprofundado pela estagnação dos salários, impulsionaram uma onda de greves como uma reação ao baixo padrão de vida. Sendo assim, trabalhadores e militantes, atentos à necessidade que a indústria tinha de seus braços para a produção, optaram por disputar, no âmbito dos conflitos de classe, o que consideravam como seus direitos, adotando como instrumento de luta a greve.

Embora conheçamos, em virtude das menções feitas por Campos e Batalha, que “ocorreram diversas greves no primeiro semestre de 1919, por aumento salarial e pela jornada de trabalho”,¹⁸² os estudos realizados até o momento pouco avançaram além da identificação sobre a ocorrência das ações coletivas. Não sabemos, por exemplo, se as paralisações foram realizadas de forma espontânea, ou se foram organizadas por associações, ou qual o número de trabalhadores que envolveu-se nas greves, e mesmo informações sobre a criação de solidariedades na experiência da luta e o conhecimento a respeito das estratégias de negociação e intermediação adotadas. Em conjunto, o conhecimento desses aspectos pode oferecer dados relevantes sobre o processo de formação da classe trabalhadora.

Entre 1917 e 1920 no Rio de Janeiro, Mattos observou que as pautas das paralisações foram predominantemente de corte político, ou seja, voltadas para a conquista e o reconhecimento de demandas trabalhistas, como a jornada de trabalho de oito horas diárias, a liberdade sindical, o descanso semanal, a abolição do trabalho para menores de 14 anos, etc.¹⁸³ Todavia, há poucos dados disponíveis sobre a elaboração cotidiana das ações coletivas, de modo que se possa problematizar, por exemplo, como operou-se a inserção das greves no ciclo de agitação social global, aberto em 1917, e mesmo quem foram os trabalhadores e as trabalhadoras que participaram das paralisações, ou quais foram os sindicatos que ofereceram apoio às paralisações, bem como qual foi o comportamento adotado pelas correntes políticas durante as lutas.

Sobre a celebração do Primeiro de Maio de 1919, o quadro é um pouco distinto em termos de apreciação pela historiografia. Isso porque os estudos já apontaram o caráter abrangente que a ação assumiu nesse ano. Entretanto, nas linhas a seguir, procuraremos interpretar esse acontecimento em relação ao contexto internacional, com um olhar voltado para as influências compartilhadas, para a cultura associativa, e, ao mesmo tempo, para o

¹⁸² BATALHA, Claudio H. M. 2000. Op. Cit., p. 54.

¹⁸³ MATTOS, Marcelo Badaró. 2004. Op. Cit., p. 143.

conhecimento das contribuições dessa manifestação cultural importante para o avanço da mobilização operária.¹⁸⁴

Associativismo e ações coletivas

[...] Que importa o “sítio” acabar, se para nós, operários, esse “estado” é permanente, é constante, pois estamos sempre fora da lei, e de todos os princípios do direito e da justiça.¹⁸⁵

Mais precisamente, a partir de julho de 1917, a relação entre greves, associativismo e repressão policial passou por um processo de ampliação na intensidade e no número de procedimentos adotados, como prisões de trabalhadores e militantes, empastelamentos de jornais e o fechamento de sindicatos. Como exemplo desse contexto, a versão carioca da greve geral de 1917, ocorrida poucos dias após o começo da greve geral em São Paulo, que teve início em 7 de julho, contou como elemento central, além da luta por “salário mínimo e equiparação dos salários de mulheres e homens”, o fato de que “também ali a repressão foi intensa”. Conforme observa Edilene Toledo, embora as conquistas materiais não tenham sido significativas para todas as categorias, as greves de julho “foram muito importantes para a expansão e o fortalecimento das organizações sindicais, de características bastante heterogêneas, que iam de um sindicalismo mais propriamente reformista ao sindicalismo revolucionário e ao anarquismo”.¹⁸⁶

Em virtude de ter participado da greve de 1917, a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) foi fechada pela polícia. Resultante de um desmembramento da Federação Operária Regional Brasileira, essa associação foi fundada em abril de 1906, após a realização do 1º Congresso Operário Brasileiro, ocorrido no Rio de Janeiro. De tipo sindical, sua orientação política combinava os princípios do anarquismo, como a aversão ao Estado e a defesa da liberdade, com o método da ação direta (greves, comícios, boicotes, sabotagens etc.), conformando, assim, uma experiência sindicalista revolucionária sob a referência de ideais libertárias.

¹⁸⁴ O Primeiro de Maio de 1919 no Rio de Janeiro aparece em importantes estudos da historiografia do trabalho no Brasil: GOMES, Angela Maria de Castro. 1988. Op. Cit.; GOMES, Angela Maria de Castro. 2005. Op. Cit.; DULLES, John Foster. 1977. Op. Cit.; FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit.; BILHÃO, Isabel. Dias de festa, dias de luta ou feriado nacional? As diferentes concepções do Primeiro de Maio no Brasil ao longo dos anos 1920. **HIB Americana**. Lisboa, v. 6, n. 1, n. 2, p. 29-55, 2013; ARÊAS, Luciana Barbosa. As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930). **História Social**. Campinas, nº 4/5, p. 9-28, 1997/1998.

¹⁸⁵ “Ano Novo”. *A Razão*. 03/01/1919, p. 5.

¹⁸⁶ TOLEDO, Edilene. 2017. Op. Cit., p. 505.

Passando para o ano de 1918, em decorrência da preparação de uma insurreição, que deveria ter início no Rio de Janeiro para, adiante, se espalhar por outras regiões do país, uma dezena de trabalhadores teve a prisão preventiva decretada, bem como sindicatos foram fechados, ampliando-se, assim, as medidas repressivas.¹⁸⁷

Segundo Claudio Batalha, em novembro de 1918, inspirados em alguma medida pela Revolução Russa, anarquistas, dentre eles Astrojildo Pereira e José Oiticica, membros da UGT – a associação que sucedeu a FORJ – e “políticos dissidentes” elaboraram uma insurreição. A ideia central era iniciar uma greve geral que logo contaria com o apoio de unidades militares. Trabalhadores metalúrgicos, tecelões e da construção civil compunham os grevistas. Um agente da polícia infiltrou-se no movimento e os entregou. Por conta disso, as principais lideranças da greve foram presas, alguns sindicatos foram fechados e a repressão foi ampliada. Para alguns militantes, a insurreição foi uma conspiração do governo que justificaria a repressão. No entanto, em parte ela foi planejada e aplicada.¹⁸⁸

Sobre o planejamento da insurreição, segundo o gráfico e jornalista Everardo Dias, foi notável que a ação se fez como um desdobramento do “agravamento das condições em que viviam os trabalhadores no Brasil”:

A preparação da greve geral insurgente tomou assim corpo e expansão entre os principais líderes sindicalistas, anarquistas, socialistas e grupos democratas descontentes com a situação do País. Ela seria encabeçada pelo Rio de Janeiro, secundada por São Paulo e demais Estados, onde havia organização proletária (1918). [...] Seria o agravamento das condições em que viviam os trabalhadores que provocaria a insurreição de maneira catastrófica. No Brasil, principalmente, a situação tornara-se muito séria e vinha agravando-se de dia para dia. Rio de Janeiro e São Paulo, como dois grandes núcleos de concentração proletária, sentiam mais agudamente os efeitos dessa situação.¹⁸⁹

No seu desenrolar, a insurreição contou com duas ações aplicadas, a distribuição de panfletos na Vila Militar, e, também, uma tentativa de assalto, feita pelos trabalhadores em greve, à Intendência da Guerra, no Campo de São Cristovão, onde havia farto material bélico.¹⁹⁰

Após o fracasso da ação revolucionária, delatada pelo 2º tenente do exército, Jorge Elias Ajus, que infiltrou-se como espião e auxiliou a repressão, algumas greves, como a dos

¹⁸⁷ “Os últimos acontecimentos anarquistas. Foi concedida a prisão preventiva dos acusados”. *Correio da Manhã*. 01/01/1919, p. 3.

¹⁸⁸ BATALHA, Claudio. 2017. Op. Cit., p. 97-98.

¹⁸⁹ BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. 1967. Op. Cit., p. 123.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 124-125.

trabalhadores têxteis, prosseguiram, mesmo com dificuldades, até o final de novembro. A luta era pela semana inglesa, salário mínimo e jornada de oito horas de trabalho.¹⁹¹ De acordo com Frederico Duarte Bartz, embora o ensaio insurrecional de 1918 no Distrito Federal não tenha sido bem-sucedido, a ação representou um ponto de inflexão importante no debate, promovido pela militância anarquista em centros industriais como Porto Alegre, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro sobre a possibilidade de realizar uma revolução social no Brasil.¹⁹²

Em janeiro de 1919, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), sobre a repressão que abateu parte do sindicalismo, divulgou a seguinte nota aos seus associados:

Toda a classe sabe perfeitamente que desde que fomos forçados a declarar a greve a sede foi fechada, e a diretoria perseguida pela polícia tendo, no entanto, procurado com todo o sacrifício cumprir com o seu dever, já olhando pelos companheiros presos e pelos interesses sociais. E ainda, não nos foi possível abrir a sede o que esperamos poder fazer brevemente e então chamaremos a classe, a se reunir; por enquanto, apelamos para os camaradas, que saibam cumprir o seu dever.¹⁹³

O texto acima informou as tentativas de reorganização da associação, que resultou, pouco tempo depois, na criação da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ). A UGT foi fundada em 19/04/1918, e manteve-se atuante até 22/11/1918, quando foi fechada por decreto presidencial. A FTRJ, por sua vez, surgiu em 1919 em substituição à UGT, e atuou até 1924, quando paralisou suas atividades em função do estado de sítio decretado pelo governo de Artur Bernardes (1922-1926).¹⁹⁴

Em março de 1919, uma nova instituição política surgiu no Rio de Janeiro. O assim chamado Partido Comunista do Brasil (PCB), cujas ideias já haviam sido anunciadas em 1917, tinha por objetivo formar um “congresso geral da vanguarda social no Brasil”, tendo em vista a criação de uma associação que fosse “além dos parâmetros regionais”.¹⁹⁵ Anterior ao PCB formado em 1922 pela militância comunista, o partido criado em 1919 foi uma expressão do suporte que o movimento anarquista buscava oferecer à causa revolucionária. Segundo Tiago Bernardon de Oliveira, o Partido Comunista de 1919 foi uma expressão da necessidade, sentida pela militância, de “construir outros canais que articulassem a ação

¹⁹¹ BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. 1967. Op. Cit., p. 136.

¹⁹² BARTZ, Frederico Duarte. **Movimento operário e revolução social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922.** Tese de doutorado em História. Porto Alegre, RS. UFRGS, 2014, p. 76.

¹⁹³ “Avisos e convocações – União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro”. *A Razão*. 03/01/1919, p. 5.

¹⁹⁴ BATALHA, Claudio H. M. (org.). **Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 222; p. 279.

¹⁹⁵ BARTZ, Frederico Duarte. 2017. Op. Cit., p. 206.

revolucionária em conjunto com a estratégia sindical”. Assim, a organização não era exclusivamente anarquista, pois, tinha um “caráter mais plural”, que pode ser identificado, por exemplo, no relato “de um anônimo secretário da mesa da conferência de fundação do partido”. Além de anarquistas, socialistas e “todos os que aceitam o comunismo local”, membros da bancada trabalhista da Câmara, como Nicanor Nascimento e o advogado socialista Evaristo de Moraes, foram fundadores do PCB. Esse fato atesta a “ampliação do escopo organizativo de militantes revolucionários de diversas tendências” em torno do partido, compondo uma frente ampla em prol da “defesa e promoção da Revolução Social”.¹⁹⁶

Tendo o jornal *Spartacus* como seu porta-voz, a militância do PCB cobriu, a partir de 2 de agosto de 1919 – data de saída do primeiro número da folha –, os *meetings* e as greves em andamento, e denunciou as violações dos direitos dos trabalhadores praticadas pela polícia. Além de *Spartacus*, jornais operários, coordenados por anarquistas, como *O Jerminal* e *Liberdade*, igualmente desempenharam essas tarefas naquele contexto.

Entre 21 e 23 junho de 1919, foi preparada a realização de um congresso, a ocorrer no Rio de Janeiro, com a intenção de agrupar as principais lideranças anarquistas do Brasil. A Liga Comunista Feminina, uma associação, ao que parece, composta por militantes anarquistas, foi uma das participantes desse evento, que teve curta duração em virtude da repressão policial que o encerrou. Ao todo, 22 delegados provenientes de regiões distintas do país acompanharam a primeira Conferência Comunista realizada no país. A diversidade regional dos participantes nesse evento permite a identificação do fato de que naquele momento, e, especialmente, a partir de março de 1919, com a fundação do PCB no Rio de Janeiro, o debate sobre a revolução social ampliou-se, e foi desenvolvido por militantes anarquistas no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre, à luz, por exemplo, dos textos publicados na imprensa operária, como os jornais *A Plebe*, *Spartacus*, *A Hora Social* e o *Sindicalista*.¹⁹⁷

Sobre esse evento comunista organizado por anarquistas, segundo Frederico Duarte Bartz, a assimilação do comunismo pela militância anarquista, no contexto do ciclo de greves, não foi fruto de um “engano” ou uma “confusão política”, que seria superada apenas em 1922, com a fundação do Partido Comunista do Brasil, conforme escreveram Astrojildo Pereira e Edgar Rodrigues. Naquele contexto, Pereira e Oiticica apostavam que os anarquistas tomariam a frente do processo revolucionário na Rússia.¹⁹⁸ Precisamente, tanto a união das

¹⁹⁶ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. 2018. Op. Cit., p. 225-229.

¹⁹⁷ BARTZ, Frederico Duarte. 2014. Op. Cit., p. 100.

¹⁹⁸ BARTZ, Frederico Duarte. 2017. Op. Cit., p. 28-29.

vanguardas propostas com a criação do PCB em 1919, quanto a direção anarquista na revolução realizada na Rússia, não se efetivaram. Como consequência, a partir de 1921 deu-se, em termos mais concretos, o rompimento entre a militância anarquista e comunista.

De modo preciso, entre 1917 e 1919, associações dirigidas por anarquistas, como a FORJ, a UGT e o PCB sofreram com ações repressivas por parte da polícia. Entretanto, levando a reflexão adiante, no Rio de Janeiro como no restante do país, o associativismo era um fenômeno muito mais amplo. Com a adesão de parte expressiva da população urbana, associações dançantes, carnavalescas, científicas, literárias e esportivas existiram em enorme número. Havia, também, uma proliferação de associações culturais e educacionais. Igualmente importantes, embora em menor número, as associações mutualistas e os sindicatos, desde a segunda metade do século XIX, contribuíram na formação da classe trabalhadora pela criação de uma cultura associativa.¹⁹⁹

Em desenvolvimento no Rio de Janeiro, a cultura associativa, entendida tanto como um hábito de associar-se, quanto pela elaboração de um projeto cultural proveniente das associações, foi materializada em estandartes, bandeiras, pavilhões sociais, santos padroeiros, toda uma diversidade de símbolos, e, também, pela manutenção de um calendário celebrativo.²⁰⁰

O Primeiro de Maio de 1919 e a cultura associativa dos trabalhadores

No Rio de Janeiro, em 1919, foi celebrado o valor e a identidade do trabalhador no Primeiro de Maio, que naquela ocasião assumiu lugar de destaque nas páginas da grande

¹⁹⁹ Por cultura associativa, Claudio Batalha entende “um conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão de mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdados de formas de organização mais antigas, como as corporações. Em outras palavras, um conjunto de valores compartilhados pelas associações operárias”. BATALHA, Claudio H. M. *Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: BATALHA, Claudio H. M, SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre. 2004. Op. Cit., p. 99.

²⁰⁰ Adotamos a expressão “materializados” em concordância com a abordagem de Raymond Williams sobre a cultura. Isso tendo em vista a proposição de que a mesma é parte dos processos materiais de produção da vida, embora não se defina como um reflexo da “base” econômica do modo de produção. O materialismo cultural, desse modo, é a sua posição no debate em torno da cultura, compreendida tanto no sentido do conjunto das artes, quanto no de sistemas de significados e valores. WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

imprensa e da imprensa operária.²⁰¹ Essa manifestação cultural constituiu-se como uma expressão importante da cultura associativa dos trabalhadores.²⁰²

Além desse aspecto, o Primeiro de Maio de 1919 atuou no movimento mais amplo das ações coletivas, favorecendo a organização de greves naquele que foi um ano de grandes mobilizações:

O 1º de Maio de 1919 fora uma das maiores manifestações populares já ocorridas no Rio e também em São Paulo. Uma série de greves seguiu-se a esta grande mobilização, e em agosto começou a circular o importante jornal anarquista *Spartacus*. Os acontecimentos internacionais alimentavam tal diagnóstico. Liam-se notícias sobre os assassinatos de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht em Berlim após a revolta spartaquista, e sobre as greves que pontilhavam o ano de 1919 na França, Inglaterra, Estados Unidos e Argentina.²⁰³

Segundo Luciana Barbosa Arêas, no hemisfério Norte, o revigoramento da natureza, com os efeitos da primavera entre março e junho, simbolizava o florescimento das esperanças de um mundo mais justo. Especialmente durante o mês de maio, em alguns países da Europa ocorria a renovação dos contratos de aluguel e de trabalho.²⁰⁴ Assim, como uma tradição inventada, no sentido de que foi construída a partir da repetição de rituais e símbolos tendo em vista estabelecer valores e normas de comportamento, o Primeiro de Maio assimilou os significados da renovação que o mês de maio continha em algumas regiões.²⁰⁵

A celebração do Primeiro de Maio está relacionada aos fatos ocorridos em 1886 na cidade de Chicago, que resultaram na condenação à morte de cinco líderes dos trabalhadores. Quatro deles, posteriormente, foram executados, isso porque um havia se suicidado na cadeia. Para os militantes anarquistas, essa data não era, portanto, dia de festa, mas sim de luta e de luto. A II Internacional, em seu congresso de fundação em 1889, em Paris, determinou a data como de paralisação do trabalho em caráter anual de manifestação.²⁰⁶

Sobre essa importante celebração na dinâmica cultural da classe operária, Isabel Bilhão observa que havia disputas simbólicas pelo seu significado durante a Primeira

²⁰¹ GOMES, Angela Maria de Castro. 2005. Op. Cit., p. 131; GOMES, Angela Maria de Castro. 1988. Op. Cit., p. 33.

²⁰² Segundo Tim Wätzold-Eichstätt, a celebração do Primeiro de Maio foi parte de um processo histórico, em andamento entre 1917 e 1920, de criação de uma identidade coletiva do proletariado internacional, que também envolveu o teatro operário, as greves e a organização dos piqueniques em espaços públicos. WATZOLD-EICHSTÄTT, Tim. 2015. Op. Cit., p. 35-36.

²⁰³ GOMES, Angela Maria de Castro. 2005. Op. Cit., p. 131.

²⁰⁴ ARÊAS, Luciana Barbosa. 1997/1998. Op. Cit., p. 11.

²⁰⁵ HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 11.

²⁰⁶ BATALHA, Claudio H. M. 2004. Op. Cit., p. 106-107.

República. Assim, para a Igreja Católica, a data era dia santificado; para os anarquistas, era dia de luto e de luta; a grande imprensa, por sua vez, entendia a celebração como uma grande festividade cívica e republicana; o governo republicano, a partir de 1925, firmou o seu significado como feriado nacional; os sindicalistas reformistas a entendiam como dia de festa. Sendo assim, a celebração do Primeiro de Maio tinha tantos significados quanto promotores da celebração.²⁰⁷

Conhecer os símbolos apresentados na imprensa durante a celebração realizada em 1919 constitui um caminho para a compreensão dos aspectos assumidos pela cultura associativa dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Na edição de sábado, 3 de maio de 1919, em sua primeira página, o jornal diário *A Razão* trazia a fotografia de um aspecto do enorme público que compareceu ao comício, realizado na Praça Mauá, a partir das 14 horas, durante a celebração em espaço aberto do Primeiro de Maio. Ao lado direito da fotografia destacou-se um estandarte com a frase “Salve a Baviera Comunista”.²⁰⁸

As referências ao comunismo, mediadas pelos acontecimentos na Rússia, na Baviera e na Hungria, estiveram presentes nas falas de alguns dos oradores durante o comício público. Tais citações informam sobre a influência que as ideologias de esquerda poderiam exercer naquele momento entre algumas lideranças operárias internacionalmente.

O Primeiro de Maio teve a sua primeira celebração realizada no Brasil em 1891. Com o passar dos anos, e especialmente após a realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, a luta pela jornada de oito horas de trabalho tornou-se a sua bandeira.²⁰⁹ A partir de 1903, as comemorações passaram a contar com os comícios. De acordo com Luciana Barbosa Arêas, “em geral promovidos pelas federações operárias, os comícios ofereciam a oportunidade de uma manifestação que reunisse várias associações, como acontecia também nas passeatas”.²¹⁰ Assim, milhares de pessoas participavam das manifestações, em que discursavam oradores cujo raio de alcance não era obtido nas sessões solenes das sociedades operárias.²¹¹

Na celebração de 1919, 26 sessões privadas foram realizadas no Rio de Janeiro. Numa delas, conduzida na prefeitura do Distrito Federal, a comemoração foi incorporada pelo Poder Municipal. Isso ocorreu devido ao fato de que o prefeito, Paulo de Frontin, aproveitou a data para assinar o Decreto Municipal nº 3129, que estendia aos servidores da prefeitura o direito à

²⁰⁷ BILHÃO, Isabel. 2013. Op. Cit., p. 49-51.

²⁰⁸ “O que foi o dia da vitória da união do operariado carioca”. *A Razão*. 03/05/1919, p. 1.

²⁰⁹ BATALHA, Claudio H. M. 2004. Op. Cit., p. 106.

²¹⁰ ARÊAS, Luciana Barbosa. 1998. Op. Cit., p. 14.

²¹¹ Ibidem.

jornada de oito horas de trabalho. O Centro Beneficente dos Operários Municipais, uma associação de tipo mutualista, esteve presente na cerimônia, que ocorreu no pátio da prefeitura. A validação desse decreto, com a presença de sociedades operárias, informa sobre as aproximações que poderiam existir entre os poderes públicos, os trabalhadores e as associações.

Como expressão do sindicalismo reformista, a sessão solene do Primeiro de Maio realizada na prefeitura do Distrito Federal ilustrou a diversidade de significados que a celebração possuía. Havia algumas interpretações disponíveis sobre a data, que, por sua vez, eram mobilizadas por diferentes correntes políticas no interior do movimento operário. A data era, para os anarquistas, dia de luto pela morte dos militantes da causa operária, vistos como “mártires”. Além dessa interpretação, a maior parte das correntes políticas entendiam que o Primeiro de Maio era um dia de luta pela conquista da jornada de oito horas de trabalho. Para os sindicalistas reformistas, o Primeiro de Maio era, por sua vez, um dia de festa em homenagem ao trabalho. Finalmente, para algumas correntes anarquistas e comunistas, a data era o dia da “revolução social”, que simbolizava a consciência de classe do proletariado, ou, ao menos, seria o dia de despertar dessa consciência.²¹²

Ao romper as fronteiras entre os ofícios e abarcar o conjunto da classe operária, como observa Batalha,²¹³ a celebração do Primeiro de Maio poderia assumir, tal como ocorreu em 1919, o caráter de uma manifestação abrangente. Isso porque, além das 26 sessões privadas realizadas, foi preparado e conduzido, em espaço aberto, um comício de grandes proporções, à época chamado de “comício monstro”.

Embora seja esperado um tom elogioso por parte da imprensa operária à celebração do Primeiro de Maio, na citação abaixo, retirada do quinzenário comunista *O Jerminal*, publicado no Rio de Janeiro, pode-se incorporar mais uma referência ao número expressivo de público presente no comício:

As manifestações de 1º de Maio deste ano, conquanto tenham assumido um caráter inteiramente pacífico, revestiram-se de excepcional imponência e constituíram bem uma afirmação eloquentíssima de força, coesão e solidariedade por parte dos trabalhadores desta Capital. [...] Ouviu-se novamente, mas dessa vez com redobrado entusiasmo a Internacional entoada por milhares de bocas. O majestoso espetáculo era inédito entre nós e por isso mesmo provocou em todos que nele tomaram parte ou que simplesmente o presenciaram uma fortíssima e grata emoção.²¹⁴

²¹² ARÊAS, Luciana Barbosa. 1998. Op. Cit., p. 19-24.

²¹³ BATALHA, Claudio H. M. 2004. Op. Cit., p. 105.

²¹⁴ “Magnífico despertar”. *O Jerminal*. 15/05/1919, p. 1.

Um caminho para a compreensão do significado cultural do Primeiro de Maio reside na identificação de traços da cultura operária em formação naquele período. Isso considerando as dificuldades de se delimitar com segurança as distinções entre o que pode ser definido como cultura popular e o que pode ser identificado como cultura operária. Conforme observa Batalha, no Rio de Janeiro foi vivenciada uma cultura popular, formada pela incorporação de elementos da imigração europeia, da herança africana e de traços da cultura dominante. Ou seja, de modo distinto ao que ocorreu, por exemplo, na Inglaterra da segunda metade do século XIX até meados da Primeira Guerra Mundial, o que teria prevalecido não foi uma cultura genuinamente operária, de classe, mas sim uma cultura popular. Entretanto, cabe mencionar que durante os anos 1920, no Rio de Janeiro, uma cultura operária foi expressa, à luz, por exemplo, dos festivais operários realizados em espaços abertos com enorme adesão.²¹⁵ De acordo com Francisco Foot Hardman, sobre a passagem da festa de salão, de conotação doutrinária e de propaganda, para o festival operário, esta foi uma conquista dos espaços públicos, decorrente do ciclo de greves e do ascenso mobilizatório da classe operária a partir de 1917, uma vez que “havia condições favoráveis” e uma “força momentânea da classe”, que permitiu a tomada dos espaços públicos.²¹⁶ Cabe acrescentar, além disso, que para o caso do Rio de Janeiro, naquele período, o uso do chapéu de palha, o samba, os clubes de dança e a sociabilidade nos botequins podem ser identificadas como manifestações de uma cultura operária vivenciada pelos trabalhadores.

Nesse sentido, homens vestidos de chapéu, paletó, gravata, calça e sapato, e mulheres vestidas de vestido branco e sapatos, acompanhadas de crianças, igualmente elegantes, estamparam as fotografias publicadas na imprensa. Como é possível perceber nas imagens, as melhores roupas eram escolhidas para a participação no comício. A presença, na celebração, era do conjunto da classe trabalhadora, ou seja, o Primeiro de Maio mobilizou um número muito superior ao de homens trabalhadores membros das associações. Seguindo esse compasso, segundo *O Jerminal*, naquele ano o Primeiro de Maio assumiu a forma de um “majestoso” e “inédito espetáculo”.²¹⁷

A revista *O Malho*, dedicada à publicação de assuntos do interesse das elites políticas e econômicas do Rio de Janeiro, registrou, em texto e fotografias, que a “família operária” compareceu em conjunto à manifestação. Assim, por volta das 13 horas, já se via um grande

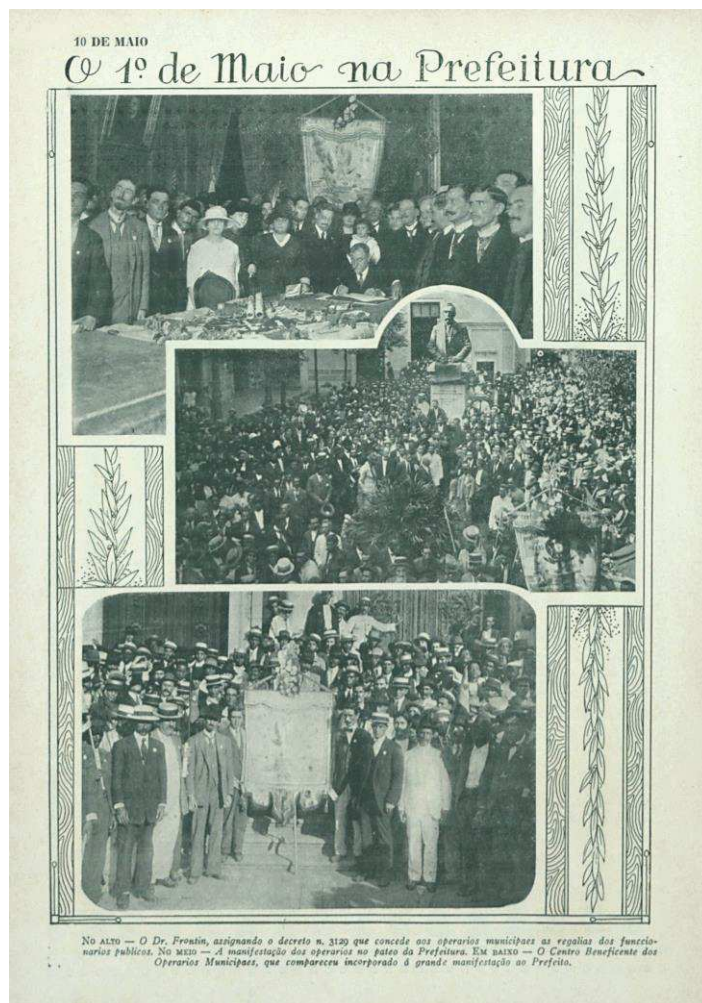
²¹⁵ BATALHA, Claudio H. M. 2004. Op. Cit., p. 97-99.

²¹⁶ HARDMAN, Francisco Foot. 2002. Op. Cit., p. 53-54.

²¹⁷ “Magnífico despertar”. *O Jerminal*. 15/05/1919, p. 1.

número de estandartes das associações presentes. Os grupos de trabalhadores chegavam cantando a “Internacional” – a canção que já havia se tornado um símbolo do movimento operário internacionalmente, e que naquele momento era incorporada nas manifestações realizadas no Rio de Janeiro. A comissão organizadora do comício, composta por membros do PCB, deu início à manifestação por volta das 14 horas. A praça encontrava-se completamente cheia. Em seu centro, a estátua do Visconde de Mauá serviu de pedestal para alguns oradores. Estandartes das associações erguidos ao alto dividiam o espaço com os chapéus e as bandeiras de cor rubra. Fazia muito sol, razão pela qual também eram visíveis alguns guarda chuvas para a proteção.²¹⁸

Imagem 1
“O 1º de Maio na Prefeitura”

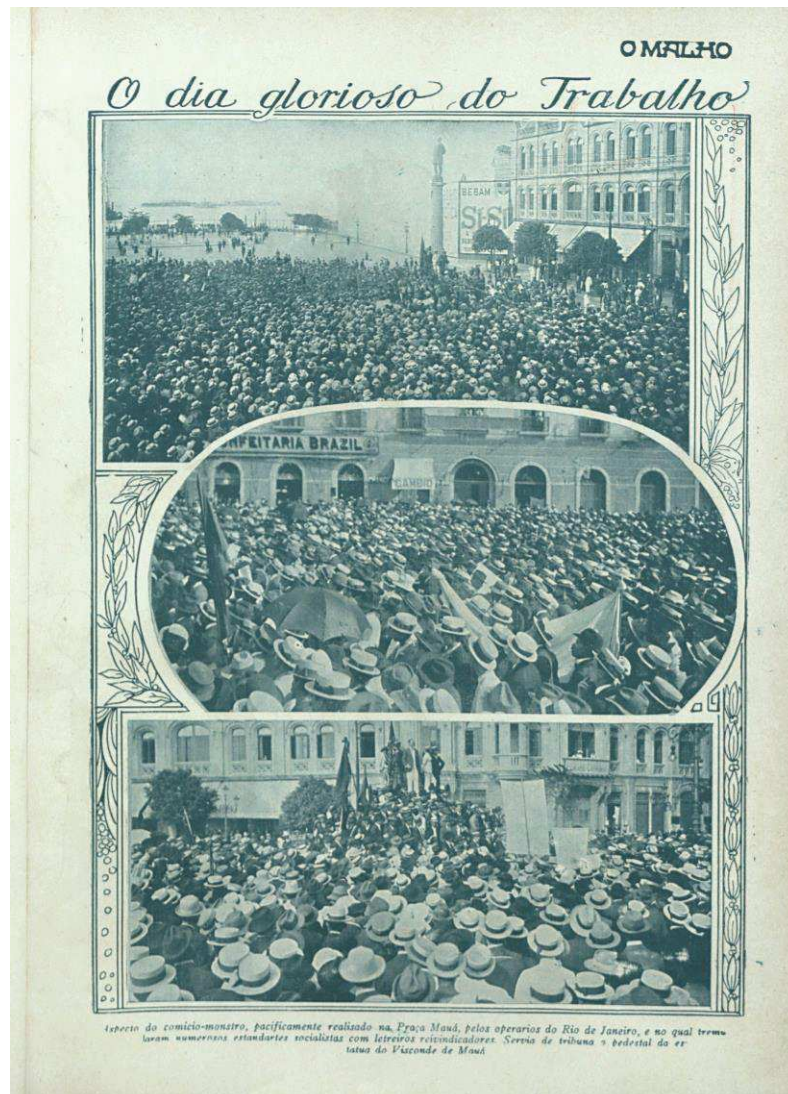


Fonte: *O Malho*. 10/05/1919, p. 16.

²¹⁸ “O dia dos trabalhadores”. *A Época*. 01/05/1919, p. 4.

De acordo com Isabel Bilhão, o cuidado com a vestimenta, expresso pelos homens e pelas mulheres presentes na manifestação, era uma forma de demonstração da “importância social do trabalhador, que não podia, de maneira nenhuma, ser confundido com as chamadas ‘classes perigosas’”. Sendo assim, na fotografia, em que estão presentes pessoas vestidas com elegância, o significado predominante dessa identidade visível da classe operária é a dignificação do trabalho e do trabalhador, que se reveste de um “sentido ainda mais profundo numa sociedade como a brasileira, cujas lembranças do longo passado escravista ainda estavam muito presentes”.²¹⁹

Imagem 2
“O dia glorioso do trabalho”



Fonte: *O Malho*. 10/05/1919, p. 23.

²¹⁹ BILHÃO, Isabel. 2013. Op. Cit, p. 34.

O lugar da vestimenta na identidade visível dos trabalhadores, segundo Hobsbawm, expressa o “sinal de pertencimento a uma classe”. Nesse sentido, a classe operária industrial inglesa, entre 1880 e 1950, distinguia-se das demais classes pelo o uso do boné chato e com pala. Já no período do movimento cartista, os trabalhadores eram identificados pelo uso do jaleco de fustão. Além disso, o lazer no botequim *fish and ship* (servindo peixe frito com batatas), a frequência a jogos de futebol e ao cinema, a leitura de jornais de grande circulação, e a sindicalização em massa, ao lado do expressivo voto trabalhista, foram igualmente traços de uma cultura operária, cujo auge provavelmente ocorreu entre 1945 e 1951.²²⁰

Retornando ao Primeiro de Maio de 1919, a abertura do comício foi feita por Antonio Fernandes, representando o PCB. O seguiu o presidente da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), José Porcino de Oliveira. Entre outras coisas, ele protestou contra a repressão que se seguiu à tentativa de insurreição anarquista em novembro de 1918.²²¹ O discurso deste operário têxtil informa sobre uma questão importante. A partir de 1917, com a retomada da produção industrial no Rio de Janeiro – tendo em vista a necessidade de suprir as demandas dos países beligerantes –, criaram-se novas fábricas, com maior número de trabalhadores por ramo industrial.²²² Os sindicatos, antes representativos, em sua maioria, de ofícios qualificados como barbeiros, alfaiates, sapateiros, etc., foram assumindo, aos poucos, uma feição de associações que representavam os trabalhadores da indústria (têxteis, metalúrgicos etc.), com maior número de membros. Esse era o caso da UOFT, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e sucursais em Niterói, Petrópolis, Magé, Santo Aleixo, Paracambi e Pau Grande.

Todavia, naquele Primeiro de Maio estiveram nas ruas tanto trabalhadores da indústria, como os metalúrgicos e os tecelões, como os operários qualificados, como padeiros, foguistas, costureiras, alfaiates, condutores de veículos etc. A União Padeiral, em nota divulgada no jornal matutino *A Época*, fez a seguinte convocação:

A diretoria do sindicato não se responsabiliza pelo o que venha a acontecer às padarias que vendam pão depois das 12 horas do dia de hoje. Os empregados em padarias são convidados, sem distinção, a comparecer a grande assembleia de hoje, às 13 horas em nossa sede, à Rua Visconde do

²²⁰ HOBBSAWM, Eric. 2015. Op. Cit., p. 313; p. 335.

²²¹ “O dia dos trabalhadores”. *A Época*. 01/05/1919, p. 4.

²²² Conforme observa Maria Alice Ribeiro Rosa, “além da existência do mercado interno, um elemento favorável ao crescimento do produto industrial foi a demanda dos países aliados, que estimulou as exportações industriais de carnes congeladas, banha, açúcar refinado e tecidos. Antes da guerra, o valor da exportação dessas mercadorias era de 2%; em 1918, ele atingiu 16% do valor total das exportações brasileiras. RIBEIRO, Maria Alice Rosa. 2014. Op. Cit., p. 35.

Ouro Branco, 21. Camaradas! Devemos resolver, nessa assembleia, a forma por que a classe se deve apresentar em face do descanso semanal, pois temos recebido pedidos de alguns associados, para que nos conservemos em sessão permanente, para a obtenção das oito horas de trabalho e do aludido descanso. Por isso não deveis faltar, a fim de que o assunto seja resolvido por grande maioria. – A diretoria.²²³

A UOFT também fez o seu convite:

Gávea – Às 11 horas em ponto partirão dez bondes especiais, que seguirão, com uma banda de música e a bandeira da União a frente, com destino a sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, para assistirem a sessão solene que se realizará às 12 horas, e depois se incorporarão à grande massa dos trabalhadores que, na Praça Mauá, realizam o comício monstro.²²⁴

Somente partindo da Gávea, saíram dez bondes especiais, o que indicava haver a expectativa de uma presença significativa dos tecelões na sessão solene a ser realizada na sede da UOFT. Como símbolos previamente confirmados na viagem, estavam a banda de música e a bandeira do sindicato, aspectos da cultura associativa dos trabalhadores.

Correntes políticas que faziam parte do sindicalismo reformista, como os clientelistas identificados com políticos e membros do governo, ou socialistas, como o cigarereiro Mariano Garcia, também organizaram a sua sessão. Na visão de parte da militância, o Dia do Trabalhador assumia o significado de uma “festa”. Assim, foi organizada uma celebração na Vila Proletária, que contou com a realização de um “imponente festival”. Palestras doutrinárias, teatro e poesia compuseram o repertório de atividades realizadas.

Está marcado para hoje, na Vila Proletária, um imponente festival comemorativo da Festa do Trabalho, tendo sido organizado um belíssimo programa, que constará do seguinte: conferência, pelo sr. coronel Pinto Machado; representação da comédia “As costureirinhas”, por amadores; o “Movimento operário no Brasil” pelo senhor Mariano Garcia, e versos recitados pelo sr. Sebastião Stamato. Na entrada do teatro, sede do Sport Clube União, promotor do festival, será franca.²²⁵

Ainda sobre os elementos da cultura associativa expressa nas celebrações, reproduzimos abaixo o que trazia *A Razão* em uma de suas publicações sobre o comício realizado na Praça Mauá:

²²³ “O dia dos trabalhadores”. *A Época*. 01/05/1919, p. 4.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ “O que foram as festas de 1º de Maio”. *A Época*. 03/05/1919, p. 2.

O aspecto que apresentava, então, a multidão, que se podia calcular, sem exagero, em sessenta mil pessoas, era extraordinário e imponente. Olhando-a, tinha-se a impressão da força prodigiosa do proletariado. No meio, flutuava o pavilhão encarnado da União dos Operários em Fábricas de Tecidos; que era seguido dos de diversas sucursais, também rubros. Aqui, ali, sobre as cabeças da multidão, balançavam-se flâmulas, com inscrições – ‘Salve a Hungria Livre!’ – ‘Homenagem à Baviera Emancipada’. A todo o momento, dentre a massa erguiam-se vivas entusiásticos ao Partido Comunista do Brasil e à Anarquia, que eram correspondidos, com entusiasmo pelos manifestantes. E assim, a onda colossal de trabalhadores subiu a avenida, na melhor ordem cantando os hinos – ‘Filhos do Povo’ e a ‘Internacional’, secundados por numerosos operários das fábricas de tecidos.²²⁶

Na publicação de *A Razão* a numerosa presença de público no comício produziu no redator sentimentos de entusiasmo, que resultaram em elogios à manifestação. Assim, seria possível mensurar a “força prodigiosa do proletariado” pelas flâmulas das instituições.²²⁷ No mesmo texto foram feitas referências aos símbolos compartilhados pelo movimento operário internacional. Durante o comício, foram cantadas canções operárias como *Filhos Povo* e *A Internacional*.²²⁸

Durante a passeata, após subir a Avenida Rio Branco, o anarquista Carlos Dias foi cumprimentado pelos presentes e realizou um breve discurso. Na citação abaixo, retirada da cobertura feita por *A Razão*, pode-se identificar tanto o trajeto percorrido na manifestação, quanto o tom laudatório do redator em relação ao discurso do militante:

A sua oração, que foi curta mas brilhante, causticou vivamente a prepotência dos poderosos, que procuram espezinhar as classes trabalhadoras que os sustentam. O orador estuda a situação atual da questão proletária, mostrando os triunfos do comunismo. Vivas estrepitosos encobrem as suas últimas palavras, movendo-se a massa, com direção à Praça Marechal Floriano. Todo o percurso até ali foi feito na melhor ordem, cantando os trabalhadores a ‘Internacional’ e a canção ‘Filhos do Povo’.²²⁹

Ao chegarem à Praça Marechal Floriano, foi improvisada uma tribuna na escadaria do Teatro Municipal. Como não coube todas as pessoas, algumas ficaram espalhadas pela Rua 13 de Maio e pela Avenida Rio Branco.²³⁰

²²⁶ “O que foi a extraordinária comemoração do 1º de Maio nesta capital”. *A Razão*. 03/05/1919, p. 1.

²²⁷ Em termos de comparação, no ano 1917, por exemplo, o comício do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro teve a presença de 20 mil pessoas. Cf. ALVES, Kaio César Goulart. **Em busca das formas de consciência**: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918). Dissertação de Mestrado em História. Mariana, MG. UFOP, 2014, p. 114.

²²⁸ “O que foi a extraordinária comemoração do 1º de Maio nesta capital”. *A Razão*. 03/05/1919, p. 1.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ “O que foi a extraordinária comemoração do 1º de Maio nesta capital”. *A Razão*. 03/05/1919, p. 1.

Imagem 3
 “A consagração do trabalho”



Fonte: *O Malho*. 10/05/1919, p. 25.

Conforme informou *A Razão*, quem estava próximo da Biblioteca Nacional não conseguia ouvir os discursos proferidos no Teatro Municipal. Embora a distância fosse pequena, a imensa quantidade de pessoas impedia que o som propagasse em boas condições. “Um orador, então, subiu a amurada da Biblioteca e dali proferiu uma longa e entusiástica oração. O comício se fracionou, naturalmente, em duas partes e a multidão pôde, assim, ouvir mais claramente a palavra dos seus oradores”.²³¹

Em frente ao Teatro Municipal estiverem presentes mulheres, homens e crianças, vestidos com elegância, numa clara expressão da dignidade da família operária. O primeiro orador naquele espaço foi o operário Candido Costa. Em seu discurso, observou que “a polícia, pelos seus jornais, iria chama-lo, a ele, nascido em Minas, de anarquista estrangeiro”.

²³¹ “O que foi a extraordinária comemoração do 1º de Maio nesta capital”. *A Razão*. 03/05/1919, p. 1.

No entanto, disse que era “preciso que se soubesse de uma vez para sempre que a maior parte dos anarquistas que aqui militam, são hoje genuínos filhos do país”. Após expor “considerações sobre a situação dos trabalhadores na sociedade, termina por aconselhá-los a luta pelo comunismo anárquico”.²³²

Apertados em cima das pilastras do Teatro Municipal, os participantes do comício tinham à frente a visão de enorme quantidade de pessoas que erguia estandartes e flâmulas, com saudações como a de “Salve à Rússia”, conforme é possível observar na imagem acima. Um orador, de terno e calça branca, discursava ao centro.

Os anarquistas José Elias e José Romero foram os últimos a discursarem. Após as suas falas, foram aprovadas, por aclamação, algumas moções. A primeira dizia o seguinte:

O proletariado do Rio de Janeiro, reunido em massa na praça pública e solidário com as grandes demonstrações mundiais dos trabalhadores, neste 1º de Maio, envia uma calorosa e fraternal saudação ao proletariado internacional e expressa a sua veemente determinação de secundar a obra imensa de transformação social, que se vai operando atualmente no mundo, para o estabelecimento sobre a Terra de um regime de real bem estar e positiva liberdade para todos.²³³

A segunda e a terceira moção, respectivamente, enviaram uma “especial saudação de simpatia ao proletariado russo, húngaro e germânico”, e lançaram “um vivo protesto contra o encarceramento de cinco trabalhadores, na cadeia de Magé, Estado do Rio, por motivo dos acontecimentos de novembro último”.²³⁴

Precisamente, as moções lidas no comício são demonstrações das conexões que existiam entre as experiências dos trabalhadores e militantes no Rio de Janeiro com a conjuntura política internacional. Um conexão visível na identificação que parte, mesmo que pequena da militância de esquerda, poderia expressar, naquele momento, com o anarquismo, o comunismo e as revoluções sociais que se encontravam em andamento pelo mundo. Isso porque as orações e as moções informam sobre o complexo processo de criação de identidades, dentre elas a que pautava-se na solidariedade internacional do proletariado.²³⁵

Encerrado comício, a passeata seguiu pela Rua 13 de Maio, passando pela Associação de Imprensa, pelo Largo da Carioca e pela Rua Uruguaiana, descendo, então, pela Rua Sete de

²³² “O que foi a extraordinária comemoração do 1º de Maio nesta capital”. *A Razão*. 03/05/1919, p. 1.

²³³ *Ibidem*.

²³⁴ *Ibidem*.

²³⁵ WATZOLD-EICHSTATT, Tim. 2015. *Op. Cit.*, p. 35-36.

Setembro até a Quitanda. O trajeto foi feito entoando canções e dando vivas aos jornais que apoiaram a manifestação.²³⁶

Em função da paralisação dos gráficos, os jornais da grande imprensa não circularam no dia 2 de maio, retomando apenas no dia 3. Ainda no dia 1º, também o transporte dos passageiros foi reduzido a poucos meios, uma vez que os condutores de veículos paralisaram suas atividades. O cotidiano do Rio de Janeiro foi, de tal maneira, alterado profundamente pela celebração do Primeiro de Maio.

Para a militância do movimento operário, num espectro que passava pelos sindicalistas reformistas, pelos socialistas e os anarquistas, aquela celebração provavelmente foi positiva. Isso porque presenciar uma manifestação abrangente cuja linguagem era operária, e que contou com algo em torno de 60 mil pessoas presentes, foi um acontecimento significativo.²³⁷ Além disso, a última celebração do Primeiro de Maio, em 1918, não teve permissão para realização de atos em espaço aberto, ficando os trabalhadores confinados nas sedes de suas associações – fator que aumentou a sensação de grandiosidade da manifestação.²³⁸

A folha *A Razão* não economizou nos elogios à manifestação. Vejamos: “nunca no Brasil se assistiu a uma demonstração daquela natureza – demonstração da força organizada, da fé consciente, da coesão espiritual”. [...] “Um espetáculo grandioso”, “imponente”, “implacável”.²³⁹

Somou-se à revista *O Malho*, e ao jornal *A Razão*, outra fonte que apontou para o caráter abrangente da manifestação. É o que observou a costureira e dirigente sindical Elvira Boni – que esteve presente no Primeiro de Maio de 1919 –, em entrevista concedida, em 1983, para Angela de Castro Gomes:

No 1º de Maio de 1919 – nessa época os trabalhadores já eram dirigidos pelos anarquistas – foi organizado um grande comício na Praça Mauá. Da Praça Mauá o povo veio andando até o Moroe pela Avenida Rio Branco, cantando o *Hino dos Trabalhadores*, *A Internacional*, *Os Filhos do Povo*, esses hinos. Não tinha espaço para mais nada. Naquela época não havia microfone, então havia quatro oradores falando ao mesmo tempo em pontos diferentes. Lembro-me de um que era gráfico, o Carlos Dias, e de outro da construção civil, o Domingos Passos. Depois desse comício, algumas moças

²³⁶ “Magnífico despertar”. *O Jerminal*. 15/05/1919, p. 1; “O que foi o dia da vitória, da união e da força do operariado carioca”. *A Razão*. 03/05/1919, p. 1.

²³⁷ “Magnífico despertar”. *O Jerminal*. 15/05/1919, p. 1.

²³⁸ Todavia, a mobilização operária no Rio de Janeiro não foi uma novidade dos anos entre 1917 e 1920. Isso porque entre 1903 e 1906, por exemplo, foi expressiva a incidência de greves, conduzidas tanto por trabalhadores da indústria quanto pelos trabalhadores de ofício. Cf. MATTOS, Marcelo Badaró (org.). 2004. Op. Cit, p. 130-132.

²³⁹ “O que foi o dia da vitória, da união e da força do operariado carioca”. *A Razão*. 03/05/1919, p. 1.

resolveram criar o sindicato, e no dia 18 de maio de 1919 fundou-se a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas.²⁴⁰

Cinco jovens moças, Elvira Boni, Elisa Gonçalves, Aída Morais, Isabel Peleteiro e Noêmia Lopes, inspiradas em algum nível pela celebração realizada em maio de 1919, fundaram a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, uma associação de tipo sindical.²⁴¹ Esse sindicato seria o responsável, segundo o depoimento de Boni, pela defesa dos interesses das costureiras numa greve conduzida pelas trabalhadoras no segundo semestre:

E aí começamos. Uns três meses depois fizemos uma greve. Mandamos um memorial para as donas dos ateliês, das fábricas onde havia costura, pedindo oito horas de trabalho e melhores ordenados. Por incrível que pareça, o *Jornal do Brasil* daquela época nos recebeu muito bem. Puseram em letras bem grandes: ‘A greve das abelhas do luxo’. A conquista das oito horas foi imediata. Onde minha irmã trabalhava, o horário passou a ser de oito às cinco; na Casa Osório, de nove às seis.²⁴²

De modo preciso, como parte integrante dos acontecimentos ocorridos no ciclo de agitação social global, a celebração do Primeiro de Maio de 1919 no Rio de Janeiro contou com a assimilação de tradições do movimento operário internacional, como os hinos operários (*Hino dos Trabalhadores, Hino do Primeiro de Maio, O Sol dos Livres, Filhos do Povo, A Internacional* etc.). Ao mesmo tempo, foram reelaboradas e expressas dimensões da cultura associativa dos trabalhadores, como bandas de música, flâmulas, estandartes e pavilhões sociais das associações. A data também revestiu-se de um caráter abrangente, e assumiu significados diversos, como festa e dia de luta. Além disso, a criação de novas associações sindicais foi impulsionada pela mobilização resultante da celebração, a exemplo da Aliança dos Operários em Calçados e Classes Anexas, da União dos Empregados em Padarias, da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ) e da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas – formadas a partir de maio. Por essas razões, pode-se argumentar que o Primeiro de Maio de 1919 foi tanto uma expressão da identidade cultural da classe trabalhadora do Rio de Janeiro que se encontrava em processo de formação (uma classe que se vestia de determinada forma, que se organizava em certos tipos de associações e que

²⁴⁰ GOMES, Angela Maria de Castro. 1988. Op. Cit., p. 33.

²⁴¹ Para mais informações acerca da trajetória militante da costureira Elvira Boni, conferir o trabalho de Beatriz Leudemann Campos: CAMPOS, Beatriz Leudemann. “**Avante, companheiras!**”: as lutas sindicais das operárias do Rio de Janeiro na União das Costureiras a partir da trajetória de Elvira Boni (1919-1922). Monografia de conclusão de curso em História. Guarulhos, SP, UNIFESP, 2021.

²⁴² GOMES, Angela Maria de Castro. 1988. Op. Cit., p. 34.

assumia para si determinados símbolos), quanto uma ação coletiva que influenciou na organização sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Greve como luta por direitos

Além da celebração da identidade e do valor do trabalhador no Primeiro de Maio, o ciclo de agitação social global contou com outra expressão política significativa, a greve, entendida como luta por direitos, ou como instrumento para a preparação de uma revolução social – na concepção dos sindicalistas revolucionários.

Dispondo da informação sobre a existência de 22 greves realizadas na cidade do Rio de Janeiro, durante o ano de 1919, a seguir procuraremos evidenciar as características assumidas pelas mesmas, de modo que seja possível interpretar como se iniciaram as paralisações, quais eram as pautas das reivindicações, como foram conduzidas as ações coletivas, quais foram os comportamentos mais visíveis dos empresários e do Estado e, por fim, quais foram os resultados alcançados.

A adoção do conceito de luta por direitos não se limita à integração da classe trabalhadora ao Estado-nação, considerando valores e formas institucionais, mesmo havendo, para a época, a demanda de uma legislação trabalhista que partia das lideranças dos trabalhadores, como o advogado Evaristo de Moraes, ou o deputado Maurício de Lacerda, que em 1917 envolveu-se na criação de um Código do Trabalho, e dos movimentos associativos que apostavam nesse caminho. De tal maneira, as greves ocorridas durante o ciclo de agitação social global, e, em especial, no ano 1919 no Rio de Janeiro, foram ações coletivas, promovidas por trabalhadores e por trabalhadoras, com o apoio ou não de associações de tipo sindical, e que buscaram o alargamento das conquistas, como jornada de trabalho, liberdade sindical, aumento de salário, igualdade salarial entre homem e mulher, regulação do trabalho de menores, descanso semanal, etc., fossem elas reconhecidas pelos empregadores, ao modo anarquista de reivindicação das demandas, ou pelas instituições estatais, em nível municipal ou federal, como poderia ocorrer nas manifestações dos sindicalistas reformistas.

Sobre a integração das classes trabalhadoras ao Estado-nação, entre 1871 e 1914, para os casos da Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália e Rússia, Marcel van der Linden observa que o apego à “instituições hegemônicas”, como o exército, a polícia, o parlamento e a legislatura, e o desenvolvimento de comportamentos que legitimavam as práticas estatais, podem ser mensurados, no trabalho do historiador e da historiadora, de modo que se possa compreender melhor a integração e a resistência das classes trabalhadoras ao modelo

capitalista de organização econômica e política na virada do século. Sendo assim, para ilustrar um pouco melhor a discussão sobre as “lutas dentro da ordem”, após interpretar elementos como a industrialização, o sufrágio, a educação obrigatória e os sistemas de seguridade social, Linden concluiu que havia condições presentes na Grã-Bretanha, na Alemanha e na França que não se encontravam disponíveis na Itália e na Rússia, de modo que a integração estrutural das classes trabalhadoras nos primeiros países deu-se de forma mais efetiva que nos últimos dois. Todavia, após o início da Grande Guerra, e, mais precisamente, com a eclosão da Revolução Russa, resistências ao Estado-nação e ao sistema capitalista, fosse pela infração da lei, pela pegada em armas, pela defesa de órgãos de democracia direta, e pela aposta na revolução proletária, foram elementos que atestaram, mesmo que de forma circunscrita, a existência “lutas fora da ordem”, em nível global, por parte de algumas lideranças de esquerda, como os anarquistas e os comunistas, e mesmo das bases dos trabalhadores que apoiaram, em algumas experiências, ações coletivas que apostavam ou não no uso da violência.²⁴³

No que concerne às experiências de trabalho no Rio de Janeiro, é oportuno observar que durante as duas primeiras décadas do século XX, a cidade manteve-se como o principal centro industrial do país.²⁴⁴ Conforme observa Cristina Campos, os capitais que permitiram a sua industrialização, iniciada no século XIX, resultaram do comércio importador e atacadista. A cidade possuía um grande mercado de consumo e de mão de obra, desfrutava da proximidade das fontes de matérias primas e de energia, dispunha de uma estrutura portuária que facilitava o transporte de mercadorias e colocava a cidade em contato com outros centros industriais, e era a capital da República. No começo do século XX, portanto, havia no Rio de Janeiro um mercado de trabalho assalariado em desenvolvimento.²⁴⁵

De acordo com Claudio Batalha, a análise do Censo do Distrito Federal realizado em 1920 permite observar que a cidade do Rio de Janeiro possuía 1.157.873 habitantes naquele ano. Os homens compunham 51,8% da população, as mulheres, por sua vez, 48,2%. A maioria de homens resultava da imigração. Os estrangeiros representavam 20,6% da população, dos quais, apenas 35% eram mulheres. Entre os estrangeiros, predominavam os portugueses. Os nacionais compunham a maior parte da força de trabalho, seguidos pelos

²⁴³ LINDEN, Marcel van der. 1988. Op. Cit., p. 288; p. 311.

²⁴⁴ LEVY, Maria Bárbara. República S.A: a economia que derrubou o império. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, vol. 10, nº 59, p. 34-41, novembro de 1989; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao industrial e financeiro)**. 2 vols. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978; RIBEIRO, Maria Alice Rosa. 2014. Op. Cit.; BATALHA, Claudio H. M. 2017. Op. Cit.

²⁴⁵ CAMPOS, Cristina Hebling. 1988. Op. Cit., p. 27.

portugueses e espanhóis. As mulheres representavam cerca de 27% da força de trabalho industrial, sendo que 39% trabalhava na indústria têxtil, 62% no setor de vestuário, e 82% no trabalho doméstico.²⁴⁶

A composição da classe trabalhadora no Rio de Janeiro era diversificada, e envolvia ofícios qualificados, como os de tipógrafo, barbeiro, sapateiro, alfaiate e costureira, e os trabalhadores manipuladores de tabaco e de bebidas, bem como o trabalho doméstico, com as criadas de servir e as lavadeiras. Também havia os trabalhadores dos transportes, como os cocheiros e carroceiros, responsáveis pela coleta de lixo na cidade e pelo transporte de mercadorias; os caixeiros, que atuavam no setor comercial, como garçons e empregados em bares e hotéis; os trabalhadores do mar, como remadores, marinheiros e estivadores; os servidores da prefeitura; e os trabalhadores industriais, como tecelões, metalúrgicos e empregados da construção civil.

Precisamente sobre as greves ocorridas em 1919, a partir de março a grande imprensa, com seus jornais diários, e a imprensa operária, com jornais de periodicidade semanal ou quinzenal, iniciaram a divulgação de notícias acerca da preparação de paralisações pela cidade. Assim ocorreu na terceira semana do mês, quando a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas, de tipo sindical e mutualista, em nota publicada em *A Época* observou que “diariamente os proprietários de hotéis, bares, restaurantes, cafés e veículos” não respeitavam “coisa alguma de maneira bastante irritante”. Duas greves encontravam-se em preparação, uma vez que os empregadores desses setores, “com recursos de chicanas indecentes”, buscavam “derrubar leis justas como as que regulam o descanso dos ‘garçons’ e do serviço de trânsito dos veículos”.²⁴⁷ Num compasso semelhante, os empregados em confeitarias iniciaram uma greve pelo cumprimento do descanso semanal.

A Light, empresa canadense que atuava no setor dos transportes, algumas semanas após a greve nas confeitarias acima mencionada iniciou um processo de intimidação junto aos seus empregados. A empresa pressionou os trabalhadores condutores de veículos e motorneiros para que estes assinassem um documento afirmando estarem satisfeitos com a empresa e de acordo em trabalhar além das oito horas diárias. Em virtude dessa atitude, alguns trabalhadores procuraram a imprensa para expor suas críticas. Todavia, temendo o desemprego, muitos deles assinaram a lista recomendada pela Light.²⁴⁸

²⁴⁶ BATALHA, Claudio H. M. 2017. Op. Cit., p. 77.

²⁴⁷ “Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas. Os trabalhadores preparam-se para a resistência”. *A Época*. 17/03/1919, p. 6; “O caso das confeitarias. A greve de hoje”. *A Época*. 23/03/1919, p. 8.

²⁴⁸ “Motorneiros e condutores da Light queixam-se à Razão”. *A Razão*. 01/05/1919, p. 4.

No começo do mês de maio teve início um “movimento grevista” na cidade de São Paulo. Telegramas informavam que a polícia da capital paulista tomaria “providências enérgicas para reprimir as violências da parte dos grevistas”. No entanto, de caráter pacífico, a greve tinha como pauta o aumento de salários e a redução dos preços dos alimentos e dos aluguéis. Segundo informava um dos telegramas, 20 mil trabalhadores encontravam-se de braços cruzados.²⁴⁹

No Rio de Janeiro, embora greves menores, como a dos trabalhadores da construção civil, tenham ocorrido entre março e maio de 1919, a primeira greve, de maior amplitude, foi conduzida pelos marinheiros e remadores, e teve início em 6 de maio.

A Associação dos Marinheiros e Remadores, de tipo sindical e assistencial, foi o sindicato representativo dos trabalhadores durante toda a ação coletiva, que durou 23 dias. Em 1916, para que se tenha uma noção da representatividade sindical, o seu número de associados estava em torno de 2.065 sócios – data em que, a princípio, o sindicato foi fechado provisoriamente. A Associação dos Marinheiros e Remadores tinha por lema “um por todos e todos por um”, e propunha, entre seus fins, “fundar uma grande caixa de resistência a fim de sustentar os sócios sempre que fossem obrigados a abandonar o trabalho”. Sua administração, conforme os estatutos aprovados em abril de 1905, era feita por meio de uma junta administrativa de sete membros.²⁵⁰

Importa observar que os marinheiros e remadores reivindicaram, junto ao Lloyd Brasileiro – uma importante empresa de navegação no país –, aumento de salários, jornada de trabalho de oito horas diárias, contagem de horas extraordinárias, incorporação dos marinheiros da reserva naval aos mesmos direitos pleiteados, e, por fim, o direito do sindicato designar os trabalhadores que seriam contratados para o trabalho nos navios (*closed shop*). A negociação, iniciada na segunda semana do mês de maio, foi conduzida pelo sindicato, juntamente com o presidente do Lloyd Brasileiro, Barbosa Lima, e por alguns advogados representantes da empresa.

A greve se estendeu por mais de 20 dias por conta da resistência da empresa semiestatal em reconhecer o direito de a associação dos trabalhadores indicar o pessoal para o trabalho nos navios. A Associação dos Marinheiros e Remadores alegava, nesse sentido, “que, sob o regime atual, os seus sócios estão sujeitos a frequentes injustiças e prejuízos”. Isso

²⁴⁹ “Nota. S. Paulo fomenta a revolução operária”. *A Razão*. 14/05/1919, p. 1.

²⁵⁰ BATALHA, Claudio H. M (org.) 2009. Op. Cit., p. 189-190.

ocorria porque a indicação para o trabalho era feita pelos oficiais do navio, que não reconheciam os membros do sindicato na contratação.²⁵¹

Durante a greve, os serviços de embarque e desembarque, bem como o comércio de exportação e importação, foram paralisados. O Rio de Janeiro, cidade portuária, teve a rotina de um dos seus espaços mais dinâmicos alterada.

Segundo *A Razão*, em 1919, somando as sucursais em outras cidades, a Associação dos Marinheiros e Remadores possuía 7.530 trabalhadores associados. Desse número, a maior parte havia aderido à greve. Outro dado que reforça o impacto dessa ação coletiva para o funcionamento da economia diz respeito a sua abrangência espacial:

Na Companhia Costeira, no Comércio e Navegação, no Lloyd Brasileiro, São João da Barra e Campos e todos os navios particulares, na Bahia, Rio Grande do Sul, Cabo Frio e Santos, os marinheiros e remadores, contra mestres e ‘boys’, abandonaram o serviço. [...] A assembleia deliberou que em nenhuma dessas empresas seja recommçado o trabalho, sem que a questão fique completamente solucionada favoravelmente à associação.²⁵²

Ao expandir-se, a paralisação afetou a economia de outros estados do país. Um marinheiro, interessado em defender a legitimidade da luta, escreveu uma carta endereçada ao jornal *A Razão*. O deputado federal Nicanor Nascimento, que também era advogado da Associação dos Marinheiros e Remadores, discursou na Câmara dos Deputados no mesmo sentido.²⁵³ Os marinheiros e remadores encontravam-se em sessão permanente. Foram realizadas assembleias na sede da Associação dos Marinheiros e Remadores, fator que aponta para a participação das bases da categoria no movimento sindical.

Para atender os trabalhadores paralisados, muitos deles sem condições de retornar para os seus estados de origem tendo em vista a paralisação dos serviços, a Associação dos Marinheiros e Remadores instalou, de modo improvisado, um restaurante para oferecer refeições. Diariamente, o restaurante poderia atender 600 pessoas – número que indica a amplitude da greve em termos de adesão dos trabalhadores.²⁵⁴ Homens de 15, 16, e 17 anos

²⁵¹ “A questão operária no Brasil atinge a sua fase aguda”. *A Razão*. 07/05/1919, p. 1.

²⁵² “A grande reunião de ontem na Associação dos Marinheiros e Remadores”. *A Razão*. 08/05/1919, p. 5.

²⁵³ “Como um marinheiro explica a greve a classe”. *A Razão*. 08/05/1919, p. 3; “O discurso na íntegra do deputado Nicanor do Nascimento”. *A Razão*. 08/05/1919, p. 4.

²⁵⁴ “A A. dos Marinheiros e Remadores inaugura um restaurante para seus sócios em greve”. *A Razão*. 17/05/1919, p. 1.

dividiam a mesa com os mais velhos. Na fotografia abaixo, a presença de trabalhadores negros é evidente. O ofício de remador e marinheiro era predominantemente masculino.²⁵⁵

Imagem 4

Restaurante para atender os marinheiros e remadores em greve



Fonte: *A Razão*. 17/05/1919, p. 1.

Após uma semana desde o início da greve, uma comissão, composta por quadros intermediários e membros da base de cinco sindicatos (União dos Fogueiros, Centro Marítimo dos Empregados de Câmara, Centro União dos Calafates, Associação dos Trabalhadores em Carvão e Mineral e Associação dos Marinheiros e Remadores), assinou um documento, entregue ao vice-presidente da República, Delfim Moreira. Tratava-se do memorial com as reivindicações dos trabalhadores. A atitude tomada pelo vice-presidente, após o recebimento, foi solicitar, por meio de mensagem enviada ao Congresso Nacional, que fosse criada uma

²⁵⁵ “A A. dos Marinheiros e Remadores inaugura um restaurante para seus sócios em greve”. *A Razão*. 17/05/1919, p. 1.

legislação específica no Brasil, com a atenção para que não se prejudicasse “a organização moral da Família” e o “respeito à propriedade privada”.²⁵⁶

Imagem 5
Sede da Associação dos Marinheiros e Remadores



Fonte: *A Razão*. 11/05/1919, p. 1.

Jornais da grande imprensa, como o *Correio da Manhã*, *A Notícia* e *Gazeta de Notícias* foram alvos de críticas, uma vez que, na visão da Associação dos Marinheiros e

²⁵⁶ A mensagem de Delfim Moreira argumentava que a Conferência da Paz, ocorrida em janeiro, em uma de suas resoluções preconizava a criação de leis trabalhistas. “A legislação do trabalho. O sr. Delfim Moreira envia uma mensagem à Câmara dos Deputados”. *A Razão*. 17/05/1919, p. 1.

Remadores, se posicionaram, durante a greve, como “inimigas dos trabalhadores”. A ação chegava ao seu 18º dia.²⁵⁷

Após dias negociação, sem que se chegasse a um acordo, ocorreu a intervenção do Ministro da Viação, José Pires do Rio. A partir desse momento, um desfecho foi desenhado. O resultado para os trabalhadores foi vitorioso. Um acordo foi assinado por João de Vasconcelos e Ernesto do Nascimento, membros da direção da Associação dos Marinheiros e Remadores. A maior parte das demandas pleiteadas foi reconhecida. Dessa greve ainda resultou, algumas semanas após o seu término, a criação de uma nova associação, o Centro de Navegação Nacional.

O sindicato que esteve à frente da greve – no momento dirigido por sindicalistas reformistas – adotou a iniciativa de contar com a intermediação de membros do governo. Em primeiro lugar, foi enviado um memorial com as reivindicações ao vice-presidente, e, em segundo lugar, uma comissão foi até o Ministro da Viação para contar com a sua mediação junto ao presidente da empresa. O comportamento adotado pelos quadros intermediários e reconhecido, em assembleias, pelas bases, assentou-se numa estratégia reformista, fortalecida pela disposição dos trabalhadores em continuarem em greve, mesmo sendo alvos de críticas na imprensa.

Tendo em vista o impacto econômico que a paralisação dos trabalhos no porto gerou para a economia, pode-se argumentar que a organização e a disposição dos remadores e marinheiros para luta pelo que consideravam seus direitos foram fatores fundamentais para a vitória da greve.

Ainda no mês de maio, trabalhadores manipuladores de tabaco, tintureiros, tecelões, produtores de bebidas, tamanqueiros, produtores de vidro, carpinteiros, trabalhadores de fábricas de massas e alfaiates realizaram greves. Dessas ações coletivas, as que tiveram maior duração e maior número de trabalhadores paralisados foram, respectivamente, a greve dos alfaiates e a dos cigarreiros.²⁵⁸

Em 11 de maio, a União dos Alfaiates, uma associação de tipo sindical que contava com aproximadamente mil sócios em 1917,²⁵⁹ encaminhou um memorial com as reivindicações dos trabalhadores aos empregadores. Não obtendo resposta, a greve foi declarada em 14 de maio. Os alfaiates reivindicaram a jornada de trabalho de oito horas, aumento salarial, descanso semanal, fim dos serões, o reconhecimento do sindicato nas

²⁵⁷ “O 18º dia da greve marítima”. *A Razão*. 25/05/1919, p. 5.

²⁵⁸ Dia fixo de pagamento, liberdade sindical, jornada de oito horas, aumento salarial e descanso semanal foram algumas das reivindicações das paralisações.

²⁵⁹ BATALHA, Claudio H. M (org.). 2009. Op. Cit, p. 265.

negociações e que nenhum trabalhador fosse demitido em decorrência de ter participado da greve.²⁶⁰

As condições de trabalho dos alfaiates mantinham-se precárias havia alguns anos. No segundo semestre de 1913, por exemplo, um quadro intermediário da União dos Alfaiates ficou a cargo de redigir um relatório que deveria conter a história, desde a fundação do sindicato, bem como a descrição das condições de trabalho da categoria e das principais lutas conduzidas pelos alfaiates. Thomaz de Aquino, primeiro secretário da União dos Alfaiates, assim observou:

Essas crianças de hoje, homens e mulheres de amanhã, sofrem a exploração, os maus tratos, enfim tudo quanto os possa deprimir, dos nossos próprios companheiros, daqueles que se são homens hoje, foram crianças, foram aprendizes ontem, e tudo isso se faz sob este princípio: para aprender é preciso sofrer, faço o que me fizeram. É a hereditariedade escravocrata, que domina sobre essas crianças que passam a infância numa oficina a troco de aprender o ofício que de fato só o aprende quando um dia cansado de sofrer revolta-se contra quem tanto o explora e vem para o mundo procurar ao menos quem seja mais humano na exploração.²⁶¹

Em 1913, como em 1919, a União dos Alfaiates era dirigida por sindicalistas revolucionários. Assim, constava no seu relatório a “dispensa” do presidencialismo, da beneficência, da política, das discussões religiosas e dos princípios patrióticos. Isso tendo em vista a adesão do sindicato ao “baluarte das organizações europeias e norte-americanas”, o “sindicalismo francês”.²⁶²

No mesmo documento, a associação, tendo em vista a necessidade de ampliar o número de associados, enviou à comissão organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro o questionamento sobre a possibilidade de incluir em suas atividades, que já contavam com aulas de corte e costura, o auxílio mútuo e a diversão.²⁶³ Esse aspecto agrega ao conhecimento disponível sobre a vida associativa mais uma experiência em que tentou-se combinar, numa mesma associação, práticas assistenciais e práticas sindicais.²⁶⁴

²⁶⁰ “Movimento operário à noite”. *A Razão*. 14/05/1919, p. 5.

²⁶¹ HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1979. Op. Cit., p. 150.

²⁶² *Relatório Histórico da União dos Alfaiates do Rio de Janeiro* enviado à comissão organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro. Fundo Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro. Microfilme 545-204. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), p. 7.

²⁶³ *Ibidem*, p. 32.

²⁶⁴ Sobre as distintas funções desempenhadas pelas associações operárias, conferir: BATALHA, Claudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, vol. 2. n. 4, p. 12-22, agosto-dezembro 2010.

O ofício de alfaiate, conforme informou o militante, contava, em geral, com dois espaços de trabalho, as residências e as casas de alfaiataria. Temendo a ausência dos trabalhadores por residência na paralisação, o sindicato enviou uma convocação:

[...] Sabemos perfeitamente que todos aqueles que trabalham por sua conta, quer em suas casas, quer nas oficinas da loja, tem algo a reclamar. Atendendo a essas reclamações e como o comitê não tem completo conhecimento do que queremos, são para esse fim convocados todos os alfaiates que trabalhem por sua conta, a comparecer a grande reunião geral da classe, que se efetuará hoje, às 7 horas da noite, para que se troquem ideais a respeito do aumento que forçosamente será necessário na mão de obra.²⁶⁵

Nas oficinas, a jornada de trabalho diária era em torno de 11 horas. Já na modalidade do trabalho por peça, realizado em casa, elas poderiam chegar, em meados de 1913, às impressionantes 18 horas por dia.²⁶⁶ Calceiros, buteiros e tarefeiros eram algumas das especialidades que o ofício de alfaiate continha. O trabalho desempenhado era qualificado.

Levando a reflexão sobre o associativismo e as greves adiante, é possível que o primeiro sindicato representativo dos alfaiates do Rio de Janeiro tenha sido a Liga dos Artistas Alfaiates, criada em novembro de 1901. Fundada por “25 companheiros”, o seu objetivo era “defender os interesses da classe”, presando pela distância de “políticos” nas questões pertinentes aos trabalhadores. A oferta de aulas de corte especializado de peças que “não se aprendiam nas oficinas”, a publicação do jornal da categoria, de nome *O Alfaiate*, e a participação em congressos, como o Congresso Internacional da Paz, realizado em 1915, foram expressões da cultura associativa desses trabalhadores.²⁶⁷

Tempos depois, em 10 de maio de 1909, contando inicialmente com 250 sócios, foi fundada a União dos Alfaiates. Conforme o seu relatório histórico, a “lei orgânica” da associação baseava-se “nas teses do sindicalismo”. Adotando como símbolo as mãos dadas, os princípios de solidariedade e união foram expressos como uma identidade da associação.²⁶⁸

Durante um certo tempo, o sindicato realizou expedientes, todas as noites, de 8 às 10 horas na sede da associação, para receber a adesão de novos associados. A “Coluna Operária”, do jornal *A Época*, informava o cronograma de todas as atividades desempenhadas pelo sindicato.²⁶⁹

²⁶⁵ “Movimento operário à noite”. *A Razão*. 14/05/1919, p. 5.

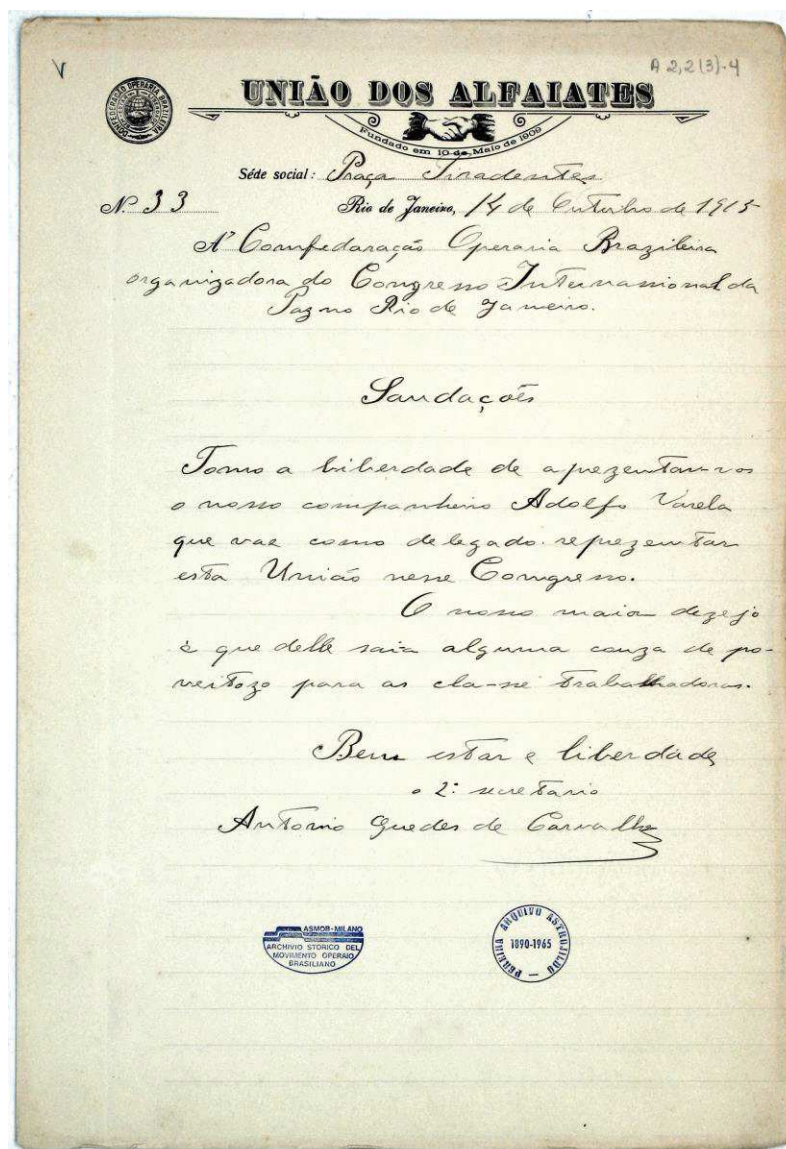
²⁶⁶ Relatório Histórico da União dos Alfaiates do Rio de Janeiro.... Op. Cit.

²⁶⁷ Ibidem.

²⁶⁸ Ibidem, p. 10.

²⁶⁹ “Coluna Operária”. *A Época*. Rio de Janeiro, 31/08/1913, p. 7

Imagem 6
Ofício da União dos Alfaiates



Fonte: Fundo Astrojildo Pereira. CEDEM/UNESP.

Durante a greve, uma reunião com “cerca de 300 oficiais de obras de mangas” foi realizada em 30 de maio de 1919 na sede do sindicato. Discutiui-se a elaboração de uma tabela de preços e o silêncio dos patrões em relação ao memorial enviado. Ultrapassando os meses de maio e junho, a greve parcial manteve-se, durante o mês de julho, razão pela qual a União dos Alfaiates criou em sua sede uma oficina de costura para que os alfaiates pudessem trabalhar por conta própria.²⁷⁰

Foi então que uma comissão foi até o prefeito do Distrito Federal, Paulo de Frontin, para buscar uma solução para a greve, que já durava mais de um mês e meio. De acordo com

²⁷⁰ “A greve dos alfaiates”. *A Razão*. 01/07/1919, p. 5.

A Razão, “por motivo de ter sido solucionada a greve foi retirado o pavilhão do mastro, onde permanecia a cerca de dois meses e colocado o galhardete da União”.²⁷¹

A paralisação teve vitória parcial, uma vez que as Casas Vilarinho, Oliveira, Leitão, Nagib David e Garcia não assinaram o acordo com o sindicato. Dessa ação coletiva resultou a abertura de duas sucursais da União dos Alfaiates, uma em Niterói, outra na Praça Onze, no Rio de Janeiro.²⁷²

Diferentemente do que John Foster Dulles havia mencionado, quando observou que os alfaiates e outros ofícios mantiveram-se “em greve por pouco tempo, porque os empregadores, em geral, se mostraram prontos a conceder a jornada de oito horas sem redução de salários”,²⁷³ a greve dos alfaiates durou 54 dias, e se fez na dinâmica dos conflitos sociais, contando, inclusive, com a intermediação do Poder Municipal. Além disso, conforme identificamos, da mobilização desempenhada resultou a criação de duas novas associações representativas dos interesses profissionais dos trabalhadores.

Cigarreiros homens, mulheres e crianças, empregados na Companhia Souza Cruz, mantiveram, por sua vez, uma greve entre o final de maio e o começo de junho. Representados pelo Sindicato Federal dos Manipuladores de Tabaco, uma associação filiada, em 1918, à UGT, os grevistas, em torno de 7 mil, obtiveram uma vitória parcial. Durante a greve, a polícia agiu com violência dissolvendo comícios de propaganda e atirando contra os participantes de um *meeting*.²⁷⁴ Os cigarreiros reivindicaram a jornada de oito de horas, aumento salarial e o reconhecimento do sindicato nas negociações.²⁷⁵

Os trabalhadores de fábricas de bebidas, como a Hanseática e a Antártica realizaram uma greve entre 19 e 30 de maio de 1919. A pauta de reivindicação era composta por jornada de oito horas, dia fixo de pagamento, nenhuma demissão dos grevistas e o reconhecimento do direito de associação pelos empregadores. Ao final da paralisação, a vitória foi parcial, uma vez que somente algumas empresas reconheceram as demandas pleiteadas.²⁷⁶

No dia de 2 de junho, teve início a greve geral dos trabalhadores têxteis. A abrangência dessa ação coletiva se tornou regional com o passar dos dias, alcançando outras cidades do Estado do Rio de Janeiro como Niterói e Petrópolis. A União dos Operários em

²⁷¹ “A vitória da greve dos alfaiates”. *A Razão*. 07/07/1919, p. 5.

²⁷² *Ibidem*.

²⁷³ DULLES, John Foster. 1977. *Op. Cit.*, p. 76.

²⁷⁴ “Às organizações operárias e ao povo geral”. *A Razão*. 04/06/1919, p. 4.

²⁷⁵ “A greve dos operários da Companhia Souza Cruz”. *A Razão*. 01/06/1919, p. 7.

²⁷⁶ “As greves”. *A Razão*. 08/06/1919, p. 5.

Fábricas de Tecidos (UOFT), uma associação de tipo sindical, representou os interesses dos trabalhadores durante a greve.²⁷⁷

Imagem 7
Trabalhadores e trabalhadoras da Fábrica Souza Cruz



Fonte: *A Razão*. 01/06/1919, p. 7.

A UOFT, criada em 1917, determinava em seus estatutos que “em função de seu ideal de igualdade social não permitirá distinções honoríficas”, e que a “união sem abandonar a defesa da ação direta e rudimentares direitos políticos de que necessitam organizações

²⁷⁷ “Foi decretada a greve geral dos operários de tecidos desta capital e Estado do Rio”. *A Razão*. 01/06/1919, p. 5.

econômicas, não pertence a nenhuma escola política ou doutrina religiosa”.²⁷⁸ Em acordo com esses princípios, essa associação participou da celebração do Primeiro de Maio de 1919, considerando a realização de uma sessão em sua sede, a presença de seu estandarte durante o comício na Praça Mauá, e o discurso do seu presidente, José Porcino de Oliveira, durante o *meeting* realizado.²⁷⁹

Sendo um dos maiores sindicatos em atividade no Rio de Janeiro, possuindo, aproximadamente, 27 mil associados, a UOFT contava com sucursais em Niterói, Petrópolis, Magé, Santo Aleixo, Paracambi e Pau Grande.²⁸⁰ Para que se possa ter uma noção da representatividade sindical, segundo Fausto, em 1918 a UOFT era o maior sindicato em número de associados, contando com 19 mil membros. Outras associações, como o Centro Cosmopolita, a União dos Metalúrgicos, a Associação Gráfica, a União da Construção Civil, a União dos Alfaiates e a União dos Barbeiros, possuíam entre 4 e 2 mil associados.²⁸¹

Aprovada em assembleia, realizada em 31 de maio, às 7 e meia da noite na sede da UOFT, a greve geral teve as seguintes reivindicações: jornada de oito horas, aumento de salários, igualdade salarial entre homem e mulher, readmissão dos trabalhadores despedidos em decorrência da greve de 18 de novembro de 1918, aumento no valor das horas extras, abolição do trabalho noturno para as mulheres, trabalho noturno de seis horas e o reconhecimento da UOFT como a associação representativa dos tecelões nas negociações. Como se observa, a greve possuía uma pauta que combinava demandas econômicas e políticas (incluindo a readmissão dos envolvidos na insurreição de novembro de 1918, fator que indicava a presença de anarquistas na direção do comando de greve).²⁸²

Aproximadamente, 30 mil têxteis paralisaram o trabalho no primeiro dia. Foram programados comícios de propaganda em regiões espalhadas pela cidade, incluindo os bairros onde se encontravam as principais fábricas de tecidos. O cronograma era o seguinte: Paracambi, às 3 da tarde; Barreto, às 5 da tarde; Magé, ao meio dia; Santo Aleixo, às 6 da tarde; Pau Grande, às 3 da tarde; Laranjeiras, às 5 da tarde; Gávea, às 4 da tarde; Vila Isabel,

²⁷⁸ BATALHA, Claudio H. M. 2009. Op. Cit., p. 271.

²⁷⁹ “O dia dos trabalhadores”. *A Época*. 01/05/1919, p. 4.

²⁸⁰ “A grande reunião de ontem na Associação dos Marinheiros e Remadores”. *A Razão*. 08/05/1919, p. 5.

²⁸¹ FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 204.

²⁸² “A grande reunião de ontem na Associação dos Marinheiros e Remadores”. *A Razão*. 08/05/1919, p. 5; “Foi decretada a greve geral dos operários de tecidos desta capital e Estado do Rio”. *A Razão*. 01/06/1919, p. 5.

às 5 da tarde; Caju, às 5 da tarde; Bangú, às 6 da tarde; Sapopemba, às 5 da tarde.²⁸³ À frente dos *meetings* estava a UOFT.

Em Botafogo, a polícia guardou o edifício da fábrica. Às 7 da manhã, quando silvou o apito, “apenas compareceram à fábrica o mestre e os contra mestres”. Em Bangú, “dos três mil operários que compõem a Fábrica Progresso Industrial, apresentaram-se ao serviço, pela manhã, quatrocentos trabalhadores que não sabiam da existência da greve geral”. A polícia esteve no local e fez o cerco da fábrica.²⁸⁴

No mesma semana, em decorrência da repressão que os trabalhadores da cidade de São Paulo vinham sofrendo, foi realizado um ato de solidariedade, no Rio de Janeiro, voltado para a criação de um Comitê de Defesa do Direito de Greve. Representantes de “cada associação terrestre e marítima dessa capital” comporiam a associação.²⁸⁵

Atento aos movimentos dos trabalhadores e militantes, Lourival Souto – presidente do Centro de Fiação e Tecelagem (CFT), uma associação patronal criada após a divisão ocorrida no Centro Industrial do Brasil (CIB) – mostrou-se preocupado com o andamento da greve. O comportamento desse empregador foi procurar o Chefe de Polícia do Distrito Federal, Aurelino Leal, para que fossem tomadas providências. Assim a *Razão* noticiou o encontro:

[...] O auxílio certamente será concedido. O sr. Aurelino Leal tem velhos rancores contra a União dos Operários em Tecidos, que desejou dissolver definitivamente, para servir aos lourivares... e aproveitará a ocasião para a prática de violências, de brutalidades estúpidas como as de ontem, em que foram baleadas indefesas moças.²⁸⁶

O clima naquele momento envolvia a articulação entre as mencionadas associações patronais e as forças policiais, de um lado, e a aproximação dos militantes e trabalhadores, do Rio de Janeiro e de São Paulo, para a criação de um Comitê de Defesa do Direito de Greve, por outro.

Tecelões das fábricas Confiança, Cruzeiro e Botafogo participaram, na primeira semana de junho, de uma assembleia na sede da sucursal da UOFT. Em seguida, em Vila

²⁸³ “Foi decretada a greve geral dos operários de tecidos desta capital e Estado do Rio”. *A Razão*. 01/06/1919, p. 5; “O primeiro dia da luta entre a União dos Operários de Tecidos e o sr. Lourival Souto – A completa solidariedade da classe”. *A Razão*. 03/06/1919, p. 1.

²⁸⁴ “O primeiro dia da luta entre a União dos Operários de Tecidos e o sr. Lourival Souto – A completa solidariedade da classe”. *A Razão*. 03/06/1919, p. 1.

²⁸⁵ “Comitê de Defesa do Direito de greve – A franca adesão do proletariado de terra e mar”. *A Razão*. 04/06/1919, p. 2.

²⁸⁶ “O sr. Lourival Souto começa a espernear”. *A Razão*. 04/06/1919, p. 1.

Isabel, uma passeata foi realizada pelos trabalhadores em greve. Em Bangú e no Moinho Inglês, por sua vez, algumas fábricas aceitaram negociar com a UOFT.²⁸⁷

Todavia, o CFT não aceitou, sob hipótese alguma, a representação da UOFT na negociação da greve. Em virtude dessa atitude, grande parte dos trabalhadores decidiu, em assembleias realizadas na sede e nas sucursais do sindicato, pela continuação da paralisação. Apenas uma pequena parcela das empresas têxteis, filiadas ao CIB, dirigido pelo empresário Jorge Street, assinou o acordo com o sindicato, reconhecendo a quase totalidade das reivindicações, sendo reescrito somente o item que dizia respeito à readmissão dos trabalhadores demitidos na greve de novembro de 1918 (o que configurou a primeira derrota para os anarquistas na greve).²⁸⁸

Foi nesse contexto que as tecelãs Aduzinda dos Anjos, Alda Faria Reis, Rolanda Perales, Rosaria Ascendina e Ana Perales, trabalhadoras da fábrica de tecidos da Gávea, criaram uma comissão para angariar donativos para os grevistas. O jornal *A Razão* as auxiliou, por meio da divulgação de uma lista destinada a distribuir os donativos. Três das cinco trabalhadoras da comissão eram negras. O registro fotográfico das trabalhadoras vai ao encontro das evidências já conhecidas, que apontam para a forte presença das trabalhadoras negras na indústria têxtil e de vestuário, e ilustra a participação das mesmas nas lutas por direitos.²⁸⁹

Não era comum, na grande imprensa, a publicação de fotos sobre manifestações operárias no começo do século XX. Por razões econômicas e ideológicas, os interesses de folhas como o *Jornal do Brasil* ou o *Correio da Manhã* giravam em torno do lucro, uma vez que se tratavam de empresas. Sendo assim, a tarefa de divulgar fotografias dos trabalhadores que participaram das greves foi assumida, sobretudo, pela imprensa operária, bem como por jornais como *A Época* e a *Razão* – em virtude dos editoriais serem mais abertos aos temas operários.²⁹⁰

²⁸⁷ “A estupenda e gloriosa jornada de ontem dos tecelões”. *A Razão*. 27/06/1919, p. 1.

²⁸⁸ “A União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Grande Comício”. *A Liberdade*. n. 31, p. 2; “As verdadeiras causas da greve dos tecidos”. *A Razão*. 05/06/1919, p. 2.

²⁸⁹ “A nova fase da greve dos operários de tecidos”. *A Razão*. 09/07/1919, p. 2.

²⁹⁰ De acordo com Fernanda Grigolin, “as fotografias, trazidas nas revistas de grande circulação, são do campo de atividades sociais burguesas, do entretenimento, do mostrar-se para o público leitor; elas são reflexo do modo de ser de uma elite, e não de eventos que envolvam todas as classes sociais”. GRIGOLIN, Fernanda. 2019. Op. Cit., p. 2.

Em 26 de junho, 15 mil trabalhadores participaram de um *meeting* em que ocorreram protestos contra as falas do CFT, que se negava, de modo incisivo, a reconhecer a UOFT nas negociações. Homens, mulheres e crianças estiveram presentes na manifestação.²⁹¹

Imagem 8
Comissão de tecelãs angaria donativos



Fonte: *A Razão*. 09/07/1919, p. 2.

Durante o mês de junho, algo em torno de dois mil têxteis foram empregados em obras da prefeitura do Distrito Federal.²⁹² Os obstáculos enfrentados pelos trabalhadores, após mais de um mês desde o início da greve, apenas aumentavam com o passar do tempo. Assim o redator de *A Razão* expressou a sua interpretação sobre esse aspecto:

²⁹¹ “A estupenda e gloriosa jornada de ontem dos tecelões”. *A Razão*. 27/06/1919, p. 1.

²⁹² “As verdadeiras causas da greve dos tecidos”. *A Razão*. 05/06/1919, p. 2.

[...] Perto de vinte mil operários estão em greve há quase um mês e meio, mantidos única e exclusivamente pela solidariedade e pela convicção da justiça da causa que pleiteiam. Declarada pelos operários, cabendo à sua associação de classe apenas a centralização e direção do movimento. [...] Entre nós, porém, mormente em classes numerosas como a dos operários em fábricas de tecidos, as associações de classe não dispõem de recursos suficientes para o pagamento dos salários a todo pessoal em greve e, destarte a ação econômica fica limitada ao auxílio prestado aos mais necessitados, escolhidos, ou apontados pelos camaradas. Quanto a maioria, essa mantém a sua atitude à custa do seu próprio esforço e abnegação, circunstância essa, que, longe de enfraquecer, robustece as greves.²⁹³

Conforme a observação acima, a greve contou com a adesão de extenso número de trabalhadores, não havendo, no sindicato, condições econômicas para custear as despesas básicas de tamanha quantidade de pessoas sem salários. Assim, as trabalhadoras e os trabalhadores que permaneciam em greve o faziam por “seu próprio esforço”.²⁹⁴ Esse dado é melhor dimensionado quando agregamos à análise o fato de que, nesse contexto, quase sempre, toda a família operária era empregada na fábrica de tecidos – como uma forma de garantir a sobrevivência do núcleo familiar – isso considerando os aumentos dos preços dos principais gêneros alimentícios que compunham a dieta da classe operária, como leite, feijão, pão, charque, açúcar, café etc. Ademais, a desigualdade salarial estabelecida entre homens, mulheres e crianças era outro fator que atestava a precariedade das condições de vida e de trabalho.²⁹⁵

No começo do mês de julho, os metalúrgicos, os condutores de veículos e os trabalhadores em pedreiras uniram-se aos têxteis na defesa da greve. Essa aproximação, assentada em interesses políticos, econômicos e culturais compartilhados, talvez seja a expressão de uma solidariedade de classe vivenciada no âmbito de uma temporalidade de curta duração em que a greve foi conduzida. Isso porque um comunicado dos metalúrgicos orientou os trabalhadores a não retornarem ao trabalho enquanto não fossem atendidas as demandas apresentadas na greve, e o Centro dos Operários em Pedreiras, de tipo sindical, concedeu, por sua vez, um empréstimo aos trabalhadores paralisados.²⁹⁶ Já a Federação dos Condutores de Veículos, uma associação criada em 1917 destinada a representar os interesses dos trabalhadores do setor dos transportes – dirigida pelos reformistas –, formou uma

²⁹³ “Continua firme a greve dos operários em fábricas de tecidos”. *A Razão*. 10/07/1919, p. 2.

²⁹⁴ *Ibidem*.

²⁹⁵ MARAM, Sheldon Leslie. 1979. Op. Cit., p. 121; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer e STOTZ, Eduardo Navarro. 1985. Op. Cit.

²⁹⁶ “Comunicados diversos”. *A Razão*. 07/07/1919, p. 6.

comissão destinada a negociar um acordo para o fim da paralisação.²⁹⁷ O apoio à ação coletiva, prestado por outras categorias profissionais, seguia em crescimento:

Como noticiamos em outra parte, a União Geral dos Trabalhadores convocou para hoje três reuniões para todas as classes trabalhadoras, nas sedes da Construção Civil, na Aliança dos Trabalhadores em Calçado e no Centro Cosmopolita, que são as mais vastas, sendo esse o motivo da escolha.²⁹⁸

Ao todo, 17 associações se dirigiram, após as reuniões realizadas em espaços distintos, para a sede da UOFT. Lá presentes, foi realizada uma assembleia. Nas palavras do redator de *A Razão*, aquele foi um momento de “expressão da solidariedade operária”.²⁹⁹

De acordo com o relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos,³⁰⁰ produzido em setembro de 1913, as condições de trabalho do ofício conservavam-se precárias há tempos. Isso porque, além da ausência de janelas suficientes para a ventilação nas fábricas, e da falta de condições para a higiene, os salários eram, em geral, insuficientes para custear as despesas básicas. Os homens percebiam 40% a mais do que as mulheres, e as crianças 30% ou 40% do que percebiam os homens. A jornada de trabalho, entre 9 e 10 horas por dia, era a mesma para todos os trabalhadores.³⁰¹

Precisamente, embora a greve dos trabalhadores têxteis, iniciada em 2 de junho, tenha ampliado a tensão social, em virtude, por exemplo, das manifestações de solidariedade entre as categorias profissionais, ou das tentativas de criação de uma associação voltada para a defesa do direito de greve, haviam falhado, até aquele momento, todas as tentativas de acordo entre a UOFT e o CFT.

Devido ao desgaste que a greve havia provocado entre os trabalhadores, a diretoria da UOFT, naquele momento composta por sindicalistas revolucionários – a exemplo do 2º secretário, Silva Faria, que havia se declarado anarquista em um comício de propaganda da greve – foi destituída, e uma nova foi eleita. Em assembleia, já desmoralizados e cansados, os trabalhadores deliberaram a favor da mediação do Chefe de Polícia nas negociações. Além

²⁹⁷ “A solidariedade das classes proletárias ergue-se contra o carrancismo do Centro de Tecelagem”. *A Razão*. 19/07/1919, p. 2.

²⁹⁸ “Acentua-se o movimento proletário em prol dos tecelões”. *A Razão*. 20/07/1919, p. 2.

²⁹⁹ *Ibidem*.

³⁰⁰ Esta associação, de tipo sindical, foi criada em 1908, em sucessão à Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos que havia fechado. Em 1913, época da escrita do relatório, sua orientação sindical pautava-se no sindicalismo revolucionário.

³⁰¹ *Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos* enviado à comissão organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro. Fundo Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro. Microfilme 545-204. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), p. 9-12.

disso, o presidente da República, Epitácio Pessoa, que havia tomado posse em 10 de julho, se dispôs a receber uma comissão para negociar o término da greve.³⁰²

Imagem 9
Tecelões em greve



Fonte: *A Razão*. 06/06/1919, p. 1.

A fotografia acima, tirada na porta de uma fábrica de tecidos, representa, em algum nível, o serviço prestado por jornais, como *A Razão*, na publicidade e defesa das greves naquele momento. Fotografias como a exposta acima oferecem, como contribuição, a divulgação de aspectos da identidade visível da classe trabalhadora, como sua cor, seu sexo,

³⁰² “A greve dos tecelões”. *A Razão*. 11/07/1919, p. 5.

sua idade e sua vestimenta. Como vimos acima, homens, mulheres e crianças, negros e brancos, compuseram a classe operária que trabalhava no setor têxtil daquele período.

De modo preciso, em agosto de 1919, após dois meses, a greve dos têxteis terminou sem acordos e com um saldo seguramente negativo para os trabalhadores. Isso porque a maior parte das empresas, filiadas ao CFT, não assinou o acordo com a UOFT.³⁰³

Durante a paralisação, caminhos distintos de atuação se desenharam, à luz, por exemplo, da mediação oferecida pela Federação dos Condutores de Veículos nas negociações, dos apoios oferecidos pelos sindicatos, ou da interferência do Chefe de Polícia nas negociações com o CFT.³⁰⁴

De modo semelhante ao que ocorreu com a greve dos alfaiates, em função da estratégia baseada na ação direta não ter alcançado o resultado esperado após quase dois meses de greve, as bases deliberaram por substituir a estratégia dos comícios públicos e adotar uma postura mais branda, que fundamentou-se na mediação do Chefe de Polícia nas negociações, bem como na tentativa do estabelecimento de conversas com o presidente da República. As circunstâncias, desse modo, pressionaram os trabalhadores a dialogarem com intermediários.

No entanto, de forma distinta aos alfaiates, os têxteis não obtiveram sucesso com suas reivindicações, uma vez que o CFT mostrou-se irredutível:

[...] Continua insolúvel o movimento grevista parcial dos tecelões. [...] A luta atingiu uma extrema tensão, empolgadora e impressionante. Daí o movimento de solidariedade de outras classes, como a Federação dos Trabalhadores e a Federação dos Veículos à frente. Esta última procurou os industriais oferecendo os seus bons ofícios para negociar um acordo entre as partes litigantes. Os industriais, porém, permanecem duros como pedras.³⁰⁵

Em sua análise sobre a greve, Boris Fausto confere enfoque ao que a ação coletiva não teria apresentado, ou seja, uma suposta estratégia mais incisiva das lideranças, ou uma organização mais abrangente do conjunto dos trabalhadores, fatores que explicariam a “derrota”.³⁰⁶ Nossa análise procurou interpretar e compreender a condução desta paralisação significativa a partir das próprias expectativas dos trabalhadores e das trabalhadoras. Desconsiderando o julgamento acerca do que supostamente faltava aos trabalhadores, entendemos que, embora tenha sido derrotada nos direitos que pleiteava, a greve produziu,

³⁰³ “Ação proletária”. *Spartacus*. 02/08/1919, p. 3.

³⁰⁴ *Ibidem*.

³⁰⁵ “Ação proletária”. *Spartacus*. 02/08/1919, p. 3.

³⁰⁶ FAUSTO, Boris. 2016. *Op. Cit.*, p. 216-2017.

entre os seus participantes, momentos de vivência da solidariedade de classe, visível na aproximação política entre os metalúrgicos, os trabalhadores dos transportes, os pedreiros, os têxteis e suas associações na defesa do direito de greve.

Durante o mês de junho, sapateiros, padeiros, barbeiros, lavadeiras, marmoristas e costureiras conduziram lutas por conquistas.

Sobre o ofício de sapateiro, Eric Hobsbawm, em um texto escrito em coautoria com Joan Scott, interpreta traços dos temperamentos que os ofícios qualificados possuiriam, entre o final do século XIX e o começo do século XX, uma vez que as condições de aprendizado e execução do trabalho, e a importância do ofício para a comunidade, impulsionariam certos traços de comportamento político. Assim, em seu estudo, o açougueiro aparecia geralmente como grosseiro, o alfaiate como sensual, o quitandeiro como curto de inteligência e o sapateiro como de espírito radical, sendo o último “uma figura chave na vida rural intelectual e política: instruído, eloquente, relativamente bem informado”.³⁰⁷

Na experiência inglesa, “os sapateiros rapidamente aderiram à formação de sindicatos militantes”, num processo em que houve a transformação dos “sapateiros filósofos” em “sapateiros radicais”. Isso ocorreu devido ao fato de que muitos operários, ao deixarem a estrutura “de atividades e expectativas da corporação de ofício”, passaram para a “militância sindical dos trabalhadores especializados”, num contexto em que as ideias críticas, como o socialismo, o comunismo e ao anarquismo, encontravam-se em expansão, e foram assimiladas por um ofício cuja marca era a “instrução” e a atuação “em movimentos mais amplos de protesto social”.³⁰⁸

No Rio de Janeiro, os sapateiros iniciaram uma greve em 6 de junho de 1919. A reivindicação voltou-se para a conquista da jornada de oito horas, aumento de salários, abolição do trabalho infantil, pagamento semanal, higiene nos espaços de trabalho e reconhecimento da associação nas negociações. A Aliança dos Operários em Calçados e Classes Anexas, uma associação de tipo sindical, fundada em 1919, representou os interesses dos grevistas. Foram elaboradas demandas específicas, segundo cada sessão de produção dos calçados nas oficinas. A pauta, como foi possível observar, estava alinhada com as demais greves em andamento na cidade e em outras regiões fora do país, uma vez que combinava interesses econômicos, sobretudo aumento de salário, com a conquista de direitos trabalhistas, como a jornada de oito horas, o descanso semanal, o direito de associação reconhecido e a

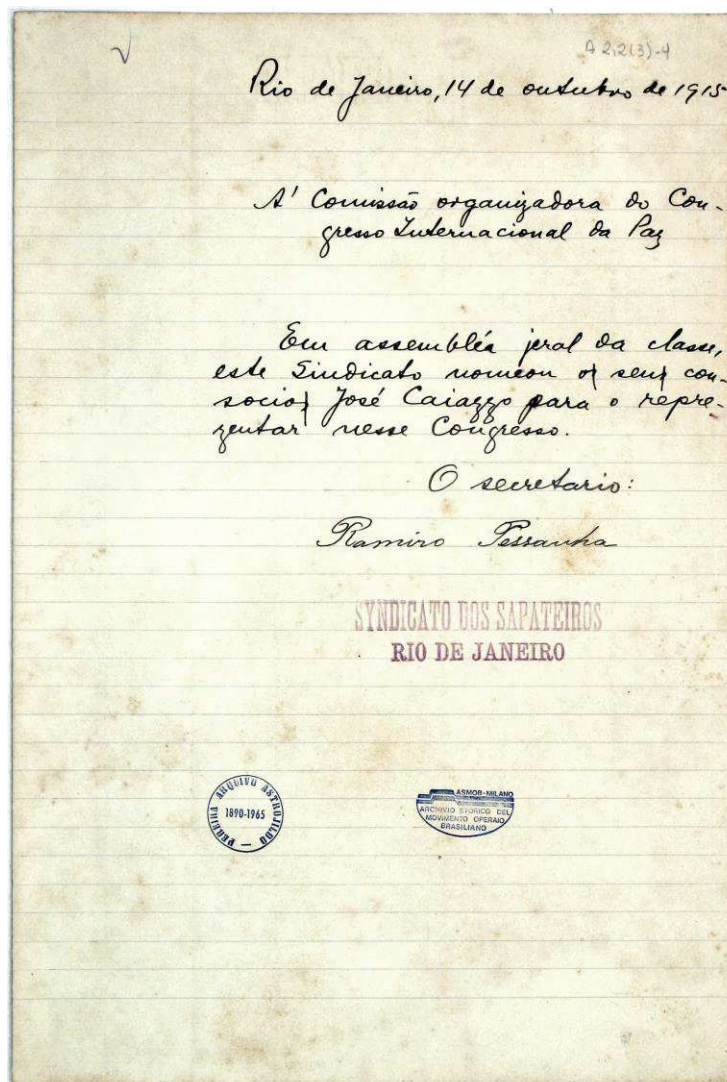
³⁰⁷ HOBBSAWM, Eric J. 2015. Op. Cit., p. 175; p. 200.

³⁰⁸ Ibidem, p. 176-177; p. 207; p. 212.

abolição do trabalho dos menores de 14 anos. A greve obteve uma vitória parcial, isso porque uma parte das casas de calçados não assinou o acordo com o sindicato.³⁰⁹

Imagem 10

Sindicato dos Sapateiros no Congresso Internacional da Paz



Fonte: Fundo Astrojildo Pereira. CEDEM/UNESP.

Aspectos da cultura associativa dos sapateiros podem ser identificados em algumas práticas. Como exemplo, houve o envio de um representante para o Congresso Internacional da Paz, realizado em 1915 no Rio de Janeiro, cujo interesse era discutir o antimilitarismo e os efeitos negativos da Primeira Guerra Mundial para o movimento operário – conforme exposto na imagem acima. Outra expressão foi o envolvimento do sindicato representativo dos

³⁰⁹ “Foi decretada a greve geral dos sapateiros”. *A Razão*. 07/06/1919, p. 1.

sapateiros com as reuniões e comícios realizados durante as campanhas contra a carestia em 1913 e 1917.³¹⁰

Em 9 de junho teve início a greve geral de um ofício cuja importância no dia a dia da comunidade urbana era visível: os padeiros. Como parte da dieta básica da classe operária, o pão, à época vendido por quilo, era um gênero alimentício fundamental, ao lado do leite, do café, do feijão, da farinha etc. Dois sindicatos tomaram a frente das negociações, a União dos Empregados em Padarias, associação de tipo sindical fundada em 1919, e a União dos Vendedores de Pão, associação também de tipo sindical, fundada em 1918.³¹¹

Os trabalhadores reivindicaram a supressão imediata das refeições nas padarias, jornada de oito horas de trabalho, descanso semanal, unificação do preço do pão, aproveitamento dos cozinheiros em serviços das padarias após a abolição das refeições, extinção das listas dos vendedores e o reconhecimento da associação nas negociações. Demandas econômicas e políticas combinaram-se na pauta.³¹²

Comícios de propaganda da greve foram realizados desde o começo da ação coletiva. Durante uma manifestação, em Botafogo, 24 padeiros foram presos e levados para o 7º Distrito Policial. Durante as passeatas, que ocorreram em pontos espalhados pela cidade, outros 40 padeiros foram presos e levados, sob a ordem do Chefe de Polícia, para a Casa de Detenção do Distrito Federal (CDDF). Dentre eles constavam os padeiros Marcelino Azevedo, Luiz Loureço e Antonio Pereira.³¹³

Em virtude da repressão policial, a União dos Empregados em Padaria contratou os serviços de Evaristo de Moraes, para que os trabalhadores fossem soltos:

Esta associação tendo diversos dos seus associados detidos por motivo de greve, e alguns processados injustamente, convidou o dr. Evaristo de Moraes para tratar da liberdade dos mesmos. Assim sendo apelamos para toda classe para que auxilie o custeio das despesas. – A diretoria.³¹⁴

Importa observar, tendo em vista a construção das lutas dos padeiros na cidade do Rio de Janeiro, que o operário Luiz Antonio Loureço, preso durante a greve, aparece, em outros momentos, como um dos membros da direção do sindicato padeiral. Isso porque em 1914 ele

³¹⁰ HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1979. Op. Cit; BATALHA, Claudio H. M. 2000. Op. Cit.; ALVES, Kaio César Goulart. 2014. Op. Cit; DE LUCA, T. R., & COTTRIM, R. A. O Congresso em prol da paz no Rio de Janeiro (1915). *Historiæ*. Rio Grande, 9 (1), 9–26. 2019.

³¹¹ “O movimento grevista dos padeiros”. *A Razão*. 11/06/1919, p. 5.

³¹² *Ibidem*.

³¹³ “Padeiros presos”. *A Razão*. 18/06/1919, p. 4.

³¹⁴ “União dos empregados em padarias do Rio de Janeiro”. *A Razão*. 21/06/1919, p. 6.

foi o responsável pela escrita de um boletim, enviado aos membros que assinavam o jornal da classe, de nome “A Voz do Padeiro”, cuja intenção era estimular novas assinaturas da folha e promover a criação da Federação Nacional dos Padeiros. Vejamos:

Grupo Emancipação dos Padeiros

A todos de que tenhamos conhecimento e que eram assinantes da extinta “A Voz do Padeiro”, temos remetido em continuação “A Voz do Trabalhador”. Algumas assinaturas já terminaram, e pedimos reformulá-las até o dia 31 do corrente ou participarem-nos quando o poderem fazer. Assim aqueles que não se manifestarem deixaremos de remeter o jornal a começar do próximo número.

Neste jornal continuaremos a escrever o nosso movimento, podendo qualquer companheiro desta Capital ou dos estados do interior mandarem seus escritos ou notas sobre a nossa classe.

Insistimos junto aos adeptos da organização promoverem na localidade em que residem a fundação de associações ou grupos na nossa classe para darmos começo à instalação da Federação Nacional dos Padeiros, que terá sua sede nesta Capital. A comissão federal será composta de um delegado de cada sociedade.

Esta se procedendo ao recenciamento geral dos companheiros que trabalham na classe atualmente. A junta pede a todo camarada ajuda-la nesta tarefa remetendo uma lista dos que são seus companheiros na mesma casa especificando o lugar que ocupa.

Muito breve será convocada uma reunião para tratar do reaparecimento do nosso baluarte “A Voz do Padeiro”, que por circunstâncias especiais se acha suspenso. Aos dignos camaradas que residem pelo interior que nos queiram auxiliar queiram escrever-nos. O periódico aparecerá em formato maior e modernamente feito.

O tesoureiro-secretário
Luiz Antonio Lourenço.³¹⁵

Em outros momentos, como o final do século XIX, ou no começo dos anos 1910, episódios de enfrentamento conduzidos pelos padeiros, em lutas por direitos como o descanso semanal, a jornada de trabalho de oito horas e o controle do mercado de trabalho (*closed shop*), ocorreram nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre.³¹⁶ Recursos como a sabotagem da produção, a explosão das padarias com dinamites e a realização de *meetings* foram comuns, o que nos informa sobre a existência de atos que apostavam no uso da

³¹⁵ “Grupo Emancipação dos Padeiros”. 1914. Fundo Astrojildo Pereira. CEDEM/UNESP.

³¹⁶ DANTAS, Rafael Fernandes Nunes. “Pelo descanso dominical e outras reivindicações”: as greves dos trabalhadores de padarias de Salvador em fevereiro de 1920. In: **VIII Encontro Estadual da ANPUH-BA**. Feira de Santana/BA, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477680349_ARQUIVO_ArtigoAnpuh-Ba2016Final.pdf> Acesso em: 04/08/2020, às 09h:36; QUEIRÓS, César Augusto B. Não há pão, não há padeiro, não se abriu a padaria: greves e manifestações do sindicato padeiral em Porto Alegre. **História, Imagem e Narrativas**. Rio de Janeiro, nº 17, p. 1-13, outubro de 2013; QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **Estratégias e identidades**: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República (1917/1919). Tese de doutorado em História. Porto Alegre, RS. UFRGS, 2012, capítulo 3.

violência na tradição de lutas dos padeiros. Como exemplo, podemos citar a trajetória de João de Mattos, um padeiro abolicionista que organizava fugas e falsificava cartas de alforria. Essas práticas ocorreram em Santos, São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Marcelo Badaró Mattos,

O fim da escravidão não significou o fim das lutas de João de Mattos e seus companheiros padeiros, pois conforme seu argumento, após destruir o ‘poderio escravocrata de fato’, nas lutas seguintes haveriam de conseguir ‘destruir a dos escravizados livres, que continuam só com o direito de escolher este ou aquele senhor’.³¹⁷

João de Mattos esteve envolvido, posteriormente, na criação da Sociedade Cooperativa dos Empregados de Padaria e na Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados de Padaria. A trajetória desse militante padeiro foi exemplar das experiências de organização e luta compartilhadas por trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX.³¹⁸

Levando a reflexão para alguns anos adiante, encontramos outro episódio em que os padeiros adotaram uma conduta de enfrentamento aberto. Em 11 de julho de 1915, por exemplo, os operários iniciaram uma greve, cuja reivindicação era composta pela jornada de 12 horas de trabalho e o descanso semanal. Em virtude de as negociações não avançarem, alguns padeiros decidiram por dinamitar padarias, assaltar casas de pasto (restaurantes) e farmácias e atacar entregadores de pão. Estes episódios ocorreram entre os dias 12 e 16 de julho de 1915 no Rio de Janeiro.³¹⁹

Nesse contexto, a Liga Federal dos Empregados em Padarias, uma associação que combinava fins assistenciais com a luta sindical, divulgou a seguinte nota:

Se alguns grevistas cometem depredações, aliás reprováveis, os patrões devem levar esses excessos a conta da grande indignação de que estão possuídos, por se obstinarem os seus patrões em não lhes reconhecer direito a um pouco de bem-estar, que satisfaça melhormente as necessidades de organismos humanos que dia e noite aniquilam as suas energias, em quase exclusivo proveito daqueles que auferem o produto do seu labor.³²⁰

Não dispomos de informações acerca do fim da greve dos padeiros iniciada em junho de 1919. Conhecemos apenas o fato de que, de acordo com *A Razão*, mais de 40 padeiros

³¹⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. 2004. Op. Cit., p. 246.

³¹⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. 2008. Op. Cit., p. 132.

³¹⁹ “A greve das classes proletárias”. *A Época*. Rio de Janeiro, 16/07/1915, p. 3.

³²⁰ *Ibidem*.

ainda encontravam-se presos na CDDF, “contra os quais o Chefe de Polícia pretendia preparar um processo inquisitorial”.³²¹

Sobre as lutas dos padeiros, importa observar que além da adoção da dinamite, o fato de uma parcela dos operários serem negros deve ser levado em consideração nos episódios de repressão. Isso porque, por exemplo, não foi identificada, entre as demais greves ocorridas em 1919, uma prisão tão expressiva, na cifra de 40 trabalhadores. Por isso, talvez seja pelo cruzamento entre raça e classe, na conformação das experiências políticas e culturais, visíveis no associativismo, nas greves, nos movimentos sociais, mas também nos procedimentos repressivos direcionados aos trabalhadores, que a experiência da classe trabalhadora tenha se feito, embora esse não seja um aspecto particular da cidade.³²² Dito de outra forma, o preconceito racial parece ser uma característica fundamental do pós-abolição no Brasil como um todo, e que foi visível mais agudamente em cidades como Salvador e Rio de Janeiro, por exemplo, onde a presença de operários negros na força de trabalho atingia patamares significativos.³²³

Sobre o associativismo negro no Rio de Janeiro, entendido como uma expressão da luta por direitos, entre a segunda metade do século XIX e o começo do século XX, é visível a existência de instituições, criadas pelos trabalhadores, que iam de um tipo mutual, passando por clubes e pela criação de partidos. Assim, podemos mencionar a existência das seguintes associações representativas dos interesses econômicos, políticos e culturais da população na cidade: Sociedade Beneficente da Nação Conga Amiga da Consciência (1874); Sociedade Liga dos Homens de Cor (1888); Clube Republicano dos Homens de Cor (1889); Guarda

³²¹ “Padeiros presos”. *A Razão*. 18/06/1919, p. 4.

³²² Sobre os estudos interessados em compreender os vínculos entre a questão racial e a participação política dos trabalhadores negros no associativismo e nas lutas por direitos, na cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX, conferir: CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, jan.-jun., p. 114-135, 2010; DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 251-281, 2014; BERDU, Livia Cintra. A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café no Rio de Janeiro: novos questionamentos para incontornáveis debates (1904-1913). **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, vol. 12, p. 1-20, 2020. As pesquisas de Batalha, Chalhoub, Mattos, Jesus e Lacerda apresentam, por sua vez, informações importantes sobre a vida associativa dos trabalhadores escravizados nesse período. CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: GOMES, Flavio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes da (orgs.). **Quase Cidadão: Histórias e Antropologias da Pós- Emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007; MATTOS, Marcelo Badaró. 2004. Op. Cit.; BATALHA, Claudio H. M. 2017. Op. Cit.; JESUS, Ronaldo Pereira de; LACERDA, David Patrício. Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 2, p. 126-142, 2010.

³²³ Sobre o período pós-abolição no Brasil, com destaque para as experiências sociais e políticas dos trabalhadores negros, ver: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos. **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

Negra da Redentora (1888); Confederação Brasileira dos Homens de Cor (1914); Centro da Federação dos Homens de Cor (1914) e Frente Negra Brasileira (1931). Além dessa modalidade associativa, no Brasil a população negra atuava na cena política por meio da imprensa, à luz, por exemplo, de jornais como “O Mulato” e “Homem de Cor”, publicados durante o século XIX no Rio de Janeiro.³²⁴

Retomando à greve dos padeiros, Alberto C. Pontes, em texto escrito no jornal *A Voz do Padeiro*, expressou entusiasmo com as iniciativas tomadas na Revolução Russa:

[...] Já na Grande Rússia, na Áustria e parte da Alemanha seguem os belos ideais que serão esses que exclusivamente poderão acabar com todas essas guerras civis: com todas as revoltas, enfim; estaremos em nosso pleno sossego, mas enquanto isso não se der viveremos sempre em lutas, ou greves ou em miséria, mas a grande obra gigantesca de Lenine e Trotsky, vem vencendo pouco a pouco até que um dia há de se ver esse belo regime por todo o universo.³²⁵

Outro ofício qualificado que paralisou suas atividades, no segundo semestre de 1919, foi o de barbeiro. A categoria, em 1919, contava entre 6 e 8 mil membros.³²⁶ Dentre esses, 800 participaram da greve, que começou como parcial, em poucas casas, em junho, e tornou-se geral no 1º dia do mês de agosto. A União dos Oficiais Barbeiros, uma associação de tipo sindical, representou os interesses dos trabalhadores. Vejamos o convite do sindicato, assinado por um quadro intermediário, que convocava a categoria para a reunião destinada a preparar a greve:

É chegado o momento de despertarmos para reivindicar os nossos direitos que, por culpa nossa, nos têm sido negados. Por isso vos convido para vir, sócios e não sócios, assistir a grande assembleia que se realiza no dia 22, às 20 horas, para tratarmos da regulamentação das horas de trabalho, salário e mais interesses da classe em geral. – Largo do Rosário, nº 34. O 1º Secretário, Joaquim Monteiro de Gouvêa.³²⁷

Os barbeiros reivindicaram aumento de salários, diminuição das horas de trabalho, e a abolição da gorjeta, entendida como uma demanda de “natureza moral” – uma expressão da defesa anarquista de que a luta dos trabalhadores não deveria ser meramente econômica:

Ao público – A greve dos oficiais de barbeiros visa estes dois pontos: o aumento de ordenados e a abolição da gorjeta. Ninguém contestará, por

³²⁴ DOMINGUES, Petrônio. 2014. Op. Cit.; CHALHOUB, Sidney. 2007. Op. Cit.

³²⁵ “O momento”. *A Voz do Padeiro – órgão da União dos Vendedores de Pão*. Ano 1. Nº 1. 01/05/1919, p. 2.

³²⁶ “A agitação operária”. *A Época*, 27/05/1919, p. 2

³²⁷ “A agitação operária”. *A Época*. 21/05/1919, p. 3.

certo, a justiça do aumento de vencimentos que desejamos, quando todas as classes clamam contra a carestia de vida. Quanto a extinção da gorjeta, é uma medida que beneficia não só a classe, como ao próprio público, pois este só merece consideração e atenção, para certo número de profissionais, pela importância da gorjeta que lhe oferece. Quando o freguês se torna conhecido com o infenso à gorjeta, o ‘figaro’ recebe-o sempre de cara enrugada e, às vezes, até o trata indelicadamente. Quando oferece grossa ‘lambuja’, provoca entre os barbeiros, não raro, desarmonia [trecho ilegível], ao ponto de atracarem-se ao retirar-se o freguês, cada qual a advogar-se para si o direito de atender sempre o ‘tão bom amigo’. O público que vê essas demonstrações de tarturismo, de hipocrisia, [há] de convir na necessidade da vitória na nossa causa – A comissão de oficiais barbeiros.³²⁸

Em 22 de julho, os barbeiros enviaram um memorial ao proprietários das barbearias.³²⁹ Na noite de 31 de julho de 1919, quinta-feira, uma comissão composta por militantes da União dos Oficiais Barbeiros foi até às redações de alguns jornais diários do Rio de Janeiro, entre eles *A Época*, para informar que a greve geral da categoria seria decretada a partir do primeiro dia do mês de agosto.³³⁰ O primeiro ato realizado durante a paralisação foi uma reunião, às seis e meia da manhã, no Largo da Carioca – local escolhido com frequência pelos trabalhadores para a realização de manifestações sociais.³³¹

O final do mês julho foi caracterizado por uma intensa mobilização operária no Rio de Janeiro. Os jornais mencionavam que não se conseguia atravessar uma quinzena sem ter, ao menos, uma greve em andamento. Têxteis, ladrilheiros, marmoristas, lavadeiras, marceneiros e alfaiates estavam com as atividades paralisadas. Certos redatores surpreenderam-se, como uma expressão do patriarcalismo, ao saber que até mesmo as costureiras iniciaram uma greve para reivindicar direitos.³³²

Durante a greve, alguns salões mantiveram serviços, enquanto em outras casas, especialmente as com seis até quinze cadeiras, apenas o patrão seguia no trabalho. Em outras barbearias a reduzida mão de obra levou à suspensão apenas do corte de cabelo, por ser mais demorado.³³³

O ofício de barbeiro era ensinado para homens entre 14 e 20 anos. As jornadas de trabalho, em 1913, eram em torno de 12 a 15 horas por dia, sendo que o trabalho começava às 7 da manhã, incluindo os sábados, e em algumas regiões da cidade até mesmo os domingos. Havia, em média, 40 minutos para o almoço. Nos salões, em geral a luz e a ventilação eram

³²⁸ “A greve cabeluda”. *A Época*, 05/08/1919, p. 8

³²⁹ “Os oficiais de barbeiros e suas aspirações”. *A Razão*. 22/07/1919, p. 8.

³³⁰ “Os barbeiros querem aumento de ordenado e abolição da gorjeta”. *A Época*, 02/08/1919, p. 2.

³³¹ *Ibidem*.

³³² “Os barbeiros querem aumento de ordenado e abolição da gorjeta”. *A Época*, 02/08/1919, p. 2.

³³³ “Os oficiais de barbeiros e suas aspirações”. *A Razão*. 22/07/1919, p. 8.

precárias.³³⁴ Fazer a barba, o bigode e cortar o cabelo eram práticas comuns no cotidiano tanto das elites quanto das classes populares. Assim, na região central da cidade, em salões considerados de primeira classe, poderia haver de seis a quinze cadeiras, mas a média era de cinco ou seis barbeiros por salão. As classes populares contavam com salões distribuídos pela região suburbana da cidade.³³⁵

Imagem 11

Reunião dos barbeiros em greve



Fonte: *A Razão*. 03/08/1919, p. 3.

Após um mês de paralisação, uma parte dos barbeiros seguia em greve. Em meados de setembro, a União dos Oficiais Barbeiros fez uma convocação, que veio ao lado da divulgação de uma nota da Associação dos Proprietários em Barbearias, o sindicato patronal:

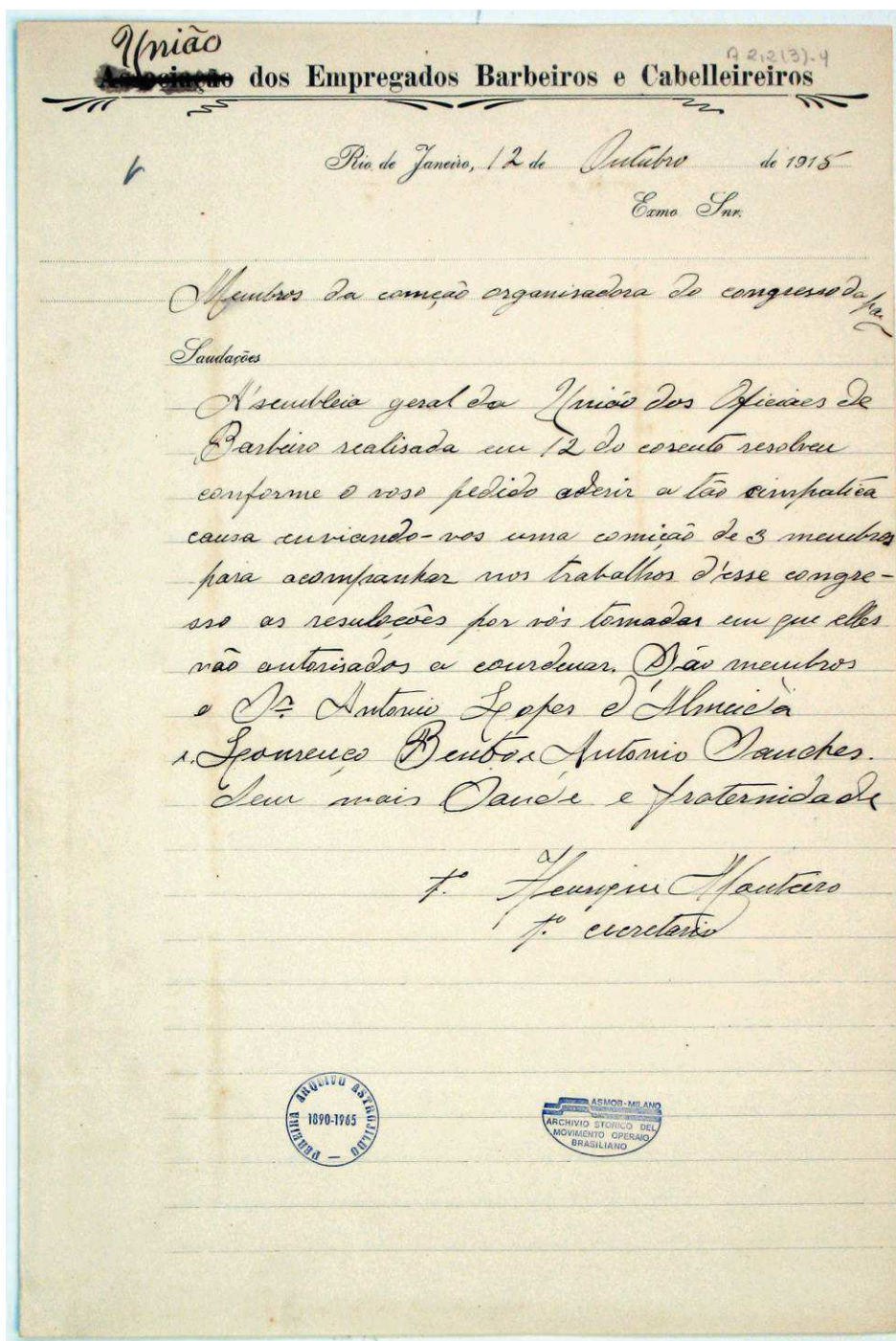
Achando-se impressas as tabelas de preços que deverão vigorar do dia 1º de outubro próximo, convido as pessoas interessadas, que ainda as não receberam, a procurá-las nesta secretaria, durante todo o dia de hoje. Rio, 30 de setembro de 1919. O secretario, J. N. Figueiredo Filho.³³⁶

³³⁴ *Relatório Histórico da União dos Oficiais Barbeiros* enviado à Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro. Microfilme 545-204. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

³³⁵ *Ibidem*.

³³⁶ “A nova tabela dos barbeiros”. *O País*. 30/09/1919, p. 10.

Imagem 12
A União dos Oficiais Barbeiros no Congresso da Paz



Fonte: Fundo Astrojildo Pereira. CEDEM/UNESP.

De acordo com *O País*, “os barbeiros conseguiram chegar a um acordo”.³³⁷ Em substituição à gorjeta, a negociação acertou a permissão da cobrança de uma taxa a título de “pequenos serviços”, que cobririam complementos, como a loção usada na barba. O jornal

³³⁷ “Barbear e pentear”. *O País*. 27/09/1919, p. 4.

também informou que a partir de 1º de dezembro entraria em vigor a jornada de oito horas de trabalho.³³⁸

Imagem 13
Salão “Liberdade” fundado pelos barbeiros



Fonte: *Spartacus*. 25/10/1919, p. 4.

Durante a realização da greve, dois salões foram abertos, de forma improvisada, para custear as despesas dos trabalhadores, um no Centro Cosmopolita, outro de nome “Salão Liberdade”, situado à Rua José Maurício, 41. Estendendo-se por quase dois meses, a paralisação obteve uma vitória parcial. Isso porque uma parte das casas de barbearia não assinou o acordo com a União dos Oficiais Barbeiros. Durante ação coletiva houve repressão policial, uma vez que alguns grevistas foram ameaçados de prisão pela polícia durante as manifestações de propaganda da greve.

³³⁸ “O regulamento entra em vigor”. *O País*. 02/12/1919, p. 8.

Imagem 14
Salão improvisado no Centro Cosmopolita



Fonte: *A Razão*. 04/08/1919, p. 2.

Em 17 de junho, teve início a greve das costureiras. A União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, uma associação de tipo sindical criada no começo de junho de 1919, representou os interesses das trabalhadoras durante a ação coletiva, que teve duração de 11 dias. As mulheres trabalhadoras compuseram um memorial com as reivindicações da categoria, que foi entregue às casas de costura. A luta foi pela conquista da jornada de oito horas, direito a uma hora de almoço, pagamento mensal, descanso semanal, pela não demissão de nenhuma grevista sem motivo comprovado e pelo reconhecimento do sindicato nas negociações.³³⁹

Durante as quase duas semanas de paralisação do trabalho, as costureiras realizaram ações de propaganda pelas ruas, com a intenção de alcançar maior adesão:

À porta do Café S. Paulo estacionava numeroso bando de grevistas. No segundo andar do prédio em questão, existe uma oficina de costuras. Uma

³³⁹ “Manifestos – União das Costureiras”. *A Razão*. 16/06/1919, p. 6.

comissão parlamentar subiu até lá, conseguindo voltar com duas pequenas que abandonavam o trabalho.³⁴⁰

De acordo com *A Razão*, havia na cidade do Rio de Janeiro, em 1919, milhares costureiras, que se dividiam em centenas de oficinas de costura, sendo algumas “clandestinas”, por “não pagarem impostos”. A categoria era composta por grande número de mulheres entre 12 e 18 anos. Uma parcela importante era formada por mulheres negras. Quando foi criada a União das Costureiras, essas trabalhadoras passaram a contar uma representação sindical.³⁴¹

Importa observar, sobre o associativismo das mulheres nesse período, que havia poucos espaços para as mesmas nas instituições políticas, dominadas por homens. De tal modo:

[...] Se as mulheres tiveram papéis centrais em movimentos de protesto e greves, como trabalhadoras, mas também como esposas, mães e filhas, o mundo das organizações de trabalhadores permaneceu um universo quase que exclusivamente masculino, contribuindo para que permaneçam ainda mais obscuras para a posteridade do que os trabalhadores homens.³⁴²

Em virtude do pouco espaço disponível, evidenciar histórias em que as mulheres negras e brancas participaram do impulso associativo e dos movimentos sociais permite contribuir, mesmo que pontualmente, para o que observou Thompson, acerca da crítica aos “ares superiores de condescendência da posteridade”.³⁴³ Como exemplo da histografia que recupera as lutas das mulheres trabalhadoras na Primeira República, o estudo das ligas operárias de bairros e dos sindicatos, durante as greves de 1917 em São Paulo, feito por Gláucia Fracaro, debate os obstáculos encontrados pelas mulheres para se encontrar no mercado de trabalho, bem como para conquistar a almejada igualdade salarial com os homens que exerciam as mesmas funções.³⁴⁴

Antes de ser declarada a greve, em 13 de junho, 300 costureiras compareceram à reunião convocada pela União das Costureiras, destinada a elaborar o memorial que seria

³⁴⁰ “A greve das costureiras – Numa grande assembleia, as costureiras declararam-se ontem em greve”. *A Razão*. 17/06/1919, p. 5.

³⁴¹ “A greve das costureiras”. *A Razão*. 18/06/1919, p. 3; “As costureiras em greve”. *A Razão*. 19/06/1919, p. 1; “União das Costureiras e Classes Anexas”. *A Razão*. 05/06/1919, p. 5.

³⁴² BATALHA, Claudio H. M. Escrevendo a biografia dos “obscuros e ativos”: a experiência do dicionário do movimento operário na cidade do Rio de Janeiro. *Perseu*. São Paulo, n. 3, 2009, p. 181.

³⁴³ THOMPSON, E. P. 1987. Op. Cit., p. 13.

³⁴⁴ FRACARO, Gláucia. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 37, nº 76, p. 73-90, 2017.

entregue às “madames” – assim eram chamadas as proprietárias das casas de costura.³⁴⁵ O documento dizia o seguinte:

[...] Companheiras! Como sabeis, o trabalho da maneira porque é atualmente distribuído nas oficinas, é em excesso fatigante, sob o regime atual das 10 horas, horário este que não permite aplicarmo-nos ao estudo tanto social, quanto econômico. Ora, companheiras, falta-nos tempo para a nossa educação e à nossa prole. [...] Entremos no assunto empolgante das nossas aspirações, assim distribuídas: 8 horas de trabalho. Um dia de descanso semanal, sendo este denominado domingo. Estabelecimento do pagamento mensal, sendo este pagamento feito até o dia 5 de cada mês. Reconhecimento da União. Entrar às 8 horas, e sair às 5, tendo uma hora para almoço. [...] Que não seja despedida nenhuma costureira sem motivo justificado.³⁴⁶

E ainda destacava que as costureiras necessitavam dispor de tempo para sua educação e dos filhos, afinal, “como produtoras”, elas tinham esse direito. Como se pode observar, as aspirações das trabalhadoras não se restringiam à conquistas econômicas. Assim, uma das oradoras, durante a assembleia, observou o seguinte:

[...] Não devem ser mais escravas de patrões, unirem-se, libertarem-se, pois que, só a mulher esclarecida e orientada nos ideais que surgem, pode compreender o miserável papel que pratica na vida, servindo a homens inconscientes, à exploradores, à burguesia e à sociedade moribunda, que lhes atira todos aos apodos quando se querem revoltar para adquirir a liberdade.³⁴⁷

No documento acima, é visível a identificação, na opressão, da dimensão feminina da exploração. Assim, não somente o lugar de trabalhadora, mas também o de mãe e esposa, que servia “homens inconscientes” e “exploradores”, foi apontado textualmente, como um espaço de opressão a ser enfrentado.

Sobre essa questão, segundo Maria Valéria Junho Pena, a participação das mulheres no movimento operário, durante a Primeira República, embora combativa, restringia-se ao enfrentamento da esfera da produção, tendo em vista a natureza espontaneísta e desorganizada dos movimentos:

As evidências caminham no sentido de mostrar que, em primeiro lugar, as mulheres foram ativamente combativas nos movimentos operários e grevistas; em segundo lugar, sua combatividade era desorganizada; em

³⁴⁵ “União das Costureiras e Classes Anexas”. *A Razão*. 14/06/1919, p. 6.

³⁴⁶ “Manifestos – União das Costureiras”. *A Razão*. 16/06/1919, p. 6.

³⁴⁷ “A greve das costureiras – Numa grande assembleia as costureiras declaram-se em greve”. *A Razão*. 17/06/1919, p. 5.

terceiro, suas manifestações eram espontâneas e não se organizavam de uma prática política calculada e planejada; em quarto, seu caminho à liderança estava obstaculizado pela ideologia patriarcal que lhe assinalava o lar como seu espaço natural e a considerava uma trabalhadora e uma cidadã de segunda ordem; em quinto, seus protestos vinculavam-se mais à exploração nas fábricas que à subordinação na sociedade.³⁴⁸

Embora em termos gerais tais afirmações façam todo o sentido, havia nuances e tensões que tornavam mais complexas as participações das mulheres na cena política. Assim, a greve das costureiras, iniciada em 17 de junho, parece refutar, com sua experiência de organização e de luta, a avaliação de Pena. Sobre isso, vejamos o trecho de um manifesto destinado às trabalhadoras que ainda não haviam aderido à greve:

[...] O tempo da escravidão há muito que passou, e querer escravizar-nos, agora, numa época em que a liberdade tende a manifestar-se amplamente em todos seres humanos, é um procedimento que deve encontrar em nós enorme repulsa. Avante, companheiras, à conquista do nosso bem estar. Nada de timidez. Nada de receios vãos. Para frente e com coragem. – O Comitê.³⁴⁹

Enquanto foi realizada a paralisação, cartas de denúncias sobre as condições de trabalho nas casas de costura foram lidas nas assembleias ocorridas no sindicato. Isso ocorreu em virtude das atitudes praticadas em algumas oficinas, como a de “Madame Oliveira”, situada à Rua São José, 49, que matinha as mulheres trabalhando até às 9 da noite, sem oferecer alimentação. Na Rua Gomes Freire, 61, outra oficina explorava o trabalho de crianças. Nas demais casas muitas patroas haviam assinado um acordo com a União das Costureiras.³⁵⁰

No ofício de costureira eram predominantes as mulheres jovens, tanto brancas quanto negras. Nos registros fotográficos, elas aparecem vestidas de forma elegante, trajando vestidos brancos, meias longas e sapatos, numa demonstração da dignidade do seu trabalho – mesmo em ações de propaganda, que percorriam ateliês em busca de novas adesões para a greve.

Durante o período em que a paralisação foi conduzida, três trabalhadoras foram presas, na 1º Delegacia Auxiliar, após protestarem contra a dispensa de costureiras que haviam aderido ao movimento. Seus nomes eram: Judith Correa, Almerinda Machado e Laudelina Silva.³⁵¹

³⁴⁸ PENA, Maria Valério Junho. 1981. Op. Cit., p. 183-184.

³⁴⁹ “Um Manifesto”. *A Razão*. 22/06/1919, p. 2.

³⁵⁰ “A greve das costureiras – o que ocorreu hoje”. *A Razão*. 24/06/1919, p. 7; “A greve das costureiras – mais duas importantes vitórias”. *A Razão*. 25/06/1919, p. 5.

³⁵¹ “A greve das costureiras – uma violência policial”. *A Razão*. 26/06/1919, p. 6.

Imagem 15
A greve das costureiras



Fonte: *A Razão*. 18/06/1919, p. 1.

Concluída no dia 28 de junho, a greve foi vitoriosa. Isso porque 28 casas assinaram o acordo com a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, e uma outra parte comprometeu-se em reconhecer as reivindicações apresentadas.³⁵²

Tal como ocorreu na greve dos cigarreiros e dos barbeiros, as costureiras optaram por compor um memorial com a reivindicações, e realizar ações de propaganda, como passeatas, reuniões e assembleias. A ação coletiva foi organizada pela União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, e apoiada pela União dos Alfaiates.

Precisamente, em sua análise acerca do ascenso mobilizatório, entre os anos de 1917 e 1920, Sheldon Maram observa que o bom momento vivido pelas lutas trabalhistas no Brasil (leia-se Santos, São Paulo e Rio de Janeiro) deveu-se “a mudança de atitude do trabalhador, em especial o estrangeiro”, que teria decidido, em observância ao contexto internacional, empenhar-se com mais afinco nas lutas sociais. Isso porque a liderança do movimento

³⁵² “União das Costureiras e Classes Anexas – Rua da Alfândega, 182”. *A Razão*. 28/06/1919, p. 6.

operário brasileiro seria predominantemente estrangeira.³⁵³ Realizada em junho de 1919, por mulheres trabalhadoras brasileiras, contando, inclusive, com a criação de um sindicato, a greve das costureiras permite questionar esse tipo de argumento acerca de uma composição essencialmente estrangeira na organização e na condução das lutas trabalhistas. E mesmo afirmações que apontem para a suposta “debilidade” do movimento operário naquele contexto³⁵⁴ podem ser revistas, não porque as greves tenham sido vitoriosas no conjunto do que reivindicavam, mas porque as formas de resistência só têm sentido histórico se as interpretamos conforme suas próprias expectativas.

Imagem 16

Costeiras buscam a adesão de novas trabalhadoras



Fonte: *A Razão*. 19/06/1919, p. 1.

Quase um mês após o término da greve, e dispendo de uma conquista importante no âmbito das condições de trabalho, os olhos da União das Costureiras voltaram-se para a educação da categoria. É o que se pode observar nas iniciativas adotadas pela associação, que expressam elementos da cultura associativa das trabalhadoras:

Companheiras!

Esta União, cogitando o bem-estar da classe, resolveu criar conforme marca os estatutos, aulas noturnas de corte, costuras, bordados e chapéus, nas quais

³⁵³ MARAM, Sheldon Leslie. 1979. Op. Cit., p. 57; p. 68.

³⁵⁴ Ibidem.

deixará suas alunas aptas para quaisquer destes misteres. Serão também inauguradas brevemente aulas de português e de francês. A União compreendeu a necessidade de instruir suas associadas, atendendo o que se observou no movimento grevista das costureiras, onde muitas deixaram de ganhar de acordo com a tabela do memorial por não se acharem habilitadas.³⁵⁵

Ainda no mês de junho, uma ação coletiva foi conduzida com a adesão significativa de mulheres negras. As lavadeiras da Lavanderia Modelo paralisaram as suas atividades em 16 junho de 1919, visando a conquista da jornada de oito horas e aumento salarial.³⁵⁶

Imagem 17

A greve das lavadeiras



Fonte: *A Razão*. 24/06/1919, p. 4.

Um memorial com as reivindicações das trabalhadoras foi entregue ao prefeito do Distrito Federal. Duas associações declararam publicamente apoio às operárias, a União dos Tintureiros e a Associação dos Metalúrgicos. Durante a realização da greve, houve registros de repressão. Uma lavadeira foi presa nas seguintes condições:

³⁵⁵ “Manifestos – União das Costureiras e Classes Anexas”. *A Razão*. 20/08/1919, p. 6.

³⁵⁶ “A greve das operárias em lavanderia”. *A Razão*. 24/06/1919, p. 4.

Às 6 e meia da manhã estava a operária Maria Rosário da Silva com a sua companheira de trabalho de nome Laudelina próxima ao portão da Lavanderia Modelo, à Rua General Polidoro quando delas se aproximou um guarda dando ordens brutais para ‘que se retirassem, por que não permitia ajuntamento’. As duas moças protestaram contra a violência do beleguim. Houve a intervenção da mãe e o marido de Maria do Rosário, verberando a grosseria do policial, o quanto bastou para que tivessem ordem de prisão. Laudelina, temerosa fugiu para uma casa próxima, ocultando-se num quarto. O soldado perseguia-a e, desconhecedor da inviolabilidade domiciliar, invadiu a casa, de onde arrancou a moça aos safanões e berros, apesar dos protestos da dona da casa. Depois disso foram todos levados à delegacia do 7º Distrito, onde o comissário Manhães os deteve até às 10 e meia da manhã.³⁵⁷

Não dispomos de informações acerca do desfecho da greve das lavadeiras. Nos meses de julho e agosto, outros ofícios promoveram greves, citamos: ferroviários, marceneiros, carvoeiros, vassoureiros, gráficos, trabalhadores da construção civil e trabalhadores de fábricas de vidros. Dessas ações, apenas a greve dos marceneiros foi vitoriosa.

Os ferroviários da Central Brasil iniciaram uma greve em 5 de julho. Um memorial foi apresentado pelo Círculo dos Operários da União – uma associação que defendia a aliança entre o capital e o trabalho, liderada por Sadock de Sá –, ao vice-presidente Delfim Moreira.³⁵⁸ Como os trabalhadores não obtiveram resposta, optou-se pela reunião com o Ministro da Viação. Decretada a greve, a polícia e o exército fizeram o cerco da estação do Engenho de Dentro. De acordo com *A Razão* (por razões não explicitadas), a paralisação durou apenas algumas horas.³⁵⁹

Os gráficos do *Jornal do Comércio* iniciaram uma greve em 1º de agosto. A pauta de reivindicações foi formada por jornada de oito horas e aumento de salários. A Associação Gráfica do Rio de Janeiro (AGRJ), uma associação de tipo sindical e assistencial, na ocasião sob a liderança dos sindicalistas reformistas, representou os interesses dos grevistas. Uma proposta de regulamento da jornada de trabalho foi elaborada. A greve, no entanto, foi furada pelos trabalhadores logo no seu início. Mais da metade dos empregados foram demitidos.³⁶⁰

Finalmente, os carvoeiros das empresas *Wilson, Son, & Cia e Brazilian Coal* conduziram uma greve, iniciada em 19 de julho, que envolveu 2 mil trabalhadores. A pauta da

³⁵⁷ “A greve das operárias em lavanderia”. *A Razão*. 24/06/1919, p. 4.

³⁵⁸ O Círculo dos Operários da União defendia o “feliz consórcio entre o Capital e o Trabalho”. De tipo colaboracionista com o governo, suas ações voltavam-se para a conquista de “melhores condições de vida para as classes trabalhadores”, lançando mão de petições, reuniões e outras formas de pressão direcionadas ao Congresso Nacional. BATALHA, Claudio H. M. 2009. Op. Cit., p. 215.

³⁵⁹ “As reivindicações proletárias – os operários da União”. *A Razão*. 25/06/1919, p. 5; “Os operários da Central procuram o presidente”. *A Razão*. 02/07/1919, p. 2.

³⁶⁰ “A agitação dos gráficos”. *A Razão*. 23/08/1919, p. 5.

ação restringiu-se ao aumento de salários. Um texto foi escrito por parte da militância, em que se convocava os carvoeiros a se organizarem em um sindicato, ao mesmo tempo em que foi exposto entusiasmo com as iniciativas revolucionárias até então ocorridas:

[...] Camaradas!

A humanidade se encontra, neste momento grandioso e trágico, numa volta decisiva da história. Não há, nem pode haver dúvidas, sobre a profunda transformação por que vai passando o mundo nesse momento. A Rússia, a Hungria e a Baviera estão imprimindo nova direção à marcha das nações, pois estão sendo administradas e dirigidas exclusivamente pelos trabalhadores dos campos e das cidades. As terras estão entregues aos lavradores e as fábricas aos operários. Os negócios públicos externos e internos são regulados e determinados unicamente pelos congressos de operários e soldados.³⁶¹

Nesse momento, faz-se necessário um olhar sobre as greves, entre março e agosto de 1919 – uma vez que foi entre esses meses que as ações coletivas foram realizadas –, que permita apontar algumas considerações acerca da contribuição das mesmas para o processo de luta por direitos e o impulso associativo.

Tabela 3
As greves de 1919 na cidade do Rio de Janeiro

Greves	Reivindicações			
	Categorias profissionais	Direitos trabalhistas*	Condições de trabalho e salário**	Reconhecimento político e liberdade sindical***
Trabalhadores da Construção Civil (2)		X		
Trabalhadores Marítimos	X		X	X
Trabalhadores de Tinturarias				
Alfaiates	X		X	
Trabalhadores em Fábricas de Bebidas	X		X	X
Tecelões (4)	X		X	X
Trabalhadores Manipuladores de Tabaco	X		X	X
Trabalhadores da Fábrica de Vidros Esberard			X	

³⁶¹ “Manifesto lançado ontem, aos trabalhadores em carvão e mineral da baía do Rio de Janeiro”. *A Razão*. 20/07/1919, p. 6.

Trabalhadores Tamanqueiros		X	
Trabalhadores Ladrilheiros e Assentadores			
Trabalhadores de Fábricas de Massas	X		
Carpinteiros Navais			
Sapateiros (2)	X	X	X
Padeiros	X	X	X
Barbeiros	X	X	X
Lavadeiras	X	X	
Costureiras	X	X	X
Trabalhadores dos Transportes da Companhia Hanseática			
Marmoristas	X	X	
Ferrovários da Central do Brasil			
Trabalhadores da Marcenaria Moreira Mesquita		X	
Trabalhadores Carvoeiros das empresas Wilson, Son & Cia e Brazilian Coal		X	
Trabalhadores de Fábricas de Vidros	X	X	
Trabalhadores Vassoureiros			
Gráficos	X	X	
Interprofissional			X
Gráficos do Jornal do Comércio	X	X	
Trabalhadores da Construção Civil nas Obras do Conselho Local		X	
Trabalhadores da Casa Internacional Marcenaria			

* Jornada de oito horas, descanso semanal e abolição do trabalho infantil.

** Aumento de salário, equiparação salarial entre homem e mulher, pagamento de hora extra, protesto contra maus tratos e protesto contra demissão.

*** Direito de associação, *closed shop* e solidariedade internacional.

Fonte: *A Razão*, 1919; *O País*, 1919; *Correio da Manhã*, 1919; *A Época*, 1919; *Spartacus*, 1919; *O Jerminal*, 1919; *Liberdade*, 1919; *A Voz do Padeiro*, 1919; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. 1992. Op. Cit; MATTOS, Marcelo Badaró. 2004. Op. Cit.

Entre março e agosto de 1919, foram realizadas no Rio de Janeiro 34 greves. Esse número é superior aos 17 encontrados por Fausto, e aos 22 registros apresentados por Lobo e Mattos.³⁶² Mapeamos 12 greves que ainda não haviam sido mencionadas pela historiografia. São as seguintes: 1. Trabalhadores em tinturarias (maio); 2. Tecelões da Fábrica de Tecidos Corcovado (maio); 3. Trabalhadores tamanqueiros (maio); 4. Trabalhadores ladrilheiros e assentadores (maio); 5. Lavadeiras da Lavanderia Modelo (junho); 6. Costureiras (junho); 7. Trabalhadores dos transportes da Companhia Hanseática (junho); 8. Ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil (julho); 9. Trabalhadores da Marcenaria Moreira Mesquita (julho); 10. Trabalhadores de fábricas de vidros (julho); 11. Gráficos do *Jornal do Comércio* (julho); 12. Trabalhadores da Casa Internacional Marcenaria (agosto).

Ao todo, 11 greves obtiveram saldo positivo na conquista parcial ou completa dos direitos reivindicados (trabalhadores da construção civil, marítimos, alfaiates, trabalhadores de fábricas de bebidas, cigarreiros, trabalhadores de fábricas de massas, sapateiros, barbeiros, costureiras, marmoristas e marceneiros). Cinco tiveram a derrota como desfecho (gráficos, em duas ações, marceneiros, tecelões e trabalhadores das fábricas de vidros). Quanto às demais 18, não foi possível identificar o saldo final. As paralisações ocorridas em 1919 foram superiores, em termos numéricos, às greves ocorridas em 1917 (13), 1918 (29) e 1920 (26). Esse aspecto informa sobre a ampliação da mobilização operária naquele que foi um ano de agitação social no Rio de Janeiro, em outros centros industriais do Brasil, e também fora do país.

Além disso, 24 greves adotaram, em suas pautas, a combinação entre demandas relacionadas aos direitos trabalhistas (jornada de oito horas, descanso semanal e abolição do trabalho infantil) com condições de trabalho e salário (aumento de salário, equiparação salarial entre homem e mulher, pagamento de hora extra, protesto contra maus tratos e protesto contra demissão) e com demandas relacionadas ao reconhecimento político e a liberdade sindical (direito de associação, *closed shop* e solidariedade internacional). Finalmente, nove greves adotaram uma pauta exclusivamente relacionada às condições de trabalho e salário, e apenas uma ação teve como demanda exclusiva o reconhecimento político e a liberdade sindical.

Em virtude de uma maior presença, no conjunto das ações coletivas, da combinação, nas pautas, de direitos trabalhistas com condições de trabalho e liberdade sindical, pode-se

³⁶² FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 342-343; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. 1992. Op. Cit., p. 40; MATTOS, Marcelo Badaró. 2004. Op. Cit., p. 139.

argumentar que houve, durante o ano de 1919, uma maior politização das greves, no sentido de que as reivindicações assumiram uma dimensão propositiva para o reconhecimento de direitos até então não estabelecidos, não ficando, assim, as lutas limitadas às questões salariais e às condições de consumo.

No que se refere ao comportamento das correntes políticas, identificamos quatro ações coletivas que adotaram uma estratégia reformista, baseada na condução de negociações intermediadas por advogados, pelo presidente da República, pelo Ministro da Viação, pelo prefeito do Distrito Federal ou pelo Chefe de Polícia. Em outras quatro greves, o caminho escolhido envolveu o aumento da pressão pública, por meio da realização de ações de propaganda pelas ruas, como comícios, e também reuniões, assembleias e a divulgação de manifestos na imprensa, sem a adesão, portanto, de intermediários externos à classe nas negociações, conformando, assim, uma estratégia de ação direta.

Entre os meses de março e setembro, como uma expressão do ascenso mobilizatório do movimento operário, iniciado em 1917, novas instituições políticas foram criadas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Foram elas: União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, Aliança dos Trabalhadores em Calçados e Classes Anexas, União dos Empregados em Padarias, Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ), Centro de Navegação Nacional, Sindicato dos Professores, Liga Comunista Feminina, Partido Comunista do Brasil (PCB) e, por fim, duas sucursais da União dos Alfaiates (uma aberta em Niterói e outra na cidade do Rio de Janeiro).

Tabela 4
Posicionamento das correntes políticas nas greves

Greves	Reformismo	Ação direta
Marítimos	X	
Alfaiates*	X	
Tecelões*	X	
Padeiros		X
Barbeiros		X
Costureiras		X
Lavadeiras	X	
Cigarreiros		X

* Posicionamento político modificado durante a realização da greve.

Greve como “ginástica revolucionária”

Em meados de julho de 1919, a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ), sob a coordenação dos sindicalistas revolucionários, convocou a classe operária para a realização de uma “greve internacional”, no período de 24 horas, em ato de solidariedade à ação convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), com sede em Paris. O protesto seria destinado a criticar os termos acordados na Conferência da Paz, realizada em janeiro, e que resultou na assinatura do Tratado de Versalhes, em junho de 1919. Ao mesmo tempo, a greve procuraria questionar as intervenções externas em países como Rússia, Alemanha e Hungria.³⁶³

A Aliança dos Operários em Calçados e Classes Anexas aprovou a adesão à greve, a ser realizada no dia 21 de julho:

[...] Data em que a classe em geral abandonará o trabalho, em sinal de solidariedade com o proletariado mundial, e de protesto contra a intervenção dos aliados na Rússia e Hungria, e contra o monstruoso tratado de paz imposto pela violência aos povos da Europa central.³⁶⁴

Na mesma direção, após aprovação em assembleia, a FTRJ publicou a seguinte nota:

Apelo aos trabalhadores

A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, representando 16 classes desta capital, faz um apelo ao operariado organizado ou não para que paralise o trabalho por 24 horas, no dia 21, em solidariedade aos trabalhadores europeus e como protesto contra a intervenção das forças dos governos aliados na Rússia e na Hungria. O proletariado do Rio não deverá deixar de manifestar a sua adesão ao protesto do proletariado internacional, fazendo uma demonstração pública de reprovação à intervenção que os imperialistas e a burguesia pretendem levar a efeito, para esmagar a obra dos trabalhadores russos e húngaros.³⁶⁵

Conforme os dados apresentados na imprensa, 16 associações operárias filiadas à FTRJ, totalizando cerca de 80 mil trabalhadores associados, foram convocadas para a paralisação de caráter internacional. Em 21 de julho, foram realizadas reuniões nas sedes da União dos Operários em Construção Civil e do Sindicato dos Manipuladores de Tabaco. Além

³⁶³ “Continua-se a discutir a greve geral dos trabalhadores europeus”. *A Razão*. 05/07/1919, p. 3.

³⁶⁴ “Aliança dos Operários em Calçados e Classes Anexas”. *A Razão*. 17/07/1919, p. 5.

³⁶⁵ “A greve internacional no dia 21”. *A Razão*. 18/07/1919, p. 5.

disso, algo em torno de cinco mil trabalhadores compareceram ao comício marcado na Barreira do Senado, que foi impedido pela polícia.³⁶⁶

Precisamente, a organização da greve em apoio ao “proletariado internacional”, em 21 de julho, parece apontar na direção do compartilhamento de experiências políticas e culturais em uma conjuntura que se encontrava conectada. Esta paralisação, convocada na imprensa, se fez como uma expressão do “internacionalismo proletário”, uma forma de solidariedade operária que ultrapassava as fronteiras nacionais, e que se tornou mais evidente entre 1917 e 1920, em virtude do compartilhamento de “influências recíprocas” pela classe trabalhadora no plano mundial.³⁶⁷

Nesse sentido, de acordo com Cristina Campos, analisando os casos de São Paulo e Rio de Janeiro, os trabalhadores e militantes mantiveram uma “atualidade” em relação ao movimento operário internacional. Esse fato, para a autora, vai de encontro ao que observaram pesquisas como as de Fausto e Maram, que afirmaram ser “débil” e “frágil”, em certas circunstâncias, as percepções e as práticas políticas dos trabalhadores e militantes, especialmente os anarquistas.³⁶⁸

Aproveitando o exemplo conferido pela greve de 21 de julho, cujo elemento mais marcante era a expressão de uma identificação política, é importante destacar que a greve poderia ser pensada além de um caminho para a conquista de direitos. Isso porque para os sindicalistas revolucionários que escreviam em jornais como *O Jerminal* e *Spartacus*, a greve seria parte de uma “ginástica revolucionária”, ou seja, ela era um instrumento importante para a conscientização política. Dito de outra forma, para os anarquistas que atuavam no meio sindical, como Everardo Dias, Astrojildo Pereira e José Oiticica, uma greve permitiria preparar, pela conscientização, o terreno para a realização da revolução social, conforme a teoria, elaborada internacionalmente, pelos sindicalistas revolucionários.

De modo preciso, como parte de uma “ginástica revolucionária”, tal qual a formulação do militante sindicalista revolucionário francês Pierre Monatte

Cada greve, boicote, sabotagem, piquete e outras formas de ação promovidas pelos trabalhadores em seus sindicatos contribuíam para o desenvolvimento da consciência de classe, da condição de exploração e da possibilidade de superação do capitalismo. Cada experiência de luta fazia parte de uma

³⁶⁶ “A greve internacional entre nós”. *A Razão*. 22/07/1919, p. 5.

³⁶⁷ LINDEN, Marcel van der. 2013. Op. Cit., p. 294.

³⁶⁸ CAMPOS, Cristina Hebling. 1988. Op. Cit; p. 74. FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 273-276; MARAM, Sheldon Leslie. 1979. Op. Cit., p. 149.

preparação, tal qual uma ‘ginástica revolucionária’, para o grande ápice, a ‘greve geral revolucionária’.³⁶⁹

Dessa maneira, durante o ciclo de greves, entre 1917 e 1920, ocorreram no Brasil ao menos duas ações políticas inspiradas pela teoria da “greve geral revolucionária”. Assim, a tentativa de insurreição, concomitante à eclosão de greves, em 1918 no Rio de Janeiro, e a preparação de uma revolta, em outubro de 1919, em São Paulo, são experiências que evidenciam a tentativa de aplicação de uma teoria política que entendia a greve como uma forma de preparação para uma revolução social. Como pano de fundo dessas ações encontrava-se a Revolução Russa, que as inspirou, politicamente e culturalmente, em algum nível.

Em São Paulo, em outubro de 1919, foi elaborado um plano de insurreição pela militância anarquista, a ser deflagrada um ano após a tentativa insurgente no Rio de Janeiro. Em virtude de um incidente – a explosão de uma bomba no bairro do Brás, no dia 19 –, que levou a óbito quatro operários, a polícia descobriu as tratativas da ação revolucionária. De acordo com Tiago Bernardon de Oliveira, a insurreição contaria com militantes “dos núcleos do PCB de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco”. Após a descoberta do plano a repressão intensificou-se, por meio do “empastelamento de jornais, prisões, torturas, sequestros, exílios e degredos de militantes estrangeiros”.³⁷⁰ Segundo Oliveira, ambas as tentativas insurrecionais, em 1918 e 1919,

[...] Devem ser compreendidas como elementos de inflexão do movimento anarquista no Brasil, no sentido de que avaliavam ser possível fazer avançar as proporções da mobilização operária iniciada em 1917. Para os militantes, vivia-se, portanto, um momento decisivo da luta de classes, pois o acirramento de posições, ao seu ver, tornava viável a eclosão de um processo revolucionário, tendo como substrato a mobilização sindical dos anos anteriores.³⁷¹

Finalmente, cabe mencionar que em 1919 foram realizadas greves gerais não revolucionárias em Salvador (2 a 12 de junho), Recife (fins de junho) e Porto Alegre (25 de agosto a 11 de setembro), sendo estas ações coletivas expressões significativas da mobilização

³⁶⁹ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. 2018. Op. Cit., p. 213.

³⁷⁰ Ibidem, p. 229-230.

³⁷¹ Ibidem, p. 230-231.

operária em nível nacional.³⁷² De acordo com César Bubolz Queiróz, analisando as ações coletivas ocorridas em Porto Alegre,

[...] Naquele momento, a crença no potencial revolucionário da classe trabalhadora e na justiça das lutas travadas contra seus adversários orientava a ação coletiva de uma considerável parcela do proletariado. Reivindicações de cunho político ou econômico – como aumento de salário, tabelamento de preços e alugueis, redução da jornada de trabalho e criação de feiras livres – dividiam espaço com a luta pela emancipação social e humana, da qual a Revolução Russa era o grande exemplo a ser seguido.³⁷³

Concluindo, conforme se pôde observar nesse capítulo, a conjuntura política internacional encontrava-se conectada, de modo dinâmico, sendo visíveis as influências nos modos assumidos pelas ações coletivas realizadas pelos trabalhadores no Rio de Janeiro em 1919. Assim ocorreu na celebração do Primeiro de Maio, e durante os meses de março e agosto, em que foram organizadas as greves.

No Primeiro de Maio foi vivenciada uma cultura associativa, expressa nos hinos operários, flâmulas, estandartes e bandas de música pertencentes às associações. Em alguns textos, divulgados na imprensa, foi perceptível a identificação de alguns trabalhadores e militantes com as lutas do “proletariado internacional”. Algumas particularidades foram identificadas nas tradições locais como, por exemplo, a vestimenta elegante dos trabalhadores e das trabalhadoras na celebração, ou as referências, feitas em alguns textos, ao passado escravista brasileiro e suas permanências no âmbito das condições de consumo e de trabalho. Esses fatos permitem observar como a realidade local percebia e tratava os elementos presentes na conjuntura política internacional que foram assimilados e reelaborados.

Além disso, um número expressivo de categorias profissionais paralisou as suas atividades. Costureiras, lavadeiras e tecelãs foram, entre as mulheres trabalhadoras, as que demonstraram uma mobilização que resultou não somente na condução de greves, mas também na criação sindicatos. As lutas das mulheres foram experiências importantes na formação da classe trabalhadora. Isso tendo em vista que a participação feminina na cena política dava-se como um fenômeno internacional naquele contexto, em especial os movimentos sufragistas, as lutas contra os linchamentos e os protestos contra a carestia.

Trabalhadores do mar (marinheiros e remadores) e trabalhadores têxteis promoveram duas grandes greves entre maio e julho. Os primeiros foram vitoriosos, numa greve que

³⁷² CASTELUCCI, Aldrin. 2005. Op. Cit., p. 132.

³⁷³ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. 2017. Op. Cit., p. 57.

contou com as mediações da polícia e do governo nas negociações. A greve geral dos tecelões, por sua vez, foi marcada por significativos conflitos de classe. Milhares de trabalhadores das fábricas de tecidos paralisaram o trabalho, e obtiveram manifestações de solidariedade de outras categorias profissionais, vindo a chocaram-se com os sindicatos patronais, apoiados por parte da imprensa comercial e pelo Chefe de Polícia.

Identificamos, precisamente, que as greves conduzidas em 1919 pela classe operária do Rio de Janeiro não se fizeram apenas como uma reação imediata ao aumento do custo de vida e à recuperação da produção industrial, mas voltaram-se para a conquista de direitos, e foram organizadas, estimuladas ou apoiadas por associações de tipo sindical. A dimensão organizada, e, portanto, não espontânea da maior parte das greves, evidencia a existência, na cidade do Rio de Janeiro, de um elemento importante da conjuntura política internacional, qual seja, a ampliação da mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a pauta de reivindicações (direitos trabalhistas, condições de trabalho e salário, reconhecimento político e liberdade sindical) e o modo como as demandas foram apresentadas nas greves (memorial), representam elementos de semelhança entre as paralisações realizadas no Rio de Janeiro e outros centros industriais, dentro e fora do Brasil, naquele momento.

Nesse sentido, acreditamos haver elementos suficientes para argumentar que no ano de 1919, no Rio de Janeiro, os trabalhadores e as trabalhadoras criaram associações de tipo sindical, celebraram o valor e a identidade do trabalhador no Primeiro de Maio, e conduziram greves, de modo que um redimensionamento, uma clivagem, foi identificada no sentido da organização dos trabalhadores. Isso porque na maior parte das ações coletivas analisadas acima o apoio, a organização ou a direção das ações coletivas esteve a cargo de associações de tipo sindical, como a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, a União dos Alfaiates, a União dos Oficiais Barbeiros, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), a Associações dos Marinheiros e Remadores, a Federação Operária dos Condutores de Veículos, o Sindicato Federal dos Manipuladores de Tabaco, a União dos Empregados em Padarias etc.

A partir de setembro de 1919, a incidência de greves diminuiu. Expulsões de estrangeiros, empastelamentos de jornais, prisões de trabalhadores e o fechamento de sindicatos foram algumas das práticas coercitivas adotadas pela polícia que provisoriamente explicam a diminuição da mobilização operária no Rio de Janeiro. Todavia, não parece plausível interpretar as respostas repressivas como ações meramente reativas aos ascenso mobilizatório.

Capítulo 4

Uma resposta organizada: os atores sociais e as estratégias repressivas na capital da República em 1919

Os ascensos nas cifras de expulsão e nas manifestações operárias, dentre as quais destacavam-se as greves, guardaram, ao longo do período, um impressionante paralelismo, demonstrando o peso fundamental que as expulsões tinham no contexto da defesa da ordem na capital da República.³⁷⁴

A partir de 1917, quando foi aberto o ciclo de agitação social da classe trabalhadora no plano mundial, a repressão policial na cidade do Rio de Janeiro, que afetou os trabalhadores e os militantes, atingiu um patamar de organização importante. Antes praticados, sobretudo, como uma reação imediata às greves e ao associativismo, os procedimentos policiais assumiram uma lógica sistemática. As prisões dos trabalhadores, o empastelamento de jornais, o fechamento de sindicatos e as expulsões do território nacional sob a acusação de “anarquismo” se fizeram como respostas organizadas aos movimentos trabalhistas. Naquele momento foi compartilhada, entre o Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), uma narrativa que considerava legítimo o isolamento do anarquismo. De acordo com Fausto, “1919 é o ano em que – a princípio no Rio e depois em São Paulo – a repressão ao movimento operário e aos anarquistas se torna sistemática, vindo acompanhada de uma ofensiva ideológica”.³⁷⁵

Sendo assim, a partir de 1917, houve uma mudança de intensidade na repressão policial. Todavia, como partes constituintes do Estado, as instituições policiais existiam há algum tempo, e tinham como uma de suas atribuições a “vigilância sobre os instrumentos de organização, além da repressão das estratégias de luta da classe trabalhadora”.³⁷⁶ Mais detalhadamente, os processos de profissionalização das forças policiais estiveram vinculados, em algum nível, com as iniciativas de controlar os “mundos do trabalho”. No Rio de Janeiro, desde 1903, a polícia havia passado por reformas direcionadas tanto ao aprimoramento técnico dos policiais, quanto à definição precisa das atribuições da “polícia política”, cuja tarefa primordial era conter o movimento operário.³⁷⁷

³⁷⁴ MENEZES, Lená Medeiros de. 1996. Op. Cit., p. 252.

³⁷⁵ FAUSTO, Boris. 2016. Op. Cit., p. 185.

³⁷⁶ MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). 2004. Op. Cit., p. 44.

³⁷⁷ Segundo Marcelo Badaró Mattos, cabia ao Chefe de Polícia do Distrito Federal as competências da polícia política, de acordo com as ordens e as instruções do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A tarefa de conter o movimento operário, coordenada por ambos, era desempenhada por um grupo de policiais especializados, reunido no Corpo de Investigação e Segurança Pública. MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). 2004. Op. Cit., p. 51-52.

As greves conduzidas no Rio de Janeiro em 1919 foram, como vimos no capítulo anterior, parte integrante de um processo histórico global de agitação da classe trabalhadora, em que circularam e foram reelaboradas práticas associativas, estratégias de luta e manifestações culturais. Tendo em vista o ascenso mobilizatório, é possível que se pense que a repressão (a pessoas e instituições) tenha ocorrido apenas como uma reação espontânea às ações coletivas, como a celebração do Primeiro de Maio, os *meetings* e as greves.

No presente capítulo, procuraremos desenvolver uma interpretação distinta. Pretendemos interpretar e compreender os modos em que foi organizada a repressão policial voltada às associações, como sindicatos e partidos, aos militantes anarquistas, à imprensa operária e aos trabalhadores desempregados. Isso considerando que no ano de 1919, no Rio de Janeiro, foram expressivas as cifras de prisões e expulsões dos trabalhadores. Buscaremos, com isso, entender a natureza sistemática assumida pela coerção, que era distinta de uma simples resposta imediata. Ao mesmo tempo, tentaremos identificar quem foram os alvos escolhidos pelos procedimentos. Isso porque as ações da polícia nesse período iam além da “vigilância intimidadora” e da “repressão das estratégias de luta da classe trabalhadora”, passando pela prisão dos trabalhadores desempregados, sob a acusação de contravenção de vadiagem, e pela e pela infiltração nos movimentos dos trabalhadores, tendo em vista o controle dos distúrbios causados pela multidão durante agitações populares.³⁷⁸

O medo vermelho e o movimento operário internacional

Como uma das dimensões assumidas pela coerção naquele contexto, a perseguição aos trabalhadores e militantes estrangeiros não foi uma realidade exclusiva do Brasil. Essa prática foi identificada em outras regiões. Nos Estados Unidos, por exemplo – onde desde 1905, com a fundação da Industrial Workers of The World (IWW), em Chicago, os sindicalistas revolucionários lideravam parcelas importantes dos trabalhadores –, em 23 de agosto de 1927, os anarquistas italianos Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti foram condenados pelo assassinato de um contador e de um guarda de fábrica – acontecimento que ilustra a perseguição política contra as esquerdas naquele contexto. Embora inocentes, conforme a investigação apontou, ambos foram eletrocutados.

Sobre a repercussão da morte dos militantes anarquistas, em 1927, a FORJ, em reunião que contou com a presença de representantes da União dos Carpinteiros Navais, do Sindicato

³⁷⁸ MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). 2004. Op. Cit., p. 47-53.

do Fundidores e da União da Construção Civil, deliberou pela adesão a uma greve de 24 horas em protesto contra a execução. A Federação Operária Argentina (FORA) fez a convocação da greve por meio de um memorial acessado pelos trabalhadores e militantes do Rio de Janeiro.³⁷⁹

Em 1919 foi fundado o Partido Comunista da América (PCA), na esteira da influência que a Revolução Russa e a III Internacional exerciam globalmente. Foi nesse contexto, precisamente, entre 1919 e 1920, que as esquerdas norte-americanas sofreram mais com a perseguição política, naquilo que ficou conhecido como a “primeira ameaça vermelha” (*first red scare*).³⁸⁰ Assim, “uma paranoia generalizada difundiu-se entre amplos setores da sociedade norte-americana”, que acusava o movimento operário de ser dominado por “vermelhos e anarquistas e de planejar trazer o caos para o país”. Naquele momento, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos promoveu as chamadas *Palmer Raids* – ações que visaram à prisão e deportação de “radicais de esquerda, especialmente os anarquistas”. As batidas policiais, sob a liderança do procurador-geral Alexander Mitchell Palmer, resultaram na detenção e deportação de “lideranças importantes da esquerda norte-americana”.³⁸¹

Sobre a militância anticomunista nos Estados Unidos, que também afetou o movimento associativo feminino, Angela Davis observa o seguinte:

O ano de 1919 foi marcado pelas infames incursões anticomunistas iniciadas pelo procurador-geral A. Mitchell Palmer. Anita [Whitney] estava destinada a se tornar uma das vítimas das batidas de Palmer. Ela foi informada de que um discurso que faria para mulheres do movimento associativo ligadas à seção de Oakland da Liga Cívica da Califórnia havia sido banido pelas autoridades. Apesar da proibição oficial, ela discursou, em 28 de novembro de 1919, sobre ‘O problema negro nos Estados Unidos’. Seus comentários centraram-se de forma categórica na questão dos linchamentos.³⁸²

Na Argentina, por sua vez, a perseguição aos trabalhadores e militantes estrangeiros, no começo do século XX, também esteve associada à imagem do movimento operário como uma “agitação de elementos estrangeiros”. Isso num contexto em que a partir de 1905, quando foi fundada a Federação Operária Regional da Argentina (FORA), a presença da militância anarquista e sindicalista revolucionária, tendo em vista a atuação dos imigrantes italianos e

³⁷⁹ Dossiê Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro... Op. Cit., fl. 36.

³⁸⁰ A segunda ameaça vermelha ocorreu no período da Guerra Fria, entre 1947 e 1957. Nesse contexto, o senador republicano Joseph McCarthy mobilizou a difusão de um sentimento anticomunista pelo país.

³⁸¹ ARAÚJO, George Felipe Zeidan Vilela. Notas sobre a trajetória das esquerdas nos EUA (1860-1960). **XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Florianópolis, 2015, p. 9.

³⁸² DAVIS, Angela. 2016. Op. Cit., p. 164.

espanhóis, foi evidente.³⁸³ O auge da militância da FORA, que coincidiu com o período em que a mesma foi dirigida pelos sindicalistas revolucionários – uma corrente que se diferenciava do anarquismo naquela experiência – ocorreu entre 1917 e 1921, quando contou com 100 mil filiados.³⁸⁴

O recrudescimento da perseguição aos estrangeiros, no entanto, ampliou-se em janeiro de 1919, quando ocorreram os eventos da assim chamada “Semana Trágica”, em que, com uma greve geral, os anarquistas imprimiram formas “semi-insurrecionais” à ação coletiva. Naquele momento o presidente argentino Hipólito Yrigoyen

[...] Se comprometeu na repressão contra os grupos mais extremos do movimento operário, sendo seu principal objetivo os anarquistas. Em maio de 1919 proibiu temporariamente a circulação da imprensa anarquista e pôs em prática [uma] legislação repressiva. A grande patronal e a reação conservadora lançaram uma ofensiva em regra contra os trabalhadores. Criaram campanhas chauvinistas para dividi-los, grupos de choque e organizações amarelas para quebra-lo (seus maiores êxitos se registraram no porto e no interior do país, sobretudo no campo, nas explorações florestais e *yerbatales*).³⁸⁵

Em Portugal – para ilustrar como se manifestou o medo vermelho na Europa –, em 1919, foram criadas duas associações importantes, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Federação Maximalista Portuguesa. Em ambas houve disputas pela direção, por anarquistas, socialistas e sindicalistas puros desde o começo do século XX.

Em 1920, a repressão foi uma forma de se fazer frente às lutas salariais em andamento, que, entretanto, assumiram “contornos subversivos e os levantamentos populares voltar[am] a surpreender a sociedade”. Dirigentes sindicais foram presos em Porto e Limoeiro. Em Évora e Beja, o direito de associação foi suspenso. Jornais como *A Batalha* e *O Combate* foram impedidos de circular. Comícios públicos de protesto também não foram mais permitidos pelas autoridades.³⁸⁶

De tal maneira, a partir de 1917, a perseguição ao movimento operário e às esquerdas, com destaque para as militâncias anarquista e comunista, se fez como um fenômeno

³⁸³ A partir de 1915, no 9º Congresso da FORA, os sindicalistas revolucionários assumiram a direção da associação. SURIANO, Juan. O anarquismo argentino frente ao sindicalismo revolucionário. **Cadernos do AEL**. Campinas, v. 17, n. 29, 2010, p. 143.

³⁸⁴ COGGIOLA, Oswaldo; BILSKY, Edgardo. **História do movimento operário argentino**. São Paulo: Xamã Editora, 1999, p. 61.

³⁸⁵ Ibidem, p. 64.

³⁸⁶ PEREIRA, Joana Dias. Sindicalismo revolucionário em Portugal. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 1, n. 2, jul./dez. 2009, p. 215-216.

internacional, visível em países da América latina, nos Estados Unidos e na Europa. Aqueles foram, portanto, os tempos da primeira onda do medo vermelho.

Olhando para a experiência republicana brasileira (1890-1921), Paulo Alves observa elementos fundamentais da construção do discurso da repressão, pensada como um “mecanismo de disciplinamento social”, provavelmente identificável globalmente. Assim, a figura do anarquista “agitador”, por exemplo, foi uma invenção tanto jurídica quanto policial, isso porque “o estereótipo do anarquista, inventado pela lei, não se encerra no âmbito legislativo – se estende e se difunde através da imprensa, Igreja, do Poder Legislativo e de outras instituições civis e militares”.³⁸⁷

De tal maneira, como desdobramento do medo vermelho, foi elaborada a teoria da “conspiração estrangeira”. No caso do Rio de Janeiro, a mesma foi uma criação da polícia, compartilhada por “autoridades da República e dos Estados, clero, parlamentares, autoridades judiciárias e grande parte dos empresários do comércio e da indústria”. Essa teoria se fundamentava na tese de que os trabalhadores estrangeiros, identificados com o anarquismo ou com o comunismo, representavam uma ameaça constante à ordem republicana estabelecida com a Constituição de 1891.³⁸⁸ Precisamente, “o discurso do anarquista-estrangeiro foi assumido pelas instituições e por grande parte da sociedade”.³⁸⁹

Preso na Casa de Detenção do Distrito Federal (CDDF), em janeiro de 1919 o anarquista Astrojildo Pereira escreveu um texto crítico que ilustra as iniciativas coercitivas, em discursos e práticas, tomadas naquele momento. Publicado com o título “Ditadura Policial”, a ideia central, presente na reflexão, era contestar o ofício enviado pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal, Aurelino Leal, ao inspetor da Polícia Marítima, em que o primeiro reivindicava a proibição do desembarque, no porto, de “elementos considerados indesejáveis”. Constavam nessa lista “ladrões, cegos, paralíticos, loucos, mutilados, vagabundos e anarquistas”. Por se tratar de uma medida autoritária e inconstitucional, a reação veio não somente de Pereira, mas também do Centro Republicano Brasileiro, que publicou uma moção de protesto em que se posicionava contra a ação do Chefe de Polícia, considerada arbitrária.³⁹⁰

Sobre a perseguição política direcionada aos anarquistas, Rozendo dos Santos, tipógrafo baiano residente no Rio de Janeiro, que havia sido, em 1913, presidente da Confederação Operária Brasileira (COB) – destacando-se na liderança de uma campanha

³⁸⁷ ALVES, Paulo. 1997. Op. Cit., p. 10.

³⁸⁸ Ibidem, p. 55.

³⁸⁹ GUERRA, Maria Pia dos Santos Lima. 2015. Op. Cit., p. 53.

³⁹⁰ PEREIRA, Astrojildo. **Ditadura Policial**. In: Fundo Astrojildo Pereira. CEDEM/UNESP, p. 3.

contra a carestia conduzida pela dobradinha COB/FORJ –, mesmo com a saúde debilitada concedeu uma pequena entrevista ao jornal operário *Spartacus*, em que saudava a elaboração do assim chamado “Manifesto de 23 de setembro”, redigido por anarquistas que viviam no Brasil. Assinaram o documento, ao todo, 59 militantes.

A partir desse manifesto, podemos identificar, entre os autodeclarados anarquistas, comerciantes, servidores públicos e trabalhadores qualificados. Assinaram o documento costureiras, jornalistas, marceneiros, tipógrafos, farmacêuticos, professores, etc. O Manifesto tinha a intenção principal de reverberar o descontentamento em virtude da perseguição política. Na conclusão, o texto reafirmava a crença de que a “revolução social internacional” ocorreria em algum momento, e saudava “o povo russo, heroico iniciador da imensa batalha redentora, e aos proletariados de todos os países”. Vejamos um trecho:

[...] Em resumo, nós anarquistas somos incriminados, pelo governo, pela imprensa e pelo clero, 1º de estrangeiros; 2º de estrangeiros indesejáveis, expulsos de toda a parte, inclusive dos países de origem; 3º de agitadores profissionais; 4º de exploradores do operariado. [...] O Brasil novo, para o qual trabalhamos e queremos trabalhar com todas as energias moças e sadias que nos animam, não será mais esse país paradoxal de hoje, coberto de riquezas naturais incalculáveis e habitado por uma população miserável, de famintos e de enfermos, de flagelados e de mendigos, de jecas-tatus e de cangaceiros.³⁹¹

Importa observar, sobre esse manifesto, que a militância buscava se distanciar o tanto quanto possível da denominação de “agitadores estrangeiros”, criada pelas elites políticas e econômicas, e que continha, em si, a ideia de que essas pessoas eram gente sem emprego, que vagava de lugar em lugar pregando a desordem, quase que como um estilo de vida – por isso a identificação da profissão ao lado da assinatura no documento. Contraopondo-se à tese do agitador estrangeiro, a militância se apresentava como “trabalhadora” e “honesta”. Todavia, embora a retórica final impusesse ao manifesto um tom otimista, o fato incontornável que o documento expunha é o de que havia uma indisposição significativa com as esquerdas, e, em especial, com os anarquistas naquele momento.

A partir de setembro de 1919, algumas instituições políticas foram invadidas pela polícia, sob a ordem do novo Chefe de Polícia, Geminiano da Franca. Como exemplo, as sedes da União dos Metalúrgicos e da União dos Oficiais Barbeiros foram atacadas. Um comício, realizado em 10 de setembro, na Praça da República, foi reprimido. Nesse contexto, Geminiano da Franca censurou a imprensa operária, por meio da apreensão de algumas

³⁹¹ “Os anarquistas brasileiros ao povo”. *Spartacus*. 27/09/1919, p. 1.

edições de *Spartacus*, sob a acusação de que o mesmo vinha difundindo palavras de ordem contra os governos estabelecidos.³⁹²

Na segunda semana de setembro também foram ocupadas as sedes da UOFT, da União dos Operários da Construção Civil e da Aliança dos Trabalhadores em Calçados. É observável que ao menos desde a greve geral de 1917, passando pela tentativa insurrecional de 1918, fossem ou não dirigidas pelos anarquistas, as associações com maior representatividade no Rio de Janeiro encontravam-se sob a vigilância policial. Em referência ao atos do começo de setembro de 1919, segundo *Spartacus*, “sobe a mais de quarenta o número de presos devido aos acontecimentos da semana”.³⁹³ Assim foi descrita uma invasão policial:

O assalto se fez em pleno dia, com um espantoso aparato de força. Portas que estavam fechadas foram arrombadas. Os armários, os arquivos e as bibliotecas igualmente arrombados e literalmente pilhados. [...] Os moveis ficaram danificados. Livros e brochuras de propaganda libertária, livros de sociologia, de ciência e de literatura, bem como jornais de propaganda, foram colocadas nas ‘viúvas-alegres’ e levados para os ‘civilizados auto de fé’ no pátio da polícia central.³⁹⁴

Sobre a repressão às associações dos trabalhadores, embora trate das experiências ocorridas durante os anos 1920, os dados disponíveis em um dossiê elaborado pela 4ª Delegacia Auxiliar podem contribuir para a compreensão. Isso porque a espionagem e o acompanhamento do movimento associativo eram parte das estratégias coercitivas naquela conjuntura. Assim, a 4ª Delegacia Auxiliar (também chamada de Inspeção de Investigação e Segurança pública), a partir de 1920 listou nomes de sindicatos, com datas de fundação e seus respectivos endereços (sindicatos do Estado do Rio de Janeiro e outras regiões do país), numa expressão da organização do aparato repressivo.

Além da listagem, como exemplo da ação coercitiva, uma assembleia, realizada na sede da União dos Padeiros, em 1929, foi acompanhada pelos “secretas” (espões da polícia infiltrados no movimento operário). Nomes de militantes e posicionamentos políticos durante a realização da mesma foram registrados em relatório. Importa observar, também, que a polícia acompanhou de perto a FORJ, participando de assembleias realizadas em sua sede, entre 1927 e 1929.³⁹⁵ Essas práticas (composição de listas, infiltração em reuniões, empastelamento de jornais, invasão de sindicatos, prisões, etc.) demonstram o repertório de

³⁹² “A polícia aurelinesca em cena”. *A Razão*. 11/09/1919, p. 5.

³⁹³ *Ibidem*.

³⁹⁴ “A polícia assalta as associações de classe”. *Spartacus*. 13/09/1919, p. 1.

³⁹⁵ Dossiê Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro... Op. Cit.

ações policiais mais comuns desempenhadas nos anos 1910 e 1920, informam sobre a indisposição das forças policiais e setores da sociedade civil com as esquerdas naquele contexto, com destaque para a militância anarquista.

Sobre a presença da polícia nos sindicatos, um recorte de jornal, presente no dossiê elaborada pela 4ª Delegacia Auxiliar, continha a seguinte informação:

A polícia no afã de descobrir ‘conspirações’ faz estar seus agentes nas mesas que presidem as assembleias! [...] Nos últimos tempos, porém, além de sua permanência no recinto das assembleias, ainda se colocava nas imediações das sedes operárias um exército de espiões para prender os oradores das solenidades.³⁹⁶

Numa outra dimensão repressiva, em 1919, um número expressivo de trabalhadores urbanos, que se encontravam desempregados, foram presos como vadios, ou seja, definidos como sem profissão e domicílio fixo, e enviados para a Colônia Correccional de Dois Rios (CCDR).³⁹⁷ Sobre isso, no começo do século XX, o principal motivo de prisões no Rio de Janeiro era a vadiagem. De tal maneira, é oportuno destacar que a repressão possuía dimensões diversificadas e procedimentos policiais específicos, como a prisão seguida de expulsão dos “indesejáveis”, o empastelamento dos jornais, a invasão dos sindicatos e, também, a prática de prender os trabalhadores desempregados, sob a acusação da contravenção de vadiagem.

Em 1919, segundo dados apresentados por Lená Medeiros de Menezes, mais de 3 mil matrículas de presos foram abertas na Casa de Detenção do Distrito Federal (CDDF). Homens, mulheres e crianças foram presos, sob acusações diversas, que iam da vadiagem, ao furto e ao anarquismo. Essa cifra foi a maior durante todo o período compreendido entre 1917 e 1925.³⁹⁸ Em 1919, além dos presos sob a acusação da contravenção de vadiagem, pela primeira vez “a expulsão voltou-se de forma exclusiva contra os anarquistas”. Segundo Menezes:

A conjuntura 1919-1921 representou um momento crucial do movimento anarquista e, de forma quase exclusiva, a prática de expulsão caracterizou-se então pela perseguição sem tréguas aos libertários, fossem eles articuladores de greves, oradores de comícios ou partidários da violência.³⁹⁹

³⁹⁶ Dossiê Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro... Op. Cit., fl. 49.

³⁹⁷ De acordo com João Guilherme Leal, a criminalização da vadiagem, no começo do século XX, seguia a orientação elaborada durante o século XIX, que se voltava para o controle da circulação da população negra pela cidade. ROORDA, João Guilherme Leal. 2017. Op. Cit., p. 306.

³⁹⁸ MENEZES, Lená Medeiros de. 1996. Op. Cit., p. 255.

³⁹⁹ Ibidem, p. 242.

Tendo em vista esse quadro histórico, em que tanto trabalhadores não organizados, quanto os organizados e as lideranças políticas foram alvos da repressão, faz-se necessário, nesse momento, interpretar e compreender como foram organizados os procedimentos coercitivos que afetaram a classe trabalhadora no Rio de Janeiro, com um olhar voltado para as expressões de ideias e práticas como a compulsão para o trabalho livre, o preconceito racial, a criminalização da pobreza e a perseguição política às esquerdas.

Nesse capítulo, para a compreensão e a análise dos procedimentos coercitivos, estudaremos os processos de *habeas corpus* – o único instrumento de defesa contra a prisão ilegal e a ordem de expulsão – abertos no Supremo Tribunal Federal (STF), com origem no Rio de Janeiro. Esses documentos guardaram relação com a vida associativa, as ações coletivas e os trabalhadores organizados, durante o ciclo de agitação social, entre 1917 e 1920. Além disso, analisaremos as matrículas abertas na Casa de Detenção do Distrito Federal (CDDF), em 1919, com o intuito de compor um esboço de perfil econômico-social dos presos durante esse ano. Ao final, pretendemos identificar as maneiras em que a repressão foi apresentada na grande imprensa e na imprensa operária.

Repressão policial aos trabalhadores estrangeiros

Conforme observa Thiago Gondim, o parágrafo 22 do artigo 72 da Constituição de 1891 reconhecia o direito de *habeas corpus* para brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil que tivessem, por algum motivo, sua liberdade de locomoção restringida ou estivessem em uma situação de possível perigo de sofrer essa violência, fosse pela prisão ou por constrangimento legal.⁴⁰⁰ Os processos, nomeados de petição de *habeas corpus*, eram abertos pela figura do “impetrante”, em regra um advogado, que representava os interesses do “paciente”, que era o alvo do *habeas corpus*. A maior parte dos trabalhadores não dispunha de recursos financeiros para custear esse tipo de ação, que poderia girar em torno 12\$000 (12 mil réis), incluindo as despesas com secretaria, realização, distribuição e julgamento. Por essa razão, em alguns casos, as associações custeavam as despesas do processo. De outro modo, em algumas ações o impetrante poderia solicitar, em virtude do paciente ser incapaz de custear a ação, o abono dos selos e demais custos.⁴⁰¹

⁴⁰⁰ GONDIM, Thiago Patrício. 2018. Op. Cit, p. 3.

⁴⁰¹ Algumas pesquisas ilustram, para os casos do Rio de Janeiro e São Paulo, que o acionamento do STF, pelo movimento operário, representou uma forma de luta coletiva por direitos ao mesmo tempo que significou uma forma de reação aos abusos policiais, praticados contra a militância de esquerda e contra as ações coletivas, taxadas, em algumas situações, como obras de anarquistas, durante a conjuntura de agitação social, entre 1917 e

Do ponto de vista de sua estrutura, nos *habeas corpus* encontraremos informações sobre trabalhadores, militantes, delegados de polícia, advogados, testemunhas, promotores, juízes, ministros de justiça e ministros do STF. Adiante, procuraremos identificar e compreender, a partir do conteúdo presente nas decisões finais dos ministros do Supremo, como se deu o compartilhamento da narrativa da repressão, entre o Chefe de Polícia, o Ministro da Justiça e Negócios de Interiores e ministros do STF.⁴⁰² Isso tendo em vista o entendimento de que os procedimentos coercitivos, naquele contexto, não se fizeram apenas como reações espontâneas ao ascenso mobilizatório. Como um complemento da interpretação, buscaremos conhecer os alvos da repressão, e também identificar e analisar como os atores sociais envolvidos com a mesma representaram os trabalhadores e os militantes.⁴⁰³

Quando a expulsão dos estrangeiros dava-se por meio formal (processual) e sob o amparo da Lei de Expulsão dos Estrangeiros, a autuação, também chamada de inquérito policial, era onde tinha início a prática coercitiva.⁴⁰⁴ Segundo Thiago Gondim,

[...] Uma análise geral dos processos de *habeas corpus* selecionados permite a conclusão de que o inquérito policial era o documento que fundamentava a

1920. Conferir: RIBEIRO, Anna Clara Sampaio. “**Diante disso espera-se justiça**”: *habeas corpus* em favor de estrangeiros na Primeira República. Monografia de conclusão de curso em História. Niterói, RJ. UFF, 2007; BONFÁ, Rogério Luís Giampietro. 2009. Op. Cit.; RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. Rio de Janeiro. **Tempo**. vol. 13, n. 26, p. 101-117, 2009; GONDIM, Thiago Patrício. 2018. Op. Cit.; SALGADO, Gisele Mascarelli. O Supremo Tribunal diante dos casos de prisão decorrente do movimento operário paulista (1917-1920). **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, pp. 48-67, 2013.

⁴⁰² Conforme consta na Constituição de 1891, o STF era composto por 15 ministros, indicados pelo presidente da República, com aprovação do Senado Federal, entre homens acima de 35 anos com notável saber jurídico. O cargo era vitalício. KOERNER, Andrei. O poder judiciário no sistema político na Primeira República. **Revista USP**. São Paulo, n. 21, 1994, p. 61.

⁴⁰³ Em estudo semelhante sobre o conjunto de processos que analisaremos a seguir, Thiago Gondim identificou, entre as representações construídas pelos impetrantes, que nos *habeas corpus* era comum a valorização da conduta dos pacientes, tidos como “honestos” e “morigerados”. Essa era uma estratégia simbólica para contrapor, ao nível discursivo, a imagem negativa construída pela polícia sobre a militância. Cf. GONDIM, Thiago Patrício. 2018. Op. Cit., p. 3.

⁴⁰⁴ Aprovada em 1907, essa lei permitia que fossem expulsos os estrangeiros que “comprometessem a segurança nacional ou a tranquilidade pública”. Inicialmente, ficavam livres da medida os estrangeiros casados com brasileiras, viúvos e com filhos brasileiros, ou os residentes de forma ininterrupta no país por mais de dois anos. Em 1913, o presidente da República Hermes da Fonseca revogou essas exceções e aumentou o tempo mínimo de residência no país para cinco anos, endurecendo, assim, a repressão. Em 1921 a lei foi editada, retirando os dispositivos que impediam a expulsão, como o critério de permanência no país por cinco anos. Também foi excluída a possibilidade de recursos. A partir de então, a expulsão dos estrangeiros envolvidos com o movimento operário deu-se de forma “sumária”, configurando uma “criminalização do anarquismo”. Cf. DULLES, John Foster. 1977. Op. Cit., p. 33; GOMES, Angela Maria de Castro. 2005. Op. Cit., p. 135; RIBEIRO, Anna Clara Sampaio. “**Abre-se a sessão**”: embates no poder legislativo para elaboração e aprovação de leis de expulsão a estrangeiros na Primeira República (1889-1926). Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.

decisão do Ministro da Justiça e Negócios Interiores em expedir as portarias de expulsão. [...] Em tal formulação, os depoimentos das testemunhas, assim como matérias de jornais, estatutos de sindicatos, programas de partidos, livros e panfletos anexados ao inquérito, aparecem como fontes fundamentais para a produção de uma narrativa acusatória.⁴⁰⁵

Sendo assim, conclui-se que o processo corria na delegacia, sendo, em seguida, enviado para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que decidia sobre a expulsão. Segundo Menezes, formulava-se o inquérito policial, enviava-se para o Ministro da Justiça e a expulsão era decretada. Tudo poderia ocorrer em cerca de seis dias, concluído o processo administrativo.⁴⁰⁶ A interferência de um juiz, nesse caminho decisório, dava-se apenas se houvesse algum tipo de recurso apresentado pelo réu, como o *habeas corpus*. Dez entre os onze processos de *habeas corpus*, entre 1917 e 1919, com origem no Rio de Janeiro, que analisamos a seguir, tem como temática a expulsão dos estrangeiros sob a acusação de “anarquismo” (apenas um processo trata do impedimento do direito de reunião). A partir do estudo dessa documentação, poderemos compreender que caminhos decisórios eram seguidos após o acionamento do Poder Judiciário. Isso tendo em vista que os *habeas corpus*, quando entravam no Supremo, poderiam demorar semanas ou até meses para serem julgados.⁴⁰⁷

No começo do século XX, o sistema judiciário implementado sob o regime republicano, em que se inseria o STF, tinha como característica a dicotomia no âmbito de suas decisões. Conforme observa Andrei Koerner, em sua trajetória durante a Primeira República, o Supremo cedeu às pressões políticas dos governantes, em especial as oligarquias estaduais, mas também agiu como o guardião da Constituição.⁴⁰⁸ Sobre essa mesma questão, Gisele Salgado observa o seguinte:

A historiografia que trata sobre o STF costuma apontar seu papel de guardião dos direitos ou apontar para seu papel de órgão que representava os interesses políticos da Primeira República. Essa visão dicotômica do STF em seus primeiros anos do Brasil decorre de uma análise dos resultados das lutas sociais que se desenrolavam no seu interior. Assim, tanto o STF pode representar um avanço na Primeira República, garantindo direitos, como também não deixa de servir interesses dos governantes e do capital.⁴⁰⁹

Antes de iniciarmos a análise dos processos de *habeas corpus*, cabe observar que a expulsão dos estrangeiros também se fez às margens da legislação, ou seja, de forma

⁴⁰⁵ GONDIM, Thiago Patrício. 2018. Op. Cit., p. 4.

⁴⁰⁶ MENEZES, Lená Medeiros de. 1996. Op. Cit., p. 225.

⁴⁰⁷ SALGADO, Gisele Mascarelli. 2013. Op. Cit., p. 56.

⁴⁰⁸ KOERNER, Andrei. 1994. Op. Cit., p. 61.

⁴⁰⁹ SALGADO, Gisele Mascarelli. 2013. Op. Cit., p. 50.

clandestina. Isso porque o Chefe de Polícia poderia solicitar, por ofício único enviado ao Ministro da Justiça, a expulsão de indivíduos considerados “indesejáveis”.⁴¹⁰ Essa modalidade de expulsão, feita sem a abertura de processo, tornou-se conhecida pela atuação da imprensa operária, em textos críticos elaborados pela militância, ou por meio dos pedidos de informação feitos por políticos, como o deputado Maurício de Lacerda.⁴¹¹ Segundo Menezes:

Dois caminhos diferenciados, portanto, eram seguidos pelo mesmo Chefe de Polícia. Um deles, respaldado pela Lei de 1907, expulsava os estrangeiros com base em processos que, embora contestados de inúmeras formas, revestiam-se de uma aparência de legalidade. O outro, seguia trajetórias traçadas nos bastidores, mergulhando na ilegalidade total, e demonstrava as formas pelas quais as instituições policiais intervinham no movimento operário, retirando do conjunto da militância aqueles indivíduos que por suas ideais tornavam-se perigosos ao regime.⁴¹²

Vejamos os processos de expulsão que, conforme Menezes, “revestiam-se de uma aparência de legalidade”.⁴¹³ Em 30 de outubro de 1919, o advogado Antonio de Oliveira ingressou, como impetrante, uma petição de *habeas corpus* no STF em favor do trabalhador Adriano Pinto da Costa. O processo tratava-se de um recurso à decisão de um juiz federal da 1º Vara, que havia indeferido a ordem de *habeas corpus* inicial. Foram anexados na petição alguns documentos voltados ao deferimento da ordem em favor de Costa. Recortes de jornal, procurações, ofícios do Ministro da Justiça e Negócios Interiores e o título de eleitor do paciente foram incluídos no processo.

Consta na petição original, enviada ao juiz federal da 1º Vara, que a ordem de *habeas corpus* solicitada tinha caráter preventivo, isso porque visava fazer “cessar a coação por ilegalidade e abuso de poder a que se acha sujeito [o paciente] por determinação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que mandou que a polícia o processasse e prendesse para o expulsar do território nacional”.⁴¹⁴

⁴¹⁰ Compunham o grupo dos considerados “indesejáveis”, no Brasil, ao longo da Primeira República, “não apenas os vadios, os mendigos, os ladrões e os cáftens, como todos os estrangeiros que, na posse de ideias consideradas subversivas, representassem ameaça ao regime”. MENEZES, Lená Medeiros de. 1996. Op. Cit., p. 201.

⁴¹¹ Em novembro de 1919, Lacerda apresentou à Câmara dos Deputados um requerimento de informações sobre as deportações dos anarquistas até então realizadas. Questionamentos sobre quantos indivíduos foram expulsos, o seu prazo de residência no país e o crime cometido fizeram parte do requerimento. “As deportações”. *Spartacus*. 15/11/1919, p. 1.

⁴¹² MENEZES, Lená Medeiros de. 1996. Op. Cit., p. 227.

⁴¹³ Ibidem, p. 227.

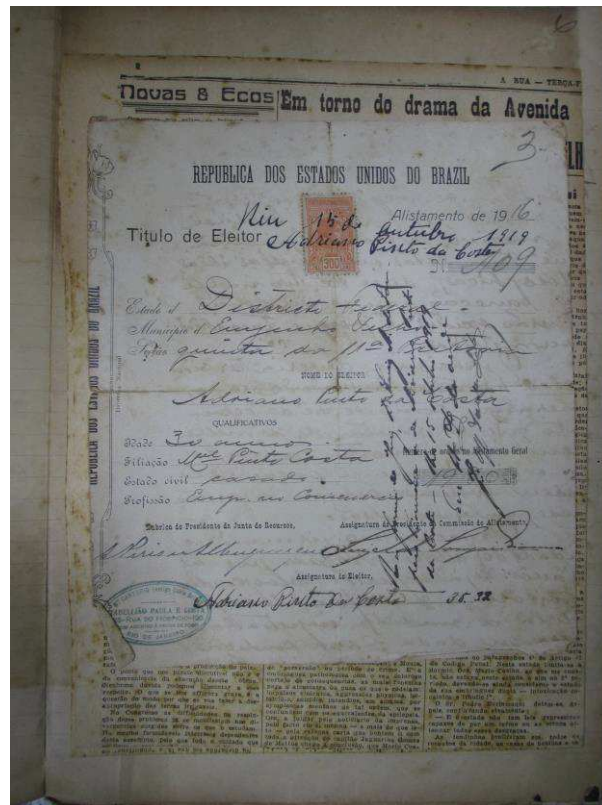
⁴¹⁴ Processo nº 5430. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Arquivo Nacional. Notação: BV.0.HCO.4639.

Segundo o impetrante, Adriano Pinto da Costa era brasileiro, conforme se poderia comprovar por meio da posse do título de eleitor anexado ao processo (de acordo com a legislação vigente, somente brasileiros natos ou naturalizados poderiam obter a posse do título de eleitor). Sendo assim, caso se efetivasse a sua expulsão, esta se faria de modo ilegal, isso porque, segundo a posse do título de eleitor do paciente, Adriano Pinto da Costa era brasileiro (nato ou naturalizado), casado, possuía 33 anos e empregava-se no comércio, como *chauffeur*. Costa era alistado na Quinta Seção da 11ª Pretoria, localizada no Engenho de Dentro, Distrito Federal. Sua residência situava-se à Rua Capitão Menezes, 47.

Durante a celebração do Primeiro de Maio de 1919, esse trabalhador discursou no comício realizado Praça Marechal Floriano.⁴¹⁵ Em virtude dessa participação, mencionada no capítulo 3, é possível ponderar que Costa, além de empregado no comércio, fosse também um militante do movimento operário.

Imagem 18

Título de eleitor de Adriano Pinto da Costa



Fonte: Processo nº 5430. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV).
Arquivo Nacional. Notação: BV.0.HCO.4639.

⁴¹⁵ "O que foi o dia da vitória, da união e da força do operariado carioca". *A Razão*. 03/05/1919, p. 1.

De acordo com o ofício enviado por Alfredo Pinto Vieira de Melo, Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Epitácio Pessoa (1919-1922), não havia no registro de naturalização da Secretaria de Estado “a qualidade de brasileiro, alegada pelo impetrante”. De tal modo, na petição, não se comprovaria a condição de brasileiro naturalizado.

Segundo o recurso de *habeas corpus* aberto no STF, tendo em vista que a primeira petição havia sido denegada, Costa encontrava-se preso na Polícia Central. Assim, “[...] o recorrente, sendo como é cidadão brasileiro, não pode ser expulso do território pátrio, o ato, pois, do Sr. Ministro da Justiça, que persiste em expulsá-lo, para o que já o detém preso na Central de Polícia, é ilegal e violento, prejudicando grandemente o recorrente”.⁴¹⁶

Adiante, citando a proteção que a Lei de Expulsão dos Estrangeiros conferia aos brasileiros (natos ou naturalizados), o impetrante observou o seguinte:

[...] De fato, pelo Decreto nº 1641, de 7 de janeiro de 1907, mandado observar pelo Decreto nº 6486, de 23 de maio de 1907, somente o estrangeiro, nos casos determinados na lei e mediante processo, é que pode ser expulso do Brasil, disposição inaplicável aos brasileiros, para os quais a Constituição assegura, como não podia deixar de assegurar, os mais amplos e invioláveis direitos, inclusive o de residência.⁴¹⁷

Somava-se no processo a declaração, feita pelo impetrante, que dizia que a Polícia Central se negou a conceder ofício informando sobre a prisão de Costa. Além disso, segundo recortes de jornal anexados ao processo, a sua prisão havia sido feita sem “flagrante de delito, ou por mandado de autoridade competente”. Precisamente, os registros apontavam tanto para o estado de incomunicabilidade do preso quanto para a ilegalidade da sua expulsão, caso ela se efetivasse.

O processo de *habeas corpus* aberto em favor de Costa, ao mesmo tempo em que evidencia o cerceamento dos direitos que sofreu o trabalhador, elucida uma questão importante daquele contexto, qual seja, as representações que a imprensa comercial e o impetrante construía acerca dos trabalhadores e militantes.

Segundo recortes de *A Razão*, anexados ao processo, fazia-se necessário “separar o joio do trigo”, conforme notícia publicada na edição de 29 de outubro de 1919, sob o título “A repressão ao anarquismo e os organizadores sindicais”, que foi recortada e anexada ao processo. A notícia observou que um trabalhador de nome Bento Moraes, preso pela polícia do Distrito Federal a fim de ser expulso do país, era apenas um “sindicalista”, não podendo,

⁴¹⁶ Processo nº 5430. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Arquivo Nacional. Notação: BV.0.HCO.4639.

⁴¹⁷ *Ibidem*.

sob hipótese alguma, ser qualificado e preso como um “anarquista”. Dessa distinção, compreende-se que a imprensa comercial buscava separar, de um lado, o considerado “bom elemento”, ou seja, o trabalhador brasileiro, e, do outro lado, o “elemento pernicioso”, ou seja, o anarquista estrangeiro. Ao anexar essa notícia, é possível que a defesa assimilasse o argumento de que Costa, como Moraes, não era anarquista, mas sim apenas um sindicalista.⁴¹⁸

Embora não tenham sido apresentadas provas que atestassem que Costa era português – conforme alegava o Ministro da Justiça –, os ministros do STF indeferiram o pedido de *habeas corpus*, sob a justificativa de que não constava no título de eleitor informação sobre a naturalidade brasileira.⁴¹⁹ Os ministros concluíram que a posse do título de eleitor não correspondia à naturalização. Sendo assim, não haveria constrangimento ilegal sofrido pelo paciente. Ignorou-se, assim, a dimensão probatória, alegada pelo impetrante, que o título de eleitor do *chauffeur* Adriano Pinto da Costa atestava sobre a condição de brasileiro naturalizado que impediria a expulsão.

Também em outubro de 1919, Ricardo Correa Perpetuo e Galiano Augusto Tostões foram presos, por ordem do Chefe de Polícia, para serem expulsos do território nacional, a bordo vapor “Gelria”. O advogado Gregorio Ferreira Lima ingressou com a petição de *habeas corpus* em favor de ambos. Nesse processo, o ministro relator foi Leoni Ramos.⁴²⁰

O impetrante solicitava na petição que a ordem de *habeas corpus*, caso concedida, fosse informada aos portos de Pernambuco e Bahia, as últimas paradas do vapor “Gelria” antes da saída efetiva do Brasil. Isso porque os pacientes já se encontravam embarcados.

Segundo Lima, “contra os pacientes não milita fundamento legal que autorizasse a medida violenta da autoridade policial, pois não foram processados, nem lhes é imputado delito de qualquer espécie, sendo apenas vítimas de perseguição por vagas suspeitas imputadas”.⁴²¹ No processo foram anexados diversos documentos, entre os quais citamos: declarações manuscritas, atestando o conhecimento e a boa conduta dos pacientes, bem como a residência no Brasil há mais de cinco anos; registro de títulos e documentos sobre a posse de uma sociedade comercial pelo paciente; trecho do estatuto da Sociedade Portuguesa de Beneficência, a qual o paciente era sócio; e título de nacionalidade portuguesa do paciente.

Ricardo Correa Perpétuo era português, comerciante, dono de um botequim, situado à Rua Senador Pompeu, 5, e residia no Brasil há mais de 15 anos. Galeano Augusto Tostões,

⁴¹⁸ Processo nº 5430. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Arquivo Nacional. Notação: BV.0.HCO.4639.

⁴¹⁹ *Ibidem*.

⁴²⁰ Processo nº 5408. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.4588.

⁴²¹ *Ibidem*.

por sua vez, também era português, carpinteiro, e vivia no Rio de Janeiro há mais de 12 anos, sendo que a sua última residência se situava à Rua do Senado, 7.

Pela petição, é possível identificar como uma das testemunhas representou a conduta do carpinteiro Galeano Augusto Tostões. Vejamos:

Pela presente declaração, atento que conheço o Sr. Galeano Augusto Tostões há mais de cinco anos, como um moço sério, honesto e trabalhador e que durante o tempo em que foi meu empregado como carpinteiro, em minha casa comercial situada à Avenida Mem de Sá nº 289 até a presente data sempre procedeu com toda a honestidade, sendo um homem morigerado e não havendo coisa alguma que possa desabonar a sua conduta e por ser verdade assino o presente e juízo se necessário for.⁴²²

Reconhecida no Tabelião do 9º Ofício, na cidade do Rio de Janeiro, a declaração foi assinada por Eugenio Lamria. O conteúdo desse depoimento permite concluir que, embora possam participar do movimento operário, fomentando greves, participando de comícios ou mesmo defendendo o uso da violência, nos processos de *habeas corpus* os militantes estrangeiros, em comum acordo com o seu impetrante, poderiam ser apresentados segundo o mesmo vocabulário adotado pela imprensa comercial (quando esta tratava do trabalhador brasileiro), ou seja, como operários “honestos”, “morigerados” e de “boa conduta”.⁴²³

De acordo com recortes de jornal anexados à peça, haviam sido expulsos do território nacional, a bordo do “Gelria”, os seguintes militantes: Ernesto Crocci, José Romero, José Madeira, José Maria Carvalho, Antonio da Costa Coelho, Galeano Tostões e Ricardo Perpetuo. Desse grupo, José Romero, anarquista, havia participado como orador no comício do Primeiro de Maio realizado em frente ao Teatro Municipal. Ricardo Correra Perpetuo, José Romero e Galiano Tostões, por sua vez, haviam sido denunciados pelo 1º Delegado Auxiliar, Nascimento Silva, como “dirigentes” ou “coautores” da tentativa de insurreição, em novembro de 1918, no Rio de Janeiro.⁴²⁴

Nesse processo, é possível identificar, uma vez mais, os modos como a imprensa comercial, nesse caso o jornal *A Razão*, representava os trabalhadores e os militantes:

[...] Mas o que não se justifica é serem deportados elementos moderados e que nunca tomaram parte em conspirações como José Romero e José Madeira, por exemplo, quando os desorganizadores do operariado, os amotinadores, os que os exploram para revoluções egoísticas e infames,

⁴²² Processo nº 5408. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.4588.

⁴²³ Ibidem.

⁴²⁴ BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. 1967. Op. Cit., p. 144-145.

como os srs. José Oiticica, Astrojildo Pereira, e outros mais ou menos exploradores e amalucados. [...] As expulsões como estão sendo feitas, as expulsões de operários como Pereira de Oliveira, trarão a inteira desmoralização para a sua digna autoridade, fato que desejamos não suceda.⁴²⁵

O artigo publicado em *A Razão* indica que provavelmente as expulsões voltaram-se não somente para as lideranças, mas também para os quadros intermediários do movimento operário. Além disso, Ricardo Correa Perpetuo e Galiano Augusto Tostões, alvos do *habeas corpus*, mantinham algum nível de envolvimento com ações que apostavam no uso da violência, conforme a acusação de participação na tentativa de greve insurrecional em novembro de 1918, mencionada por Moniz Bandeira em seu livro *O Ano Vermelho*.⁴²⁶

Os custos desse processo, no valor de 12\$880 (doze mil oitocentos e oitenta réis), foram pagos pelo impetrante. A decisão proferida pelos ministros do STF foi a de “não tomar conhecimento” do processo.⁴²⁷ Alegando problemas no modo como a peça foi apresentada, o STF evitou criar atrito com o Poder Executivo, que fora o responsável pela ordem de expulsão.

Em 4 de janeiro de 1919, o tecelão Raphael Garcia, empregado na Fábrica Minerva e pai de “numerosa família”, foi alvo de *habeas corpus* ingressado no STF. Preso há 40 dias, Garcia teve como impetrante o advogado Mário Leal Pereira. Esse processo guarda relação de envolvimento com o contexto grevista de finais de 1918 no Rio de Janeiro.⁴²⁸

Basicamente, um mês após a tentativa de greve insurrecional, em novembro, a fábrica em que Garcia trabalhava teve suas atividades paralisadas. Era 18 de dezembro, às 4 horas da tarde, quando a paralisação foi iniciada. Caminhando em direção ao centro da cidade, porque a fábrica estava fechada, Garcia foi preso na Rua dos Inválidos, sob a justificativa de que ele, já sob investigação da polícia, achava-se “implicado no movimento anarquista de 1918”.⁴²⁹ De acordo com Moniz Bandeira, de fato Garcia figurava na lista dos denunciados, em inquérito aberto pelo 1º Delegado Auxiliar Nascimento Silva.⁴³⁰

Levado para a Polícia Central, Garcia foi interrogado. Lhe “perguntaram se a ordem de parar a fábrica tinha sido da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, ao que respondeu que parecia ter sido essa sociedade encarregada de defender os interesses da

⁴²⁵ Processo nº 5408. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.4588.

⁴²⁶ BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. 1967. Op. Cit.

⁴²⁷ Processo nº 5408. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.4588.

⁴²⁸ Processo nº 4732. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.4193.

⁴²⁹ Ibidem.

⁴³⁰ BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. 1967. Op. Cit., p. 144-145.

classe”. No entanto, adiante, houve uma inflexão no seu depoimento, quando observou que ao saber que o sindicato “explorava” os trabalhadores, ele abandonou a greve e voltou ao trabalho. Foi então que se colocou à disposição para ajudar “a polícia na medida das suas forças”.⁴³¹

Apontado no inquérito policial “como um dos cabeças do movimento”, Garcia prestou seu depoimento num espaço marcado pelo clima de intimidação, e assumiu a postura de um fura-greves, considerando a sua disposição para auxiliar a polícia na repressão contra os grevistas e a UOFT.

Em 18 de janeiro de 1919, os ministros do STF negaram o pedido de *habeas corpus*, pelas “razões em que se funda o pedido de prisão preventiva”. Segundo as leis vigentes, por estar preso há mais de 40 dias, não se justificava a prisão para averiguação. Entretanto, é possível que o inquérito policial contra os “dirigentes” e os “coautores” da insurreição, não se sabe se já concluído, tenha exercido algum nível de pressão na decisão de manter Garcia preso sob a acusação de “anarquismo” – leia-se ameaça à ordem republicana.⁴³²

A trajetória de Raphael Garcia (ou Rafael Garcia) também pode ser acompanhada a partir de algumas considerações suas sobre a militância que estão agrupadas no dossiê elaborado pela 4ª Delegacia Auxiliar, em 1920. Isso porque em maio de 1927, esse militante se posicionou no debate sobre as desavenças entre anarquistas e comunistas – que disputavam espaços entre as lideranças dos trabalhadores. Garcia definiu os anarquistas como divisores do movimento operário por terem combatido a formação de uma frente única e realizado um comício separado no Primeiro de Maio daquele ano. Suas palavras foram as seguintes:

Parece incrível que homens que se dizem operários conscientes levem a sua vaidade até o ponto de despejarem contra as massas operárias e dentro do recinto de uma de suas associações tão grande, tão enorme amontoado de confusão e de perversidade que em nada favorece os trabalhadores. Se Passos e Bolelli querem um proletariado forte, porque combatem a frente única? Se desejam fazer uma demonstração de força operária no 1º de Maio, como procuram dividir o proletariado em dois comícios? E todavia, não satisfeitos com essa maldita obra de esfacelamento do proletariado carioca, ainda querem lançar a confusão nas assembleias operárias para que estas não adiram ao grande comício.⁴³³

Em outro processo conhecemos a história de Benedito Fugagnoli. Italiano, tecelão e alfabetizado, Fugagnoli foi alvo do *habeas corpus* aberto no STF em 13 de novembro de 1919 com origem no Rio de Janeiro. Uma primeira petição havia sido negada pelo Poder Judiciário

⁴³¹ Processo nº 4732. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.4193.

⁴³² Ibidem.

⁴³³ Dossiê Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro... Op. Cit., fl. 37.

de São Paulo, sendo, portanto, aberto um recurso. De acordo com a petição, Fugagnoli veio para o Brasil com apenas seis anos de idade, em fevereiro de 1898. O tecelão era casado com uma brasileira, e residia no Brasil há mais de 21 anos.⁴³⁴ Por estar “preso à disposição do governo da República para o fim de ser expulso do território nacional”, o impetrante, Antonio Rodrigues da Fonseca, entrou com o recurso no STF, sendo escolhido como relator do processo o ministro Muniz Barreto.

Esse processo, de modo distinto aos demais analisados, contém uma quantidade expressiva de documentos, que foram anexados pelo impetrante, com vistas a comprovar a ilegalidade da ordem de expulsão. O registro de casamento, expedido pelo Registro Civil do Distrito e Município de São Vicente, comarca de Santos, atestando o casamento de Fugagnoli, italiano, com Maria Augusta dos Santos, brasileira, doméstica; a certidão da passagem da Itália para o Brasil, no vapor “San Gottardo”, no qual veio toda a família de Fugagnoli; a declaração atestando a matrícula de imigrantes, registrada no Departamento Estadual de Trabalho da Hospedaria dos Imigrantes, em 04 de fevereiro de 1898, em São Paulo; o inquérito policial aberto contra Fugagnoli pela Segunda Delegacia de Polícia da cidade de São Paulo; o ofício do Ministro da Justiça e Negócios Interiores justificando a ordem de expulsão; e, por fim, recortes de jornal, como o jornal operário *A Plebe*, publicado em São Paulo, informando sobre a expulsão de Fugagnoli, constituem a gama de documentos anexados à peça processual.⁴³⁵

Ao analisarmos as provas de acusação e de defesa anexadas, nota-se que havia informações consistentes de que o tecelão Benedito Fugagnoli residia no Brasil há mais de 20 anos, e que, além disso, era casado com uma brasileira. Por essas razões, e segundo as leis vigentes no país, a sua prisão, voltada para o cumprimento da ordem de expulsão do território nacional, com base da Lei de Expulsão dos Estrangeiros, era ilegal.

A trajetória em direção ao cárcere seguida pelo tecelão teve início com uma portaria, emitida pela polícia de São Paulo, que o convocava para prestar depoimento. A alegação era a de que o mesmo era um “anarquista perigoso e militante, tendo tomado parte ativa na atual greve, distribuindo boletins sediciosos, fazendo propaganda de suas ideias na praça pública e em reuniões operárias em linguagem violenta e prenhe de insídias contra as nossas leis e autoridades constituídas”.⁴³⁶

⁴³⁴ Processo nº 5455. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.4631.

⁴³⁵ *Ibidem*.

⁴³⁶ *Ibidem*.

O Gabinete de Investigações e Capturas de São Paulo, por sua vez, informou em ofício que Benedito Fugagnoli gozava de “grande prestígio entre os operários”, sendo um dos “seus orientadores”, “tendo conseguido levá-los a várias greves, declaradas ora nesta Capital, ora em cidade do interior do Estado, cujas agitações, com caráter francamente sedicioso e atentatório à tranquilidade pública, muito têm preocupado aos poderes constituídos”.⁴³⁷

O inquérito policial foi concluído em 25 de outubro de 1919. Benedito Fugagnoli foi expulso, com 28 anos, no dia 28 de outubro, ou seja, três dias após a autuação. Na portaria emitida pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores constava a justificativa para a expulsão: Benedito Fugagnoli era “elemento pernicioso à sociedade e comprometedor da tranquilidade pública”.⁴³⁸ Desse modo, a portaria expedida pelo Ministro da Justiça seguiu, exatamente, a mesma argumentação apresentada no inquérito policial.

Na decisão dos ministros STF, a residência no país, por mais de cinco anos, que impedia a expulsão dos estrangeiros, não foi considerada. O fundamento para denegar a ordem de *habeas corpus* foi o seguinte:

É princípio assente no Direito Internacional e Público, que o Estado tem a faculdade, atributo da soberania, de expulsar do seu território, ou de não permitir que nele penetrem, estrangeiros nocivos à segurança social ou à ordem pública. É um direito de conservação e de defesa, inerente à organização do Estado; *não depende de lei que o reconheça, e para a sua efetividade, como providência administrativa de alta polícia, basta que a lei não proíba o seu exercício.*⁴³⁹

Na decisão final do processo de Benedito Fugagnoli o “Direito Internacional e Público”, ao chocar-se com o que dizia o art. 72 da Constituição de 1891 – que reconhecia igualdade de direitos fundamentais entre os estrangeiros e os nacionais –, assumiu uma dimensão de preponderância. Nesse processo, coube lugar de destaque para a assim chamada “teoria da soberania nacional”, cuja base era a tese de que o Estado democrático, em nível internacional, tinha o direito soberano de expulsar do seu território indivíduos que perturbassem a segurança pública, mesmo nos casos em que a Constituição não regulamentasse esse tipo de conduta.⁴⁴⁰ Sobre a “teoria da soberania nacional”, assim Ruy Barbosa se manifestou: “[...] eliminem da nossa Constituição o art. 72, e poderemos ser

⁴³⁷ Processo nº 5455. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.4631.

⁴³⁸ *Ibidem*.

⁴³⁹ *Ibidem* (grifo nosso).

⁴⁴⁰ Sobre a “teoria da soberania nacional”, assimilada por uma parcela dos juízes e ministros naquele momento, conferir: BONFÁ, Rogério Luis Giampietro. 2009. Op. Cit.

obrigados a aceitar como subsidiário o direito de outros povos, que autoriza a expulsão do estrangeiro domiciliado no país”.⁴⁴¹

A aplicabilidade da lei, sendo uma expressão dos modos como as relações sociais são desenvolvidas nas sociedades, deu-se de formas distintas. Para alguns ministros, a suposta “periculosidade” era suficiente para a sustentação da ordem de expulsão, sob o amparo da “teoria da soberania nacional”. Entretanto, embora minoritárias, havia posições “legalistas” (constitucionalistas), como a do ministro Pedro Lessa, tendo em vista em um dos seus votos a afirmação de não ser “possível falar em direito anterior à Constituição”.⁴⁴²

Em novembro de 1919, Nicanor Rodrigues, Manoel Toledo Picon e Antonio de Almeida Resolvido foram alvos do *habeas corpus* nº 5442. De acordo com a petição, os pacientes residiam no Brasil há mais de cinco anos. Presos na Polícia Central, os três seriam expulsos do território nacional por serem “comprovados anarquistas”.⁴⁴³

Nicanor Rodrigues vivia no Brasil há mais de sete anos, e possuía uma habilitação de motorneiro, tendo trabalhado na empresa de transportes Light até outubro de 1915 – no momento da prisão ele empregava-se como maquinista de serrarias movidas a eletricidade. Manoel Toledo Picon vivia no Brasil há mais de 15 anos, e trabalhava como pequeno comerciante de fumos. Antonio de Almeida Resolvido, por sua vez, era casado, tinha dois filhos, e vivia no Brasil há mais de 20 anos.

De acordo com o Antonio de Oliveira, impetrante no processo, havia a “praxe de prender os pacientes expulsando-os e os embarcando ainda antes de ser dada a publicidade do ato de expulsão, o que é contrário ao disposto no art. 2º do Código Civil e da lei que regula a expulsão dos estrangeiros”.⁴⁴⁴ Preocupado com essa prática, o impetrante solicitou que fosse suspenso o embarque, até que o julgamento do *habeas corpus* fosse concluído.

Foram anexados ao processo ofícios da Secretaria de Polícia do Distrito Federal e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a carteira de identidade de Nicanor Nascimento, recortes de jornal e o registro de nascimento da filha de Antonio Almeida Resolvido.

De acordo com o ofício de Alfredo Pinto, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, a prisão dos três militantes se justificava pelo fato de serem “propagandistas de ideais subversivos e violentos contra as instituições, a propriedade, a família”.⁴⁴⁵

⁴⁴¹ BARBOSA, Ruy. **A expulsão dos estrangeiros**. In: Fundo Astrojildo Pereira. CEDEM/UNESP, p. 3.

⁴⁴² GUERRA, Maria Pia dos Santos Lima. 2015. Op. Cit., p. 180.

⁴⁴³ Processo nº 5442. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.4630.

⁴⁴⁴ Ibidem.

⁴⁴⁵ Ibidem.

Em 17 de outubro de 1919, o Chefe de Polícia, Geminiano da Franca, em ofício encaminhado ao juiz federal da 1ª Vara, informou que os militantes já “seguiram viagem”, ou seja, foram “expulsos do território nacional como perigosos anarquistas”.⁴⁴⁶

Em 14 de outubro, os três foram embarcados no vapor “Demerara”. O recurso aberto no STF, com data de entrada em 05 de novembro, também foi negado, em decisão proferida apenas no dia 14 do mesmo mês. A justificativa presente na decisão era a de que ficou provado que os trabalhadores expulsos eram anarquistas e que, como tais, se enquadravam na Lei de Expulsão dos Estrangeiros.⁴⁴⁷

Até o momento, a análise dos processos de *habeas corpus*, abertos em 1919, permite afirmar que quando o trabalhador estrangeiro preso residia no Brasil há mais de cinco anos, razão que impedia a sua expulsão, a decisão final deu-se de duas formas. Uma delas era “não tomar conhecimento da peça”, alegando falhas técnicas na sua apresentação, como a ausência de provas que atestassem a prisão do trabalhador estrangeiro. A outra forma era negar a ordem de *habeas corpus* sob o amparo da “teoria da soberania nacional”. Para que se possa dimensionar melhor o impacto dos procedimentos coercitivos, a seguir analisaremos processos de *habeas corpus*, ingressados no STF, com origem no Rio de Janeiro, nos anos de 1917 e 1918.

Em agosto de 1918, os trabalhadores da Companhia Cantareira conduziram uma greve, por aumento salarial, durante sete dias. Ainda nesse mesmo mês, os tecelões da fábrica de Vila Isabel, os carvoeiros do Lloyd Brasileiro, os trabalhadores da oficina de Tecidos Santo Antônio e os marmoristas da Casa Silva Rocha realizaram greves, combinando demandas como aumento de salários e o protesto contra demissões sumárias.⁴⁴⁸

Foi nesse contexto que a polícia, sob a alegação de preservar a ordem pública, apreendeu um bilhete, dirigido ao jornalista anarquista Astrojildo Pereira, que continha uma encomenda. O bilhete, com texto curto e objetivo, mencionava a produção de um manifesto, ou seja, “consistia, segundo depois apurou a polícia, de um manifesto em que se concitariam os grevistas não esmorecer na defesa dos seus direitos”.⁴⁴⁹

O manifesto encomendado nunca circulou, uma vez que sequer foi produzido. No entanto, a encomenda foi suficiente para o Chefe de Polícia, Aurelino Leal, manter preso, no

⁴⁴⁶ Processo nº 5442. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.4630.

⁴⁴⁷ Ibidem.

⁴⁴⁸ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). 1992. Op. Cit., p. 40.

⁴⁴⁹ Processo nº 4618. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3898.

Corpo de Segurança, “o cidadão Astrojildo Pereira”, por este “ter imaginado escrever e fazer imprimir um manifesto aos grevistas!”.⁴⁵⁰

No inquérito policial, Aurelino Leal observou que a prisão de Astrojildo Pereira era justificada por “medida de segurança pública”, amparada pelo estado de sítio em vigência naquele momento. Cabe observar, sobre isso, que embora suspenda liberdades individuais, conforme mencionou o advogado Adolpho Faustino Porto, impetrante no processo aberto no STF em favor de Pereira, o estado de sítio não se converte em “instrumento de odiosa e revoltosa tirania”, isso porque, não havendo flagrante, ou mandado de prisão expedido por autoridade competente, não era permitida a prisão por “tempo indefinido”, como estava ocorrendo.⁴⁵¹ Sobre disso, em tom irônico, o impetrante argumentou que em países que fazem parte do “concerto das democracias”, prisões arbitrárias como aquela não figuravam no cotidiano.⁴⁵²

Esse processo ingressou no STF em 24 de agosto de 1918. Nele, três documentos foram anexados: um recorte de notícia publicada no *Jornal do Brasil*; outro em *A Rua*; e, por fim, mais um na *Gazeta de Notícias*. Nos três jornais da imprensa comercial circulou a informação de que Pereira encontrava-se preso ao lado de outros militantes anarquistas, sob “averiguação”, com a justificativa de serem, todos, “promotores das últimas greves”. Além de Pereira, encontravam-se no cárcere João da Costa Pimenta, José Caiazzo, Ferreira, Bento Alonso, Maçãs, Valentim de Brito, Cunha e Raimundo Martins. Alguns destes foram presos “nas suas respectivas residências, outros na Praça Tiradentes e no Centro Cosmopolita”.⁴⁵³ Nas notícias anexadas ao processo constava a informação de que os presos iniciaram uma “greve de fome”, em protesto contra o espancamento sofrido por João da Costa Pimenta no Corpo de Investigação e Segurança Pública.⁴⁵⁴

Embora a prisão para averiguação não pudesse se estender por tempo indefinido, a decisão dos ministros do STF foi a de “não tomar conhecimento do pedido por ser originário”. O relator do processo, ministro Leoni Ramos, em decisão tomada em 31 de agosto, alegou que havia falhas no modo como o processo foi encaminhado pelo impetrante.⁴⁵⁵ Astrojildo Pereira e os demais anarquistas continuaram presos, sob a acusação de “promotores das últimas greves”, ao menos por mais alguns meses. Isso porque, em novembro de 1918, uma

⁴⁵⁰ Processo nº 4618. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3898.

⁴⁵¹ *Ibidem*.

⁴⁵² *Ibidem*.

⁴⁵³ *Ibidem*.

⁴⁵⁴ *Ibidem*.

⁴⁵⁵ *Ibidem*.

parte desses militantes anarquistas participou, com trabalhadores organizados dos setores metalúrgico, têxtil e da construção civil, de uma tentativa de insurreição no Rio de Janeiro.

Em outro processo, em maio de 1918, Evaristo de Moraes ingressou no STF, como impetrante, uma petição de *habeas corpus* em favor do trabalhador Francisco Arouca.⁴⁵⁶ Preso desde 14 de setembro do ano anterior pela polícia de São Paulo, “a pretexto de ser expulso do território nacional”, Arouca era o único que ainda se mantinha a bordo de um navio que peregrinava por portos, do Brasil e no exterior, dentre um grupo de militantes que já havia desembarcado. De acordo com Moraes, a ordem de expulsão datava de 9 ou 10 de setembro de 1917, de tal maneira, ele se encontrava preso há oito meses.⁴⁵⁷

Moraes argumentou que não era lícito manter preso, por “tempo indefinido”, pessoa a qual foi decretada ordem de expulsão, com isso ele solicitava, ao fim da petição, que “proceda na forma de lei, para o fim de cessar o constrangimento ilegal que sofre o paciente”.⁴⁵⁸ Foram anexados ao processo recortes de jornal e um ofício assinado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores. A decisão dos ministros do STF, proferida em 11 de maio de 1918, foi a de “transformar o julgamento em diligência”, solicitando, assim, maiores informações sobre o caso.⁴⁵⁹ Na documentação agrupada no processo, não há registro que ateste a continuidade do processo, como ocorreu em ações cuja decisão dos ministros foi a mesma. Sendo assim, não conhecemos o resultado final da situação do trabalhador Francisco Arouca.

Em 2 dezembro de 1918, Isabel Salgueiro entrou como impetrante em processo de *habeas corpus* em favor de seu marido, Damásio Antônio de Souza, que era tecelão e possuía 30 anos.⁴⁶⁰ De acordo com a impetrante, um agente de polícia, a mando do Chefe de Polícia, foi até a casa do casal, situada à Rua Duque de Caxias, 99, quando a mesma se encontrava nas “ocupações domésticas”, e deu ordem de prisão ao seu marido. Na petição encaminhada ao STF, a impetrante observa, em texto manuscrito, que foi até a Central de Polícia para saber o motivo da prisão, mas não foi atendida. A impetrante informou que soube de boatos a respeito de seu marido ter sido preso sob a acusação de anarquismo e participação na tentativa de insurreição de novembro de 1918, havendo, portanto, o risco do mesmo ser expulso do território nacional.⁴⁶¹

⁴⁵⁶ Processo nº 4525. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3656.

⁴⁵⁷ Ibidem.

⁴⁵⁸ Ibidem.

⁴⁵⁹ Ibidem.

⁴⁶⁰ Processo nº 4695. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3557.

⁴⁶¹ Ibidem.

Esse processo possui dois aspectos instigantes. O primeiro trata-se do fato de que a petição foi ingressada por uma mulher pobre, fato que não era comum, considerando o restrito acesso à alfabetização para as classes populares. Na petição, para que se compreenda um pouco melhor a argumentação da impetrante, foram mobilizados artigos da Constituição de 1891 que atestavam a ilegalidade da prisão. Na tentativa de identificar a autoria do texto, comparamos a assinatura da petição com a grafia do texto da petição, que continha três páginas, e percebemos uma semelhança evidente. O segundo aspecto instigante trata-se da solicitação, feita na petição, para que os custos do processo fossem abonados, em ato “ex-offício”, devido ao fato do casal ser “pobre” e não dispor de recursos. Esse último aspecto permite que concluamos que trabalhadores, caso fossem alfabetizados, dispunham de um canal de comunicação, feito de modo direto, com o Poder Judiciário. Isabel Salgueiro de Souza, mulher trabalhadora, alfabetizada, casada e mãe de três filhos, acionou, assim, a justiça em sua mais elevada instância, para que seu marido fosse libertado do cárcere.

No processo em questão não se encontra documento que pudesse atestar a prisão de Damásio Antônio de Souza, bem como as razões para a sua soltura. Além do depoimento manuscrito da impetrante na petição, nada mais foi possível conhecer sobre o caso. A decisão dos ministros, em 14 de dezembro, foi a de “não tomar conhecimento” acerca da petição, tendo em vista a falta de provas que atestassem a prisão de Damásio Antônio de Souza.⁴⁶²

Em 14 de junho de 1917, o trabalhador argentino Ernesto Romano Crocci foi alvo do *habeas corpus* nº 4309, no qual foi impetrante o advogado João Baylão. De acordo com o impetrante, Crocci encontrava-se preso, “sem ordem legal e sem motivo de espécie alguma”, no Corpo de Segurança.⁴⁶³ Em ofício enviado ao STF, presente na documentação anexada ao processo, o Chefe de Polícia, Aurelino Leal, informou que o paciente não se encontrava preso. Desse conflito de informações, resultou, no texto da petição, a argumentação de que Crocci figurava com outros nomes nos inquéritos policiais, como “Eduardo Crocci” ou “Ernesto Romano”, isso porque adotar outras identificações seria uma forma dos militantes esquivarem-se das perseguições da polícia.⁴⁶⁴

Consta no processo uma carta manuscrita, assinada por Crocci, em 24 de maio, enviada da Bahia, em que o mesmo informava estar preso. O trabalhador e militante argentino

⁴⁶² Processo nº 4695. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3557.

⁴⁶³ Processo nº 4309. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3705.

⁴⁶⁴ Ibidem.

observou que foi deportado sem “um tostão sequer”, e orientava que qualquer correspondência a ele direcionada fosse encaminhada ao consulado argentino.⁴⁶⁵

Crocci era militante da FORJ, tendo participado de uma greve na Fábrica Corcovado, em 1917, bem como de comícios de propaganda, em que se autodeclarava anarquista. Sobre a sua prisão, *A Razão* observou o seguinte: “o Sr. Chefe de Polícia sabendo estar ele na sede da Federação, mandou no outro dia uma turma de agentes cercar o edifício no dia 18 último, quando o sr. Crocci saia daquela casa”.⁴⁶⁶

Conforme o ofício da Secretaria de Polícia do Distrito Federal, anexado ao processo, a polícia também averiguava o “histórico” dos impetrantes, ao menos quando estes representavam os anarquistas. Isso porque no documento constava a observação de que João Baylão não era advogado formado, e que o mesmo havia sido preso por três dias, em 1916, sendo solto por *habeas corpus* concedido pela justiça de São Paulo.

A decisão tomada pelos ministros do STF, em 18 de julho de 1917, foi a de denegar a ordem de *habeas corpus* devido ao fato de que, conforme o ofício do Chefe de Polícia, Crocci não se encontrava preso, e nem tão pouco havia sido ajuizado pedido para ele se retirar da cidade.⁴⁶⁷ De tal modo, a carta manuscrita, em que o trabalhador informava estar preso na Bahia para ser expulso do território nacional, não foi reconhecida como uma prova de sua prisão. Dois anos mais tarde, de acordo com o processo de *habeas corpus* nº 5408, ingressado no STF em 08 de outubro de 1919, Ernesto Romano Crocci foi expulso do território nacional sob a acusação de anarquismo.⁴⁶⁸

Durante o primeiro semestre de 1917, especialmente entre os meses de janeiro e abril, ocorreram 33 comícios públicos de protesto contra a carestia na cidade do Rio de Janeiro. A realização dessa campanha representou tanto uma reação contra o aumento do custo de vida, quanto uma atividade de propaganda, realizada pelos militantes sindicalistas revolucionários. Coube a FORJ e seu grupo de militantes anarquistas preparar séries de comícios dominicais e criar comitês de bairros destinados a mobilizar a população para a participação nas ações coletivas.⁴⁶⁹

Em virtude da movimentação esperada para a comemoração do 13 de maio, em referência à assinatura da Lei Áurea, o Chefe de Polícia, por meio de aviso publicado nos jornais da imprensa comercial e distribuído nas associações dos trabalhadores, “resolveu não

⁴⁶⁵ Processo nº 4309. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3705.

⁴⁶⁶ *Ibidem*.

⁴⁶⁷ *Ibidem*.

⁴⁶⁸ Processo nº 5408. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.4588.

⁴⁶⁹ ALVES, Kaio César Goulart. 2014. Op. Cit., p. 120.

permitir *meetings* operários”. A seguir analisaremos um processo de *habeas corpus* cujo tema foi o cerceamento do direito de reunião, estabelecido no contexto de realização de uma campanha contra a carestia.⁴⁷⁰

Consta no texto do processo de *habeas corpus* nº 4373 – originalmente um recurso da decisão da 3ª Câmara de Apelação que havia negado o pedido da mesma natureza –, que o Chefe de Polícia, “como medida de precaução”, resolveu processar os pacientes da presente petição como “vagabundos, alegando que não tinham profissão”.⁴⁷¹ De acordo com o advogado João Gonçalves da Silva, impetrante no processo em questão, ingressado no STF em 2 de julho de 1917, ao referir-se aos pacientes disse que “todos – sem exceção de um só – são chefes de família, de honestidade não inferior as do Chefe de Polícia, e morigerados empregados”. Foram alvos do *habeas corpus* preventivo os seguintes trabalhadores: Paschoal Gravina, Valentim de Brito, José Madeira, José Caiazzo, Bento Alonso e Pedro Matera.⁴⁷²

Informações sobre os militantes como idade, profissão, estado civil e naturalidade foram prestadas pelo impetrante, tendo em vista fortalecer seus argumentos em prol do deferimento da ordem de *habeas corpus*. Nesse sentido, identificamos que Paschoal Gravina era brasileiro, natural do Rio de Janeiro, e trabalhava como bombeiro e funileiro. Valentim de Brito era padeiro, sendo que naquele momento encontrava-se empregado em uma padaria situada à Rua Conde do Bomfim, 430. Brito era estrangeiro, e havia chegado ao Brasil com oito anos, em 29 de junho de 1893. Seus cinco irmãos eram todos nascidos no Brasil. José Madeira, por sua vez, era pedreiro, empregado na Companhia Locativa e Construtora, situada à Rua Santana. Madeira era português, e havia desembarcado no Brasil pela primeira vez em 1912. José Caiazzo era sapateiro, empregado numa fábrica de calçado situada à Rua da Constituição, 14. Solteiro, ele havia deixado seu país de origem com 12 anos junto à sua família, em 1895. Bento Alonso era caixeiro de restaurante, empregado no Centro Cosmopolita, situado à Rua do Senado, 215. Alonso desembarcou na capital federal em 1886, ocasião em que tinha 12 anos, e era casado e pai de 14 filhos, todos brasileiros. Por fim, Pedro Matera era padeiro, e também proprietário e redator do jornal operário *O Clarim*, com redação situada à Rua Theodoro da Silva, 150. Matera veio para o Brasil com cinco anos, em 1881, junto à sua família. Ele era casado com uma brasileira, e pai de seis filhos, todos nascidos em Vila Isabel, cidade do Rio de Janeiro.⁴⁷³

⁴⁷⁰ Processo nº 4373. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3701.

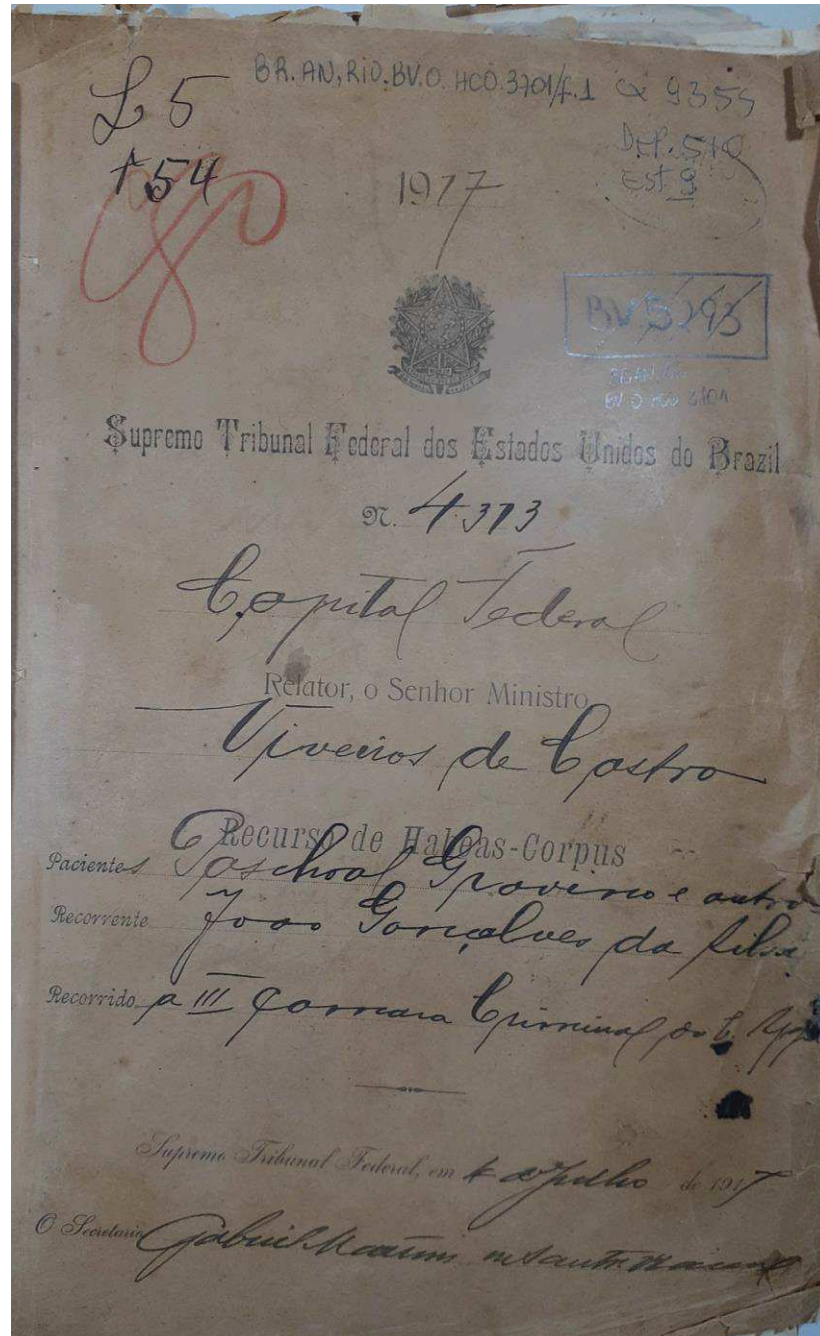
⁴⁷¹ *Ibidem*.

⁴⁷² *Ibidem*.

⁴⁷³ *Ibidem*.

Os seis militantes que foram alvos do *habeas corpus* em questão participaram da campanha contra a carestia no primeiro semestre de 1917, inclusive como oradores nos comícios. Dos seis, apenas um era brasileiro. Do grupo dos estrangeiros, todos residiam no Brasil há mais de cinco anos.

Imagem 19
Processo de *habeas corpus* nº 4373



Fonte: Processo nº 4373. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV).
 Notação: BV.0.HCO.3701.

De acordo com o impetrante, a decisão de cercear o direito de reunião visava impedir que os trabalhadores realizassem comícios, contra carestia, pela paz e em “comemoração da extinção da escravidão”. Entretanto, João Gonçalves da Silva observou que somente os *meetings* operários haviam sido proibidos pela polícia, uma vez que em 22 e 23 de maio foram permitidas passeatas em defesa da participação do Brasil na guerra, e, em 9 de junho, realizou-se um *meeting* contra a segunda candidatura de Rodrigues Alves à presidência da República.

Segundo o advogado, “sendo garantido a todos os habitantes do território nacional o direito de se reunirem em ordem e desarmados nas praças, teatros ou qualquer outros edificios convenientes, para o fim de representarem contra injustiças, vexames e mal procedimento dos empregados públicos”, a proibição em questão era ilegal.⁴⁷⁴ Ademais, o crime de “ajuntamento ilícito”, previsto no Código Penal de 1890, só poderia ocorrer após constatação de tumulto generalizado, não sendo permitido, portanto, proibir uma manifestação pela polícia sob a alegação de suspeita de desordem.

Foram anexados ao processo recortes de jornal da imprensa comercial e da imprensa operária, além de um ofício assinado pelo Chefe de Polícia.

Imagem 20

Recortes de jornal anexados ao processo de *habeas corpus* nº 4373



Fonte: Processo nº 4373. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3701.

Nesse processo é possível identificar a tentativa do impetrante em refutar a imagem negativa construída pelo Chefe de Polícia acerca dos militantes anarquistas. Contrapondo-se à

⁴⁷⁴ Processo nº 4373. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3701.

figura do “vagabundo” (sem profissão), recorrente no imaginário das forças repressivas, o advogado apresentou os trabalhadores e militantes como “pais de família”, “honestos” e “morigerados”.⁴⁷⁵

Em 19 de julho, o ministro relator Viveiros de Castro apresentou a decisão tomada pelo conjunto dos ministros do STF: foi negado o provimento ao recurso. O STF, agindo dessa forma, reconheceu como legítimo o argumento apresentado pelo Chefe de Polícia no ofício enviado para apreciação, qual seja, a de que o último não havia proibido as manifestações, mas somente “modificado o seu local de realização”.⁴⁷⁶

A decisão final, tomada no contexto em que a greve geral no Rio de Janeiro começava, foi apresentada em um texto longo, composto por cinco páginas repletas de referências em francês e digitado em máquina de escrever com tinta azul. Esse estilo torna a decisão do processo nº 4373 distinta de todas as outras analisadas até o momento, isso porque o padrão textual era formado por um pequeno texto manuscrito, composto de três ou quatro parágrafos que não excediam uma página.

Finalmente, em 13 de dezembro de 1917, Evaristo de Moraes ingressou no STF um pedido de *habeas corpus*, com origem no Rio de Janeiro, em favor de Florentino de Carvalho, Virgílio Fidalgo e Alexandre Zanella. Os três pacientes receberam ordem de expulsão do território nacional em portaria emitida por Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. A análise desse processo permite evidenciar alguns elementos sobre as representações que a imprensa, a polícia e o impetrante construíram sobre os trabalhadores e os militantes.⁴⁷⁷

Florentino de Carvalho, cujo verdadeiro nome era Primitivo Raimundo Soares, era espanhol, residia no Rio de Janeiro há mais de dois anos, e, segundo informava o processo, “exercendo, sem interrupção durante estes últimos anos, profissão honesta”. Carvalho havia sido expulso do Brasil, pela primeira vez, em 1912. Virgílio Fidalgo, por sua vez, era italiano, sapateiro e casado com uma italiana com a qual teve uma filha. Fidalgo residia no Brasil há mais de cinco anos. Alexandre Zanella, por fim, era italiano, artista, e vivia em São Paulo desde 1906. Zanella era casado com uma italiana e tinha filhos.

De acordo com Evaristo de Moraes, Florentino de Carvalho, “depois de haver permanecido 50 dias em uma prisão do Recife, partiu, pela segunda vez, para Barbados”. Virgílio Fidalgo, por sua vez, retornava para o Brasil a bordo do vapor “Curvelo”, pois o seu

⁴⁷⁵ Processo nº 4373. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3701.

⁴⁷⁶ *Ibidem*.

⁴⁷⁷ Processo nº 4455. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3991.

desembarque não havia sido permitido. Sobre os direitos cerceados de Fidalgo, Moraes destacou o seguinte:

[...] O direito à liberdade por parte de Virgílio Fidalgo ainda se funda em acórdãos repetidos deste Venerado Tribunal, decidindo que, a pretexto de expulsão, ninguém pode ficar preso, por tempo indefinido. Ora, Fidalgo está constrangido em sua liberdade desde 15 de setembro e permanece a bordo do navio brasileiro citado desde 27 do mesmo mês, na maior incomunicabilidade.⁴⁷⁸

Para comprovar que as liberdades individuais estavam sendo cerceadas, Evaristo de Moraes anexou ao processo uma série de documentos, que se juntaram aos inquéritos policiais e aos depoimentos. Citamos: depoimentos de testemunhas prestados no processo atestando a residência dos pacientes no Brasil; recibos de aluguel de domicílios distintos dos pacientes no país; declarações, reconhecidas em cartório, atestando a boa conduta dos pacientes; certidão de casamento, registrada no Cartório de Paz e Registro Civil de São Paulo do paciente; certidão de nascimento de filho do paciente, registrada no Distrito de Paz da Moca; certidão de casamento do paciente registrada no Registro Civil de Santa Efigênia; certidão de nascimento da filha do paciente, registrada no Distrito de Paz de Ribeirão Pires, Município de São Bernardo; ofício do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; ofício da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de São Paulo; ofício do Secretário de Justiça e Segurança Pública; inquéritos policiais abertos na Quarta Delegacia Auxiliar de São Paulo.⁴⁷⁹

A partir da análise dessa ampla documentação, foi possível identificar alguns dados biográficos dos militantes em questão. Vejamos.

Segundo depoimento da 3ª testemunha a depor no processo de Florentino de Carvalho, de nome Francisco Martins, então com 46 anos, natural da Espanha, negociante, casado, sabendo ler e escrever, o paciente era visto com frequência com sua mãe e irmãs solteiras na cidade de São Paulo. Martins disse que Carvalho era o responsável pelo sustento da família, e que fazia compras em seu armazém de secos e molhados. Além disso, o paciente mantinha “uma escola elementar para crianças, primeiramente à Rua Militar, depois na Rua da Moca e ultimamente no Belenzinho”. Por fim, Martins destacou que “sabe por ouvir dizer que Florentino de Carvalho é brasileiro e até já foi praça de força pública”.⁴⁸⁰

A 4ª testemunha no processo de Virgílio Fidalgo, de nome José Ramos, então com 39 anos, casado, sabendo ler e escrever, tendo como profissão a de industrial, disse, por sua vez,

⁴⁷⁸ Processo nº 4455. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3991.

⁴⁷⁹ Ibidem.

⁴⁸⁰ Ibidem.

que o paciente “sempre foi um operário sério e trabalhador, sendo que trabalhava [em] sua própria casa suas obras em calçados”. Após pergunta feita pelo procurador, a testemunha afirmou que Fidalgo “reside no Brasil há vinte e dois anos e que sua primeira residência no Brasil foi na cidade de São Paulo onde ficou os três primeiros anos”.⁴⁸¹

Domingos Morelli, proprietário de uma fábrica de calçados, situada à Rua Rangel Pestana, 281, São Paulo, assim representou a conduta do sapateiro Virgílio Fidalgo, em uma declaração, reconhecida em cartório, enviada ao STF:

Declaração

Pela presente, declaramos, que o Sr. Virgílio Fidalgo, trabalhou em nossa fábrica, desde 4 de outubro de 1912 até 3 de fevereiro de 1914.

Durante todo esse tempo, o referido Sr., foi sempre um ótimo operário, demonstrando-se: ativo, assíduo ao serviço, obediente aos seus superiores, e sobretudo de uma honestidade a toda prova.

Por não termos queixa alguma do referido Virgílio, com prazer passamos a presente declaração.

São Paulo, 13 de outubro de 1917.

Domingos Morelli e Comp.⁴⁸²

No que concerne às informações sobre Alexandre Zanella, que era militante anarquista residente em São Paulo, no processo não constam referências, seja de testemunhas, seja de documentos cartoriais.

O que se apurou no processo, de fato, foi que Alexandre Zanella e Florentino de Carvalho haviam sido expulsos do território nacional por portaria expedida em 11 de setembro de 1917, à requisição do presidente do Estado de São Paulo, por se “terem constituído elemento pernicioso e comprometedor da tranquilidade pública”.⁴⁸³

Além disso, nesse processo encontra-se o depoimento do Delegado Geral da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de São Paulo, Thyrso Martins, sobre a greve geral que há poucos meses havia alterado o cotidiano da cidade de São Paulo. Devido ao potencial descritivo da imagem que a polícia construía sobre os trabalhadores e militantes, reproduzimos uma parte da declaração:

São muito recentes para que já estejam esquecidos os fatos ocorridos nesta Capital, desde aquela data. Um movimento operário baseado originalmente, em justa causa e colimando um objetivo iniludivelmente razoável, foi a pouco e pouco, se desvirtuando a ponto de degenerar em graves perturbações da ordem pública, com aspectos alarmantes de uma verdadeira revolução.

⁴⁸¹ Processo nº 4455. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3991.

⁴⁸² Ibidem.

⁴⁸³ Ibidem.

[...] Mas o fenômeno generalizou-se e foi tomando feição mais grave, porquanto os paredistas, trabalhados já por grupo de anarquistas impenitentes e libertários incendiados, iam abandonando o terreno da resistência pacífica e entregavam-se a prática de desatinos, obstando violentamente o trabalho dos que os não acompanhavam, fazendo tentativas de depredações e chegando ao extremo de agredirem a polícia, quando esta procurava acalmar os conflitos que provocavam. [...] Nesse mesmo dia, um grupo de grevistas, nas imediações daquela fábrica [Fábrica de Tecidos Mariângela], fez fogo sobre o subdelegado Pamphilo Marmo, que ali se achava em serviço e que milagrosamente escapou à agressão. Em consequência, porém, desse fato, um indivíduo recentemente chegado da República da Argentina, José Martinez, anarquista declarado e militante, foi casualmente ferido por seus próprios companheiros. Um dia ou dois após falecia.⁴⁸⁴

Segundo a narrativa policial, havia, de um lado, um movimento operário “baseado, originalmente, em justa causa e colimando um objetivo iniludivelmente razoável”, e, de outro lado, um “grupo de anarquistas impenitentes e libertários incendiados”, e, mais adiante, encontrava-se a polícia, que “procurava acalmar os conflitos que provocavam”.⁴⁸⁵ Essa construção discursiva se encaixa com perfeição na “tese da conspiração estrangeira”, que por sua vez, integrava o pensamento policial mais comum naquele momento.

Do ponto de vista discursivo, fazia parte da estratégia compartilhada por parte da imprensa comercial e da polícia isolar os militantes anarquistas e comunistas. Na narrativa acima, o trabalhador brasileiro aparecia como “ordeiro”, “honesto” e “morigerado”, como um proletário que apresentava “justas causas” em suas reivindicações, mas que ao entrar em contato com “agitadores estrangeiros”, com anarquistas “impenitentes e incendiados”, facilmente manipulava-se.

Por algumas razões, esse tipo de narrativa acerca da manipulação é questionável. Isso porque a argumentação que aponta para a bem-sucedida manipulação integral de um sujeito por um enunciado recebido carece de base empírica, uma vez que, conforme os estudos desenvolvidos pela historiografia, entre o conteúdo de uma informação recebida e a sua recepção, há sempre espaços para a reelaboração.⁴⁸⁶ Ao mesmo tempo, a ideia de um caráter passivo (ordeiro) assumido pelo trabalhador brasileiro, em comparação ao radical operário estrangeiro, é igualmente refutável à luz da trajetória assumida pelos movimentos sociais e

⁴⁸⁴ Processo nº 4455. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3991.

⁴⁸⁵ Ibidem.

⁴⁸⁶ Essa discussão pode ser acompanhada em: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016; DARTON, Robert. **O grande massacre dos gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

pelas lutas dos trabalhadores escravizados e livres desde, ao menos, o século XIX em todo o país.⁴⁸⁷

Igualmente merece citação, pelo seu potencial representativo, a visão de certos setores da polícia sobre os trabalhadores e a população presente no cortejo fúnebre de José Martinez, assassinado durante a realização da greve, em julho de 1917 em São Paulo:

[...] A mão oculta que movia, a seu talante, aquela massa de gente inculta e desvairada, e a impelia, inconsciente, para a desordem, para a anarquia. [...] Então o motim campeou na cidade. O tráfego dos bondes foi paralisado, porque os grevistas assaltavam os veículos e os danificavam; os combustores da iluminação pública foram apedrejados e inutilizados; veículos que conduziam leite e carne para os hospitais foram também assaltados e saqueados e até as ambulâncias de serviços de Assistência, conduzindo médicos e enfermeiros, que procuravam acudir os feridos, foram apedrejados.⁴⁸⁸

Além de mencionar um cenário de revolta popular, a declaração de Thyrso Martins apresenta uma visão preconceituosa a respeito das classes populares, entendidas como uma “massa de gente inculta e desvairada”, vulnerável ao discurso dos “maus elementos”.⁴⁸⁹ No mesmo diapasão, o secretário de Justiça e Segurança Pública de São Paulo, Eloy Chaves, informou em ofício a sua indisposição com os anarquistas:

Prestando ainda uma vez informações sobre esses indivíduos, julgo desnecessário acentuar que, neste momento, mais do que nunca, a permanência desses maus elementos entre nós é nimamente prejudicial. Eles pregam as mais dissolventes e perigosas doutrinas; negam a ideia de pátria; combatem o serviço militar ao qual, quase todos, fugiram nas pátrias de origem; perturbam profundamente a nossa vida econômica, procurando subverter a ordem nos centros industriais, que escolhem como campo predileto a suas operações e, sem o menor respeito pela terra que os acolhe, ainda a difamam e a ultrajam.⁴⁹⁰

Em 29 de dezembro de 1917, o STF negou parcialmente o *habeas corpus*, isso porque Virgílio Fidalgo teve a ordem concedida, sob a justificativa de estar preso para ser expulso do território nacional por “tempo indefinido”. Quanto a Zanella e a Carvalho, os ministros chegaram à conclusão de que os comprovantes de residência anexados ao processo eram de

⁴⁸⁷ Sobre essas lutas, conferir: GOMES, Flavio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo social**, revista de sociologia da USP. São Paulo, v.18, n.1, p. 217-240, junho de 2006; GOMES, Flavio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes da (orgs.). 2007. Op. Cit.; MATTOS, Marcelo Badaró. 2008. Op. Cit.

⁴⁸⁸ Processo nº 4455. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3991.

⁴⁸⁹ Ibidem.

⁴⁹⁰ Ibidem.

domicílios distintos, fator que os prejudicava, uma vez que a lei protegeria os estrangeiros com “domicílio fixo” por mais de cinco anos.⁴⁹¹

Nesse momento, faz-se necessária uma interpretação em conjunto dos 11 *habeas corpus* acima analisados. As decisões finais, tomadas pelos ministros do STF, seguiram, basicamente, dois caminhos decisórios. O primeiro foi o de “não tomar conhecimento” da peça apresentada pelo impetrante, sob a alegação de falhas técnicas no modo como os processos foram apresentados.⁴⁹² O segundo caminho, mais recorrente, baseou-se na negação do pedido de *habeas corpus* sob o amparo da “teoria da soberania nacional”, considerando o estabelecimento de um lugar secundário para a Constituição quando essa era a decisão final. Como pano de fundo de ambos caminhos decisórios estava o entendimento, compartilhado pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal, pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores e por parte dos ministros do STF, de que o isolamento dos anarquistas era legítimo, em virtude da suposta ameaça à ordem republicana.

As prisões dos militantes seguidas das expulsões do território nacional foram instrumentos utilizados pelas forças de repressão com o intuito de reduzir a influência que as esquerdas exerciam entre os setores organizados da classe trabalhadora, especialmente entre 1917 e 1920. Esse fato é visível nos discursos dos delegados, ministros de governo, chefes de polícia e nas decisões finais de alguns ministros do STF, que deixam claro a indisposição que existia com o anarquismo. Assim, nos processos apareceram justificativas para a expulsão dos anarquistas por estes representarem “a propagação de ideias subversivas”, por serem “orientadores dos trabalhadores” ou “promotores de greves”.⁴⁹³

Pode-se argumentar, portanto, que nos processos analisados acima o STF não agiu como um contrapeso para as práticas autoritárias do Poder Executivo. De outra maneira, naquele contexto foi expresso um “constitucionalismo de sítio”, cujo alicerce político-ideológico assentava-se na definição de quem disporia dos direitos fundamentais (constitucionais), e quem, de outra forma, seria cerceado dos mesmos, em determinadas circunstâncias. De acordo com Maria Pia Guerra,

⁴⁹¹ Processo nº 4455. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.3991.

⁴⁹² Em sua pesquisa sobre os processos de *habeas corpus* apreciados pelo STF, Thiago Gondim observou que a decisão de não tomar conhecimento da peça, em algumas situações, deu-se pela alegação de que o “caso a ser apreciado não dizia respeito a nenhuma das hipóteses referentes à sua competência originária”. Cf. GONDIM, Thiago Patrício. 2018. Op. Cit., p. 5.

⁴⁹³ Como observou Gisele Salgado, a repressão visava diminuir o poder do movimento operário. Nesse sentido, “toda e qualquer pessoa que lutasse por direitos operários era taxada pelos conservadores e liberais de “anarquista”. SALGADO, Gisele Mascarelli. 2013. Op. Cit., p. 52.

É nessa disputa entre critérios políticos ou jurídicos que as expulsões de estrangeiros se tornaram um mecanismo interessante, especialmente quando foram associadas com um discurso que poderíamos chamar de constitucionalismo de sítio, adotado pelo discurso republicano conservador. Nesse discurso, como vimos, os direitos fundamentais não valiam para agitadores porque eles eram um perigo para a *ordem* e o sistema jurídico não poderia proteger quem agia para a destruição do Estado, para a sua destruição. A Constituição seria válida, mas seus direitos e garantias ficariam suspensos em determinadas condições – determinados momentos, como o estado de sítio, ou para determinadas pessoas, como na expulsão de estrangeiros –, como se fossem vácuos constitucionais. Assim, ao sustentar que a Constituição ficaria suspensa, a definição de quando e para quem valem os direitos fundamentais passaria a ser exclusivamente do Poder Executivo, com seus critérios de soberania, periculosidade, defesa da ordem pública. Ou seja, o direito deixava de reconhecer os critérios pelos quais era ou não aplicado.⁴⁹⁴

Assim, em certas experiências, quem definia se o direito seria aplicado (se a lei, na prática, era para todos) era o Poder Executivo. Ao mesmo tempo, a interpretação dos *habeas corpus* permite observar, para os casos analisados nesse trabalho, que o Poder Judiciário poderia incorporar, em casos como a expulsão dos anarquistas, os elementos discursivos apresentados na acusação feita previamente pelo Chefe de Polícia.

De tal maneira, sendo o Direito uma construção que se faz em meio às relações sociais, é oportuno entender que o frágil respeito à legalidade, no período entre os anos de 1917 e 1920, está relacionado aos desafios que os magistrados tinham de lidar, como “as dificuldades de um Estado que estava aprendendo a lidar com um direito positivado a ser exigido a todos”, ou “fazer valer uma política estatal, que visava consolidar o sistema capitalista industrial no Brasil”, e mesmo a recomendação de “não aplicar o direito positivo a todos”. Sendo assim, conforme observa Gisele Salgado, “essas dificuldades e ingerências da aplicação da lei não podem ser analisadas na própria letra da lei”. Por isso, os modos como o movimento operário acionou a justiça para que suas questões fossem resolvidas agiram, portanto, sobre aspectos da própria construção do Direito em uma perspectiva processual e histórica.⁴⁹⁵

A análise dos processos também nos permitiu compreender um pouco melhor quem eram os alvos das ações repressivas, por meio da apresentação de alguns dados pessoais, como nome, estado civil, idade, profissão, nacionalidade e orientação ideológica. Identificamos, entre outras coisas, que os trabalhadores presos não eram, como alegavam as declarações das forças policiais, desempregados e sem família. A maior parte dos presos, a

⁴⁹⁴ GUERRA, Maria Pia dos Santos Lima. 2015. Op. Cit., p. 235.

⁴⁹⁵ SALGADO, Gisele Mascarelli. 2013. Op. Cit., p. 65.

fim de serem expulsos do território nacional, eram homens, brancos, estrangeiros e trabalhadores empregados.

Além disso, foi possível conhecer, com maiores detalhes, as visões que a imprensa comercial, a polícia e o Poder Executivo construíram sobre os trabalhadores e os militantes. Precisamente, pudemos identificar como as tradições locais combinaram-se com o pensamento anticomunista que circulava internacionalmente, vindo a conformar uma indisposição clara com o anarquismo naquele momento. Assim, houve uma tendência conservadora em dissociar, de um lado, os trabalhadores brasileiros, tidos como “honestos” e “morigerados”, e, de outro lado, os trabalhadores e militantes estrangeiros, representados como “elementos nocivos”. A expressão cunhada por parte das elites políticas e econômicas, que conferiu inteligibilidade para o preconceito com o anarquismo, foi tomada de empréstimo de um texto bíblico: seria preciso saber separar “o joio do trigo”.

Os impetrantes, por sua vez, buscaram na maior parte dos *habeas corpus* contrapor a imagem negativa apresentada pela polícia por meio de uma valorização da conduta dos pacientes, baseada na honestidade, na ocupação profissional, no bom convívio familiar, etc. Para realizar essas tarefas, testemunhas eram convocadas para prestar depoimentos acerca dos comportamentos dos pacientes.

Tabela 5
Processos de *habeas corpus* julgados pelo STF entre 1917-1919
com origem no Rio de Janeiro

Habeas corpus	Motivo	Paciente	Impetrante	Ministro Relator	Data de Ingresso	Data da Decisão	Decisão
4618	Prisão ilegal	Astrojildo Pereira	Adolpho Faustino Porto	Leoni Ramos	24/08/1918	31/08/1918	Não tomar conhecimento
4732	Anarquismo	Raphael Garcia	Mário Leal Pereira	Coelho e Campos	04/01/1919	18/01/1919	Indeferido
5442	Anarquismo	Nicanor Rodrigues, Manoel Toledo Picon e Antonio de Almeida Resolvido	Antonio de Oliveira	Leoni Ramos	05/11/1919	14/11/1919	Pedido negado (Recurso de <i>Habeas corpus</i> indeferido na 1ª Vara Federal)
5455	Anarquismo	Benedicto Fugagnoli	Antonio Rodrigues da Fonseca	Muniz Barreto	13/11/1919	29/11/1919	Pedido negado
4525	Prisão ilegal	Francisco Arouca	Evaristo de Moraes	Antonio Albuquerque	07/05/1918	11/05/1918	Transformou o julgamento

							em diligência e pediu mais informações
4695	Anarquismo	Damásio Antônio de Souza	Izabel Salgueiro de Souza	Pedro Afonso Mibielli	02/12/1918	14/12/1918	Não tomar conhecimento
5430	Anarquismo	Adriano Pinto da Costa	Antonio de Oliveira	Leoni Ramos	30/10/1919	08/11/1919	Negada a ordem (Recurso Juiz Federal da 1º Vara)
5408	Anarquismo	Ricardo Correa Perpetuo e Galiano Augusto Tostões	Gregorio Ferreira Gama	Leoni Ramos	08/10/1919	22/10/1919	Não tomar conhecimento
4309	Anarquismo	Ernesto Romano Crocci	João Baylão	Leoni Ramos	14/06/1917	18/07/1917	Negou o recurso. (Recurso da 3º Câmara da Corte de Apelação)
4373	Direto de reunião	Paschoal Gravina, Valentim Joaquim de Brito, José Madeira, José Caiazza, Pedro Matera, Bento Alonso	João Gonçalves da Silva	Viveiros de Castro	02/07/1917	19/07/1917	Negou provimento ao recurso (Recurso da 3º Câmara Criminal da Corte Apelação)
4455	Anarquismo/ Expulsão	Florentino de Carvalho, Virgilio Fidaldo Alexandre Zanella	Evaristo de Moraes	Coelho e Campos	13/12/1917	29/12/1917	Negado parcialmente. Virgilio Fidalgo teve o <i>habeas corpus</i> concedido

Fonte: Processos de *habeas-corporis* apreciadas pelo STF, com o origem no Rio de Janeiro, entre 1917 e 1919. Arquivo Nacional (AN). Processos da série “Habeas-Corpus”. Fundo “Supremo Tribunal Feral”; GONDIM, Thiago Patrício. 2018. Op. Cit.; GERALDO, Endrica. 2012. Op. Cit.; GUERRA, Maria Pia dos Santos Lima. 2015. Op. Cit.; SALGADO, Gisele Mascarelli. 2013. Op. Cit.

Em sua análise sobre as expulsões dos trabalhadores e militantes estrangeiros, Sheldon Maram afirmou que os processos de expulsão eram “imprecisos”, uma vez que não indicavam

“com precisão o motivo das expulsões”.⁴⁹⁶ Tendo em vista a interpretação que fizemos dessa documentação importante relacionada à história dos trabalhadores no período, embora o conjunto de 11 processos acima analisados não permita ilustrar um padrão, acreditamos que as decisões finais identificadas, como a de “não tomar conhecimento” dos processos por razões técnicas, em virtude da suposta ausência de provas que comprovassem a prisão, e o amparo buscado na “teoria da soberania nacional” para a manutenção da ordem de expulsão, apareceram, nos *habeas corpus*, como justificativas evidentes.

Considerando que os procedimentos policiais não afetaram apenas a parcela organizada dos trabalhadores, e mantendo o interesse de compreender com maiores detalhes a repressão desempenhada em 1919, no Rio de Janeiro, a seguir, procuraremos identificar e interpretar, a partir da análise das matrículas dos presos, depositadas na Casa de Detenção do Distrito Federal (CDDF), o perfil econômico-social dos trabalhadores, encarcerados pela acusação da contravenção de vadiagem ou pela tentativa de revolta.

Trabalhadores presos na Casa de Detenção do Distrito Federal

Em greves como das costureiras e dos padeiros, ocorridas em junho de 1919, foram presos trabalhadores e trabalhadoras que participaram de ações de propaganda, sendo levados, respectivamente, para o 12º e o 7º distritos policiais. Em regra geral, essas prisões se davam sob a alegação de “perturbação da ordem” ou “ajuntamento ilícito”, mantendo-se os trabalhadores presos por um tempo definido. Esse tipo de ação tinha como intenção intimidar os trabalhadores. Isso porque, conforme a Constituição de 1891 informava, a greve pacífica, o direito de reunião, a liberdade de manifestação do pensamento e de profissão eram direitos reconhecidos.⁴⁹⁷

Nesse sentido, é provável que quando não se enquadravam nos critérios da Lei de Expulsão dos Estrangeiros, após um certo tempo os presos eram libertados. Assim pode ter ocorrido com Marcelino Azevedo, Luiz Lourenço, Antonio Pereira e outros 24 padeiros que foram presos e levados para o 7º Distrito Policial, durante a realização de um comício em Botafogo, bem como com Judith Correa, Almerinda Machado e Laudelina Silva, costureiras presas e encaminhadas para o 12º Distrito Policial em virtude de sua participação nas ações de

⁴⁹⁶ MARAM, Sheldon Leslie. 1979. Op. Cit., p. 43.

⁴⁹⁷ Conferir, sobre esses direitos, o artigo 72 da Constituição de 1891, bem como os incisos nº 8, 12 e 24. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm> Acesso em: 22/04/2020, às 15h:08.

propaganda realizadas durante a greve da categoria. Não encontramos meios de conhecer o paradeiro desses trabalhadores presos durante a realização das greves.

Durante os meses de setembro e novembro de 1919 as prisões voltadas para a expulsão do território nacional foram conduzidas em maior escala. Esse procedimento repressivo voltou-se, com destaque, conforme a pesquisa de Menezes demonstrou,⁴⁹⁸ para a perseguição e o isolamento da militância anarquista, e atingiu, sobretudo, homens, brancos, estrangeiros, trabalhadores e membros de associações, como mutuais, sindicatos e partidos políticos.⁴⁹⁹

Segundo os dados apresentados pelos historiadores Maram e Menezes, em 1919 foram expulsos do território nacional algo entre 60 e 70 pessoas, todas enquadradas na Lei de Expulsão dos Estrangeiros (também chamada de Lei Adolfo Gordo).⁵⁰⁰ Maram observa que somente em 1919 foram expulsas 66 pessoas. Embora o artigo 72 da Constituição de 1891 não reconhecesse distinção, no gozo das liberdades individuais, segurança individual e propriedade aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a referida lei, aprovada em 1907, permitia que fossem expulsos os estrangeiros que “comprometessem a segurança nacional ou a tranquilidade pública”. Inicialmente, ficavam livres dessa medida os estrangeiros casados com brasileiras, viúvos e com filhos brasileiros, ou os residentes de forma ininterrupta no país por mais de dois anos. Em 1913, o presidente da República Hermes da Fonseca revogou essas exceções e aumentou o tempo mínimo de residência no país para cinco anos, endurecendo, assim, a repressão. Em 1921 a lei foi editada, retirando os dispositivos que impediam a expulsão, como o critério de permanência no país por cinco anos. A possibilidade de recurso também foi eliminada. A partir de então, a expulsão dos estrangeiros envolvidos com o movimento operário deu-se de forma “sumária”, configurando uma “criminalização do anarquismo”.⁵⁰¹

Entretanto, para além das expulsões dos estrangeiros sob a acusação de anarquismo, a maior parte das prisões, realizadas durante o ano de 1919, foram direcionadas aos trabalhadores não organizados, e tiveram como motivação, registrada na matrícula de entrada na Casa de Detenção do Distrito Federal (CDDF), a contravenção de vadiagem. Em virtude desse fato, uma modalidade de repressão, distinta daquela direcionada aos homens, brancos, estrangeiros, trabalhadores e membros das associações, manteve-se de forma significativa naquele momento.

⁴⁹⁸ MENEZES, Lená Medeiros de. 1996. Op. Cit.

⁴⁹⁹ Como exemplo, vimos a trajetória o militante Ricardo Correa Perpétuo, que era português, comerciante, anarquista e membro da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Cf. Processo nº 5408. Fundo Supremo Tribunal Federal (BV). Notação: BV.0.HCO.4588.

⁵⁰⁰ MARAM, Sheldon Leslie. 1979. Op. Cit., p. 43; MENEZES, Lená Medeiros de. 1996. Op. Cit., p. 200.

⁵⁰¹ DULLES, John W. F. 1977. Op. Cit., p. 33; GOMES, Angela Maria de Castro. 2005. Op. Cit., p. 135.

Desde a realização, em 1903, de uma reforma no sistema policial do Distrito Federal, a cidade dispunha de 30 distritos policiais e uma Polícia Central. Em virtude dessa estrutura descentralizada, cabia aos delegados auxiliares, nomeados pelo Chefe de Polícia, investigar os crimes que ocorriam nas regiões próximas ao seu posto de trabalho, bem como viabilizar o cumprimento das prisões que fossem consideradas legítimas.

No mesmo decreto que instituiu essa reforma no sistema policial, foram alterados os elementos estruturais que diziam respeito ao funcionamento das colônias penais, que já existiam na cidade desde o século XIX, e tinham como objetivo receber, entre outros, presos sob a acusação da contravenção de vadiagem, previsto no Código Penal de 1890 nos artigos 399 e 400.

De acordo com o artigo 399 do Código Penal, as pessoas que deixassem de “exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite”, poderiam ser punidas com a prisão celular de 15 a 30 dias. O artigo 400, por sua vez, que tratava da reincidência, dizia que caso o infrator não encontrasse ocupação no prazo de 15 dias, e fosse preso novamente sob a mesma acusação, a pena seria o recolhimento, por um a três anos, em “colônias penais que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes”.⁵⁰²

Sendo assim, a Colônia Correcional de Dois Rios (CCDR), instalada em 1894 em Ilha Grande, estabeleceu-se voltada “para a correção, pelo trabalho, de vadios, vagabundos e capoeiras encontrados na Capital Federal”. De tal maneira, o conjunto das pessoas pertencentes ao que se compreendia à época como “classes perigosas” era enviado para a CCDR, com o objetivo de, por meio do trabalho agrícola desempenhado e da formação de um pecúlio, reabilitar os internos para a vida social.⁵⁰³

No entanto, de modo preciso, havia, segundo Myrian Sepúlveda dos Santos, um hiato entre a intenção, expressa nas leis e decretos de instalação da CCDR, e o seu funcionamento. Isso porque, “pelos relatórios existentes das comissões inspetoras e de antigos diretores”, foi possível perceber que a “Colônia que foi instalada esteve muito longe de reproduzir a racionalidade expressa nas leis, decretos e normas regulamentares”.⁵⁰⁴ Nesse sentido, a arbitragem no cumprimento da lei pelas autoridades da CCDR juntou-se a outras opressões vivenciadas pelos presos no âmbito da colônia, como a violência e a impunidade dos guardas,

⁵⁰² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm> Acesso em: 22/04/2020 às 14h:32.

⁵⁰³ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. 2004. Op. Cit., p. 138

⁵⁰⁴ Ibidem, p. 152.

o isolamento dos detentos e as doenças contraídas na prisão, como o beribéri, a disenteria, a tuberculose e a sífilis, que resultavam da má alimentação e da falta de condições para a higiene.

O período de consolidação da CCDR, em virtude, sobretudo, do investimento nela depositado, deu-se entre 1908 e 1930. De tal maneira, segundo Santos, tanto a CDDF, quanto a CCDR receberam, nesse período, vadios, vagabundos, bêbados, capoeiras, cafetões, jogadores, desordeiros e presos por motivação política. Isso tendo em vista que para a CCDR eram enviados o “reincidentes e habituais, ou seja, aqueles que davam mais problemas às autoridades policiais”.⁵⁰⁵

A vadiagem era o principal motivo de prisão no Rio de Janeiro desde o começo do século XX. Esse fator se explica, entre outras coisas, pelas características assumidas pelo mercado de trabalho no período do pós-abolição. De modo preciso, as altas taxas de prisão dos considerados vadios explica-se pela compulsão da venda da força de trabalho, ou seja, prender era uma forma de disciplinar a mão de obra no capitalismo industrial. Além disso, em algum nível, a permanência da punição da contravenção da vadiagem tinha um sentido racial, pois, conforme afirmou Sidney Chalhoub, a vadiagem era uma contravenção altamente reprimida em virtude dos potenciais perigos que possuía, segundo a mentalidade das elites brancas desde meados do século XIX.

Um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum nem possui respeito pela propriedade. Sendo assim, a ociosidade é um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual. Em outras palavras, a vadiagem é um ato preparatório do crime, daí a necessidade de sua repressão.⁵⁰⁶

Dados relevantes sobre os presos, como grau de instrução, estado civil, profissão, motivo da prisão, endereço de residência, nacionalidade e cor podem ser identificados a partir da pesquisa das matrículas dos presos na CDDF. A compilação dessas informações permite elaborar um esboço de perfil econômico-social dos trabalhadores não organizados que foram presos em 1919 no Rio de Janeiro, importante para compreensão mais ampla possível do fenômeno da repressão.

⁵⁰⁵ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. 2006. Op. Cit., p. 455.

⁵⁰⁶ CHALHOUB, Sidney. 2012. Op. Cit., p. 74-75.

As matrículas dos presos, também chamadas de fichas, eram realizadas pela polícia com o objetivo de manter uma organização da informação acerca dos detentos. Esses documentos, organizados em livros, contavam em sua página inicial com a assinatura rubricada do secretário da Casa de Detenção, que atestava a oficialidade das informações disponíveis sobre as pessoas recolhidas naquele estabelecimento.

Para o caso das matrículas depositadas na CDDF, cabe mencionar que a Casa de Detenção da Corte, criada no século XIX para abrigar presos civis, transformou-se, pelo Decreto nº 3.641, de 14 de abril de 1900, em Casa de Detenção do Distrito Federal (CDDF). Inicialmente, nesse espaço eram presos homens e mulheres por motivo de contravenção, os que aguardavam formação de culpa, os detidos por causa cível, comercial e administrativa. Além disso, a partir de alterações realizadas por decretos, passaram a ser reclusos nesse espaço os presos voltados à futura extradição ou expulsão do território nacional, bem como os menores considerados delinquentes.

Realizamos uma análise das matrículas dos presos na CDDF para os meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, novembro e dezembro de 1919, por ser esse o período em que há fichas disponíveis para a pesquisa. É provável que o material referente aos meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro, que corresponde à realização das greves e das expulsões dos anarquistas, tenha sido, de algum modo, omitido ou descartado pelas forças policiais, de modo a não se tornarem públicos.

Identificamos, a partir da pesquisa, que durante o período analisado a infração mais comum, apresentada como motivo para a prisão das pessoas que se declaravam como trabalhador, foi a contravenção de vadiagem, inscrita no código penal sob o artigo 399. Seu texto era o seguinte:

CAPÍTULO XIII DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicilio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão celular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condenar o infrator como vadio, ou vagabundo, será ele obrigado a assignar termo de tomar ocupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 anos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, onde poderão ser conservados até a idade de 21 anos.

Art. 400. Se o termo for quebrado, o que importará reincidência, o infrator será recolhido, por um a três anos, a colônias penais que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.

Parágrafo único. Se o infrator for estrangeiro será deportado.⁵⁰⁷

Outros ilícitos penais foram identificados na pesquisa, como furto, invasão de domicílio, violência sexual, agressão física, homicídio, tentativa de revolta, etc. Esses crimes aparecem nas matrículas de modo disperso durante todo o período analisado.

A pesquisa sobre as prisões dos trabalhadores permitiu a identificação de que a contravenção de vadiagem não era atribuída exclusivamente aos pretos e pardos, havendo, portanto, homens brancos trabalhadores presos sob essa motivação. Entretanto, realizamos uma análise amostral, concentrada no mês de fevereiro, em virtude do elevado número de prisões para esse período, para termos uma noção da porcentagem exata dos presos brancos e negros.

Durante o mês de fevereiro foram efetuadas 94 prisões de trabalhadores negros (pretos e pardos) por motivo de vadiagem. Esse número foi 25% superior ao de trabalhadores brancos presos sob a mesma motivação (79). Entre os negros, 90% dos presos tinham como estado civil o de solteiro, sendo que a maior parte deles não possuía instrução, conforme os dados apresentados nas matrículas.

Entre os ofícios mais comuns, registrados nas matrículas de fevereiro, constam os de pedreiro, servente de pedreiro e padeiro. Por não exigirem o conhecimento da leitura e da escrita, o emprego nessas áreas, bem como as de carregador, cocheiro e estivador, era mais comumente desempenhado por trabalhadores negros, considerando a desigualdade no acesso ao ensino formal.

Observamos que das 94 prisões de trabalhadores negros, 51 resultaram na transferência dos detentos para a CCDR. Conforme vimos acima, eram transferidos para a CCDR os reincidentes na contravenção de vadiagem. Em virtude disso, mais da metade dos infratores eram presos uma segunda vez sob a mesma acusação. Esse número aponta para o fato de que a reabilitação dos internos para a vida social não era um fim com frequência alcançado.

Em média, as prisões tinham duração de 15 a 30 dias, podendo ser estendidas por um a três meses, sucedidos pela transferência para a CCDR. Encontramos registros de trabalhadores negros com 53, 55, 57 e até 75 anos presos por motivo de vadiagem. A idade, nesse sentido, concentrou-se entre 19 e 75 anos, sendo que, em média, os presos tinham entre 20 e 30 anos.

⁵⁰⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm> Acesso em 04/04/2020 às 08h:38.

As prisões ocorriam por flagrante. O policial condutor tinha a competência de registrar, na ficha do preso, que o mesmo não possuía domicílio nem profissão. Aberto o processo, nas delegacias auxiliares, testemunhas eram convocadas para prestar depoimento acerca da existência ou não dos meios de subsistência do preso. Concluído o processo, que poderia ser viciado pela convocação de testemunhas previamente orientadas, a prisão era efetuada, ficando a cargo das delegacias auxiliares a transferência para a CDDF.⁵⁰⁸

Tabela 6
Trabalhadores brancos e negros presos por vadiagem na
Casa de Detenção do Distrito Federal, fevereiro de 1919

Branços	Negros	Estado civil predominante	Média de idade	Profissão mais recorrente
79	94	Solteiro	20 a 30 anos	Pedreiro e padeiro

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).
Matrículas de presos na Casa de Detenção do Distrito Federal (CDDF).

Embora a análise amostral feita acima, tendo em vista identificar a porcentagem de brancos e negros presos, tenha se concentrado apenas em um mês, nossa pesquisa apurou que durante todo o ano de 1919 a contravenção de vadiagem manteve-se como a motivação principal nas prisões efetuadas na CDDF. De modo preciso, a análise das matrículas permite argumentar que a repressão da vadiagem visou, sobretudo, impulsionar a venda da força de trabalho no mercado. Todavia, é possível que um significado racial também contribua para a explicação das prisões dos trabalhadores negros, que embora tenham sido apenas 25% superiores em relação aos brancos, ainda assim foram predominantes no período, possivelmente visando, de alguma forma, a restrição da circulação da população negra em certos espaços da cidade.

Além disso, identificamos a realização de prisões, na CDDF, voltadas para os trabalhadores organizados. Concentradas no começo do mês de janeiro de 1919, essas ações tiveram relação direta com os eventos ocorridos na tentativa de insurreição, em novembro de 1918, no Rio de Janeiro.

Durante a primeira semana de 1919, 35 pessoas foram presas na CDDF sob a acusação de participação em “tentativa de revolta”. Dentre os presos, oito foram encarcerados pela alegação de “tentar, diretamente e por fatos, mudar por meios violentos a Constituição política

⁵⁰⁸ ROORDA, João Guilherme Leal. 2017. Op. Cit., p. 275-276.

inquérito policial aberto pelo Delegado Auxiliar Nascimento Silva, de serem “coautoras” nos eventos de novembro de 1918.⁵¹⁰

Nesse sentido, todos os presos sem motivo declarado chegaram na CDDF com guia da Secretaria de Polícia, e a disposição de juiz competente da 1ª Vara Federal. A grafia dessas fichas foi a mesma para todos (inclusive para os oito presos que deram entrada com motivo declarado, ou seja, tentativa de revolta), o que aponta para o fato de que uma mesma pessoa ficou a cargo de registrar a entrada dos presos sob a acusação de participação na insurreição.

Pode-se concluir, pela análise das matrículas, que oito pessoas foram presas sob a acusação do que informava o artigo 107 do Código Penal, ou seja, foram identificadas como os líderes da tentativa de revolta. Os demais, em número de 27 pessoas, foram presos como participantes. Entre os presos, 30 eram brancos, 4 pardos e um negro. A maior parte era alfabetizada. Entre os estrangeiros, a nacionalidade predominante era a portuguesa (15), seguida pela espanhola (4) e a italiana (1). Entre os nacionais, a predominância veio do Distrito Federal (5), seguida pelo Estado do Rio de Janeiro (5), pelo Estado da Bahia (2), pelo Estado de Alagoas (1) e pelo Estado de São Paulo (1). Dois homens mais novos, respectivamente, de 18 e 19 anos, somaram-se aos demais, com idade média entre 25 e 37 anos. A maior parte dos presos era solteira. Em geral, o tempo de prisão foi de três meses.

Tabela 7
Trabalhadores presos na Casa de Detenção do Distrito Federal
em 1919 por motivo de revolta

Nome	Cor	Idade	Estado Civil	Nacionalidade/ Naturalidade	Data da Prisão	Data da Soltura	Profissão
Astrojildo Pereira	Branco	28	Solteiro	Estado do Rio de Janeiro	03/01/1919	22/04/1919	Jornalista
Manoel Campos	Branco	27	Solteiro	Estado de São Paulo	03/01/1919	22/04/1919	Mecânico
Sotero Abrantes	Branco	37	Solteiro	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Sapateiro
Joaquim Lourenço	Branco	30	Solteiro	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Canteiro

⁵¹⁰ BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. 1967. Op. Cit.

Francisco de Oliveira	Pardo	31	Casado	Estado do Rio de Janeiro	03/01/1919	24/03/1919	Operário
Adolpho Busse	Branco	23	Solteiro	Distrito Federal	03/01/1919	22/04/1919	Marceneiro
Antonio Cavalcante de Albuquerque	Branco	24	Solteiro	Estado de Alagoas	03/01/1919	24/03/1919	Alfaiate
Antonio Luis Rodrigues Junior	Branco	37	Casado	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Tecelão
Oscar da Silva	Pardo	23	Solteiro	Estado do Rio de Janeiro	03/01/1919	22/04/1919	Alfaiate
Galeano Tostões	Branco	27	Solteiro	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Carpinteiro
Oswaldo Ferreira Mendes	Branco	19	Solteiro	Distrito Federal	03/01/1919	24/03/1919	Operário
Licínio de Almeida	Branco	40	Casado	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Estucador
Carlos Gomes	Branco	50	Casado	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Canteiro
Raphael Garcia	Branco	34	Casado	Espanha	03/01/1919	24/03/1919	Tecelão
Antonio José de Souza	Branco	30	Casado	Estado do Rio de Janeiro	03/01/1919	24/03/1919	Tecelão
Miguel Ferreira Gonçalves	Branco	33	Casado	Espanha	03/01/1919	24/03/1919	Tecelão
José Pinto Barreto	Branco	28	Casado	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Lavrador
Pedro Gonçalves dos Reis	Branco	34	Casado	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Carpinteiro
Francisco Gomes de Araujo	Branco	28	Solteiro	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Eletricista

Arantes							
Basilio Alves de Carvalho	Branco	19	Solteiro	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Serralheiro
Joaquim Emiliano de Freitas	Pardo	25	Solteiro	Distrito Federal	03/01/1919	24/03/1919	Serralheiro
Antonio de Souza Dias da Costa	Branco	30	Casado	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Operário
Olympio Rabelo	Branco	32	Casado	Estado da Bahia	03/01/1919	24/03/1919	Mecânico
Manoel Lopes Gaspar	Branco	35	Casado	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Torneiro mecânico
Maurício Moraes	Branco	27	Casado	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Serralheiro
Joaquim Fernandes	Branco	27	Solteiro	Portugal	03/01/1919	24/03/1919	Serralheiro
Luiz Vinardi	Branco	40	Casado	Itália	03/01/1919	24/03/1919	Serralheiro Mecânico
Benicio de Oliveira	Pardo	39	Solteiro	Distrito Federal	03/01/1919	24/03/1919	Tecelão
Eustáquio Pereira Marinho	Preto	37	Casado	Estado da Bahia	04/01/1919	24/03/1919	Operário Eletricista
Augusto Leite	Branco	33	Solteiro	Português	05/01/1919	24/03/1919	Comerciante
Manoel Domingues	Branco	36	Solteiro	Espanha	05/01/1919	22/04/1919	Mecânico
Ricardo Correa Perpétuo	Branco	35	Solteiro	Portugal	05/01/1919	22/04/1919	Comerciante
Alvaro Palmeira	Branco	18	Solteiro	Distrito Federal	05/01/1919	22/04/1919	Professor
Americo Falero	Branco	25	Solteiro	Estado do Rio de Janeiro	05/01/1919	24/03/1919	Operário

Pedro Medina	Branco	33	Casado	Espanha	07/01/1919	24/03/1919	Tecelão
--------------	--------	----	--------	---------	------------	------------	---------

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Matrículas de presos na Casa de Detenção do Distrito Federal (CDDF). Notação: BR RJ CDDF 00-MD-HN-130.

Identificamos a presença, no grupo dos presos, de trabalhadores que nos meses seguintes do ano de 1919 foram alvo de *habeas corpus* ingressado no STF, tendo em vista impedir a expulsão do território nacional sob a acusação de anarquismo. Esses foram os casos de Galeano Tostões, Raphael Garcia e Ricardo Correa Perpetuo. Já Manoel Domingues e Astrojildo Pereira aparecem em ações de *habeas corpus* ingressadas entre 1917 e 1918, também com origem no Rio de Janeiro.

Ao compararmos os dados relativos às prisões por razão de vadiagem e por razão de revolta, pode-se concluir que, para o ano de 1919, havia particularidades, de ordem nacional, profissional e racial, entre os trabalhadores não organizados e os organizados que foram alvos dos procedimentos policiais. Isso porque entre os presos por vadiagem foi maior a presença dos trabalhadores negros (pretos e pardos) e nacionais. Entre os presos por motivo de revolta, por sua vez, predominaram os homens brancos, estrangeiros e que possuíam profissões qualificadas. Em sua maioria, estes eram alfabetizados.

Sem o interesse de estabelecer qualquer tipo de dicotomia, os dados organizados nas tabelas 6 e 7, acima citadas, permitem concluir, mesmo que provisoriamente, que tanto trabalhadores e militantes brancos quanto trabalhadores e militantes negros envolveram-se nas ações coletivas da classe trabalhadora (greves, comícios, passeatas, tentativas insurrecionais, etc.), sendo, por isso, afetados pelos procedimentos policiais. Entretanto, a combinação entre a abundância de mão de obra, e a ausência de igualdades de condições entre brancos e negros para a instrução formal, assumiu a forma de uma opressão que afetou, mais diretamente, a população negra, em todo o Brasil, no contexto imediatamente posterior à abolição.⁵¹¹ Além disso, a comparação entre os tipos de prisão permitiu elucidar o peso da compulsão para a venda da força de trabalho naquele momento. Ao mesmo tempo, as prisões dos trabalhadores e militantes envolvidos com a tentativa insurrecional, em 1918, são melhor compreendidas tendo em vista a circulação, pelo Brasil, do pensamento anticomunista, que se deu de modo mais agudo a partir de 1917.⁵¹²

⁵¹¹ DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos. 2014. Op. Cit.

⁵¹² Sobre a circulação do pensamento anticomunista no Brasil, entre os anos de 1917 e 1964, conferir: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2 ed. Rio de Janeiro: EDUFF, 2020.

Procedimentos policiais nas páginas da imprensa

Até o momento, interpretamos e compreendemos os procedimentos coercitivos voltados aos mundos do trabalho a partir de um olhar sobre os processos de *habeas corpus*, as matrículas dos presos e um dossiê produzido polícia política, entre os anos de 1917 e 1920. Além dessas fontes, a análise das experiências repressivas pode ser ampliada pelo estudo da imprensa.

Assim, segundo informações presentes em *Spartacus*, em setembro de 1919, após a realização de um comício em frente à sede da União dos Operários em Construção Civil, o 3º Delegado Auxiliar iniciou um inquérito, com o fim de prender os trabalhadores que discursavam naquele espaço. Foram autuados Adalberto Faria, Antenor Faria, Theophilo Ferreira, Alvaro Palmeira, Antonio Gerais, João de Andrade, Antonio Gonçalves Souza, Anastacio Filho, Antonio Fernandes, Manuel e Luiz Peres.⁵¹³

A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ) divulgou uma nota em que criticava o tratamento recebido, naquele momento, pela associação e seus membros. Além disso, o texto informava que os trabalhadores estavam se organizando em torno de um “Comitê de Defesa Proletária”, para fazer frente às medidas policiais em andamento, como o fechamento dos sindicatos, o recolhimento de jornais operários e as prisões.⁵¹⁴ Durante a primeira semana de outubro, outros textos foram produzidos pelas lideranças e publicados na imprensa operária, numa direção que apontava para a ampliação da repressão.⁵¹⁵

Entre fins de setembro e começo outubro, sete anarquistas que viviam no Brasil foram deportados, por ordem expedida pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Alguns dias após esse embarque, outra leva de deportados incluiu militantes residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, como o operário José Romero e o anarquista Gigi Damiani. Ainda em outubro, segundo *Spartacus*, para evitar o uso, pelo movimento operário, do *habeas corpus*, a polícia negava-se a divulgar os nomes dos presos presentes na Casa de Detenção do Distrito Federal (CDDF) já com ordem de expulsão do território nacional.⁵¹⁶

No final de outubro, um manifesto foi divulgado na imprensa com a assinatura de seis presos que haviam sido deportados no começo do mês. Nesse grupo constam pessoas que acompanhamos no presente capítulo, seja quando analisamos as matrículas dos presos na CDDF, seja quando estudamos os processos de *habeas corpus* abertos no STF. Ricardo

⁵¹³ “A polícia assalta as associações de classe”. *Spartacus*. 13/09/1919, p. 1.

⁵¹⁴ “A reação burguesa contra o proletariado”. *Spartacus*. 20/09/1919, p. 1-2.

⁵¹⁵ “A polícia e os comícios”. *Spartacus*. 04/10/1919, p. 3.

⁵¹⁶ “Mais deportados”. *Spartacus*. 25/10/1919, p. 1.

Correa Perpétuo, Galeano Tostões, José Romero, José Madeira, Antonio da Costa Coelho e José Maria de Carvalho assinaram o documento. Entre outras coisas, o manifesto protestava contra a detenção, que os manteve sem alimentação por 48 horas, e dispondo apenas da roupa que tinham no corpo no momento em que foram presos.⁵¹⁷

No mesmo período, a Liga Feminina Comunista teve seu festival impedido de realização pela polícia. Esse evento destinava-se a arrecadar fundos em prol do jornal operário *Spartacus* que, naquele contexto, se fez como um espaço de denúncias do tratamento agressivo dispensado aos trabalhadores nos acontecimentos que vimos analisando.⁵¹⁸

De modo preciso, em *O Jerminal*, durante o primeiro semestre de 1919, e em *Spartacus*, no segundo semestre, foram publicados textos que criticavam os procedimentos policiais. Todavia, numa outra direção, entre setembro e dezembro, também foram divulgadas divergências ideológicas existentes entre os militantes do movimento operário. É o que se pode observar no texto elaborado por José Oiticica voltado à crítica da opção do tipógrafo João Leuenroth, então membro da Associação Gráfica do Rio de Janeiro (AGRJ), em deixar de lado o princípio anarquista de não envolvimento com a política eleitoral – antes por ele seguido – e decidir candidatar-se a intendente (vereador) do Distrito Federal.⁵¹⁹

Em novembro, novo grupo de trabalhadores e militantes foi deportado, a bordo do vapor “Benevente”. Entre os expulsos estava o jornalista espanhol Everardo Dias, que vivia no Brasil há mais de 30 anos.⁵²⁰ A imprensa também informou sobre a expulsão do marceneiro Manuel Peres, que era brasileiro.⁵²¹ O jurista republicano Theodoro Magalhães, naquele momento, definiu a Lei de Expulsão dos Estrangeiros como uma “violação e deturpação da obra revolucionária de 1889”.⁵²²

Ainda em novembro, Maurício de Lacerda solicitou à Câmara dos Deputados informações, por meio de um requerimento, que atestasse quais foram os motivos das expulsões dos trabalhadores e militantes. Além disso, na última quinzena do mês, ele fez a leitura, durante uma sessão, da carta enviada por Everardo Dias, em que há uma descrição das condições submetidas durante a prisão, seguida de expulsão. Em virtude do potencial descritivo presente missiva, reproduzimos um trecho abaixo:

⁵¹⁷ “As deportações”. *Spartacus*. 25/10/1919, p. 2.

⁵¹⁸ *Ibidem*, p. 3.

⁵¹⁹ “Registrando”. *Spartacus*. 01/11/1919, p. 1.

⁵²⁰ GERALDO, Endrica. 2012. *Op. Cit*, p. 63.

⁵²¹ “Os deportados do Benevente”. *Spartacus*. 01/11/1919, p. 1.

⁵²² “As deportações”. *Spartacus*. 15/11/1919, p. 1; “Contra as leis de repressão”. *Spartacus*. 15/11/1919, p. 2.

[...] Não és capaz de imaginar o que sofri em Santos. Lá, logo que cheguei, fui mandado despir e nu completamente metido em uma solitária, com meus dois companheiros. A solitária é um compartimento pequeno, acanhado, infecto e húmido; patinava-se sobre o excremento seco e urina – uma coisa repugnante, horrorosa. Assim ficamos todo o dia de terça-feira, toda a noite até quarta-feira às 3 ¹/₂, quando fui retirado da sela para ir para um pátio, onde me esperavam oito ou dez soldados de carabina em posição de sentido. Assim nu fui espancado barbaramente, recebendo 25 chibatadas nas costas. Imagina: depois de três dias e três noites sem comer, sem beber, nu, com um frio horrível em Santos, pois choveu sempre, ardente em febre, a boca pastosa, sem poder gritar, sem poder falar, apanhei como um vagabundo ou um ladrão!... Depois disso, mandaram-se vestir, conduziram-se em seguida de automóvel à estação, embarquei para S. Paulo, sempre custodiado por três secretas e esperei escondido no Norte, que me embarcassem para o Rio. Às três horas, com mais 10 companheiros, com uma escolta de 25 praças de carabina embalada, seguimos de trem para o Rio e a esta Capital chegamos de manhã, desembarcando em S. Francisco Xavier. Aqui, novo aparato de força: outros 24 praças tomaram conta de nós e assim seguimos até a Polícia Central, onde demos entradas no xadrez. Falei, então, com o inspetor Mello, a quem disse desfalecido que fazia quatro dias e quatro noites não comia, não bebia, não dormia, o mesmo se dando com meus companheiros. Ele mandou, então, dar-nos café com pão e ao meio dia almoço! Às 7 horas, embarcávamos no *Benevente*, expulsos do Brasil por ter atacado o governo de S. Paulo!... Que grande e imperdoável crime.⁵²³

No contexto em que as expulsões continuavam, a FTRJ, contando à época com 23 associações de tipo sindical federadas, usou de sua representatividade para enviar uma nota de protesto à Câmara dos Deputados. De acordo com o documento, a associação chamava a atenção para “as violências cometidas pela polícia desta Capital contra vários trabalhadores, expulsando-os clandestinamente, sem processo algum, sem defesa nenhuma, em 24 horas”. Concluindo, o texto observava o seguinte:

[...] Todos esses trabalhadores eram residentes no Brasil, e alguns com mais de 30 anos, já naturalizados por lei, casados com brasileiras que tiveram filhos brasileiros. Essa expulsão súbita e clandestina, sem que se permitisse até enviar aos presos roupa branca necessária a tão longa viagem, representa uma crueldade sem nome contra a qual a Federação protesta perante vós, com a maior energia.⁵²⁴

Os procedimentos coercitivos apresentados até o momento, como as prisões, os castigos físicos e as condições insalubres que alguns presos políticos foram submetidos, conviveram com formas de resistência. Algumas frentes de reação às medidas repressivas se desenharam. Uma delas foi a denúncia, publicada na imprensa, dos direitos que estavam

⁵²³ “Carta que Everardo Dias enviou a bordo do ‘Benevente’ a um amigo de S. Paulo”. *Spartacus*. 22/11/1919, p. 1.

⁵²⁴ “Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro – Protesto apresentado ao Congresso Nacional em novembro de 1919”. *Spartacus*. 22/11/1919, p. 1.

sendo violados pelo Estado, ao expulsar do país trabalhadores estrangeiros de forma clandestina ou com aparência de legalidade. Ao lado dessa iniciativa, encontravam-se as atuações das associações dos trabalhadores – como se observou nas notas de protesto divulgadas pela FTRJ –, e também havia a pressão, realizada na Câmara dos Deputados, pelo deputado Maurício de Lacerda.

Em síntese, as práticas repressivas apareceram com maior frequência nas páginas de *Spartacus*, sob a forma de textos críticos. Em certas circunstâncias *A Razão*, *A Época* e *O Jerminal* também noticiaram a repressão. Em algumas ocasiões, foi visível naquele contexto que a imprensa comercial, às luz das publicações do *Correio da Manhã*, *O País* e *Jornal do Brasil*, quando se dispunha a opinar sobre a militância do movimento operário, o fazia a partir da teoria do “joio e do trigo” – considerando que existiria, de um lado, um grupo “ordeiro e morigerado”, formado pelo trabalhador nacional, e, do outro lado, estariam os “agitadores estrangeiros”, promotores de “bernardas” (conspirações para a tomada do poder).

De modo a concluir, como vimos nesse capítulo, a partir de 1917 houve uma mudança de intensidade na repressão policial direcionada aos mundos do trabalho (pessoas e instituições). Se o protesto dos trabalhadores foi organizado, a repressão igualmente o foi. Se o debate sobre a viabilidade da revolução social ampliou-se entre parte da militância, em nível nacional, também cresceu a indisposição e a perseguição política às esquerdas.

Empastelamentos de jornais, prisões de trabalhadores, espionagem e fechamento de sindicatos foram algumas das práticas coercitivas adotadas naquele momento. Identificamos que atores sociais, como o Chefe de Polícia do Distrito Federal, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores e ministros do STF compartilharam uma narrativa, que entendia ser legítimo o isolamento dos anarquistas. Ao mesmo tempo, a repressão atingiu as parcelas não organizadas da classe trabalhadora, pela prisão por motivo de contravenção de vadiagem.

Como parte de um processo histórico em desenvolvimento internacionalmente, as estratégias coercitivas adotadas no Rio de Janeiro incorporaram o pensamento anticomunista, e reelaboraram, pelas ideias locais, a tese da separação entre o “joio e o trigo”. As resistências aos procedimentos repressivos se fizeram de formas variadas, como a publicação de textos de protesto na imprensa operária, passando pelas pressões feitas pelas associações operárias e a atuação parlamentar, no sentido de tornar públicas as condições em que ocorreu a repressão. Por essas razões, a repressão policial se fez como uma dimensão importante da história dos trabalhadores naquele contexto.

Considerações finais

Em *O moleque*⁵²⁵, Lima Barreto nos apresenta Dona Felismina e seu filho Zeca, ambos negros, que viviam no bairro suburbano de Inhaúma, na zona rural do Rio de Janeiro. A mãe lavava roupa para sustentar a família e de noite, quando estavam secas, costurava as que fosse necessário sob à luz do lampião de querosene que produzia uma fumaça que escurecia o zinco do teto do barracão em que mãe e filho habitavam. Zeca era a única companhia e o auxílio de que Felismina dispunha. O apego ao menino e ao barracão em que viviam era expressão da valorização da “liberdade”, após os anos de escravidão em que os descendentes haviam vivido. Zeca não tinha tempo para estudar, pois, não podia deixar de auxiliar a mãe, todas as manhãs, indo buscar e levar as roupas postas sobre os tabuleiros. Não sabia ler, escrever, nem contar.

O retrato da vida em Inhaúma, uma das primeiras freguesias do Rio de Janeiro, fundada em 1749, representava fielmente o cotidiano das relações sociais no seio da classe trabalhadora, no âmbito da família, do lazer e do trabalho. Viver nos bairros do subúrbio, em moradias mais baratas, implicava em pegar o trem diariamente e cortar a região em direção a Vila Isabel, Engenho de Dentro, Gávea, Botafogo, recortando espaços geográficos distribuídos pela paisagem, onde se localizavam as oficinas e fábricas de tecelagem, da metalurgia, da produção de fumo e da construção civil, por exemplo.

Para a classe operária, viver na capital da República significava lidar com distinções sociais visíveis. Nos subúrbios, provavelmente predominavam as religiões de matriz espiritualista, como o espiritismo e a “macumba”, uma vez que as linguagens dessas culturas eram mais presentes e talvez convivessem mais harmoniosamente com o modo de vida popular. Na região suburbana a vida tinha dimensões rurais. Criavam-se, soltas, galinhas. Árvores, como mamoeiro, pitangueira, jaqueira e laranjeira estavam, como de costume, à frente dos barracões feitos de taipa e teto de zinco. O alimento era comprado nas vendas, o pão nas padarias, e a medicina, muitas vezes, envolvia o uso de chás, indicados pelas mulheres pretas que circulavam pela região com seus tabuleiros, à exemplo de Dona Felismina, conhecida pelas indicações de chás medicinais e pela venda de angu. Espaços para a realização de feiras livres, destinados à venda de alimentos, também podiam ser encontrados em alguns bairros. A realidade social suburbana contrastava com a efervescência da vida no

⁵²⁵ BARRETO, Lima. **Contos completos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 141-151. (1ª Edição em 1920).

centro da capital da República, onde circulavam bondes, automóveis, motocicletas, bicicletas, carroças e muita gente.⁵²⁶

O garoto Zeca recebia uma pensão custeada pelo “Caixa dos Guarda-Freios”. Com esse dinheiro, a mãe comprava sabão na venda, roupas e comida. Entretanto, o maior desejo do garoto era visitar o centro da cidade para poder ir ao cinema. Porém, como o dinheiro da família não bastava, Zeca sonhava com o dia em que tivesse dinheiro “para ir sempre ao cinema”. Por enquanto, quando sua mãe permitia, ele ia à estação de trem, aos domingos com os amigos para ver os “grandes painéis, cheios de grandes figuras” que divulgavam os filmes em cartaz. Nessas ocasiões, vestia terno de casimira que a caridade de um coronel da região lhe deu “e a tesoura de sua mãe adaptava ao seu corpo”.⁵²⁷

Esta tese de doutorado procurou interpretar e compreender as experiências políticas e culturais da classe trabalhadora do Rio de Janeiro, composta por homens, mulheres e crianças, brancos e negros, estrangeiros e nacionais, em suma, gente como Dona Felismina e Zeca. Suas ações coletivas, ocorridas no período do ciclo de agitação social global, entre os anos de 1917 e 1920, conferindo lugar de destaque à agitação social desenvolvida no ano de 1919, foram o objeto primordial deste trabalho. Dona Felismina e Zeca, embora personagens ficcionais, estiveram em alguns lugares e acontecimentos descritos na tese, entre as trabalhadoras e os trabalhadores, organizados e não organizados, personagens dessa história.

As experiências de vida destes homens e mulheres foram, naquele momento, em algum nível, impactadas por um evento externo, que se fez presente e visível nos textos publicados na imprensa, no debate sobre a política eleitoral, nas tentativas insurrecionais, no associativismo e na agitação das greves. Ainda de acordo com Lima Barreto:

Pondo de parte os parnugianos e aqueles de mentalidade fóssil a serviço dos magnatas da Bolsa, da Indústria e do Comércio, todos os homens de inteligência e coração, independentes, tanto aqui como acolá, ficaram pensativos diante de uma revolução que tão fundamente atingiu os alicerces, não só os de um grande e poderoso império, como também os de todas as concepções matrizes das atuais aglomerações humanas, chamadas civilizadas.⁵²⁸

O impacto de que fala Barreto alcançou formas e níveis distintos. Cada caso, um caso. Para a classe operária organizada em partidos políticos, sindicatos e mutuais, ou que atuava na

⁵²⁶ BARRETO, Lima. 2010. Op. Cit, p. 144-148.

⁵²⁷ Ibidem, p. 148.

⁵²⁸ FARIA, Antonio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves. **Lima Barreto**: antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012, p. 70.

imprensa operária militante, o exemplo da Revolução Russa de 1917 representou a realização do projeto revolucionário socialista, gestado desde a segunda metade do século XIX. Pois, pela primeira vez, foi bem-sucedida a tomada do poder pelos trabalhadores tendo em vista a construção do socialismo e a administração operária do poder de Estado. Entretanto, os eventos ocorridos em Outubro de 1917 também contribuíram para a materialização do *red scare* (medo vermelho) e do reconhecimento de direitos de cidadania e trabalhistas que afetaram de formas diversas os trabalhadores e trabalhadoras, brancos e negros não organizados.

A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa estimularam a abertura de um ciclo de agitação social global. No Rio de Janeiro, sob o argumento de defender a “soberania nacional” e “preservar a segurança pública”, o Chefe de Polícia do Distrito Federal cerceou, em certas circunstâncias, a liberdade de pensamento, o direito de reunião e o direito de associação – reconhecidos na Constituição republicana de 1889. Tendo como pano de fundo a necessidade de medidas excepcionais relativas aos procedimentos policiais para conter a disseminação das ideologias de esquerda, como o comunismo, o socialismo e o anarquismo.

Em 1919, a luta grevista assumiu a forma, em algumas situações importantes, de um movimento social. Em experiências como as greves das costureiras, dos alfaiates, dos cigarreiros, dos padeiros, dos sapateiros, dos barbeiros, dos marítimos e dos tecelões, a ação coletiva foi apoiada, organizada ou conduzida por um ou mais sindicatos. Participaram, de alguma maneira, nas greves analisadas nesse trabalho, a União dos Oficiais Barbeiros, a União dos Alfaiates, a União dos Operários em Calçados e Classes Anexas, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, o Sindicato Federal dos Manipuladores de Tabaco, a Federação Operária dos Condutores de Veículos, a União dos Empregados em Padarias, a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, a União dos Metalúrgicos, a União dos Trabalhadores em Construção Civil e a Associação dos Marinheiros e Remadores. Nestas greves, foi notável que além da mobilização via comícios e propaganda na imprensa operária, os sindicatos atuaram criando um restaurante, dois salões de barbearia e uma oficina de costura para oferecer apoio aos trabalhadores paralisados. Além disso, prestou-se auxílio via empréstimo por uma associação, criou-se uma comissão para angariar donativos e mesmo um Comitê de Defesa do Direito de Greve foi formado. Por essas razões, acreditamos haver dados suficientes para afirmar que um elemento importante identificado nas lutas por direitos em 1919 foi a dimensão organizada assumida pela maior parte das ações coletivas.

Ao mesmo tempo, a polícia tinha por incumbência vigiar e reprimir greves, manifestações sociais de rua e revoltas promovidas pelo movimento operário. A resposta coercitiva do Estado atingiu níveis de organização expressivos. Para a militância anarquista, alvo principal da polícia política, os direitos constitucionais estiveram suspensos entre 1917 e 1920. As forças policiais e setores da sociedade civil descartaram o convívio com pessoas que professassem ideias anarquistas, procurando isolá-las, fosse pela prisão em espaços como a Casa de Detenção do Distrito Federal (CDDF), ou pela expulsão do país tendo como referência a Lei de Expulsão dos Estrangeiros. O medo vermelho, nesse sentido, foi uma dimensão importante da conjuntura política e cultural, e se fez visível no âmbito de uma prática política mais ampla de repressão aos “indesejáveis”. Apareceram, nos processos de *habeas corpus* analisados, acusações como as de “promotor de greves”, “orientador dos trabalhadores”, “propagandista de ideias subversivas”, “vagabundo sem profissão” e “elemento pernicioso e comprometedor da tranquilidade pública”, que serviram de base para a abertura de processo seguida de expulsão, sob o amparo da “teoria da soberania nacional”. Para os trabalhadores desempregados, brancos e negros, igualmente considerados “indesejáveis”, foi cerceado, em certas circunstâncias, o direito de circulação pelas ruas da capital da República, como uma forma de disciplinar a força de trabalho no capitalismo industrial, tendo em vista a tipificação da população pobre e desempregada como “vadia”.

Tudo isso permite afirmar que, entre os anos de 1917 e 1920, a mobilização operária e a repressão policial, na cidade do Rio de Janeiro, se fizeram de forma cada vez mais organizada. À luz das experiências políticas e culturais vivenciadas em 1919, pode-se dizer que houve a assimilação e a reelaboração de linguagens e práticas presentes na conjuntura política internacional conectada. Ou seja, no âmbito da mobilização, foram compartilhadas as tradições de luta do movimento operário internacional, como o associativismo de tipo sindical e mutual, a greve entendida como luta por conquistas e mesmo a celebração do símbolo de identificação dos trabalhadores, o Primeiro de Maio. No campo das estratégias repressivas, o pensamento anticomunista, à época identificado como medo vermelho, foi assimilado pelas forças policiais e por setores da sociedade civil, e serviu de base para a formulação de teorias como a do anarquista “agitador e estrangeiro”. Longe ser um reflexo do contexto internacional, as tradições de luta e de repressão foram apropriadas em conjunto com as ideias locais. Isso porque, no que se refere às lutas trabalhistas e à cultura associativa, as referências ao passado escravista e suas permanências foram informadas em discursos, documentos sindicais e na imprensa, como elementos formadores da história da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Assim, por exemplo, um alfaiate criticou a “hereditariedade escravocrata” no

aprendizado de seu ofício, uma costureira observou, em tom de denúncia, que “o tempo da escravidão acabou”, e mesmo uma liderança dos padeiros identificou a sua condição como a de “escravizado livre”. Além disso, a vestimenta elegante usada na celebração do Primeiro de Maio, como uma forma de dignificar o trabalho e os trabalhadores, igualmente foi expressão da reelaboração, pela cultura local, da conjuntura política internacional. A dimensão repressiva, por sua vez, ao defender a tese da separação entre o “joio e o trigo” – no que se referia a suposta distinção entre o bom trabalhador, brasileiro, e o mal exemplo, o trabalhador estrangeiro e anarquista –, reelaborou, com uma expressão tomada de empréstimo de um texto bíblico, uma dimensão importante do contexto estrangeiro, conferindo interpretação com característica específica.

As histórias contadas na tese possibilitam contribuir para uma melhor inteligibilidade do processos históricos que recortam a primeira metade do século XX no Brasil, isso porque a mobilização e a repressão, experiências construídas conforme as expectativas dos atores sociais, ao mesmo tempo em que assimilaram elementos da conjuntura política internacional, expressaram o que era parte integrante da realidade nacional, tendo em vista questões mais amplas como o passado escravista e a dimensão excludente assumida pela experiência republicana inaugurada em 1889.

Fontes

1. Periódicos

Imprensa comercial

A Razão.

A Época.

Correio da Manhã.

O País.

Jornal do Brasil.

Revista Policial.

O Malho.

Imprensa operária

Spartacus.

O Jerminal.

Liberdade.

A Voz do Padeiro.

Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro.

A Voz do Trabalhador.

O Cosmopolita.

O Debate.

Voz do Povo.

Disponibilidade para a pesquisa: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN) e Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM/UNESP). Fundo “Astrojildo Pereira”.

2. Documentação policial

a) Matrículas dos presos na Casa de Detenção do Distrito Federal (CDDF).

b) “*Dossiê Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro (ou União dos Trabalhadores do Distrito Federal, antes FORJ)*”.

Disponibilidade para a pesquisa: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo “Matrículas dos presos na CDDF”. Fundo “Desps, notação 47”.

3. Processos de *habeas corpus*

Processos de *habeas corpus* abertos no STF, com origem no Rio de Janeiro, entre 1917 e 1919.

Disponibilidade para a pesquisa: Arquivo Nacional (AN). Processos da série “Habeas Corpus”. Fundo “Supremo Tribunal Federal”.

4. Documentos sindicais

Relatórios das associações operárias, contendo seus históricos, enviados à Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro.

Disponibilidade para a pesquisa: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Fundo “Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro”. Microfilme 545-204.

Referências Bibliográficas

1. Artigos

- ARAÚJO, George Fellipe Zeidan Vilela. Notas sobre a trajetória das esquerdas nos EUA (1860-1960). **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Florianópolis, 2015.
- ARÊAS, Luciana Barbosa. As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930). **História Social**. Campinas, nº 4/5, p. 9-28, 1997/1998.
- BATALHA, Claudio H. M. Clases trabajadoras, derecho al voto y política electoral em Río de Janeiro entre el Imperio y la República. In: SCHETTINI, Cristiana; SURYANO, Juan (compiladores). **Historias Cruzadas: diálogos historiográficos sobre el mundo del trabajo em Argentina y Brasil**. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2019.
- _____. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M, SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre. **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- _____. Escrevendo a biografia dos “obscuros e ativos”: a experiência do dicionário do movimento operário na cidade do Rio de Janeiro. **Perseu**. São Paulo, n. 3, p. 172-183, 2009.
- _____. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? **Revista Brasileira de História**. S. Paulo, v. 12, nº 23/24, p. 111-124, set. 91ago/92.
- _____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos do AEL**. Campinas, vol. 06, n. 10/11, p. 43-66, 1999.
- _____. Sociedades operárias, identidade e percepção do trabalho: algumas reflexões em torno do associativismo dos trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX. In: FRIDMAN, Fania (ed.). **Espaço urbano latino-americano: ensaios sobre história e política territorial**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2017.
- _____. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, vol. 2. n. 4, p. 12-22, agosto-dezembro 2010.
- _____. Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro’s Labour Movement (1906-1920). **IRSH**. Amsterdam, 62, 2017, p. 75-103, Special Issue.
- _____. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 8, p. 91-99, dezembro de 1997.
- BERDU, Livia Cintra. A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café no Rio de Janeiro: novos questionamentos para incontornáveis debates (1904-1913). **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, vol. 12, p. 1-20, 2020.
- BILHÃO, Isabel. Dias de festa, dias de luta ou feriado nacional? As diferentes concepções do Primeiro de Maio no Brasil ao longo dos anos 1920. **HIB Americana**. Lisboa, v. 6, n. 1, n. 2, p. 29-55, 2013.
- BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. **Cadernos do AEL**. Campinas, vol. 15, n. 27, p. 261-306, 2009.
- BONFÁ, Rogério Luís Giampietro. As expulsões de estrangeiros e a defesa da soberania nacional na Primeira República brasileira (1891-1926). **História Social**. Campinas, n. 16, p. 63-85, 2009.

- CARVALHO, José Murilo de. Os três povos das República. **Revista USP**. São Paulo, n. 59, p. 96-115, setembro/novembro, p. 96-115, 2003.
- CASTELUCCI, Aldrin. Guerra, revolução e movimento operário: as greves gerais de 1917-1919 no Brasil em perspectiva comparada. In: SPERANZA, Clarice Gontarski (org.). **História do trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas**. 1 ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019.
- _____. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 25, nº 50, p. 131-166, 2005.
- CASTELUCCI, Aldrin; TOLEDO, Edilene; CORREIA, Silvia Adriana Barbosa. Apresentação. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 37, nº 76, p. 13-22, 2017.
- CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: GOMES, Flavio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes da (orgs.). **Quase Cidadão: Histórias e Antropologias da Pós-Emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos do AEL**. Campinas, v. 14, n. 26, p. 14-47, 2009.
- CORREIA, Silvia Adriana Barbosa. Cem anos de historiografia da Primeira Guerra Mundial: entre história transnacional e política nacional. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 650-673, jul/dez. 2014.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, jan.-jun., p. 114-135, 2010.
- DANTAS, Rafael Fernandes Nunes. “Pelo descanso dominical e outras reivindicações”: as greves dos trabalhadores de padarias de Salvador em fevereiro de 1920. In: **Anais do VIII Encontro Estadual da ANPUH-BA**. Feira de Santana/BA, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477680349_ARQUIVO_ArtigoAnpuh-Ba2016Final.pdf>. Acesso em: 04/08/2020, às 09h:36.
- DE LUCA, T. R., & COTTRIM, R. A. O Congresso em prol da paz no Rio de Janeiro (1915). **Historiæ**. Rio Grande, 9 (1), 9–26. 2019.
- DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 251-281, 2014.
- GONDIM, Thiago Patrício. Direito e conflito: as narrativas em disputa sobre as greves dos anos 1917 a 1920 nos processos de *habeas corpus* julgados pelo STF. **Anais da Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais: crises do capitalismo, novas e velhas formas de protesto**. USP, São Paulo, p. 1-22, 2018.
- FRACARO, Gláucia. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 37, nº 76, p. 73-90, 2017.
- GERALDO, Endrica. Os prisioneiros do Benevente. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, nº 64, p. 61-76, 2012.
- GOMES, Flavio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo social**, revista de sociologia da USP. São Paulo, v.18, n.1, p. 217-240, junho de 2006.
- GRIGOLIN, Fernanda. Expressão, registro e propaganda: o anarquismo impresso em *A Plebe*. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Recife, PE, 2019.

- HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. **Coleção Remate de Males**. Campinas, Número 5, p. 95-119, 1985.
- JESUS, Ronaldo Pereira de. Associativismo entre imigrantes portugueses no Rio de Janeiro Imperial. In: BATALHA, Claudio H. M. e CORD MAC, Marcelo (orgs.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- JESUS, Ronaldo Pereira de; LACERDA, David Patrício. Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 2, p. 126-142, 2010.
- KOERNER, Andrei. O poder judiciário no sistema político na Primeira República. **Revista USP**. São Paulo, n. 21, pp. 58-69, 1994.
- KONDER, Leandro. **A poesia de Brecht e a História**. IEA/USP, s/d.
- LEVY, Maria Bárbara. República S.A: a economia que derrubou o império. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, vol. 10, nº 59, p. 34-41, novembro de 1989.
- LINDEN, Marcel van der. The national integration of european working classes (1871-1914). Amsterdam. **International Review of Social History**, pp. 285-311, XXXIII (1988).
- LOBO, Eulália M. L e STOTZ, Eduardo Navarro. Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário: 1880-1930. **Revista do Rio de Janeiro**, v. 1. n. 1, Niterói, p. 61-86, 1985.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n.12, p. 229-251, jan-abril 2004a.
- MIYASAKA, Cristiane Regina. A “questão social” e o jornal A Época (1912-1919). **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, p. 1-10, 6 a 10 de setembro de 2004.
- MURPHY, Kevin. A história da revolução russa de fevereiro de 1917. **Outubro**. Campinas, Edição 28, p. 135-149, 04/2017.
- _____. O movimento grevista pré-revolucionário na Rússia (1912-1916). **Outubro**. Campinas, Edição 21, p. 121-141, 02/2013.
- _____. Podemos escrever a história da Revolução Russa? **Outubro**. Campinas, Edição 17, p. 47-67, 01/2008.
- NEGRO, Antonio Luigi. Imperfeita ou rarefeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa. **Revista Brasileira de História**. S. Paulo, v. 16, nº 31 e 32, p. 40-61, 1996.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. “Anarquismo e Revolução”: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In: SANTOS, Kauan William dos; SILVA, Rafael Viana da (organizadores). **História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil**. Curitiba: Editora Prismas, 2018.
- _____. O sindicato como meio revolucionário: o anarquismo das primeiras décadas do século XX no Brasil. In: PESTANA, Marco Marques; COSTA, Rafael Maul de Carvalho; OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Subalternos em movimento: mobilização e enfrentamento à dominação no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- _____. Pela reforma, contra a revolução: notas sobre reformismo e colaboracionismo na história do movimento operário brasileiro da Primeira República. **Revista Crítica Histórica**. Maceió, Ano III, nº 5, p. 26-59, julho/2012.
- PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920. **Ler História [Online]**, 66, p. 44-55, 2014.
- _____. Sindicalismo revolucionário em Portugal. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 1., n. 2, p. 215-216, jul./dez. 2009.

- PERROT, Michele. A história feita de greves, excluídos & mulheres. **Tempo social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(2), p. 191-200, outubro de 1996.
- QUEIRÓS, César Augusto B. Não há pão, não há padeiro, não se abriu a padaria: greves e manifestações do sindicato padeiral em Porto Alegre. **História, Imagem e Narrativas**. Rio de Janeiro, nº 17, p. 1-13, outubro de 2013.
- _____. Luta econômica e Emancipação Social: as grandes greves de Porto Alegre na Primeira República (1917/1919). **Revista Escrita da História**. São Paulo, Ano IV, vol. 4, n. 8, p. p. 42-59, jul/dez. 2017.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Primeira Guerra Mundial: impactos sobre a economia e a sociedade brasileiras – 1914-1918. **Revista Portuguesa de História**. Lisboa, t. XLV, p. 11-37, 2014.
- ROORDA, João Guilherme Leal. A criminalização da vadiagem na Primeira República: o sistema penal como meio de controle da população negra (1900-1910). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, nº. 135, p. 269-306, Setembro de 2017.
- SALGADO, Gisele Mascarelli. O Supremo Tribunal diante dos casos de prisão decorrente do movimento operário paulista (1917-1920). **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, pp. 48-67, 2013.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era republicana. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan.- jun. 2004.
- _____. Os porões da República: a Colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 445-476, jul.-dez. 2006.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *Leis, Justiça do Trabalho e a força da “modernização”*. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Estado-Democratico-de-Direito/Leis-Justica-do-Trabalho-e-a-forca-da-modernizacao-/40/43017>>. Acesso em: 29/01/2019 às 09h:02.
- SURIANO, Juan. O anarquismo argentino frente ao sindicalismo revolucionário. **Cadernos do AEL**. Campinas, v. 17, n. 29, p. 136-147, 2010.
- TERRA, Paulo Cruz. Greve como luta por direitos: as paralisações dos cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 237-251, 2014.
- TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 30, no 61, maio-agosto, p. 497-518, 2017.
- VARELA, Raquel. A guerra das guerras, a revolução das revoluções, 1917. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, vol. 08, n. 3, p. 2227-2255, 2017.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Direitos políticos e representação no Brasil Republicano (1891-1934). **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, vol. 9, n. 18, p. 49-62, julho-dezembro de 2017.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro e JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e FILHO, Daniel Aarão Reis (orgs.). **As esquerdas no Brasil**. vol. 1. A formação das tradições. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- WATZOLD-EICHSTATT, Tim. A comunicação do proletariado internacional no atlântico libertário. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **Comunicação intercultural: interdisciplinaridade, comparação e compreensão II**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

2. Livros

- ABENDROTH, Wolfgang. **A história social do movimento trabalhista europeu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- ALMEIDA, Angela Mendes de. **A República de Weimar e a ascensão do nazismo**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- ALVES, Paulo. **A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias na ordem republicana: 1890-1921**. São Paulo: Editora Arte & Ciência/UNIP, 1997.
- BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. **O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BARRETO, Lima. **Contos completos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BATALHA, Claudio H. M. (org.). **Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- _____. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.
- BATALHA, Claudio H. M. e CORD MAC, Marcelo (orgs.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- BARTZ, Frederico Duarte. **O horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920**. Porto Alegre: Sulina, 2017.
- BILHÃO, Isabel. **Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)**. Londrina: EDUEL, 2008.
- BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921**. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- COGGIOLA, Oswaldo; BILSKY, Edgardo. **História do movimento operário argentino**. São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- DARTON, Robert. **O grande massacre dos gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos. **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.
- DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FARIA, Antonio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves. **Lima Barreto: antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio; FONTES, Paulo. **Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

- GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- _____. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- _____. **A invenção do Trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. **Leituras críticas sobre Boris Fausto**. Belo Horizonte, MG. Editora da UFMG, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2008.
- _____. **Velhos militantes: depoimentos**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1988.
- GUERRA, Maria Pia dos Santos Lima. **Anarquistas, trabalhadores, estrangeiros: o constitucionalismo brasileiro na Primeira República**. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)**. vol. 1 e vol. 2. São Paulo: Brasiliense/Alfa Ômega, 1979.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875-1914**. 22 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016,
- _____. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995,
- _____. **Mundos do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- _____. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (org.). **O Rio de Janeiro operário**. Rio de Janeiro: Acess, 1992.
- _____. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao industrial e financeiro)**. 2 Vols. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LOUREIRO, Isabel. **A Revolução Alemã, 1918-1923**. 2 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2020.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. **A revolução russa**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.
- MCADAM, Adam; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge: University Press, 2001.
- MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- _____. **Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2004.
- _____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo; VARELA, Raquel. **História das relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.
- MORAES, Evaristo de. **Apontamentos de direito operário**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

- MOORE JR, Barrington. **Injustiça**: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- MORATELLI, Thiago. **Operários de empreitada**: os trabalhadores da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2 ed. Rio de Janeiro: EDUFF, 2020.
- NEDER, Gizlene. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil**: criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927). 2 ed. Niterói: Editora da UFF, 2012.
- OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade**: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920). Juiz de Fora (MG): Funalfa; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PEREIRA, Astrojildo. **Ensaio histórico e político**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- PINHEIRO, Luís Balkar Peixoto. **Mundos do trabalho na cidade da borracha**: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930). Jundiá: Paco Editorial, 2017.
- POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- REMOND, René. **O século XX**: de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Editora Cultrix, 1986.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Russa, 1917-1921**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- RODRIGUES, Edgar. **Trabalho e conflito** (Pesquisa histórica – 1900-1935). Rio de Janeiro: Gráfica Editora Arte Moderna Ltda. S/d.
- _____. **Socialismo e sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1969.
- _____. **Nacionalismo e cultura social**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1972.
- ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- RUDÉ, George. **A multidão na história**: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SAMIS, Alexandre. **Clevelândia**: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.
- SCHETTINI, Cristiana; SURYANO, Juan (compiladores). **Historias Cruzadas**: diálogos historiográficos sobre el mundo del trabajo em Argentina y Brasil. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2019.
- SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no Tribunal**: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2016.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados**: o serviço doméstico e seus trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1850-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.
- SOUZA, Robério S. **Trabalhadores dos trilhos**: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- _____. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

- _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. London: Longman Higher Education, 1978.
- TRAVERSO, Enzo. **A sangre y fuego**. De la guerra civil europea (1914-1945). Valencia: PUV, 2009.
- VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4 ed., rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da política do “café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

3. Teses, Dissertações e Monografias

- ALVES, Kaio César Goulart. **Em busca das formas de consciência**: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918). Dissertação de mestrado em História. Mariana, MG. UFOP, 2014.
- ANDRADE, Iamara Silva. **Ecos da Revolução Russa na imprensa operária brasileira (1917)**. Tese de doutorado em História. Porto Alegre, RS. UFRGS, 2021.
- BARTZ, Frederico Duarte. **Movimento operário e revolução social no Brasil**: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922. Tese de doutorado em História. Porto Alegre, RS. UFRGS, 2014.
- BATALHA, Claudio. **Le syndicalisme ‘amarelo’ à Rio de Janeiro (1906–1930)** (Ph.D., Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne, 1986).
- CAMPOS, Beatriz Leudemann. **“Avante, companheiras!”**: as lutas sindicais das operárias do Rio de Janeiro na União das Costureiras a partir da trajetória de Elvira Boni (1919-1922). Monografia de conclusão de curso em História. Guarulhos, SP, UNIFESP, 2021.
- GOLDMACHER, Marcela. **A greve geral de 1903**: o Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. Tese de doutorado em História. Niterói, RJ. UFF, 2009.
- LACERDA, David Patrício. **Solidariedades entre ofícios**: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882). Dissertação de mestrado em História. Campinas, SP. UNICAMP, 2011.
- LOPREATO, Cristina Roquete. **O espírito da revolta**: a greve geral anarquista de 1917. Tese de doutorado em História. Campinas, SP. UNICAMP, 1996.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese de doutorado em História. Niterói, RJ. UFF, 2009.
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **Estratégias e identidades**: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República (1917/1919). Tese de doutorado em História. Porto Alegre, RS. UFRGS, 2012.
- RIBEIRO, Anna Clara Sampaio. **“Abre-se a sessão”**: embates no poder legislativo para elaboração e aprovação de leis de expulsão a estrangeiros na Primeira República (1889-1926). Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro. UFRJ, 2010.
- _____. **“Diante disso espera-se justiça”**: habeas corpus em favor de estrangeiros na Primeira República. Monografia de conclusão de curso em História. Niterói, RJ. UFF, 2007
- SANTOS, Gustavo L. A. Abrantes dos. **A repressão policial nos processos de habeas-corpus e a luta de classes na formação da classe trabalhadora carioca de 1912-1920**. Monografia de conclusão de curso em História. Niterói, RJ. UFF, 2014.